



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

BRASÍLIA, MARÇO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n. 63/2010, da DN TCU n. 154/2016, da Portaria TCU n. 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

Relatório elaborado pelas unidades do Conselho da Justiça Federal e consolidado pela Diretoria-Geral

BRASÍLIA, MARÇO 2017



Conselho da Justiça Federal
(composição em 31/12/2016)

Ministra **LAURITA HILÁRIO VAZ**
Presidente

Ministro **HUMBERTO LUIZ EUSTÁQUIO SOARES MARTINS**
Vice-Presidente

Ministro **MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES**
Corregedor-Geral da Justiça Federal,
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e
Diretor do Centro de Estudos Judiciários

Membros efetivos:

Ministro **BENEDITO GONÇALVES**
Ministro **RAUL ARAÚJO FILHO**
Desembargador Federal **HILTON JOSÉ GOMES DE QUEIROZ**
Desembargador Federal **POUL ERIK DYRLUND**
Desembargadora Federal **CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES**
Desembargador Federal **LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO**
Desembargador Federal **ROGÉRIO MENESES FIALHO MOREIRA**

Membros suplentes:

Ministro **PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO**
Ministra **MARIA DINIZ ISABEL GALLOTTI RODRIGUES**
Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**
Desembargador Federal **Í'TALO FIORAVANTI SABO MENDES**
Desembargador Federal **REIS FRIEDE**
Desembargador Federal **MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR**
Desembargador Federal **CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ**
Desembargador Federal **FRANCISCO ROBERTO MACHADO**

Com direito a assento e voz

Presidente da Associação dos Juízes Federais
Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Secretário-Geral:

Juiz Federal José Antonio Savaris

Diretora-Geral:

Eva Maria Ferreira Barros



**LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES,
ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS:**

CJF – Conselho da Justiça Federal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola

CPJUS – Centro de Produção da Justiça Federal

ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aprimoramento de Magistrados

INFOVIA – Implantação da Rede de Comunicação de Dados

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

JEF – Juizado Especial Federal

JF – Justiça Federal

LOA – Lei Orçamentária Anual

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PRC – Precatórios

RES – Resolução

RPV – Requisição de Pequeno Valor

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias

SIGA-DOC – Sistema de Gestão Eletrônica

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação



TR – Turma Recursal

TRF1 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

TRF2 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

TRF3 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região

TRF5 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região

TRFs – Tribunais Regionais Federais

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

UPC – Unidade Prestadora de Contas

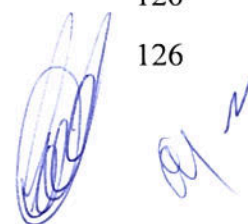
Two handwritten signatures in blue ink. The signature on the left is a circular, stylized monogram. The signature on the right is a more linear, cursive-style signature.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADRO, TABELA OU FIGURA	IDENTIFICAÇÃO DO QUADRO, TABELA OU FIGURA	
2.4.1	Organograma	27
2.4.2	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	28
2.5.1	Cadeia de valor	32
2.5.2	Descrição dos macroprocessos	33
2.5.3	Sessões do Colegiado	35
2.5.4	Obras em andamento na Justiça Federal	46
2.5.5	Autoinspeções	53
2.5.6	Fiscalizações em obras	54
2.5.7	Movimentação de documentos	58
2.5.8	Concessões de diárias e passagens	58
2.5.9	Atividades relacionadas a compras e contratos	59
2.5.10	Serviços gráficos	59
3.1.1	Mapa Estratégico do Conselho da Justiça Federal	62
3.1.1.1	Contratos com redução de gastos	63
3.1.1.2	Fiscalizações em obras	80
3.1.3.1	Cumprimento das metas	85
3.1.3.2	Percentual de cumprimento dos projetos estratégicos	85
3.2.1.1	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS - AMOS	88
3.2.1.2	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS - APE	90
3.2.1.3	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS - AT	91
3.2.1.4	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS - AA	92
3.2.1.5	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS	93
3.2.1.6	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS – CDI – PO 0000	94
3.2.1.7	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS – CDI – PO 0002	95
3.2.1.8	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS – PO 0000	97



3.2.1.9	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS – CRH – PO 0002	98
3.2.1.10	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS – PO 0006	100
3.2.1.11	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS – MTGI – PO 0008	101
3.2.1.12	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS – JC/AÇÕES DE INFORMÁTICA – PO 0010	103
3.2.1.13	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS - CUPS	104
3.2.1.14	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS – PP	105
3.2.1.15	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS – PAP	106
3.2.1.16	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS	107
3.2.1.17	Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS	108
3.2.1.18	Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formato na LOA do exercício de 2016	108
3.2.1.19	Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formato na LOA do exercício de 2016	109
3.2.1.20	Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formato na LOA do exercício de 2016	109
3.2.1.21	Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formato na LOA do exercício de 2016	110
3.2.1.22	Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formato na LOA do exercício de 2016	110
3.2.1.23	Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS	111
3.2.1.24	Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS	111
3.2.1.25	Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS	112
3.2.1.26	Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS	112
3.2.1.27	Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formato na LOA do exercício de 2016	113
3.2.1.28	Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formato na LOA do exercício de 2016	113
3.2.4.1	Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	114
3.2.5.1.1	Despesas por modalidade de contratação	116
3.2.5.2.1	Despesas por grupo e elemento de despesas – créditos originários – TOTAL	117
3.2.5.3.1	Movimentação orçamentária interna e externa por grupo de despesa	119
3.4.1	Indicadores do CJF	120
4.1	Estrutura e Funcionamento da Rede de Governança	126
4.2	Gestão de Pessoas e da Informação	126
4.3	Execução da Estratégia – Melhoria, Inovação e Controle	126



4.4	Monitoramento e Avaliação dos Resultados	126
4.5	Comunicação, Relacionamento Institucional e Transparência	127
4.6	IGovJF	127
4.1.1	Descrição das estruturas de governança	127
4.2.1	Composição do Colegiado	130
4.3.1	Estrutura da Secretaria de Controle Interno	133
4.4.1	Autoinspeções	133
4.5.1.1	Escala de valores da avaliação	136
4.5.1.2	Evolução nos resultados da avaliação dos controles internos	137
4.5.1.3	Ambiente de Controle	138
4.5.1.4	Avaliação de Risco	139
4.5.1.5	Procedimentos de Controle	140
4.5.1.6	Informação e Comunicação	141
4.5.1.7	Monitoramento	141
5.1.1.1	Força de trabalho do CJF – situação em 31/12/2016	143
5.1.2.1	Distribuição da força de trabalho por lotação – situação em 31/12/2016	144
5.1.2.2	Faixas etárias da força de trabalho	145
5.1.2.3	Nível de escolaridade	145
5.2.1	Cargos efetivos existentes – providos e vagos – situação em 31/12/2016	148
5.2.2	Cargos em comissão e funções comissionadas existentes, providos e vagos – situação em 31/12/2016	149
5.3.1	Demonstrativo das despesas com pessoal	150
5.4.1.1	Indicadores gerenciais sobre Gestão de Pessoas	151
5.5.1	Estagiários – situação em 31/12/2016	152
5.7.1.1	Frota de veículos do CJF – situação em 31/12/2016	153
5.7.1.2	Substituição de veículos	154
5.7.1.3	Custos associados à manutenção da frota do CJF	154
5.7.3.1	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União	155
5.7.3.2	Imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UPC, exceto imóvel funcional	156

5.7.4.1	Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC – BB	157
5.7.4.2	Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – CEF	157
5.7.4.3	Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – ASSTJ	158
5.8.1.1	Indicadores relacionados ao PETI	159
5.8.1.2	Plano de Contratações – 2016	161
5.8.7.1	Criação de cargos na área apoio especializado/informática	170
5.8.7.2	Distribuição dos cargos por Região	170
5.8.8.1.1	Processo Judicial Eletrônico da Justiça Federal	172
5.8.8.1.2	PJe na 1ª Região	172
5.8.8.1.3	PJe na 3ª Região	173
5.8.8.1.4	PJe na 5ª Região	174
5.8.8.1.5	Orçamento do PJe - 2016	174
6.1.1.1	Ações de comunicação	180
6.3.1	Público-alvo	181
6.4.1	Indicadores do Observatório da Estratégia	184
7.1.1	Metodologia para estimar as taxas de depreciação	186
8.2.1	Recomendações do OCI - 2016	190



SUMÁRIO

	Fl.
1 APRESENTAÇÃO	14
2 VISÃO GERAL	17
2.1 Finalidade e competências institucionais do Conselho da Justiça Federal	18
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	19
2.3 Ambiente de atuação	21
2.4 Organograma funcional	23
2.5 Macroprocessos finalísticos do Conselho da Justiça Federal	31
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	59
3.1 Planejamento organizacional	59
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	63
3.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	84
3.1.3 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	84
3.2 Desempenho orçamentário	85
3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	87
3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	113
3.2.3 Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento	114
3.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	114
3.2.5 Informações sobre a execução das despesas	115
3.2.5.1 Despesas totais por modalidade de contratação	115
3.2.5.2 Despesas por grupo e por elemento de despesa	117
3.2.5.3 Da movimentação orçamentária interna e externa por grupo de despesas	119
3.3 Desempenho operacional	119
3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	119
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	125
4.1 Descrição das estruturas de governança	127
4.2 Informações sobre dirigentes e Colegiado	130
4.3 Atuação da unidade de auditoria interna	131
4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	134
4.5 Gestão de riscos e controles internos	135
4.5.1 Avaliação dos controles internos	136
5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	142
5.1 Gestão de pessoas	142
5.1.1 Composição da força de trabalho	142

5.1.2	Distribuição da força de trabalho	144
5.1.3	Política de capacitação e treinamento de pessoal	146
5.1.4	Irregularidades na área de pessoal	148
5.2	Estrutura de pessoal da unidade	148
5.3	Demonstrativo das despesas com pessoal	150
5.4	Gestão de riscos relacionados a pessoal	151
5.4.1	Identificadores gerenciais sobre gestão de pessoas	151
5.5	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	152
5.6	Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	152
5.7	Gestão do patrimônio e da infraestrutura	153
5.7.1	Gestão da frota de veículos	153
5.7.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessa condição	154
5.7.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	155
5.7.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	156
5.7.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros	158
5.8	Gestão da Tecnologia da Informação	158
5.8.1	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	158
5.8.2	Principais sistemas de informação	163
5.8.3	Plano de capacitação do pessoal de TI	168
5.8.4	Descrição do quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI	168
5.8.5	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado	169
5.8.6	Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão	169
5.8.7	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviço de TI para a unidade	169
5.8.8	Processo Judicial Eletrônico (PJe)	170
5.8.8.1	Implantação do PJe na Justiça Federal	171
5.9	Gestão ambiental e sustentabilidade	175
5.9.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	176
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	178
6.1	Canais de acesso do cidadão	178
6.1.1	Divulgação das atividades do órgão	179
6.2	Carta de serviços ao cidadão	181

6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários	181
6.3.1	Mecanismos para medir a satisfação com os produtos e serviços	182
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	183
6.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	185
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	186
7.1	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	186
7.2	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	187
7.3	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n. 4.320/1964 e notas explicativas	187
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	189
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	189
8.2	Tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno	189
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário	190
8.4	Demonstrações da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei n. 8.666/1993	190
8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	192
9	ANEXOS E APÊNDICES	193

1 APRESENTAÇÃO

Este relatório de gestão individual, elaborado e estruturado de acordo com a Instrução Normativa TCU n. 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa TCU n. 154, de 30 de novembro de 2016, a Portaria TCU n. 59, de 17 de janeiro de 2017, as orientações contidas no sistema e-Contas, bem como aquelas do órgão de controle interno, destaca as principais realizações da gestão no exercício de 2016, as dificuldades encontradas no cumprimento das metas, bem como os principais aspectos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho da Justiça Federal – CJF, no período, e abrange os seguintes itens: visão geral do CJF; planejamento organizacional e resultados, contemplando os desempenhos orçamentário e operacional do Órgão; informações sobre a governança, a gestão de riscos e os controles internos; o relacionamento com a sociedade; o desempenho financeiro e as informações contábeis; as informações sobre as áreas especiais da gestão; a conformidade da gestão e as demandas de órgãos de controle.

Na execução de suas atribuições constitucionais, consubstanciadas no exercício da supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, o Conselho da Justiça Federal atuou com firmeza e austeridade no exercício de 2016, ao realizar amplas e meticulosas atividades de fiscalização e de orientação normativa junto aos órgãos da Justiça Federal e acompanhar com rigorosa atenção a execução dos recursos orçamentário e financeiro desses órgãos.

Por outro lado, desempenhou com semelhante rigor sua missão estratégica, a de “contribuir para a excelência dos serviços da Justiça Federal, por meio do aperfeiçoamento da governança e da supervisão administrativa e orçamentária”, ao coordenar a elaboração da estratégia da Justiça Federal e monitorar sistematicamente o cumprimento das metas estabelecidas para a instituição no período de 2015 a 2020, bem como a estratégia do próprio CJF, a qual estipulou objetivos, metas e iniciativas voltados ao aprimoramento da gestão de custos, da eficiência operacional e dos controles internos, e, ainda, a uniformização de procedimentos e a maior interlocução com outras instituições.

No plano da estratégia do CJF, verificaram-se significativos avanços em um dos principais projetos nacionais conduzidos pelo Órgão: a implementação do Processo Judicial Eletrônico - PJe. Coordenado pela Corregedoria-Geral, com apoio de magistrados e servidores de todas as regiões da Justiça Federal e do CJF, o projeto já é uma realidade, com mais de 140 mil processos ingressados em formato totalmente digital somente em 2016, sistema que também passou a ser utilizado para a tramitação dos feitos da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU.

Ainda no tocante à preocupação em aprimorar os mecanismos institucionais de execução da estratégia e de governança, o CJF realizou pesquisa inédita com o objetivo de conhecer a opinião de cidadãos, advogados, magistrados e servidores sobre quais deveriam ser as prioridades a serem adotadas pela Justiça Federal em 2017. A pesquisa coletou a opinião de 13.740 respondentes de todas as regiões do país e revelou as percepções desses segmentos sobre as prioridades que devem ser eleitas na condução da estratégia.

No exercício de suas competências regimentais, o Plenário do Conselho aprovou 49 resoluções que trataram de temas relacionados à melhoria da jurisdição, bem como de questões relacionadas a recursos humanos e à gestão administrativa e orçamentária da Justiça Federal. Nesse aspecto, merece relevo a edição da Resolução n. CJF-RES-2016/00400, de 4 de maio de 2016, que instituiu o Observatório da Estratégia da Justiça Federal, criando-se no CJF o repositório oficial de dados desse segmento de justiça. A aludida resolução também criou, de forma inédita, o Índice de

Governança da Justiça Federal (iGov-JF), que mede a maturidade institucional em termos de governança.

Outro importante normativo expedido pelo CJF no ano passado foi a Resolução n. CJF-RES-2016/00397, de 4 de maio de 2016, que instituiu o Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação, com o objetivo de aperfeiçoar as práticas processuais e as conciliações em matéria previdenciária. Para ajustar os procedimentos dos juizados especiais federais ao novo Código de Processo Civil, o CJF publicou a Resolução n. CJF-RES-2016/00392, de 19 de abril de 2016, que alterou dispositivos no Regimento Interno da TNU. Além desses temas, foram também regulamentadas questões importantes no que se refere à gestão de pessoas, como, por exemplo, a prorrogação da licença-paternidade, por meio da Resolução n. CJF-RES-2016/00409, de 29 de junho de 2016, e a exclusão da participação do servidor ou do magistrado no custeio do auxílio pré-escolar, mediante a Resolução n. CJF-RES-2016/00424, de 28 de novembro de 2016.

Com o intuito de ampliar a transparência institucional, a partir de 2016, a Presidência do CJF possibilitou o acesso, por qualquer pessoa, a todos os documentos e processos administrativos que tramitam no Órgão. O CJF passou, ainda, a transmitir ao vivo as suas próprias sessões plenárias e as da TNU pela internet, por meio de sua página no *YouTube*. Nessa linha, também investiu na comunicação institucional, com a reformulação do portal na internet que, em 2016, tornou-se mais interativo, acessível, contando com recursos visuais que o deixaram mais atrativo e com melhor navegabilidade.

No exercício da supervisão orçamentária, o CJF gerenciou a distribuição de R\$ 10,4 bilhões, para as unidades da Justiça Federal, recursos necessários ao bom funcionamento da prestação jurisdicional. Além disso, o CJF monitorou créditos concedidos por ordens judiciais relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, que somaram, no exercício, R\$ 27 bilhões, valores que beneficiaram jurisdicionados em todo o País, notadamente os beneficiários do Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Internamente, o CJF estipulou a meta de economizar, ao menos, 10% em contratos de manutenção e aquisição de bens e serviços. Várias providências foram tomadas pela administração do Órgão com esse propósito, como, por exemplo, a eliminação de postos de trabalho de prestadores de serviço, a redução do piso salarial de determinadas categorias de funcionários prestadores de serviço, bem como medidas para promover a redução no consumo de determinados materiais e insumos. O resultado dessas ações de racionalização trouxe aos cofres públicos uma economia de R\$ 2,9 milhões em 2016 somente nas despesas de custeio.


O Conselho também tem investido no estímulo e na implantação de ações inovadoras, a exemplo da assinatura, em 2016, de acordo de cooperação com o Ministério do Planejamento e o Tribunal de Contas da União, para instituir formalmente a Rede de Inovação do Setor Público (InovaGov), que tem como pilares: liderar o processo de inovação, disseminar informações relacionadas à inovação e viabilizar projetos e ideias com alta capacidade transformadora.

Na atuação jurisdicional da TNU, o desempenho do ano passado foi recorde, com mais de 11 mil processos julgados e mais de 23 mil processos remetidos ou baixados às turmas recursais, resultado inédito e que fez reduzir a taxa de congestionamento desse importante Órgão de cúpula dos juizados especiais federais. Colaborou para esse resultado a iniciativa estratégica de atualizar e divulgar no portal do CJF os principais julgados representativos de controvérsia, além da realização de mutirões para julgamento do acervo mais antigo.

As ações empreendidas por este Conselho da Justiça Federal em 2016 privilegiaram a

observância aos princípios da moralidade, da economicidade, da eficiência e da publicidade, sem olvidar a necessidade e a importância do investimento no potencial humano. Os resultados auferidos demonstram que a melhoria de significativos indicadores de eficiência e de melhoria da governança compatibilizaram-se com a redução das despesas operacionais e a alocação mais eficiente e racional dos recursos orçamentários disponíveis.

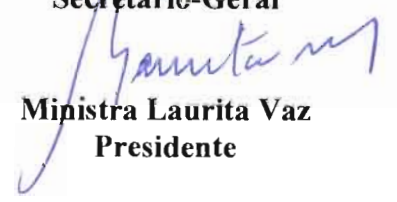
Mais uma vez, portanto, o Conselho cumpriu a contento sua missão institucional, ao zelar pelo bom andamento de seus trabalhos, além de ter-se empenhado no aprimoramento dos seus mecanismos administrativos, de modo a promover maior integração entre as instituições da Justiça Federal e proporcionar, conseqüentemente, uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.



Eva Maria Ferreira Barros
Diretora-Geral



Juiz Federal Cleberson Jose Rocha
Secretário-Geral



Ministra Laurita Vaz
Presidente

2. VISÃO GERAL

O Conselho da Justiça Federal é um órgão colegiado, que realiza a supervisão administrativa e orçamentária dos órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, funcionando como unidade central dos sistemas da Justiça Federal, com poderes correccionais, cujas decisões têm caráter vinculante, ou seja, são de observância obrigatória.

Compõem o Conselho da Justiça Federal:

- I – o Plenário;
- II – a Presidência;
- III – os Conselheiros;
- IV – a Corregedoria-Geral da Justiça Federal;
- V – o Centro de Estudos Judiciários;
- VI – a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais;
- VII – a Secretaria-Geral e suas unidades;
- VIII – a Diretoria-Geral e suas unidades.

O Plenário é composto por cinco ministros do Superior Tribunal de Justiça e pelos presidentes dos cinco tribunais regionais federais. Têm assento no Conselho da Justiça Federal, sem direito a voto, mas podendo usar da palavra, os Presidentes da Associação dos Juizes Federais do Brasil e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do art. 3º, § 1º, do Regimento Interno do CJF.

A Presidência e a Vice-Presidência do CJF são exercidas pelo Presidente e pelo Vice-Presidente, respectivamente, do Superior Tribunal de Justiça, e o ministro mais antigo dentre os integrantes do Conselho exercerá o cargo de Corregedor-Geral da Justiça Federal, à exceção do Presidente e do Vice-Presidente.

Os Conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos e, em seus eventuais impedimentos, serão substituídos: o Presidente, pelo Vice-Presidente; o Vice-Presidente pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal; e este pelo ministro mais antigo dos integrantes do Conselho, à exceção do Presidente e do Vice-Presidente. Os demais ministros, pelos suplentes, os quais são em número de três e eleitos pelo Plenário do STJ, observada a ordem de antiguidade e mediante convocação do Presidente. Já os presidentes dos tribunais regionais federais serão substituídos pelos respectivos vice-presidentes.

Integram a estrutura orgânica do CJF a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Centro de Estudos Judiciários – CEJ e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU. A Corregedoria-Geral exerce a fiscalização, o controle e a orientação normativa da Justiça Federal. O Centro de Estudos Judiciários realiza e fomenta estudos e pesquisas, serviços editoriais e de informação, bem como atividades de capacitação e aperfeiçoamento de magistrados federais e servidores. A TNU, por sua vez, é órgão jurisdicional colegiado ao qual compete apreciar os incidentes de uniformização de interpretação de lei federal.

O Corregedor-Geral da Justiça Federal goza de autonomia institucional e utiliza o apoio das unidades administrativas do Conselho da Justiça Federal. Preside o Fórum Permanente de Corregedores da Justiça Federal, a TNU e a Comissão de Precatórios da Justiça Federal. Coordena a Comissão Permanente dos Coordenadores dos Juizados Especiais Federais e dirige o Centro de Estudos Judiciários.

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e o Centro de Estudos Judiciários são disciplinados por regimentos próprios, aprovados pelo Plenário do Conselho.

Integra a estrutura do CEJ o Conselho das Escolas da Magistratura Federal dos Tribunais Regionais Federais, competindo-lhe estabelecer diretrizes gerais para a elaboração do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais – PNA, bem como acompanhar e avaliar os resultados do Plano.

A Secretaria-Geral, unidade subordinada diretamente à Presidência, é dirigida pelo Secretário-Geral, juiz federal escolhido dentre aqueles convocados para auxílio junto à Presidência do Superior Tribunal de Justiça, que coordena as atividades das unidades sistêmicas a ela subordinadas, observadas as deliberações do Colegiado, as diretrizes do Presidente e a orientação do Corregedor-Geral.

A Diretoria-Geral, unidade subordinada diretamente à Presidência, é dirigida pelo Diretor-Geral, designado pelo Presidente do CJF, e coordena as atividades das unidades sistêmicas e administrativas a ela subordinadas, previstas em regulamento, observadas as orientações estabelecidas pelo Presidente, bem como os termos previstos no Regimento Interno e em regulamento específico editado pelo Plenário.

Os órgãos sistêmicos relativos às atividades de recursos humanos, gestão documental e de informação, administração orçamentária e financeira, controle interno, desenvolvimento institucional, informática, gestão de obras e comunicação institucional, funcionam mediante coordenação central do CJF e participação integrada das áreas afins nos tribunais regionais federais e respectivas seções judiciárias.

2.1 Finalidade e competências institucionais do Conselho da Justiça Federal

A Constituição Federal de 1988, no art. 105, parágrafo único, inciso II, dispõe que o Conselho da Justiça Federal funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça, com a incumbência de exercer a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correccionais, tendo suas decisões caráter vinculante.

O funcionamento do Conselho é regulamentado pela Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, que, no art. 5º, estabelece as suas competências, dentre as quais destaca-se a de exercer a coordenação central e a uniformização de procedimentos, consubstanciada na melhoria dos processos de trabalho, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, das atividades de administração judiciária relativas a recursos humanos, à gestão documental e de informação, administração orçamentária e financeira, controle interno, desenvolvimento institucional, informática, gestão de obras e comunicação institucional, organizadas em forma de sistema, conforme já mencionados no item anterior.

Cabe, ainda, ao CJF examinar e encaminhar ao Superior Tribunal de Justiça propostas de criação ou extinção de cargos, de criação ou extinção de tribunais regionais federais e de alteração do número dos seus membros, bem como aprovar sugestões de alteração da legislação relativa às matérias de competência da Justiça Federal.

O Conselho também se incumbe da apreciação de decisões administrativas dos tribunais regionais federais - TRFs que contrariarem a legislação vigente; da homologação, na forma regimental, como condição de eficácia, das decisões dos TRFs que implicarem aumento de despesas; da aprovação das propostas orçamentárias e pedidos de créditos adicionais do próprio Conselho, dos

TRFs e da Justiça Federal de primeiro grau; da avocação de processos administrativos em curso; do julgamento de processos administrativos disciplinares relativos a membros dos TRFs; da representação ao Ministério Público para a promoção das ações judiciais cabíveis contra magistrados, inclusive com vistas à propositura de ação civil para a decretação de perda de cargo ou de cassação de aposentadoria; da decisão, em grau de recurso, sobre matérias relacionadas aos direitos e deveres dos servidores de sua Secretaria e dos juízes, quando a esses for aplicada sanção em processo administrativo disciplinar decidido pelo Tribunal Regional Federal.

Consoante o art. 4º da Lei n. 11.798/2008, integram a estrutura institucional do Conselho da Justiça Federal a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Centro de Estudos Judiciários e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Compete à Corregedoria-Geral, órgão de fiscalização, controle e orientação normativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, conforme disposto no art. 6º da referida lei, exercer a supervisão técnica e o controle da execução das deliberações do Conselho; encaminhar ao conhecimento dos presidentes dos TRFs propostas de ações relativas aos sistemas que integram a Justiça Federal e submetê-las à aprovação do Conselho; realizar inspeção e correição, permanentes ou periódicas, ordinárias ou extraordinárias, gerais ou parciais, sobre os TRFs, conforme o Regimento Interno do Conselho; promover sindicâncias, inspeções e correições para apurar reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas aos magistrados de segundo grau, submetendo-as ao Plenário para deliberação, e submeter ao Conselho provimentos destinados a disciplinar condutas a serem adotadas pelos órgãos judiciários da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Ao Centro de Estudos Judiciários, dirigido pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal, compete, de acordo com o art. 8º da mesma lei, realizar e fomentar estudos, pesquisas e serviços editoriais e de informação, com vistas à modernização da Justiça Federal; planejar, coordenar e executar atividades de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, em articulação com as escolas de magistratura dos TRFs, segundo normas a serem editadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam); e elaborar e encaminhar à Enfam o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para os Juízes Federais.

À Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, também presidida pelo Corregedor-Geral, compete apreciar os incidentes de uniformização de interpretação de lei federal previstos na Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, conforme o art. 9º da Lei n. 11.798. Tais incidentes são julgados pela TNU quanto à questão de direito material, sempre que fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes Regiões, em face de decisão de turma recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da própria TNU, ou em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da própria TNU.

Finalmente, compete ao CJF zelar pelo cumprimento das decisões do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito da Justiça Federal.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Conselho da Justiça Federal foi criado pela Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966, como uma secretaria do extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR), não possuindo autonomia administrativa. Foi instalado no dia 24 de agosto de 1966. Era integrado pelo Presidente, Vice-Presidente e três ministros daquela Corte, eleitos por dois anos; dentre eles, o citado tribunal indicaria o Corregedor-Geral da Justiça Federal. As competências conferidas pela lei eram amplas, abrangendo

desde a atividade correcional, exercida pelo Ministro Corregedor-Geral, até a organização de concursos e a administração de pessoal, inclusive dos juizes e servidores das varas federais; o estabelecimento de normas para distribuição dos processos, a fixação da competência administrativa dos juizes, a especialização de varas federais e a aplicação de penas disciplinares aos juizes e servidores.

Com a Constituição de 1988, a Justiça Federal foi dividida em cinco Regiões jurisdicionais e grande parte das competências antes atribuídas ao extinto TFR e ao Conselho da Justiça Federal foi transferida para os recém-criados tribunais regionais federais (art. 27, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

O Conselho da Justiça Federal passou a funcionar junto ao Superior Tribunal de Justiça, com a competência de exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, conforme parágrafo único do art. 105 da Constituição Federal. As atividades administrativas da Justiça Federal passaram a ser organizadas em forma de sistema, tendo o Conselho como órgão central, os tribunais regionais federais como órgãos setoriais e as seções judiciárias como órgãos seccionais.

A descentralização do segundo grau da Justiça Federal e a consequente transferência de poder e autonomia para os tribunais regionais federais trouxeram como desdobramento a necessidade de que o CJF incluísse, em seu Colegiado, representantes da própria Justiça Federal. Assim, em 14 de outubro de 1992, foi editada a Lei n. 8.472, dispondo sobre a composição e o funcionamento do Conselho, que passou a contar com cinco ministros do Superior Tribunal de Justiça como seus membros efetivos, dentre os quais o Presidente, o Vice-Presidente e o Coordenador-Geral da Justiça Federal, e com os desembargadores federais presidentes dos cinco tribunais regionais federais. Esse novo modelo de composição do CJF extinguiu seu poder correcional, passando o Coordenador-Geral a gerir as atividades sistêmicas da Justiça Federal, orientar a elaboração de normas e dirigir o recém-criado Centro de Estudos Judiciários.

Em decorrência da criação dos Juizados Especiais Federais pela Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, o Conselho dotou-se, ainda, de função jurisdicional. Em setembro de 2002, passou a funcionar junto ao CJF a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, órgão julgador colegiado que aprecia os incidentes de uniformização de interpretação de lei federal nos processos oriundos dos juizados, sob a presidência, à época, do Ministro Coordenador-Geral da Justiça Federal.

Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, de 30/12/2004, que alterou o art. 105 da Constituição Federal, e a consequente edição da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, novamente foi atribuída ao Conselho da Justiça Federal a competência correcional em relação aos órgãos da Justiça Federal de segundo grau. A composição do CJF permaneceu a mesma, passando a ser permitido aos presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação dos Juizes Federais do Brasil ter assento no Colegiado do CJF, sem direito a voto.

O Ministro Coordenador-Geral passou a ser o Corregedor-Geral da Justiça Federal e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Centro de Estudos Judiciários e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais passaram a integrar a estrutura do Conselho.

O novo Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal foi aprovado pela Resolução CJF n. 42, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 30/12/2008, Seção I, p. 104, e estabeleceu a composição, a organização e a competência do órgão, bem como as competências do Plenário, da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral da Justiça

Federal, do Centro de Estudos Judiciários, da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais e da Secretaria-Geral.

Em 3 de junho de 2015, foi editada a Resolução n. CJF-RES-2015/00348, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de agosto do mesmo ano, Seção I, p. 157/158, alterando os artigos 6º, 10 e 26 e incluindo a Seção VII-A e os artigos 26-A e 26-B do Regimento Interno do Conselho para inserir em sua estrutura a Diretoria-Geral e definir sua competência.

A nova estrutura orgânica do CJF foi regulamentada pela Resolução n. CJF-RES-2015/00349, de 3 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 3 de agosto do mesmo ano, Seção I, p. 157/158. O detalhamento das atribuições de cada unidade consta da Portaria n. CJF-POR-2015/00539, de 16 de dezembro de 2015, publicada no dia 30 de dezembro de 2015.

No exercício de 2016, editou-se a Resolução n. CJF-RES-2016/00389, de 22 de fevereiro de 2016, desta vez dando nova redação ao § 2º e incluindo o § 3º no art. 30 do Regimento Interno do CJF, o qual, mediante esses dispositivos, alterou regras para a inclusão em pauta de processos com pedido de vista, considerando o disposto na Resolução n. 202, de 27 de outubro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

Também no exercício de 2016, a estrutura orgânica do CJF foi novamente alterada, pela Resolução n. CJF-RES-2016/00391, de 19 de abril de 2016, que modificou tão somente a estrutura da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, nela instituindo o Setor de Avaliação de Banco de Dados e Indicadores Orçamentários – SETABI e deslocou para a Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento – SUPLA a Seção de Precatórios – SEPEC, anteriormente vinculada à Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira – SUPRO.

2.3 Ambiente de atuação

O Conselho, órgão central sistêmico, atua, primordialmente, no âmbito das instituições que integram a Justiça Federal: os cinco tribunais regionais federais, com sedes em Brasília, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre e em Recife e as 27 seções judiciárias sob a jurisdição desses tribunais, cada qual com sede na capital de um estado da Federação. Nas principais cidades do interior, funcionam subseções judiciárias. As seções judiciárias são formadas por um conjunto de varas federais, incluindo os juizados especiais federais, onde atuam os juízes federais.

O País conta atualmente com 766 varas federais, 215 juizados especiais federais autônomos e 372 juizados adjuntos (que funcionam juntamente com uma vara federal de competência mista), onde atuam 1.752 juízes federais titulares e substitutos. Nos cinco tribunais regionais federais, atuam 139 desembargadores federais.

Os juizados especiais federais constituem uma grande conquista social na Justiça Federal. Eles foram criados pela Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, para proporcionar ao cidadão o acesso efetivo à Justiça, sendo competentes para julgar causas cíveis cujo valor não ultrapasse sessenta salários mínimos ou infrações de menor potencial ofensivo. Há 71 Turmas Recursais dos Juizados em todo o País, 5 Turmas Regionais de Uniformização dos Juizados, sendo uma em cada Tribunal Regional Federal e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, sediada em Brasília.

De inegável relevância, no sistema processual dos juizados, a atuação da TNU, que funciona junto ao CJF com a incumbência de uniformizar a jurisprudência dos juizados. Em 2016 a TNU recebeu 31.840 incidentes de uniformização, tendo sido julgados pelo Colegiado da TNU

11.673 incidentes no período e decididos monocraticamente 1.848 incidentes pelos juízes relatores. Considerando o acervo e os processos novos, o Presidente da TNU proferiu 30.083 decisões, incluindo aquelas que determinam a distribuição dos feitos.

Os quadros de pessoal do CJF, dos cinco tribunais e das seções e subseções judiciárias agregam 27.645 servidores ativos.

Em um país como o Brasil, de dimensões continentais e grande diversidade cultural entre as regiões, a Justiça Federal, distribuída por todo o território nacional, comporta realidades muito distintas, a depender da localidade onde está instalada. Assim, é de grande importância a atuação do CJF no sentido de conferir uniformidade procedimental entre as Regiões da Justiça Federal.

Do ponto de vista administrativo, a adoção de soluções uniformizadoras objetiva, além de uma economia de escala, a otimização da força de trabalho e dos recursos orçamentários. Mediante a formulação de políticas, diretrizes e metodologias comuns e a padronização dos procedimentos administrativos, pretende-se tornar mais eficiente a prestação jurisdicional entregue pela Justiça Federal.

O CJF exerce um papel fundamental na edição de normas que regulamentam no âmbito institucional as atividades afetas às áreas de atuação sistêmica da Justiça Federal, ao exercer o controle sobre a atuação dos tribunais regionais federais no que se refere à aplicação dessas normas e apreciar processos administrativos que veiculam consultas acerca da aplicabilidade delas.

Por meio das atividades de informação, editoração, ensino e pesquisa, voltadas ao aprimoramento da Justiça e realizadas pelo seu Centro de Estudos Judiciários, o CJF funciona ainda como um espaço fértil de reflexão e de difusão de conhecimentos.

Na função correcional, por meio da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Conselho exerce a fiscalização, o controle e a orientação normativa da Justiça Federal, com foco na atuação dos magistrados de segundo grau. Além disso, promove regularmente inspeções nos tribunais regionais federais e acompanha a aplicação dos atos normativos do Conselho da Justiça Federal sob a égide dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Como órgão central dos sistemas administrativos da Justiça Federal, o Conselho atualmente coordena os sistemas de desenvolvimento institucional, recursos humanos, tecnologia da informação, controle interno, orçamento e finanças, gestão documental, gestão de obras e comunicação institucional, que funcionam mediante participação integrada dos tribunais regionais federais e seções judiciárias, sob a coordenação da Secretaria-Geral e da Diretoria-Geral.

O Sistema de Desenvolvimento Institucional da Justiça Federal, coordenado pela Secretaria de Estratégia e Governança do CJF, tem por objetivo estabelecer o planejamento estratégico nacional e definir diretrizes para a gestão estratégica, de processos e de desenvolvimento de pessoas. No exercício de 2016, o Conselho monitorou a execução do seu Planejamento Estratégico e o da Justiça Federal, alinhados às diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Justiça.

O Sistema de Recursos Humanos da Justiça Federal, coordenado pela Secretaria de Gestão de Pessoas do CJF, tem por objetivo promover, a partir de políticas, diretrizes e normas, a gestão de pessoas, no que concerne a servidores e magistrados, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Compete, ainda, ao Sistema acompanhar processos judiciais em que tenham sido proferidas decisões com repercussão em folha de pagamento do Conselho e de órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.



O Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, coordenado pela Secretaria de Tecnologia da Informação do CJF, tem por objetivo garantir e aprimorar a governança da Tecnologia da Informação no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia, economicidade, celeridade, uniformidade, compatibilidade e interoperabilidade.

O Sistema de Controle Interno da Justiça Federal, coordenado pela Secretaria de Controle Interno do CJF, tem por objetivo zelar pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade, bem como executar outros procedimentos correlatos com as funções de auditoria.

O Sistema de Orçamento e Finanças da Justiça Federal, coordenado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, tem por objetivo coordenar as atividades de planejamento, orçamento e finanças no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, contribuindo para a eficiência na gestão dos recursos alocados.

O Sistema de Gestão Documental da Justiça Federal, integrado pelas bibliotecas, arquivos e órgãos de jurisprudência, é coordenado pelo Centro de Estudos Judiciários do CJF. O sistema reúne, em bases de dados centralizadas no CJF, informações doutrinárias, legislativas, jurisprudenciais e institucionais, alimentadas por todos os participantes da rede.

O Sistema de Gestão de Obras, coordenado pela Secretaria de Arquitetura e Engenharia do CJF, atua na elaboração de diretrizes para o planejamento orçamentário, na elaboração de projetos básicos e no acompanhamento de todas as etapas dos projetos de aquisição, de reforma ou de construção de imóveis, ao realizar a inspeção e o acompanhamento da execução dos projetos e das obras da Justiça Federal.

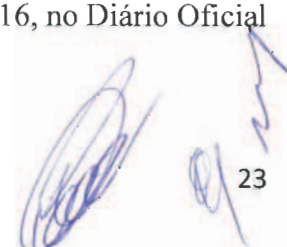
O Sistema de Comunicação Institucional, coordenado pela Assessoria de Comunicação Social do CJF, com a participação das assessorias de Comunicação Social dos tribunais regionais federais, organiza os trabalhos do Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS), que define as diretrizes da política de comunicação institucional da Justiça Federal e produz conteúdos para rádio e TV.

Ainda no desempenho de suas atribuições institucionais, o Conselho, por intermédio da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, é o órgão setorial de programação orçamentária e financeira da Justiça Federal, cabendo-lhe a atribuição de gerir o orçamento da Justiça Federal.

É, também, responsável pela apresentação da programação financeira para pagamento das sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), das respectivas liberações de limites financeiros aos tribunais regionais federais para a execução dessas despesas, bem como do acompanhamento das rotinas de pagamento.

2.4 Organograma funcional

O Conselho da Justiça Federal tem sua estrutura orgânica regulamentada pela Resolução n. CJF-RES-2016/00391, de 19 de abril de 2016, publicada em 22 de abril de 2016, no Diário Oficial da União, Seção I, p. 143, conforme detalhamento a seguir:



I – PLENÁRIO

II – PRESIDÊNCIA – PR

1. Secretaria de Controle Interno – SCI

- 1.1 Assessoria Técnica de Controle Interno – ASTEC-SCI
- 1.2 Subsecretaria de Acompanhamento e Orientação da Gestão – SUAGE
 - 1.2.1 Seção de Análise e Acompanhamento de Licitações, Dispensas e Inexigibilidades – SELDIN
 - 1.2.2 Seção de Análise e Acompanhamento da Gestão – SEAGES
 - 1.2.3 Seção de Análise e Acompanhamento de Despesas com Pessoal – SEDEPE
- 1.3 Subsecretaria de Auditoria – SUAUD
 - 1.3.1 Seção de Auditoria da Gestão – SEAUGE
 - 1.3.2 Seção de Auditoria Operacional – SEAOPÉ
 - 1.3.3 Seção de Auditoria Contábil – SEACON

2. Secretaria-Geral – SG

- 2.1 Gabinete – GAB-SG
- 2.2 Assessoria Especial da Secretaria-Geral – ASES-PG
- 2.3 Assessoria de Processamento e Apoio às Sessões – ASSES
- 2.4 Assessoria de Comunicação Social – ASCOM
 - 2.4.1 Assessoria de Multimídia – ASMUT
 - 2.4.1.1 Setor de Edição e Produção – SETEPO
 - 2.4.1.2 Setor de Rádio e TV – SETATV
 - 2.4.2 Assessoria de Imprensa – ASIMP
 - 2.4.2.1 Setor de Planejamento Visual – SETAVI
- 2.5 Ouvidoria – OUVIDORIA
- 2.6 Secretaria de Estratégia e Governança – SEG**
 - 2.6.1 Assessoria Especial de Inovação e Gestão da Informação – ASES-PGI
 - 2.6.1.1 Setor de Análise de Dados – SETADE
 - 2.6.2 Subsecretaria de Gestão Estratégica – SUEST
 - 2.6.2.1 Seção de Planejamento Estratégico – SEPLES
 - 2.6.2.2 Seção de Gestão de Projetos – SEGESP
 - 2.6.3 Subsecretaria de Modernização da Gestão – SUMOG
 - 2.6.3.1 Seção de Arquitetura Organizacional – SEAORG
 - 2.6.3.2 Seção de Aperfeiçoamento de Processos – SEPROC
- 2.7. Secretaria de Tecnologia da Informação – STI**
 - 2.7.1 Assessoria Especial de Governança de Tecnologia da Informação – ASES-PGTI
 - 2.7.2 Assessoria Técnica de Tecnologia da Informação – ASTEC-STI
 - 2.7.3 Subsecretaria de Engenharia de *Software* – SUSOF
 - 2.7.3.1 Seção de Sustentação de *Software* – SESUSO
 - 2.7.3.2 Seção de Projetos de *Softwares* Corporativos – SECORP
 - 2.7.3.3 Seção de Suporte à Engenharia de *Software* – SESUPE
 - 2.7.4 Subsecretaria de Infraestrutura e Suporte Técnico – SUTEC
 - 2.7.4.1 Seção de Suporte à Infraestrutura – SESINF
 - 2.7.4.2 Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário – SEATEN
 - 2.7.4.3 Seção de Suporte a Serviços – SESSER
 - 2.7.4.4 Seção de Segurança de Rede – SESERE
- 2.8. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO**
 - 2.8.1 Assessoria Técnica de Orçamento – ASTEC-ORC
 - 2.8.2 Setor de Avaliação de Banco de Dados e Indicadores Orçamentários – SETABI
 - 2.8.3 Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento – SUPLA
 - 2.8.3.1 Seção de Planejamento e Pesquisa – SEPLAN

- 2.8.3.2 Seção de Análise e Acompanhamento da Execução Orçamentária – SEANOR
- 2.8.3.3 Seção de Precatórios – SEPREC
- 2.8.4 Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira – SUPRO
- 2.8.4.1 Seção de Programação Orçamentária – SEPROR
- 2.8.4.2 Seção de Programação Financeira – SEPROF
- 2.8.4.3 Seção de Orientação Contábil e Análise de Custos – SECONT

3. Diretoria-Geral – DG

- 3.1 Gabinete – GAB-DG
- 3.2 Assessoria Jurídica – ASJUR
- 3.3 Assessoria Especial da Diretoria-Geral – ASESP-DG
- 3.4 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP**
 - 3.4.1 Assessoria Técnica de Gestão de Pessoas – ASTEC-GP
 - 3.4.2 Subsecretaria de Normas, Orientações e Direitos e Deveres – SUNOR
 - 3.4.2.1 Seção de Proposições Normativas – SENORM
 - 3.4.2.2 Seção de Orientações Normativas – SECORI
 - 3.4.2.3 Seção de Direitos e Deveres – SEDIRD
 - 3.4.3 Subsecretaria de Políticas de Gestão de Pessoas, Cargos e Remuneração – SUPEC
 - 3.4.3.1 Seção de Gestão de Rubricas, Cargos e Remuneração – SEGESC
 - 3.4.3.2 Seção de Alocação de Pessoas e de Gestão de Desempenho – SEADES
 - 3.4.3.3 Seção de Políticas de Gestão de Pessoas – SEPOGE
 - 3.4.4 Subsecretaria de Cadastro e Pagamento de Pessoal – SUPES
 - 3.4.4.1 Seção de Cadastro, Provimento e Vacância – SECADI
 - 3.4.4.2 Seção de Benefícios e Controle do Adicional de Qualificação – SEBENQ
 - 3.4.4.3 Seção de Pagamento de Pessoal – SEPAPE
- 3.5. Secretaria de Administração – SAD**
 - 3.5.1 Assessoria Técnica e Socioambiental – ASTEC-SOA
 - 3.5.1.1 Setor de Conformidade dos Registros de Gestão – SETGES
 - 3.5.2 Comissão Permanente de Licitação – CPL
 - 3.5.3 Subsecretaria de Material, Patrimônio e Contratos – SUMAP
 - 3.5.3.1 Seção de Compras e Contratos – SECOMP
 - 3.5.3.2 Seção de Material e Patrimônio – SEMAPA
 - 3.5.3.3 Seção de Diárias e Passagens – SEDIPA
 - 3.5.4 Subsecretaria de Serviços Gerais e Documentação – SUSED
 - 3.5.4.1 Seção de Serviços Gerais – SESEGE
 - 3.5.4.2 Seção de Serviços Gráficos – SEGRAF
 - 3.5.4.3 Seção de Protocolo e Expedição – SEPEXP
 - 3.5.4.4 Seção de Documentos e Arquivo – SEDARQ
 - 3.5.5 Subsecretaria de Execução Orçamentária e Financeira – SUOFI
 - 3.5.5.1 Seção de Planejamento e Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira – SEORFI
 - 3.5.5.2 Seção de Análise de Procedimentos Administrativos – SEPRAD
 - 3.5.5.3 Seção de Execução Orçamentária – SEORCA
 - 3.5.5.4 Seção de Execução Financeira – SEFINE
- 3.6 Secretaria de Arquitetura e Engenharia – SAE**
 - 3.6.1 Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Obras da Justiça Federal – SUPLO
 - 3.6.1.1 Seção de Planejamento de Obras da Justiça Federal – SEPLAO
 - 3.6.1.2 Seção de Acompanhamento Técnico de Obras – SEACOB
 - 3.6.2 Subsecretaria de Projetos e de Manutenção Predial – SUPRE
 - 3.6.2.1 Seção de Manutenção Predial – SEMANP

3.6.2.2 Seção de Projetos – SEPROJ

III – CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL – CG

1. Fórum Permanente de Corregedores da Justiça Federal

2. Juízes Auxiliares

3. Assessoria Especial – ASESP-CG

4. Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal – SCG

4.1 Seção de Autoinspeção – SEAINS

4.2 Coordenadoria de Análise Procedimental – COANP

4.3 Coordenadoria de Estatística – COESI

4.4 Coordenadoria de Feitos Administrativos – COFAD

IV – TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU

1. Comissão Permanente dos Coordenadores dos Juizados Especiais Federais

2. Secretaria da Turma Nacional de Uniformização – STU

2.1 Coordenadoria de Autuação e Apoio Administrativo ao Colegiado – COAUT

2.1.1 Seção de Autuação e Instrução Processual – SEAUIP

2.1.2 Seção de Apoio ao Julgamento e Instrução Processual – SEAJIP

2.2 Coordenadoria de Processamento de Feitos e Publicação de Atos Judiciais e de Jurisprudência – COPFE

2.2.1 Seção de Processamento de Petições, Intimação e Baixas – SEPEIB

2.2.2 Seção de Análise e Divulgação de Jurisprudência – SEJURI

V- CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS – CEJ

1. Conselho das Escolas da Magistratura Federal – CEMAF

2. Secretaria do Centro de Estudos Judiciários – SCE

2.1 Subsecretaria de Pesquisa e Programas Educacionais – SUPED

2.1.1 Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Programas Educacionais – COPAP

2.1.1.1 Seção de Planejamento de Programas Educacionais – SEEDUC

2.1.2 Coordenadoria de Desenvolvimento de Programas Educacionais – CODEP

2.1.2.1 Seção de Programas Educacionais de Especialização – SEPRES

2.1.2.2 Seção de Programas Educacionais a Distância – SEPRED

2.1.2.3 Seção de Eventos de Atualização – SEVATA

2.1.2.4 Seção de Aperfeiçoamento – SEAPEF

2.1.3 Coordenadoria de Estudos e Pesquisas – COPES

2.1.3.1 Seção de Desenvolvimento e Fomento à Pesquisa – SEPESQ

2.2 Subsecretaria de Informação Documental e Editoração – SUINF

2.2.1 Coordenadoria de Editoração – COEDI

2.2.1.1 Seção de Programação Visual e Arte-Final – SEPART

2.2.1.2 Seção de Edição e Revisão de Textos – SEDETE

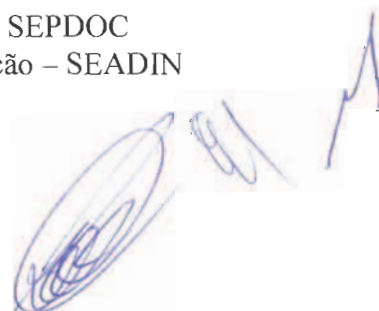
2.2.2 Coordenadoria de Atendimento ao Juiz Federal – COJUF

2.2.2.1 Seção de Informações Estratégicas – SEINES

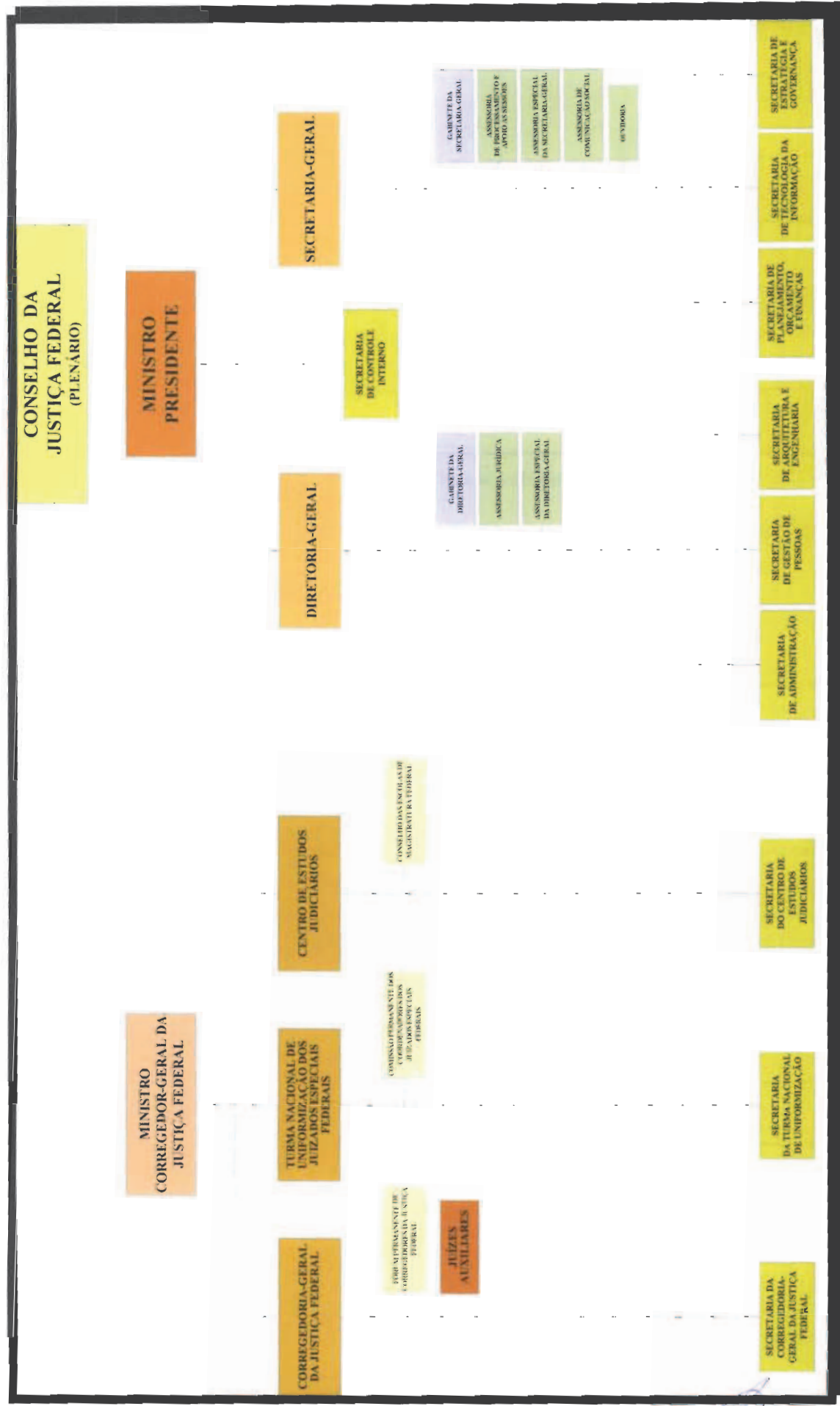
2.2.3 Coordenadoria de Biblioteca – COBIB

2.2.3.1 Seção de Processamento Técnico de Documentos – SEPDOC

2.2.3.2 Seção de Atendimento e Disseminação da Informação – SEADIN



Quadro 2.4.1 - Organograma



Quadro 2.4.2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/subunidades estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria de Controle Interno – SCI	Órgão central do Sistema de Controle Interno. Resolução CJF n. 85, de 11 de dezembro de 2009. Compete a essa unidade, subordinada diretamente à Presidência, comprovar a legalidade dos atos e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, além da orientação e supervisão dos procedimentos do Sistema de Controle Interno da Justiça Federal. No exercício de sua missão institucional, cabe à Secretaria de Controle Interno apoiar o órgão de controle externo, bem como, quando determinado, atuar em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça Federal.	Jesse Andros Pires de Castilho	Secretário de Controle Interno	1/1/2016 a 31/12/2016
Secretaria-Geral – SG	Compete a essa unidade, subordinada diretamente à Presidência, planejar, coordenar, orientar, controlar e avaliar as atividades das unidades que lhe são subordinadas, observadas as deliberações do Conselho, as diretrizes do Presidente, as orientações do Corregedor-Geral e os termos previstos no Regimento Interno e em regulamento específico, bem como assegurar a assessoria e o apoio técnico-administrativo necessários à preparação e à execução das atividades do Plenário.	Juiz Federal José Antonio Savaris	Secretário-Geral	1/1/2016 a 31/12/2016
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO	Órgão central do Sistema de Administração Orçamentária e Financeira. Resolução CJF n. 84, de 11 de dezembro de 2009. Compete a essa unidade coordenar as atividades de planejamento, orçamento e finanças no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, com vistas à elaboração dos orçamentos anuais e plurianuais, de créditos adicionais e das alterações no detalhamento da despesa, bem como acompanhar e avaliar a programação financeira do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus; estabelecer diretrizes básicas com o intuito de padronizar e racionalizar os procedimentos orçamentários, financeiros e operacionais em todos os níveis do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus; proceder a ações junto ao Congresso Nacional, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e ao Conselho Nacional de Justiça, entre outros órgãos, em assuntos orçamentários de interesse do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.	Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças	1/1/2016 a 31/12/2016

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria de Estratégia e Governança – SEG	Órgão central do Sistema de Desenvolvimento Institucional. Resolução n. 86, de 11 de dezembro de 2009. Compete a essa unidade orientar a formulação, a execução e a avaliação da estratégia para o aprimoramento da governança do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, estabelecer e propor projetos e metas corporativas e nacionais; mecanismos de gestão da informação prospectiva para tomada de decisão gerencial; critérios para avaliação da força de trabalho e da arquitetura organizacional; e medidas para modernização dos processos de trabalho.	Ivan Gomes Bonifácio	Secretário de Estratégia e Governança	1/1/2016 a 31/12/2016
Secretaria de Tecnologia da Informação – STI	Órgão Central do Sistema de Tecnologia da Informação. Resolução CJF n. 88, de 11 de dezembro de 2009. Compete a essa unidade coordenar o Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal; elaborar, implantar e manter o plano de gestão de tecnologia da informação do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus; desenvolver, implantar e dar manutenção a soluções informatizadas para o Conselho da Justiça Federal, bem como às soluções de âmbito nacional sob sua coordenação, além de realizar a orientação normativa e a supervisão técnica do sistema.	Lúcio Melre da Silva	Secretário de Tecnologia da Informação	1/1/2016 a 1/12/2016
		André Ricardo Lapetina Chiaratto	Secretário de Tecnologia da Informação	1/12/2016 a 31/12/2016
Diretoria-Geral – DG	Compete à Diretoria-Geral planejar, coordenar, orientar e avaliar as atividades das Secretarias de Administração, de Gestão de Pessoas, de Arquitetura e Engenharia e da Assessoria Jurídica, observadas as deliberações do Conselho, as diretrizes do Presidente e as orientações do Corregedor-Geral.	Eva Maria Ferreira Barros	Diretora-Geral	1/1/2016 a 31/12/2016
Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP	Órgão central do Sistema de Recursos Humanos. Resolução CJF n. 87, de 11 de dezembro de 2009. Compete a essa unidade coordenar o Sistema de Recursos Humanos e promover, por meio de políticas, diretrizes e normas, a gestão de pessoas, no que concerne a servidores, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.	Sheila Campello Farias Giballe	Secretária de Gestão de Pessoas	1/1/2016 a 31/12/2016
Secretaria de Arquitetura e Engenharia – SAE	Compete a essa unidade o planejamento, o acompanhamento e a inspeção de obras na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e a execução de projetos arquitetônicos, bem como a manutenção predial do Conselho da Justiça Federal.	Lúcio Castelo Branco	Secretário de Arquitetura e Engenharia	1/1/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria de Administração – SAD	Compete a essa unidade responder pela prestação dos serviços de compras e licitações, material e patrimônio, manutenção, serviços gráficos e gestão documental, bem como pela gestão orçamentária e financeira do Conselho da Justiça Federal, atuando, ainda, como apoio logístico para as ações desenvolvidas pelas unidades integrantes da estrutura do órgão.	César Augusto do Valle	Secretário de Administração	1/1/2016 a 1/9/2016/
		Misael Guerra Pessoa de Andrade	Secretário de Administração	2/9/2016 a 31/12/2016
Corregedoria-Geral da Justiça Federal – CG	Compete a essa unidade exercer a supervisão técnica e o controle da execução das deliberações do Plenário; receber as reclamações e notícias de qualquer interessado relativas aos magistrados federais e aos serviços judiciários auxiliares; realizar inspeção e correção permanentes ou periódicas, ordinárias ou extraordinárias e gerais ou parciais nos tribunais regionais federais; promover sindicâncias, inspeções e correções para apurar reclamações, representações e denúncias fundamentadas de qualquer interessado relativas aos magistrados de segundo grau; instaurar, instruir e preparar para deliberação do Plenário processo administrativo por infração disciplinar que envolva juizes federais de segundo grau, sem prejuízo da competência dos respectivos tribunais, nos termos da Lei Orgânica da Magistratura e da Constituição Federal.	Ministro Og Fernandes	Corregedor-Geral da Justiça Federal	1/1/2016 a 30/8/2016
		Ministro Mauro Campbell Marques		30/8/2016 a 31/12/2016
Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU	Compete a essa unidade processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material fundadas em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões ou em face de decisão de turma recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.	Ministro Og Fernandes	Presidente da Turma	1/1/2016 a 30/8/2016
		Ministro Mauro Campbell Marques	Nacional de Uniformização dos Juizados Federais Especiais	30/8/2016 a 31/12/2016
Centro de Estudos Judiciários – CEJ	Resolução CJF n. 83, de 11 de dezembro de 2009. Promove o aperfeiçoamento institucional, bem como a formação continuada de magistrados e servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus por meio de pesquisas e diagnósticos que identificam e propõem soluções para problemas que afetam seus órgãos, bem como realiza seminários, encontros e debates sobre questões jurídicas relevantes, abrangendo a geração, a gestão e a disseminação do conhecimento jurídico.	Ministro Og Fernandes	Diretor do Centro de Estudos Judiciários	1/1/2016 a 30/8/2016
		Ministro Mauro Campbell Marques		30/8/2016 a 31/12/2016

2.5 Macroprocessos finalísticos do Conselho da Justiça Federal

Em 2016 foi publicada a Portaria n. CJF-POR-2016/00022, de 19 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a aprovação do Referencial Metodológico de Gerenciamento por Processos no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Mencionado referencial foi atualizado, de modo a incluir metodologia e artefatos específicos com vistas à identificação, classificação e mitigação de riscos, bem como aquelas relacionadas à modernização administrativa e à melhoria das práticas de gestão. O novo ato normativo atende ao disposto no art. 11-A da Resolução n. CJF-RES-2014/00313, de 22 de outubro de 2014, que dispõe sobre a Gestão da Estratégia da Justiça Federal, com a redação dada pela Resolução n. CJF-RES-2015/00354, de 12 de agosto de 2015:

Art. 11-A. Para o alcance das metas estratégicas, devem ser desenvolvidos projetos, quando se tratar da implantação de um serviço ou de um produto inovador, ou realizada a otimização de processos, quando a iniciativa se relacionar com a melhoria de resultados operacionais e rotineiros, observados os referenciais metodológicos definidos pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal - COGEST e publicados por meio de portaria do presidente do Conselho da Justiça Federal.

O Referencial Metodológico de Processos da Justiça Federal conceitua cadeia de valor como a descrição dos elementos de negócio da organização, divididos em cenários e processos, utilizados para representar a visão estratégica dos processos. Os processos podem ser divididos em três categorias: processos gerenciais, diretamente relacionados à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento e o alcance das metas; os processos finalísticos, relacionados ao atendimento da missão da organização, por intermédio de sua cadeia de valor; e os processos de suporte, projetados para atender aos processos finalísticos e gerenciais, provendo-lhes com recursos ou com infraestrutura. Segundo o Referencial, o relacionamento entre os três grupos de processos resume o modelo de gestão, ou seja, a maneira como a organização se estrutura para atingir sua missão e seus objetivos estratégicos.

Assim, a cadeia de valor do CJF representa os principais macroprocessos desempenhados pelo Órgão, estabelecidos sob a ótica das suas competências legais e dos resultados esperados quanto à satisfação das necessidades dos tribunais regionais federais, das seções judiciárias e dos jurisdicionados.

O Comitê Gestor Institucional do CJF – CGI, instituído pelo art. 2º, inciso III, da Resolução n. CJF-RES-2014/00313, integrado pelo Secretário-Geral, que o coordena, o Diretor-Geral, um magistrado da Corregedoria-Geral da Justiça Federal e pelos titulares das unidades do CJF, reuniu-se no dia 10 de outubro de 2016, para, dentre outros assuntos, deliberar sobre a proposta de aprimoramento da cadeia de valor do CJF.

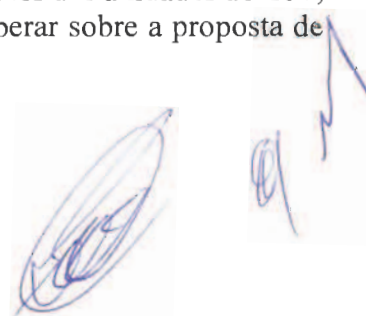


Figura 2.5.1 – Cadeia de valor



Em relação aos macroprocessos estabelecidos até a criação da Cadeia de Valor, percebeu-se a necessidade de aglutiná-los ou desdobrá-los visando melhor representar as atividades finalísticas e de suporte do CJF.

Na versão anterior, existiam os macroprocessos: Supervisão Administrativa e Orçamentária, Fiscalização e Controle Correicional, Estudos e Aprimoramento, Uniformização de Jurisprudência, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos e Suporte Administrativo, que incluíam todas as atividades sistêmicas do Conselho, sem, no entanto, identificá-las. Com a adoção do diagrama Cadeia de Valor, as atividades sistêmicas foram explicitadas, permitindo, dessa forma, maior clareza quanto às atribuições institucionais (figura 2.5.1).

Outro exemplo que demonstra a aplicabilidade da Cadeia de Valor refere-se à melhor representação dos processos de apoio e finalísticos. Na versão anterior o diagrama apresentava os macroprocessos Suporte Administrativo, Tecnologia da informação e Recursos Humanos (atual Gestão de Pessoas), sem distinguir a qual função pertenciam – sistêmica ou de apoio. Na versão apresentada da Cadeia de Valor, os processos relativos às funções sistêmicas e de apoio pertencentes à Tecnologia da Informação e Gestão de Pessoas foram destacados, ou seja, constam na Atividade Administrativa Sistêmica (finalística), bem como na Atividade Apoio (suporte).

Os macroprocessos e os processos de primeiro nível do Conselho da Justiça Federal permitem uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da organização, explicitando, assim, como este Conselho opera para realizar sua missão de contribuir para a excelência dos serviços da Justiça Federal.

Classificam-se em três grupos de atividades: Administrativa Sistêmica, Jurisdiccional e de Apoio, conforme quadro a seguir:

Quadro 2.5.2 Descrição dos macroprocessos

Atividade	Macroprocesso	Descrição	Processos de 1º nível	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
Administrativa Sistêmica (Finalístico)	Formular e deliberar políticas	Conjunto de processos destinados a estabelecer diretrizes, normatizar, propor e estabelecer a gestão continuada e de melhorias, a inovação e a estratégia.	Elaborar proposta de aprimoramento, normatizar.	Resoluções, portarias, instruções normativas, provimentos, manual de orientações, manual de procedimentos.	Órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Sociedade.	Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça Federal; Secretaria-Geral; Diretoria-Geral.
	Coordenar os sistemas da Justiça Federal	Conjunto de processos por meio dos quais são coordenados os sistemas de recursos humanos, gestão documental e de informação, administração orçamentária e financeira, controle interno e de informática, gestão de obras, além de outros que necessitem de coordenação.	Gerir a estratégia, políticas de pessoal, política patrimonial, Gerir orçamento e finanças, política de tecnologia da informação.	Projetos, estudos, proposições normativas, processos administrativos.	Órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Magistrados e servidores da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.	Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Controle Interno, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Estratégia e Governança, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, Secretaria do Centro de Estudos Judiciários, Secretaria de Arquitetura e Engenharia.
	Controlar e fiscalizar	Conjunto de processos destinados a avaliar e comprovar a legalidade de atos e resultados da prestação judicial e da gestão administrativa, orçamentária e patrimonial, bem como orientar e supervisionar os procedimentos de controle interno do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus e os processos de trabalho destinados a apoiar o órgão de controle externo.	Processar os feitos da competência da Corregedoria-Geral, realizar auditoria e fiscalização, Realizar inspeção e correção.	Relatório de inspeção, Relatório de autoinspeção, Relatório de acompanhamento das determinações da Corregedoria-Geral da Justiça Federal; Relatório de Sindicância; Relatório de auditorias; Relatório de Acompanhamento da Gestão.	Órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Comunidade Jurídica. Sociedade.	Corregedoria-Geral da Justiça Federal; Secretaria de Controle Interno.
	Gerir informações e conhecimento	Conjunto de processos destinados a promover o aperfeiçoamento e a capacitação de pessoal, pesquisas, diagnósticos, gestão documental, disseminação de conhecimento jurídico, técnico, tecnológico e de dados estatísticos.	Fomentar o conhecimento, Realizar a gestão documental, Disseminar informações.	Eventos externos e internos, presenciais e a distância, pesquisas institucionais, publicações institucionais, planos estratégicos, relatórios de acompanhamento da estratégia.	Magistrados e servidores da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Comunidade jurídica. Sociedade.	Centro de Estudos Judiciários; Secretaria de Estratégia e Governança, Assessoria de Comunicação Social.

Atividade	Macroprocesso	Descrição	Processos de 1º nível	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
Jurisdiccional (finalístico)	Uniformizar a jurisprudência dos juizados especiais federais	Conjunto de processos destinados a processar e julgar incidentes de uniformização de interpretação de lei federal fundados em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões ou em face de decisão de turma recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.	Processar incidentes de uniformização, Divulgar jurisprudência.	Recursos (incidentes de uniformização e agravos) julgados, com sinalização da jurisprudência para os juizados especiais federais.	Juizados especiais federais; membros da advocacia; partes jurisdicionadas; Sociedade.	Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
Apoio	Prestar suporte administrativo ao Conselho da Justiça Federal	Conjunto de atividades que visam prover e promover, no CJF, a gestão de pessoas, a realização de estudos e aperfeiçoamento, a gestão administrativa e orçamentária, o controle administrativo, a gestão de serviços, obras e patrimônio, bem como suprir recursos de tecnologia da informação.	Gerir pessoal, Prestar suporte administrativo, Gerir recursos tecnológicos.	Processos administrativos internos; atos de gestão internos; atos normativos internos.	Unidades do CJF, magistrados e servidores do CJF.	Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Arquitetura e Engenharia, Secretaria do Centro de Estudos Judiciários.

Os macroprocessos dos grupos Atividade Administrativa Sistêmica e Atividade Jurisdicional estão relacionados diretamente aos produtos e serviços que o Conselho disponibiliza segundo sua competência legal, ao passo em que os de Apoio dão suporte àqueles, de forma a garantir a geração de valor para a Justiça Federal.

Além das ações e resultados descritos na Seção 3, itens 3.1 e 3.1.1 deste relatório, os órgãos sistêmicos do CJF atuaram nas seguintes ações, conforme os macroprocessos do Órgão:

I – Macroprocesso “Formular e deliberar políticas”

Sessões do Colegiado do CJF

Em 2016, o Colegiado do Conselho da Justiça Federal realizou nove sessões ordinárias e duas extraordinárias, tendo julgado 101 processos administrativos.

Quadro 2.5.3 Sessões do Colegiado

		DATA	LOCAL	N. DE PROCESSOS JULGADOS
SESSÃO DO CJF	ordinária	17/2/2016	Brasília/DF	4
	ordinária	7/4/2016	Brasília/DF	22
	ordinária	3/5/2016	Brasília/DF	9
	ordinária	6/6/2016	Recife/PE	9
	extraordinária	23/6/2016	Brasília/DF	7
	extraordinária	8/8/2016	Brasília/DF	10
	ordinária	22/8/2016	Brasília/DF	3
	ordinária	26/9/2016	Brasília/DF	11
	ordinária	27/10/2016	Brasília/DF	10
	ordinária	22/11/2016	Brasília/DF	9
	ordinária	12/12/2016	Brasília/DF	7
Total de processos julgados				101

Resoluções

O Colegiado do CJF aprovou, em 2016, 49 resoluções, de n. 386 a 434, destacando-se as seguintes:

Resolução n. CJF-RES-2016/00386, de 29 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução n. CJF-RES-2013/00233, de 4 de março de 2013, que trata do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais – PNA.

Em sessão realizada no dia 14 de dezembro de 2015, o Plenário do CJF aprovou a atualização do PNA, que traça as diretrizes para a atuação das escolas de magistratura federal e do Centro de Estudos Judiciários, especialmente no que concerne aos programas de formação inicial e continuada, de formação de formadores, de pesquisa, de editoração e de intercâmbio.

A proposta é resultado do trabalho do Conselho das Escolas da Magistratura Federal – CEMAF e do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e Pesquisa – CTAP e visa adequar o PNA para o biênio 2015/2016, a fim de dar cumprimento à determinação constante nos incisos II e III, art. 38, da Resolução n. CJF-RES-2013/00233.

O texto aprovado beneficiará o magistrado que possua titulação em cursos de mestrado ou doutorado, não exigindo que este, após a obtenção do título e por um período de tempo determinado, tenha de se submeter a cursos de aperfeiçoamento, para fins de promoção por merecimento, o que não ocorrerá com magistrados que não tenham a referida titulação.

Resolução n. CJF-RES-2016/00389, de 22 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a alteração de dispositivo do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal – RICJF.

Em sessão realizada em 7 de abril, o CJF referendou a citada norma, alterando parte do Regimento Interno do órgão. A alteração atende à determinação da Resolução n. 202, de 27 de outubro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamentou o prazo para a devolução dos pedidos de vista nos processos judiciais e administrativos no âmbito do Poder Judiciário.

Resolução n. CJF-RES-2016/00390, de 19 de abril de 2016, que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução n. CJF-RES-2015/00341, de 25 de março de 2015.

Foi aprovada na sessão de 7 de abril a revisão da Resolução n. CJF-RES-2015/00341, que regulamentou a gratificação a magistrados por exercício cumulativo de jurisdição, benefício previsto na Lei n. 13.093, de 12 de janeiro de 2015. A revisão geral da citada resolução atende ao estabelecido por seu próprio art. 20, segundo o qual, após seis meses de vigência, deveria se proceder ao reexame do texto.

Dessa forma, o relator apresentou proposições de revisão, todas aprovadas pelo Colegiado: a revogação da hipótese de compensação e do limite temporal máximo mensal para acumulação de jurisdição; a definição do conceito de “acervo” e fixação do quantitativo de processos; a adequação do texto para inclusão proporcional da gratificação como base de cálculo da gratificação natalina; bem como a necessidade de atendimento ao art. 8º, § 2º, da Resolução CJF n. 001, de 20 de fevereiro de 2008.

Resolução n. CJF-RES-2016/00392, de 19 de abril de 2016, que dispõe sobre a alteração de dispositivos no Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, anexo da Resolução n. CJF-RES-2015/00345, de 2 de junho de 2015.

O Plenário do CJF aprovou, na sessão de 7 de abril, a revisão do Regimento Interno da TNU, em decorrência da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, que instituiu o novo Código de Processo Civil.

Dentre as principais alterações, destacam-se a previsão, no sistema dos juizados especiais federais, da sistemática de resolução de demandas repetitivas introduzidas pelo novo Código de Processo Civil; a alteração dos dispositivos que tratam do agravo interno; e a previsão da contagem dos prazos em dias úteis.

Resolução n. CJF-RES-2016/00393, de 19 de abril de 2016, que dispõe sobre a alteração e a inclusão de dispositivos na Resolução n. CJF-RES-2015/00347, de 2 de junho de 2015, que trata da compatibilização dos regimentos internos das turmas recursais e das turmas regionais de

uniformização dos juizados especiais federais e a atuação dos magistrados integrantes dessas turmas com exclusividade de funções.

Com as mudanças ocorridas no Regimento Interno da TNU, o Colegiado aprovou, na mesma sessão de 7 de abril, três alterações pontuais na Resolução n. CJF-RES-2015/00347 para adequá-la ao novo regramento da TNU, citado no item anterior.

Resolução n. CJF-RES-2016/00394, de 19 de abril de 2016, que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução n. CJF-RES-2014/00294, de 4 de junho de 2014, que dispõe sobre a concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Aprovada na sessão de 7 de abril, a proposta teve o objetivo de minimizar divergências quanto ao pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC, ao alterar vários dispositivos da Resolução n. CJF-RES-2014/00294 para introduzir ou excluir determinadas exigências aos servidores ou magistrados que percebem a referida gratificação.

Resolução n. CJF-RES-2016/00395, de 26 de abril de 2016, que dispõe sobre alteração da Resolução n. CF-RES-2012/00224, de 26 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o reconhecimento, a atualização e o pagamento de passivos no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O Colegiado do Conselho da Justiça Federal, em sessão realizada no dia 6 de junho, em Recife/PE, referendou ato do Presidente deste órgão, que alterou a Resolução n. CF-RES-2012/00224, dando nova redação aos incisos II e III do art. 6º e aos incisos I e II do art. 15 do aludido ato normativo. Assim, de acordo com o novo inciso II do art. 6º, deve-se atualizar monetariamente o valor nominal de cada parcela mensal. Em relação ao inciso III do mesmo dispositivo, deverá ser aplicado, dependendo do caso, o percentual sobre cada parcela atualizada, mediante o somatório dos índices dos meses transcorridos. Já os incisos I e II do art. 15 disciplinam quais são os novos índices mensais e as taxas de atualização monetária.

A referida norma foi alterada para adequá-la à Resolução n. 16, de 10 de dezembro de 2015, do Superior Tribunal de Justiça, bem como à decisão do Supremo Tribunal Federal que, no julgamento das ADIs n. 4.357/DF e 4.425/DF, declarou a inconstitucionalidade parcial do art. 100, § 12, da Constituição, especificamente em relação à expressão “índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança”.

Ademais, entendeu o Colegiado que até a decisão final do STF, a TR permanece sendo adotada para o período anterior a 25 de março de 2015.

Resolução n. CJF-RES-2016/00397, de 4 de maio de 2016, que dispõe sobre a instituição do Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação.

O Colegiado do CJF, reunido em 3 maio, aprovou a criação do citado fórum, dos princípios que deverão ser observados nas suas atividades, seus objetivos e a periodicidade das reuniões. O fórum tem composição interdisciplinar com a participação de representantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Justiça Federal (JF), da Advocacia-Geral da União (AGU), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria Pública da União (DPU), e do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), sob a presidência do Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal.

Foram observados, na elaboração da norma, os dados estatísticos coletados em junho de 2015, e que apontaram a existência de 1.784.886 de processos previdenciários, ou de 24% dos 7.518.195 de causas que estão em andamento na esfera federal. Os números evidenciaram a necessidade de padronizar os procedimentos nos processos e também na conciliação em matéria previdenciária. Em ambos os casos, apontaram a necessidade de aperfeiçoar essas práticas, com rápida e efetiva solução dos processos.

Resolução n. CJF-RES-2016/00398, de 4 de maio de 2016, que dispõe sobre a política judiciária de solução consensual dos conflitos de interesses no âmbito da Justiça Federal e dá outras providências.

A citada norma foi aprovada na sessão de 3 de maio. A política de tratamento dos conflitos foi demandada pelo grupo de trabalho designado para criar as regras e os procedimentos que serão adotados nos núcleos de conciliação dos tribunais regionais federais (TRFs).

A resolução prevê a instalação de um setor específico para o desempenho dessa atividade em cada tribunal e elenca a designação de audiências de conciliação como atividade a ser praticada pelo magistrado imediatamente após o recebimento da petição inicial.

Resolução n. CJF-RES-2016/00399, de 4 de maio de 2016, que dispõe sobre a revogação do art. 69 da Resolução n. 4, de 14 de março de 2008.

Em sessão realizada em 3 de maio, o CJF aprovou a revogação do art. 69 da Resolução n. 4/2008, que trata especificamente do limite de tempo para a concessão do auxílio-moradia a servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O texto suprimido da resolução enunciava que “o auxílio-moradia não será concedido por prazo superior a oito anos dentro de cada período de doze anos, ainda que o servidor mude de cargo ou de município de exercício do cargo”.

A proposta de revogação do art. 69 foi motivada pela edição da Medida Provisória n. 632, de 24 de dezembro de 2013, que revogou o art. 60-C da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cujo dispositivo também regulamentava o prazo para concessão de auxílio-moradia dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas. Posteriormente a Lei n. 12.998, de 18 de junho de 2014 – lei de conversão da MP n. 632/2013 – disciplinou a matéria da mesma forma, revogando-se a restrição prevista no art. 60-C da Lei n. 8.112/1990.

Então, a revogação expressa do art. 69 foi necessária, pois a Medida Provisória n. 632/2013 não foi convertida em lei tempestivamente, tendo perdido sua eficácia desde a sua edição. Assim, os efeitos trazidos pela revogação do art. 69 da Resolução CJF n. 4/2008 devem ocorrer, somente, a partir de 20 de junho de 2014, início da vigência da Lei n. 12.998.

Resolução n. CJF-RES-2016/00400, de 4 de maio de 2016, que dispõe sobre a instituição do Observatório da Estratégia da Justiça Federal como repositório oficial de informações da Justiça Federal, cria o Índice de Governança da Justiça Federal – iGovJF e dá outras providências.

Aprovada na sessão plenária do dia 3 de maio, a aludida norma regulamenta o Observatório da Estratégia da Justiça Federal, que tem o objetivo de acompanhar, monitorar, motivar e comunicar as ações vinculadas à estratégia da Justiça Federal descritas na Resolução n. CJF-RES-2014/00313, de 22 de outubro de 2014.

Outro fator preponderante na resolução é a criação do Índice de Governança da Justiça Federal (iGovJF) que permitirá o diagnóstico do nível de maturidade da governança da Justiça Federal, abarcando cinco dimensões: estrutura e funcionamento da rede de governança; gestão de pessoas e da informação; execução da estratégia – melhoria e inovação; monitoramento e avaliação de resultados; e comunicação, relacionamento institucional e transparência.

Resolução n. CJF-RES-2016/00401, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre a alteração da Resolução n. 4, de 14 de março de 2008.

Foi aprovada na sessão realizada no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife/PE, no dia 6 de junho, mudança na Resolução n. 4/2008, que regulamenta, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, a concessão de vários benefícios, dentre os quais, a prestação do serviço extraordinário.

A alteração do documento teve como objetivo ajustar-se à Resolução n. 88, de 8 de setembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que versa sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, de modo a dispor que as horas efetivamente trabalhadas pelo servidor acima da jornada e até a oitava hora de trabalho não são consideradas horas extras, vedada sua remuneração.

Resolução n. CJF-RES-2016/00406, de 9 de junho de 2016, que dispõe sobre o depósito judicial, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

A norma foi aprovada em sessão realizada em 6 de junho. Com a decisão, fica revogada a Resolução n. 181, de 17 de dezembro de 1996.

De acordo com o texto aprovado, o depósito judicial deve ser realizado por meio da Guia de Depósito Judicial, gerada pela Caixa Econômica Federal (CEF) e disponibilizada ao depositante. Os comprovantes de depósitos judiciais terão as seguintes destinações: caixa da CEF; responsável pelo depósito; setor de controle dos depósitos na CEF; unidade judiciária; e depositante.

Além disso, as contas abertas para o depósito judicial serão individualizadas quando houver mais de um contribuinte ou depositante na ação judicial, devendo a CEF disponibilizar ao juiz federal os movimentos dos depósitos judiciais.

Resolução n. CJF-RES-2016/00407, de 10 de junho de 2016, que dispõe sobre a alteração do art. 6º, do anexo I e da inclusão do anexo II na Resolução CJF n. 67, de 3 de julho de 2009, que trata sobre normas para a realização do concurso público para investidura no cargo de juiz federal substituto, no âmbito da Justiça Federal.

Aprovada no dia 6 de junho, durante sessão plenária realizada em Recife/PE, a norma altera o art. 6º da Resolução CJF n. 67/2009 e, além de ajustar o Anexo I, também propõe a inclusão dos §§ 1º, 2º e 3º. O § 1º, por exemplo, trata da inserção de conteúdo sobre noções gerais de Direito e formação humanística na segunda etapa do concurso, havendo, então, a necessidade da inclusão do Anexo II para discriminar o referido conteúdo.

O § 2º, por sua vez, prevê a possibilidade de adequações necessária ao Anexo I pelos tribunais regionais federais. Já o § 3º enfatiza que é necessário focar em questões que objetivem medir as habilidades essenciais às funções do cargo.

Resolução n. CJF-RES-2016/00409, de 29 de junho de 2016, que dispõe sobre a prorrogação da licença-paternidade no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Aprovada em sessão extraordinária realizada no dia 23 de junho, a norma estendeu o período da licença-paternidade de cinco dias, já conferidos por lei, por mais 15 (quinze) dias aos servidores e magistrados do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. A decisão utilizou como parâmetro o art. 1º, inciso II, da Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008, com a redação alterada pelo art. 38 da Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016.

A prorrogação da licença-paternidade por 15 (quinze) dias é condicionada aos seguintes requisitos cumulativos: a) requerimento no prazo de até dois dias úteis após o início da licença; b) comprovação de participação em programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável, salvo se não disponível a atividade na subseção em que se encontra o magistrado ou servidor; c) a declaração de não exercício de atividade remunerada durante o período de prorrogação. Há também a possibilidade da prorrogação nos casos de adoção ou guarda judicial de menor para fins de adoção.

Resolução n. CJF-RES-2016/00410, de 30 de agosto de 2016, que dispõe sobre o afastamento de magistrados da Justiça Federal para fins de aperfeiçoamento profissional, a que se refere o art. 73, I, da Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979, e para a participação em eventos promovidos por Escola de Magistratura Federal ou indicados no Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa – PNA.

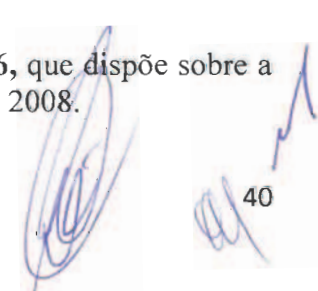
A proposta de regulamentação surgiu por determinação do Conselho Nacional de Justiça, provocada pelo PCA n. 0006211-62.2012.2.00.0000, formulado por juiz federal substituto da 1ª Região, que se sentiu prejudicado após negativa de seu pedido de afastamento por um prazo de 90 dias para elaboração de trabalho de conclusão do curso de mestrado, entendendo ser necessário que o CJF fixasse orientação a respeito do tema.

Após análises e discussões a respeito do texto da minuta, bem como a apresentação de votos-vista de outros conselheiros nos quais se propuseram ajustes na sua redação, o texto final da resolução foi aprovado em sessão do dia 30 de agosto de 2016. O ato normativo prevê no art. 27 a hipótese de afastamento para elaboração de dissertação ou tese, com defesa oral, que poderá ser concedido por até 60 e 120 dias, respectivamente, desde que o magistrado não tenha se afastado durante a realização do curso.

Resolução n. CJF-RES-2016/00417, de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução n. CJF-RES-2015/00347, de 2 de junho de 2015, que trata da compatibilização dos regimentos internos das turmas recursais e das turmas regionais de uniformização dos juizados especiais federais e à atuação dos magistrados integrantes dessas turmas com exclusividade de funções.

Foram três as alterações efetuadas na Resolução n. CJF-RES-2015/00347: o impedimento do seguimento de incidentes regionais nas hipóteses em que o tema já se encontra uniformizado no âmbito nacional; a extinção da decisão de admissibilidade em primeiro grau nos recursos contra a sentença; e a possibilidade de interposição de recurso nominado contra sentença extintiva sem resolução do mérito em matéria cível.

Resolução n. CJF-RES-2016/00423, de 28 de novembro de 2016, que dispõe sobre a alteração do art. 58, parágrafo único, da Resolução CJF n. 4, de 14 de março de 2008.



Aprovada em sessão de 22 de novembro, a resolução majorou a atual indenização de transporte paga aos oficiais de justiça em 10%, o que corresponde a R\$ 1.479,47 (um mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos). A decisão altera o art. 58, parágrafo único, da Resolução n. 4/2008, que trata do tema.

Resolução n. CJF-RES-2016/00424, de 28 de novembro de 2016, que dispõe sobre alteração da Resolução CJF n. 4, de 14 de março de 2008, que regulamenta, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, entre outros direitos, o auxílio pré-escolar.

Aprovada na sessão de 22 de novembro, a proposta altera dispositivos da Resolução n. 4/2008, para excluir a participação dos servidores e magistrados no custeio do auxílio pré-escolar.

Tal proposição originou-se mediante a provocação da Advocacia-Geral da União (AGU), que encaminhou ao CJF parecer com força executória sobre os efeitos da antecipação de tutela concedida em favor da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), nos autos do Processo n. 37364-69.2013.4.01.3400. Na decisão, foi determinado que a União Federal se abstivesse de exigir a cota de participação no custeio pré-escolar recebido mensalmente pelos magistrados substituídos.

Resolução n. CJF-RES-2016/00432, de 13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Projeto Político-Pedagógico para Capacitação e Desenvolvimento dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Aprovada no dia 12 de dezembro, a resolução subsidiará a elaboração dos Programas Nacionais e Planos Anuais de Capacitação e irá nortear a formação continuada de servidores para uma atuação profissional e social produtiva, responsável e sustentável, por meio de abordagem interdisciplinar, que privilegia o protagonismo do educando na construção do conhecimento e busca, no cotidiano do trabalho, dos insumos para o processo de aprendizagem.

Demais resoluções aprovadas pelo CJF em 2016:

Resolução n. CJF-RES-2016/00387, de 3 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a reabertura de créditos especiais.

Resolução n. CJF-RES-2016/00388, de 18 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre os prazos de abertura dos créditos adicionais autorizados pela Lei n. 13.242, de 30 de dezembro de 2015.

Resolução n. CJF-RES-2016/00391, de 19 de abril de 2016, que modificou tão somente a estrutura da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças.

Resolução n. CJF-RES-2016/00396, de 4 de maio de 2016, que dispõe sobre a autorização para o afastamento de magistrados para a participação em eventos no exterior com duração superior a 30 dias.

Resolução n. CJF-RES-2016/00402, de 9 de junho de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00403, de 9 de junho de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00404, de 9 de junho de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00405, de 9 de junho de 2016, que dispõe sobre a regulamentação, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, dos procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, à compensações, ao saque e ao levantamento dos depósitos.

Resolução n. CJF-RES-2016/00408, de 29 de junho de 2016, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00411, de 8 de setembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00412, de 8 de setembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00413, de 8 de setembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00414, de 14 de outubro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00415, de 14 de outubro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00416, de 14 de outubro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00418, de 9 de novembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00419, de 9 de novembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00420, de 9 de novembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00421, de 9 de novembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00422, de 9 de novembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00425, de 1º de dezembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00426, de 1º de dezembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00427, de 1º de dezembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.



Resolução n. CJF-RES-2016/00428, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00429, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00430, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00431, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

Resolução n. CJF-RES-2016/00433, de 21 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a alteração do art. 2º da Resolução n. CJF-RES-2016/00423, de 28 de novembro de 2016.

Resolução n. CJF-RES-2016/00434, de 22 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

II – Macroprocesso “Coordenar os sistemas da Justiça Federal”

O Conselho, conforme já mencionado, coordena os sistemas de administração orçamentária e financeira, de gestão de obras, de controle interno, de desenvolvimento institucional, de gestão documental, de comunicação institucional, de recursos humanos e de tecnologia da informação, que funcionam mediante participação integrada dos tribunais regionais federais e das seções judiciárias, sob a coordenação da Secretaria-Geral e da Diretoria-Geral.

II.1 Sistema de Administração Orçamentária e Financeira

O Sistema de Administração Orçamentária e Financeira instituído pela Resolução CJF n. 84, de 11 de dezembro de 2009, atuou nas seguintes ações:

- a) coordenação das atividades de elaboração do orçamento anual, dos créditos adicionais e do plano plurianual junto à Secretaria do Conselho e dos tribunais regionais federais;
- b) coordenação e orientação da programação e da execução orçamentária e financeira do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;
- c) execução de 99,22% das dotações consignadas no orçamento da Justiça Federal, não inclusas as despesas com precatórios e requisições de pequeno valor;

✓ Registre-se que, em 2016, foi consignado, na Lei Orçamentária para as unidades da Justiça Federal, incluindo o CJF, o valor de R\$ 9.797.077.381,00 (nove bilhões, setecentos e noventa e sete milhões, setenta e sete mil, trezentos e oitenta e um reais) representando, aproximadamente, 25,49% em relação ao total do orçamento para o Poder Judiciário da União e 0,79% em relação ao Orçamento Geral da União, excluindo os valores relativos a encargos financeiros da União, transferências a estados, Distrito Federal e municípios, operações oficiais de crédito e refinanciamento da dívida pública mobiliária federal.

✓ Considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício, no valor de R\$ 606.473.976,00 (seiscentos e seis milhões, quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e setenta e seis reais), a dotação autorizada para a Justiça Federal foi da ordem de R\$ 10.403.551.357,00 (dez

bilhões, quatrocentos e três milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e trezentos e cinquenta e sete reais). Desse valor, executou-se o montante de R\$ 10.273.225.653,51 (dez bilhões, duzentos e setenta e três milhões, duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e um centavos), o que equivale a 99,22% do orçamento autorizado. Conforme constou dos relatórios bimestrais de avaliação de receitas e despesas primárias da Secretaria de Orçamento Federal, não houve limitação de empenho e de movimentação financeira no âmbito da Justiça Federal.

d) execução de 98,39% das dotações descentralizadas aos tribunais regionais federais para o pagamento das sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor);

✓ Em 2016 foi disponibilizada, para o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor – RPVs), dotação da ordem de R\$ 27.917.567.434,00 (vinte e sete bilhões, novecentos e dezessete milhões, quinhentos e sessenta e sete mil e quatrocentos e trinta e quatro reais), incluídas nesse montante aquelas relativas ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS) e ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), à contribuição patronal da União ao Plano de Seguridade Social do Servidor Civil (PSS), como também os provenientes de créditos adicionais. Desse montante, foi executado o valor total de R\$ 27.468.647.528,27 (vinte e sete bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), incluindo os valores inscritos em restos a pagar, o que corresponde a 98,39 % de execução em relação à dotação autorizada.

e) constatação de que, segundo o relatório de acompanhamento da execução física (fonte: Sistema SIOP), as dotações consignadas à Justiça Federal têm contribuído para o aumento proporcional dos processos julgados da Justiça Federal.

Grupo de Precatórios

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF acompanhou as atividades do Grupo de Trabalho sobre Precatórios, integrado por representantes dos tribunais regionais federais, coordenado pelo Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, na forma definida na Portaria n. CJF-POR-2014/00233, de 2 de junho de 2014. As atividades do grupo, em 2016, voltaram-se ao aperfeiçoamento das regras estabelecidas na Resolução CJF n. 168, de 5 de dezembro de 2011, visando à uniformização dos procedimentos administrativos de pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado sob a forma de precatórios e requisições de pequeno valor.

No exercício, o grupo emitiu a Nota Técnica objeto do Ofício GTPrec n. 59/2016, de 5/5/2016, que teve por objeto a atualização da Resolução CJF n. 168/2011, em decorrência da qual foi aprovada a Resolução n. CJF-RES-2016/00405, de 9 de junho de 2016, com revogação do ato anterior, conforme consta do Processo Administrativo n. CJF-PPN-2015/00043.

Emitiu, ainda, a Nota Técnica objeto do Ofício GTPrec n. 60/2016, que teve por objeto a apresentação de minuta de regulamento com vistas à instituição de rotinas para a expedição de ofícios requisitórios pelas unidades de conciliação nos procedimentos pré-processuais no âmbito da Justiça Federal, conforme consta do Processo Administrativo n. CJF-PPN-2013/00069.

Grupo AJG (Assistência Judiciária Gratuita)

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF acompanhou também as atividades do Grupo de Trabalho sobre a Assistência Judiciária Gratuita na Justiça Federal, integrado

por representantes da Justiça Federal de primeiro grau e dos tribunais regionais federais e coordenado pelo Juiz Federal Artur César de Souza, na forma definida na Portaria n. CJF-POR-2015/00477, de 5 de novembro de 2015.

As atividades do grupo, em 2016, voltaram-se ao aperfeiçoamento das regras estabelecidas na Resolução n. CJF-RES-2014/00305, de 7 de outubro de 2014, a qual se destina ao controle do pagamento de honorários advocatícios e periciais na prestação da justiça gratuita; bem como ao acompanhamento das rotinas de manutenção e aperfeiçoamento do Sistema Eletrônico Assistência Judiciária Gratuita – AJG/JF.

Sistema PRECJUD

O Sistema de Precatórios e RPVs na Justiça Federal – PRECJUD, desenvolvido pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação do CJF, tem como objetivo a uniformização de procedimentos para apresentação e consolidação dos dados das sentenças judiciais transitadas em julgado, no âmbito da Justiça Federal, garantindo a comunicação entre os tribunais regionais federais e o Conselho da Justiça Federal de forma segura, eficiente e padronizada, nos prazos estabelecidos pela legislação, para inclusão em proposta orçamentária e posterior pagamento.

No exercício de 2016, houve a migração das bases de dados de precatórios dos tribunais regionais federais para o Sistema SIOP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas à apresentação da proposta orçamentária anual de precatórios para o exercício de 2016, mediante carga dos arquivos gerados pelos tribunais regionais federais ao Sistema SIOP via *webservice*, observando a mesma estrutura de dados desenvolvida no Sistema PrecJud.

Outras atividades voltadas à coordenação sistêmica foram desenvolvidas pela Seção de Contabilidade – SECONT da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, destacando-se a emissão de orientações às unidades administrativas do Conselho e dos tribunais regionais federais relativas às normas aplicáveis à gestão orçamentária, financeira e patrimonial; o acompanhamento, o monitoramento e a supervisão do registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus; a orientação às unidades de execução orçamentária e financeira do Conselho e dos TRFs, para posterior e similar orientação às unidades vinculadas da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, quanto à implementação e operacionalização do novo SIAFI; e o registro da conformidade contábil do Conselho da Justiça Federal, do Órgão e do Órgão Superior 12000 – Justiça Federal, para posterior verificação pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, mediante registro da conformidade mensal do Balanço Geral da União – BGU.

II.2 Sistema de Gestão de Obras

Comitê Técnico de Obras Nacional

A Secretaria de Arquitetura e Engenharia trabalha no levantamento de informações e pesquisas sobre projetos e obras da Justiça Federal. Também é responsável pela gestão das reuniões do Comitê Técnico de Obras Nacional – CTO-N, garantindo que os principais temas sobre edificações sejam permanentemente debatidos, proporcionando a intermediação na troca de experiências entre as áreas técnicas de todo o Brasil.

Em 2016, foram realizadas quatro reuniões do Comitê Técnico de Obras Nacional, todas por videoconferência, as quais trataram de temas como a atuação profissional na elaboração de projetos arquitetônicos, o Plano Estratégico de Edificações, a discussão do indicador a ser adotado como limitador dos custos das obras, e a aprovação do projeto de Sinalização Universal da Justiça Federal.

Hoje, a Justiça Federal ocupa cerca de 430 edifícios espalhados por 296 municípios do Brasil. Esse universo representa aproximadamente 1.500.000 m² de área construída.

A Secretaria de Arquitetura e Engenharia do CJF também atua no planejamento e no acompanhamento de projetos orçamentários de obras da Justiça Federal mediante a análise e a emissão de parecer técnico em todos os pedidos de recursos para obras da Justiça Federal, visando à aprovação ou à revisão do Plano de Obras da Justiça Federal pelo Plenário do CJF, bem como dos projetos advindos de emendas parlamentares.

Do valor solicitado para obras em 2016, para análise técnica de priorização de obras das cinco Regiões, foi incluído no Plano de Obras da Justiça Federal o montante de R\$ 287.242.427,00 (duzentos e oitenta e sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil e quatrocentos e vinte e sete reais). Desse montante, constou na Lei Orçamentária para 2016 o total de R\$ 139.468.938,00 (cento e trinta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e trinta e oito reais).

Atualmente, existem 54 (cinquenta e quatro) obras em andamento na Justiça Federal, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2.5.4 – Obras em andamento na Justiça Federal

REGIÃO	QUANT. DE OBRAS	CUSTO TOTAL
1ª Região	23	R\$ 1.058.958.043,00
2ª Região	3	R\$ 81.553.686,62
3ª Região	14	R\$ 278.002.948,21
4ª Região	6	R\$ 355.548.960,00
5ª Região	8	R\$ 108.344.410,07

A Secretaria de Arquitetura e Engenharia também realiza as visitas técnicas na fase de projeto e na de orçamentação, conforme demandado pela Diretoria-Geral. Assim, é possível fazer um controle prévio de conformidade dos projetos.

No ano de 2016, a área de projetos da SAE realizou a análise de cinco projetos padrões do TRF1 (destinados a abrigar até quatro varas federais) para as seccionais da 1ª Região, bem como a análise de conformidade do projeto arquitetônico da Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA.

II.3 Sistema de Controle Interno

O Sistema de Controle Interno – SCI da Justiça Federal, instituído pela Resolução CJF n. 85, de 11 de dezembro de 2009, atuou nas ações descritas na Seção 8 e, ainda, realizou as atividades a seguir relatadas.

Em 5 de setembro de 2016 promoveu o encontro do Comitê Técnico de Controle Interno da Justiça Federal – CTCI/JF com a participação dos dirigentes de controle interno de todos os tribunais regionais federais.

Nesse encontro, realizado por videoconferência, foram debatidos três temas de interesse das unidades de controle de toda Justiça Federal. O primeiro foi a discussão de minuta de resolução que dispõe sobre a realização de auditoria, inspeção e fiscalização no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. O texto final da minuta de resolução está em elaboração, aguardando-se a aprovação do Estatuto de Auditoria a ser editado pelo CNJ.

O segundo tema tratado na reunião foi a auditoria conjunta de governança em gestão de pessoas e, por consenso dos membros do comitê, justificado pela falta de tempo e de pessoal, foi postergada para setembro de 2017, com a devida inclusão no Plano Anual de Auditoria.

O terceiro referiu-se à estrutura das unidades de controle interno da Justiça Federal. O citado comitê entendeu que essas unidades deverão ser reestruturadas em conformidade com os acórdãos do Tribunal de Contas da União.

II.4 Sistema de Desenvolvimento Institucional

O Sistema de Desenvolvimento Institucional, estabelecido pela Resolução CJF n. 86, de 11 de dezembro de 2009, atuou nas seguintes ações:

- a) coordenação da formulação e implementação do Plano Estratégico do Conselho;
- b) orientação técnica às unidades pertinentes para a formulação da estratégia da Justiça Federal junto à Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário;
- c) coordenação do projeto Processo Judicial Eletrônico – PJe, exercendo a função de Secretaria Executiva deste, conforme designação do Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal pela Portaria n. CF-POR-2012/00427.

Além das ações executadas na Seção 3 deste relatório, foram realizadas ações sistêmicas de Desenvolvimento Institucional, relacionadas à coordenação e ao acompanhamento do Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

Registre-se que, conforme dispõe o art. 3º da Resolução n. CJF-RES-2014/00313, cabe ao Ministro Presidente do CJF ou a Ministro Conselheiro por ele designado, coordenar o Comitê Gestor da Estratégia da Justiça Federal – COGEST.

Referido Comitê realizou em 2016 duas reuniões presenciais, em Brasília, bem como uma por videoconferência. Na realizada no dia 16 de fevereiro, o Comitê aprovou o Glossário de Metas da Justiça Federal, analisou os resultados do Diagnóstico de Governança da Justiça Federal, aprovou minuta de resolução que instituiu o Observatório da Estratégia.

Na reunião do dia 10 de novembro, discutiu-se, dentre outros assuntos, o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos, a pesquisa sobre Demandas Repetitivas, a proposta de instituição da Carta de Serviços da Justiça Federal, a implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade, os requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos, bem como procedeu-se à validação final da proposta de metas para 2017. Na reunião por videoconferência, realizada em 28 de outubro, o Comitê analisou o relatório da pesquisa de opinião sobre governança participativa e analisou as propostas de metas para 2017.

No ano de 2016 foram estabelecidas, originalmente, 18 metas para a Justiça Federal, sendo seis nacionais, definidas em Encontro Nacional promovido pelo CNJ para todo o Poder Judiciário e 12 específicas, abrangendo prioridades do segmento. No entanto, dentre essas metas

específicas, três não foram monitoradas ou tiveram o monitoramento comprometido em face de dificuldades na realização dos respectivos diagnósticos. Assim, restaram, no exercício, 15 metas cujo monitoramento foi efetuado. O cumprimento dessas metas é avaliado pelo COGEST.

Meta 1 (Nacional) – “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”

Dentre as metas monitoradas, destaca-se o esforço que a Justiça Federal vem empreendendo para tornar o processo judicial mais célere e efetivo.

Na fase do conhecimento, foram mais de 2,5 milhões de processos julgados em 2016, o que representa 96% dos processos distribuídos no ano. Vale ressaltar que cerca de 1.700 juízes federais, em todo o País, resolveram mais de 3 milhões de casos, incluída a fase de execução, o que representa uma média de 2.000 processos solucionados por juiz e coloca o magistrado da Justiça Federal como o mais produtivo entre os segmentos de justiça.

Meta 2 (Nacional) – “Identificar e julgar, no ano corrente, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12 do quinto ano anterior (2011) ao ano corrente e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos em 2012, no 1º e 2º graus; pelo menos 100% dos distribuídos até 31/12 do quarto ano anterior (2012) ao ano em curso e, pelo menos, 90% dos distribuídos em 2013 nos juizados especiais federais; pelo menos 100% dos distribuídos até 31/12 do quarto ano anterior (2012) ao ano em curso e, pelo menos, 70% dos distribuídos em 2013 nas turmas recursais”

A preocupação com a razoável duração do processo é uma constante na estratégia da Justiça Federal e os resultados foram bastante positivos em 2016, pois em todo o segmento a meta de julgar prioritariamente os processos mais antigos foi atingida.

Na jurisdição comum, a meta era não deixar que 70% dos processos ficassem sem decisão por mais de quatro anos. A meta foi superada e teve cumprimento de 127,8%.

No juizado especial federal, a meta era não deixar sem decisão 90% dos processos em tramitação há três anos. Já nas turmas recursais, esse percentual era de 70%. Tanto no juizado quanto nas turmas recursais a meta foi cumprida.

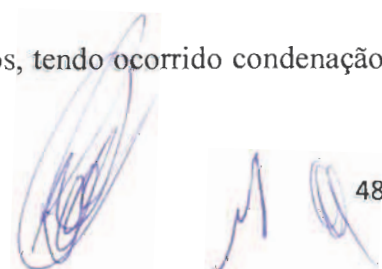
Meta 3 (Nacional) – “Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior”

Na busca por desestimular a litigância desnecessária, foram encerrados, na Justiça Federal, mais de 134 mil casos pela via da conciliação, 24% a mais do que em 2015, quando houve conciliação em 108 mil processos.

Meta 4 (Nacional) – “Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12 do penúltimo ano (2014)”

Também foi prioridade no ano de 2016 o julgamento das ações cíveis de improbidade administrativa.

Nos últimos dois anos foram julgados cerca de 6.600 casos, tendo ocorrido condenação em 410 processos.

Handwritten signatures in blue ink, followed by the number 48.

A complexidade no julgamento dos processos deste tema refletiu no baixo cumprimento da meta, que era a de julgar 70% dos processos distribuídos até dezembro de 2014. Em todas as Regiões o percentual ficou abaixo da meta.

Após avaliações desses resultados pelo Comitê Gestor da Estratégia da Justiça Federal, ficou constatado que a meta não era factível, uma vez que a instrução probatória mostrou-se penosa e demorada, não sendo razoável o julgamento da maioria dos casos em dois anos. Por outro lado, percebeu-se que a aceleração dessas ações poderia influenciar na qualidade do julgado. Desse modo, decidiu-se ajustar a meta e o compromisso assumido para 2017, garantindo que 70% dessas ações tenham ao menos uma decisão tendente a por fim no processo em no máximo três anos.

Meta 5 (Nacional) – “Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente”

Definiu-se que seria prioritário o julgamento das execuções não fiscais, chegando-se à resolução de mais de 400 mil casos, representando 88% de cumprimento da meta.

Meta 6 (Nacional) – “Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 100% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12 do quarto ano anterior (2012) ao ano corrente, no 1º e 2º graus”

Também figuraram como metas estratégicas relacionadas à atividade judicante outros temas de grande relevância social, como o julgamento célere das ações coletivas em que a meta era julgar todos os processos distribuídos até 31/12/2012. Obteve-se 65,5% de cumprimento nessa meta, que envolve o julgamento de questões de interesse comum, como a proteção ao meio ambiente ou a garantia do direito universal à saúde.

Meta 7 (Específica da Justiça Federal) - “Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente”

Na área criminal, foram baixados cerca de 60 mil processos, o que significa o cumprimento de 100% da meta, que era solucionar quantidade maior de processos criminais que o de casos novos.

Meta 8 (Específica da Justiça Federal) – “Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12 do penúltimo ano”

Foram considerados prioritários para julgamento em 2016 crimes relacionados à exploração sexual, ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, os quais, apesar de não terem quantitativo elevado, requerem rápida solução, por tratarem de situações em que a dignidade da pessoa humana é violada. A meta também refere-se aos crimes contra a administração, relacionados à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao contrabando.

Em 2016 a Justiça Federal julgou 164 crimes dessa natureza, ou seja, a meta estabelecida, que era julgar 70% dos processos distribuídos até 31/12/2014, foi alcançada apenas pela 4ª Região.

Meta 09 – (Específica da Justiça Federal) – “Aumentar o índice de produtividade de magistrados em relação à média do triênio anterior da própria Região (Média da produtividade dos três anos anteriores em relação ao ano em mensuração)”

Em 2016 foram distribuídos 3,9 milhões de processos para cerca de 1.800 magistrados e baixados 3,6 milhões o que determinou o cumprimento de 80,4% da meta. A 4ª Região foi a única a cumprir integralmente a meta com desempenho de 101,7%

Meta 10 – (Específica da Justiça Federal) – “Aumentar o índice de produtividade dos servidores em relação à média do triênio anterior da própria Região (Média da produtividade dos três anos anteriores em relação ao ano em mensuração)”

Em relação à produtividade de servidores, os cerca de 27 mil atuaram direta ou indiretamente na resolução dos quase quatro milhões de processos, o que resultou em um cumprimento de 80,2%. Foi nos estados do sul do país o melhor desempenho, com o alcance de 110,9% de cumprimento da meta.

Meta 12 – (Específica da Justiça Federal) – “Manter, em todos os anos, o absenteísmo dos magistrados abaixo ou igual a 3%”

Em todas as regiões da Justiça Federal a ausência ao trabalho de magistrados por problemas de saúde, foco da meta 12, não foi superior a 3%, determinando, dessa forma, o cumprimento integral da meta. O melhor resultado foi o da 5ª Região, cujo índice foi de 0,55% de absenteísmo.

Meta 13 – (Específica da Justiça Federal) – “Manter, em todos os anos, o absenteísmo dos servidores abaixo ou igual a 3%”

Entre os servidores que faltaram ao trabalho por doença, a média de afastamento ficou em 10 dias. Registra-se que a 3ª, a 4ª e a 5ª regiões cumpriram a meta e a 1ª e a 2ª ficaram bem próximos de alcançá-la, com índice de 3,2% e 3,1% de absenteísmo, respectivamente.

Meta 14 – (Específica da Justiça Federal) – “Atingir 100% de adesão de magistrados ao exame de saúde periódico, até 2020”

Ainda é insatisfatório o número de magistrados que realizam exames periódicos anualmente. Segundo os dados apurados, foram realizados apenas 57 exames, quando o esperado era 736, o que determinou um cumprimento de 7,74% da meta. Ressalta-se que não informaram dados a 2ª e a 3ª Regiões. Importa registrar que está em andamento a implementação da Política de Atenção à saúde em que, uma das medidas é a obrigatoriedade de tais exames. Espera-se que em 2017 os resultados sejam significativamente melhores.

Meta 15 – (Específica da Justiça Federal) – “Atingir 100% de adesão de servidores ao exame de saúde periódico, até 2020”

A expectativa era que em 2016 fossem realizados 18 mil exames periódicos pelos servidores, entretanto, a meta não foi cumprida, ficando o resultado em 15,7%, o que representou a realização de 2.833 exames. Apenas a 3ª Região não informou dados. Esses resultados devem melhorar com a implementação das medidas previstas na Política de Atenção à Saúde, conforme já mencionado.

Meta 18 – (Específica da Justiça Federal) – “Atingir 90% de aderência às práticas de gestão estratégica da Justiça Federal em 2020”

A meta para 2016 era que os órgãos vinculados à Justiça Federal alcançassem, ao menos, 55% em relação ao índice de governança. A meta foi integralmente atingida e o melhor resultado foi

o da 3ª Região, que alcançou índice de 60% de aderência de práticas de gestão estipuladas no modelo de governança da Justiça Federal. Esse resultado denota que o segmento alcançou o nível intermediário de maturidade em governança. O melhor resultado no segundo grau foi alcançado pela 3ª Região (76,95) e no primeiro grau foi o da Seção Judiciária de Roraima (74,28).

Metas cujo monitoramento não foi efetuado em 2016:

Meta 11 – (Específica da Justiça Federal) – “Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos de cada Região para 100%, até 2020”

Considerando a nova sistemática de apuração de informações para o relatório de gestão definida pelo Tribunal de Contas, que deixou de exigir a avaliação do sistema de controles internos, os regionais não realizaram ou não informaram dados sobre essa meta. Importa frisar que está em curso a aprovação de Política de Gestão de Riscos a ser aplicada a toda as unidades da Justiça Federal, o que deve gerar melhorias nas práticas gerenciais de controle desse segmento.

Meta 16 – (Específica da Justiça Federal) – “Alcançar 70% de satisfação dos magistrados com o clima organizacional até 2019”

Meta 17 – (Específica da Justiça Federal) – “Alcançar 70% de satisfação dos servidores com o clima organizacional até 2019”

As metas 16 e 17 não foram apuradas, tendo em vista que o levantamento desses indicadores seria realizado a partir de pesquisa de clima organizacional a ser desenvolvida nacionalmente pelo Conselho da Justiça Federal. Essa iniciativa foi reprogramada para 2017.

II.5 Sistema de Gestão Documental da Justiça Federal

O Centro de Estudos Judiciários do CJF coordena o Programa de Gestão Documental da Justiça Federal, regulamentado pela Resolução n. CJF-RES-2014/00318, de 4 de novembro de 2014, que estabelece um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento de documentos institucionais das instituições da Justiça Federal.

O Comitê de Gestão Documental da Justiça Federal – Coged, é integrado por representantes dos cinco tribunais regionais federais e coordenado pela Subsecretaria de Informação Documental e Editoração do CEJ.

Foram realizadas, ao longo do ano, reuniões do Subcomitê Técnico de Revisão e Atualização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade, com o objetivo de estudar as propostas de alteração no referido plano, tendo sido implementadas alterações na Tabela do PCTT. Foi encaminhada a proposta de alteração da Resolução n. CJF-RES-2014/00318, para incluir novos documentos no rol daqueles de guarda permanente, a partir das alterações introduzidas pelo novo Código de Processo Civil.

Também foram discutidas, no âmbito do Cogetab – Comitê Gestor das Tabelas Processuais da Justiça Federal, as demandas de atualização das Tabelas de Classe, Assuntos e de Movimentos da Justiça Federal, mantidas no Sistema Gestor de Tabelas do CNJ e a proposta de implementar um projeto em que se definirão as tabelas mínimas da Justiça Federal.

II.6 Sistema de Comunicação Institucional (Centro de Produção da Justiça Federal – CPJUS)

O Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS), regulamentado pela Resolução n. CJF-RES-2015/00369, de 16 de novembro de 2015, é constituído pelas unidades de Comunicação Social do Conselho da Justiça Federal, dos tribunais regionais federais e de suas respectivas seccionais, com a competência de implantar ações de divulgação integrada dos atos da Justiça Federal, por intermédio da produção conjunta de programas e matérias jornalísticas para as mídias eletrônicas, digitais e impressas, definir estratégia organizacional direcionada à construção e à preservação da imagem da Justiça Federal, bem como planejar e implementar ações estratégicas voltadas à integração institucional, por intermédio das unidades de Comunicação Social.

Ao CJF, por intermédio de sua Assessoria de Comunicação Social - ASCOM, compete coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das ações do CPJUS, juntamente com as unidades de Comunicação Social da Justiça Federal.

As atividades sistêmicas realizadas pela ASCOM em 2016, na coordenação do CPJUS, abrangeram três videoconferências com o Conselho Consultivo do CPJUS e uma reunião presencial no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Dois temas foram tratados na videoconferência realizada em 25 de fevereiro: o andamento dos trâmites administrativos dos contratos de cada tribunal regional federal e do CJF após a aprovação da Resolução n. CJF-RES-2015/00369, que descentralizou a contratação dos serviços do CPJUS, e a nova forma de encaminhamento dos programas para as emissoras de TV associadas (de mídia DVD para formato FTP).

Na reunião presencial realizada no TRF1, ocorrida em agosto, foram tratadas questões de prazos e qualidade na produção das matérias do programa de TV *Via Legal*.

No dia 11 de novembro, discutiu-se a divulgação do Ciclo de Governança.

No dia 16 subsequente, foram objeto da pauta da reunião: os procedimentos necessários ao encerramento das atividades do ano, as reprises do programa *Via Legal* e os aspectos técnicos da edição do programa.

7. Sistema de Recursos Humanos

O Sistema de Recursos Humanos, instituído pela Resolução CJF n. 87, de 11 de dezembro de 2009, atuou nas ações descritas no item 7.1.

8. Sistema de Tecnologia da Informação

O Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, instituído pela Resolução CJF n. 88, de 11 de dezembro de 2009, atuou nas ações descritas no item 7.3.

III – Macrop processo “Controlar e fiscalizar”

Cabe ao Conselho, por meio da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, realizar inspeção e correição permanentes ou periódicas nos tribunais regionais federais ou em quaisquer de seus órgãos administrativos ou judiciais, para apurar reclamações, representações e denúncias fundamentadas de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários auxiliares.

Além da atuação descrita na Seção “Relatórios, Pareceres e Declarações”, item “Relatório de Instância ou área de Correição” e item 4.4, acrescentam-se outras atividades relacionadas a esse macroprocesso.

Uma dessas atividades refere-se ao Fórum de Corregedores da Justiça Federal, instituído no âmbito do CJF com a finalidade de buscar o aperfeiçoamento das atividades típicas de corregedoria na Justiça Federal, promover o intercâmbio de informações, a troca de experiências e a uniformidade de atuação, sob a presidência do Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal. É integrado pelos cinco corregedores regionais dos tribunais regionais federais. Das reuniões do fórum resultam encaminhamentos ao Conselho da Justiça Federal de proposições de medidas voltadas ao aprimoramento da atividade correcional e da prestação jurisdicional.

No ano em referência, realizou-se uma reunião do Fórum de Corregedores, no dia 29 de julho, na qual se discutiram as seguintes matérias:

- Necessidade de uniformização quanto aos critérios de cadastramento de peritos da Assistência Judiciária Gratuita;
- Projeto de reestruturação da Justiça Federal;
- Autorização de compensação de dias trabalhados por juízes federais em plantão;
- Frequência a cursos por juízes;
- Afastamento de juízes para elaboração de dissertação ou tese.

No exercício de 2016, com o objetivo de ter o conhecimento próprio das gestões administrativas em cada tribunal regional federal, foram realizadas autoinspeções nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 4ª Regiões, consoante previsão contida no art. 1º, *caput*, do Provimento n. CJF-PRV-2016/00001, de 16 de setembro de 2016, nos termos a seguir:

Quadro 2.5.5 - Autoinspeções

Tribunal Regional Federal	Meses de realização	Total de processos selecionados
1ª Região	nov/dez	1.490
4ª Região	nov/dez	831

A autoinspeção consiste nas providências a serem tomadas, anualmente, pelos desembargadores federais das cinco regiões no sentido de avaliar seus gabinetes quanto à situação do acervo e da gestão administrativa. Cabe à Corregedoria-Geral da Justiça Federal a análise e o acompanhamento das informações prestadas pelos mencionados desembargadores federais, para posterior utilização no planejamento das inspeções futuras nos cinco tribunais regionais federais.

No exercício de 2016, a Secretaria de Controle Interno do CJF finalizou as auditorias a seguir relacionadas, em órgãos do próprio CJF ou das unidades da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, as quais tiveram os respectivos relatórios finais de auditoria emitidos:

- 1) Inspeção no TRF da 4ª Região;
- 2) Avaliação da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis;
- 3) Auditoria da Gestão;
- 4) Auditoria no Plano de Assistência à Saúde dos servidores do CJF (Pró-Ser);
- 5) Monitoramento da auditoria de avaliação de controles internos administrativos no âmbito do CJF.

A Secretaria de Controle Interno, em conjunto com a Secretaria de Arquitetura e Engenharia, atua em fiscalizações preventivas e corretivas de obras e projetos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. No ano de 2016, foram feitas fiscalizações técnicas e concluídos os relatórios de inspeção nas seguintes obras:

2.5.6 – Fiscalizações em obras

Obra	Valor aproximado dos contratos	Portaria da Presidência
Anexo da Sede do TRF4	R\$ 82.208.750,58	CF-POR-2016/00030 CF-POR-2016/00078
Reforma da Sede do TRF2	R\$ 40.000.000,00	CF-POR-2016/00101
Reforma da Sede da SJ/MG em Belo Horizonte	R\$ 10.000.000,00	CF-POR-2016/00350
Construção da Sede da SJ/MG em Uberlândia	R\$ 16.000.000,00	CF-POR-2016/00350

Importante notar que essas fiscalizações proporcionam correções contratuais que, na maioria das vezes, culminam em retorno financeiro de milhões de reais ao Erário.

IV – Macroprocesso “Gerir informações e conhecimento”

O Conselho da Justiça Federal promove, por meio do seu Centro de Estudos Judiciários – CEJ, a realização de cursos e eventos, pesquisas, serviços editoriais e de informação, planeja, coordena e executa atividades de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, fomentando a divulgação de estudos, pesquisas e publicações em temas de interesse da Justiça Federal. O Centro de Estudos Judiciários é dirigido pelo Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal.

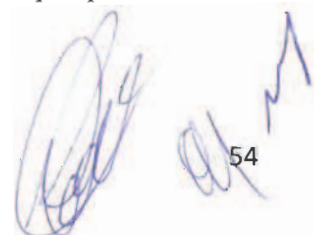
Integra a estrutura do Centro de Estudos Judiciários o Conselho das Escolas da Magistratura Federal – CEMAF, presidido pelo Ministro Diretor do CEJ e integrado pelos desembargadores federais diretores das escolas da magistratura federal dos cinco tribunais regionais federais e pelo Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE. O CEMAF funciona como órgão de natureza normativa, ao qual cabe aprovar o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e de Pesquisa para Juizes Federais – PNA, o relatório de desempenho do PNA e a criação, transformação e extinção de programas de especialização antes do envio à universidade conveniada ou ao Ministério da Educação.

Em 2016 realizou-se uma reunião do CEMAF, em 18 de abril, na qual foi feita a avaliação do PNA de 2015 e se discutiram assuntos relativos à formação dos magistrados federais, tais como carga horária mínima, valores a serem pagos a título de instrutoria, conteúdos do concurso público para ingresso na magistratura federal, dentre outros.

No âmbito do CEJ e do CEMAF, estão descritas no item 5.1.3 deste relatório as atividades pertinentes à “política de capacitação e de treinamento do pessoal”.

São mencionados a seguir os demais produtos e serviços oferecidos pelo CEJ em 2016:

1. Realização de estudos e pesquisas institucionais – preparação de pesquisa sobre a satisfação dos magistrados federais com as ações de formação continuada.



2. Fórum Permanente do Sistema Penitenciário Federal – instituído pela Portaria n. CF-POR-2012/00154, de 28 de junho de 2012, do Ministro Corregedor-Geral, alterada pela Portaria n. CJF-PCG-2016/00017, de 27 de setembro de 2016, tem o objetivo de propiciar a integração dos órgãos envolvidos (Justiça Federal, Sistema Penitenciário Federal, Ministério Público, Defensoria Pública da União e Polícia Federal) para troca de ideias e experiências, promover debates e formulação de propostas de solução para as dificuldades apresentadas, bem como disseminar o conhecimento da realidade dos diferentes órgãos que cuidam da execução penal no âmbito federal. O fórum realizou três reuniões em 2016, sendo uma delas em 19 de fevereiro e a outra em 15 de abril, ambas preparatórias para o VII Workshop do Sistema Penitenciário Federal, realizado nos dias 16 e 17 de junho, no auditório do CJF. A terceira reunião foi realizada no dia 27 de outubro, na qual foram tratados os desdobramentos das discussões realizadas no VII Workshop. O CEJ prestou assessoria na realização das reuniões e do Workshop, que debateu, dentre outros assuntos, o procedimento de transferência de presos e a necessidade de remessa dos processos digitalizados; a proposição de projeto de lei para alteração da Lei n. 11.671/2008; e a regulamentação de visita de presos por advogados.

3. Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU – trata-se de unidade do CEJ que fornece aos juízes federais pesquisas e informações sobre doutrina, legislação e jurisprudência, a fim de subsidiar o julgamento de processos, bem como atualizar seus conhecimentos e contribuir para maior celeridade na prestação jurisdicional. Em 2016 a CAJU disponibilizou aos magistrados federais 2.360 (duas mil, trezentos e sessenta) solicitações de pesquisa de doutrina, jurisprudência e legislação. Foram enviados 43 (quarenta e três) boletins InfoCAJU aos magistrados federais, com as mais relevantes e recentes informações jurídicas.

4. Publicações de conteúdo jurídico – durante o ano de 2016, foram editadas 13 publicações do CEJ, dentre as de responsabilidade do próprio CEJ e aquelas solicitadas por outras unidades do Conselho, cujo detalhamento se encontra discriminado abaixo:

Revista CEJ – principal veículo do CEJ para a divulgação da produção doutrinária de juristas, a Revista CEJ é periódico quadrimestral, que se encontra em seu 19º ano de edição, com tiragem impressa de 2.500 exemplares e versão eletrônica no *site* do CJF.

Série Monografias do CEJ – coleção seriada do CEJ que oferece espaço para a divulgação de monografias resultantes de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre temas relevantes para o Judiciário, mediante o lançamento de editais de chamada para publicação na referida coleção. Do edital lançado em 2015, foram selecionadas quatro monografias para publicação em 2016, e do edital lançado em 2016 foram recebidas 15 monografias, as quais foram distribuídas para análise do Conselho Editorial do CEJ.

Série Cadernos do CEJ – coleção que registra a compilação dos anais de eventos, que servem como instrumentos de enriquecimento da cultura jurídica. Durante o exercício de 2016 foram editados o Volume 31 - Seminário “O Brasil e a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado” e o Volume 32 – Seminário “Os Desafios da Judicialização da Defesa da Concorrência, da Regulação e do Comércio Internacional”.

Outra publicação do CEJ lançada em 2016 foi a obra “Comentários às Súmulas da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados”. O CEJ também prestou apoio editorial à obra coletiva da Enfam: “Demandas repetitivas e grandes litigantes”.

DOU INFORME – foram publicados 244 (duzentos e quarenta e quatro) boletins DOU INFORME no período de janeiro a dezembro de 2016. Desde 2015 o informativo é enviado

às bibliotecas das unidades da Justiça Federal para que repassem às unidades administrativas, aos juízes federais e servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus e publicado no portal do CJF.

V – Macroprocesso “Uniformizar jurisprudência dos juizados especiais federais”

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais desempenha atribuições relativas ao processamento dos incidentes de uniformização (Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001 e Resolução n. CJF-RES-2015/00345, de 2 de junho de 2015).

Compete à Secretaria da TNU divulgar a jurisprudência da Turma por meio da Base de Jurisprudência (Unificada e da TNU), do Sistema Informatizado atualizado de consulta aos temas eleitos como representativos da controvérsia e do Boletim Interno da TNU.

Em 2016, a TNU recebeu 31.840 processos, tendo distribuído 7.699. Realizou 11 sessões ordinárias de julgamento, nas quais foram julgados 11.673 incidentes de uniformização. No exercício, a TNU publicou 9.678 acórdãos e aprovou uma súmula. Também foram proferidas, monocraticamente, 30.083 decisões pelo Ministro Presidente da TNU e 1.848 decisões pelos juízes relatores do Colegiado. Destaca-se, ainda, a implantação, nesse órgão, do Processo Eletrônico Judicial – PJe, no qual foram recebidos, no exercício, 14.869 processos.

Destacou-se, no exercício, a edição da Portaria n. CJF-PCG-2016/00021, de 8 de novembro de 2016, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que dispôs sobre o projeto de finalização do sistema *Virtus* na TNU, considerando a necessidade de implementação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe. A portaria determinou a realização de um esforço concentrado na TNU, no período compreendido entre 8 de novembro de 2016 e 31 de março de 2017, com o objetivo de processar todos os feitos de competência da TNU em trâmite no sistema *Virtus*. Foram redistribuídos 3.220 processos pelos juízes titulares e suplentes que integram o órgão colegiado, sem prejuízo da jurisdição originária.

No âmbito da Secretaria da TNU, sob a Presidência do Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal, integrada pelos coordenadores regionais dos juizados especiais federais e pelo Presidente da Ajufe, funciona a Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais, instituída pela Resolução CJF n. 315, de 23 de maio de 2003. A comissão tem o objetivo de aprovar planos de trabalho de interesse de mais de uma região e sugerir medidas que devam ser submetidas ao Conselho da Justiça Federal quanto à uniformização dos serviços dos juizados especiais federais.

A citada comissão reuniu-se no dia 2 de agosto de 2016, na sede do CJF, para discutir os seguintes temas: a proposição de alterações no sistema recursal dos juizados, a proposição de alterações na estrutura material das turmas recursais dos JEFs; bem como matérias atinentes à governança dos JEFs, tais como as atribuições das coordenadorias dos JEFs, a padronização de modelos e a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

VI – Macroprocesso “Prestar suporte administrativo ao Conselho da Justiça Federal”

VI.1 Gestão de Pessoas

As atividades exercidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do CJF em 2016 consistiram, em âmbito interno, em síntese, na alimentação/atualização do Sistema Gestão de Recursos Humanos (SGRH) quanto aos diversos aspectos da vida funcional dos servidores; no

controle de frequência e de férias dos servidores ativos, removidos e cedidos; elaboração de 18 termos de posse, de 180 minutas de portarias diversas (nomeações/designações/exonerações/dispensas) e de 21 certidões de função e de tempo de contribuição; instrução e gerenciamento de sete processos de admissão e desligamento, com os correspondentes lançamentos no SISAC-NET, 28 processos de acerto de contas; bem como a elaboração, a divulgação e a publicação periódica de planilhas com informações sobre o quadro de pessoal do CJF, em atendimento às determinações legais.

Foram elaboradas 24 folhas de pagamento, sendo 12 de salário mensal dos servidores, uma de férias, uma de Gratificação Natalina e dez suplementares para atender a necessidades diversas, emitidos 184 documentos de margem consignável; averbados 158 empréstimos; e elaborados os cálculos, as planilhas e a instrução de processos de acertos de contas e dívidas de pessoal relativas ao exercício ou a exercícios anteriores.

Procedeu-se ainda à instrução de 49 processos de concessão de Adicional de Qualificação – AQ por ações de treinamento e de doze processos de concessão de AQ por conclusão de pós-graduação; 87 inclusões e 79 exclusões de servidores e dependentes no Programa de Assistência Médica dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça – PRÓ-SER; inclusão de oito beneficiários de auxílio pré-escolar, três de auxílio-natalidade e 17 de auxílio-transporte, além do processamento de pedidos de marcações/alterações/interrupções de férias.

Instruíram-se 38 processos relativos a estágio probatório, progressão e promoção na carreira, tendo sido realizadas 14 lotações iniciais de servidores e 20 movimentações internas, e, no que pertine ao Programa de Estágio de Estudantes, procederam-se a 18 contratações, a 31 desligamentos e a oito renovações de contratos, tendo sido elaboradas 13 folhas de pagamento de estagiários.

Além disso, foram elaboradas 129 informações em 77 processos sobre direitos e deveres de servidores e magistrados, dos quais doze versaram sobre aposentadoria, oito sobre abono de permanência; 21 foram referentes à averbação de tempo de contribuição, cinco relativos à conversão de licença prêmio em pecúnia e 31 sobre objetos diversos.

VI.2 Administração

A área de serviços gerais compreende a administração dos serviços de transporte, recepção, copeiragem, limpeza, manutenção predial e segurança.

A área de transportes conta com uma frota de 24 veículos para o serviço de transporte de autoridades e servidores. Em 2016, foram realizados um total de 4.942 atendimentos relativos ao referido serviço

O serviço de copeiragem atendeu a uma demanda de 103 eventos, compreendendo reuniões de trabalho, seminários e outros.

A unidade de Protocolo e Expedição recebeu e cadastrou documentos, efetuou publicações de matérias no Diário Oficial da União, no Boletim Interno Especial e prestou apoio na emissão de senhas dos sistemas SIGA-DOC, SIGED e Malote Digital.



Movimentação de documentos pela SEPEXP

Quadro 2.5.7 – Movimentação de documentos

ESPECIE	QUANTIDADE
Documento físico cadastrado e distribuído	3.665
Documento via <i>e-mail</i> cadastrado e distribuído	893
Documento via malote digital cadastrado e distribuído	1.199
Documento interno cadastrado e distribuído	19
Publicação de atos no DOU	418
Publicação de Boletim Interno	10
Publicação de Boletim Interno Especial	138
Atendimento ao público interno (CJF, STJ e ENFAM)	6.101
Atendimento ao público externo via mensageiro	546
Malotes expedidos aos TRFs (13.351 documentos e publicações)	599
Malotes recebidos dos TRFs	249
Documentos enviados via Correios – sem malote	4.722

As emissões de passagens aéreas, bem como os pagamentos das correspondentes diárias tiveram como objetivo o atendimento das demandas das sessões dos Colegiados do CJF e da Turma Nacional de Uniformização, de viagens a serviço no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, notadamente a realização de inspeções nos tribunais regionais federais, bem como de eventos realizados pelo Centro de Estudos Judiciários, além de outras viagens a serviço realizadas por servidores das demais unidades do CJF.

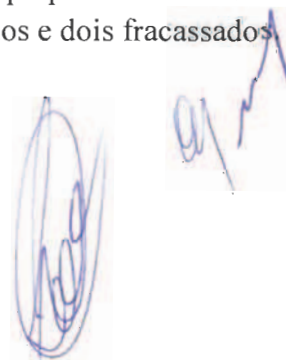
Em 2016 foi emitido o total de 713 bilhetes de passagens aéreas em voos nacionais e uma passagem internacional destinada à participação do então Secretário-Geral do Conselho na XVIII Cúpula Judicial Ibero-Americana, realizada no mês de abril em Assunção – Paraguai.

O quadro demonstrativo abaixo demonstra a quantidade de concessões de passagens aéreas e diárias, e os valores despendidos:

Quadro 2.5.8 – Concessões de diárias e passagens

Expedientes	Quant.	Valor Total
Requisição de Passagens (RPA)	317	R\$ 506.222,22
Proposta de Concessão de Diárias (PCD)	299	R\$ 1.322.031,19

No decorrer do ano, para a realização das licitações do CJF, foram preparados 33 editais de pregões eletrônicos, dos quais 29 foram homologados, dois restaram anulados e dois fracassados.



Atividades relacionadas a compras e contratos no exercício de 2016

Quadro 2.5.9 - Atividades relacionadas a compras e contratos

Atividade	Quantidade
Análise de acréscimos contratuais	6
Análise de reajustes	30
Análise de supressões/reduções	12
Atestados de capacidade técnica emitidos	24
Contratos firmados	33
Contratos e atas rescindidos	5
Convênios e termos congêneres firmados e prorrogados	5
Instrução processual – modalidade dispensa	22
Instrução processual – modalidade inexigibilidade	13
Instrução processual – modalidade pregão	30
Instrução processual – ata de registro	10
Projetos básicos analisados – serviços	6
Atas de registro de preços expedidas	9
Termos aditivos elaborados e emitidos (*)	58

(*) Considera reajustes, reequilíbrios, acréscimos, decréscimos e prorrogações

Os serviços gráficos, prestados pela Gráfica do CJF, consistem na produção de impressos de obras destinadas aos programas educativos e à comunicação institucional das unidades administrativas do Conselho da Justiça Federal e, por meio de Termos de Execução Descentralizada, ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Conselho Nacional da Justiça. No exercício de 2016, foram produzidos 268.531 impressos, conforme a seguir:

Quadro 2.5.10 – Serviços gráficos

Órgão solicitante	Quantidade de impressos	%
CJF	66.852	25%
STF	46.200	17%
STJ	118.760	44%
TST	6.750	3%
CNJ	5.729	2%
ENFAM	24.240	9%
TOTAL GERAL	268.531	100%

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento organizacional

A instituição da cultura do Planejamento Estratégico no Poder Judiciário teve início em 2009, quando o Conselho Nacional de Justiça instituiu, por meio da Resolução CNJ n. 70, o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, alterada pela Resolução CNJ n. 198, de 1º de julho de 2014.

No âmbito da Justiça Federal, teve início com a edição da Resolução CJF n. 69, de 31 de julho de 2009, a qual estabeleceu as diretrizes básicas para a elaboração e a gestão do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal. Em 20 de julho de 2012, foi editada a Resolução n. CF-RES-2012/00194, contendo a revisão das estratégias da Justiça Federal e de Tecnologia da Informação para o período 2010/2014.

Com o final do ciclo de planejamento estratégico, em 27 de outubro de 2014, foi aprovada a Resolução n. CJF-RES-2014/00313, que regulamenta a Estratégia da Justiça Federal e que aprovou o Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, para o ciclo de 2015 a 2020, além de instituir o Comitê Gestor da Estratégia – COGEST da Justiça Federal, composto pelo Presidente do CJF ou um ministro conselheiro por ele designado, que o coordena, os presidentes dos tribunais regionais federais ou magistrado por eles indicados, o Corregedor-Geral da Justiça Federal ou um magistrado por ele escolhido, o Secretário-Geral e o Diretor-Geral do CJF, e os diretores-gerais dos TRFs. Referida resolução instituiu também os Comitês de Gestão Estratégica Regionais – CGER, no âmbito dos TRFs, e o Comitê Gestor Institucional do CJF – CGI.

Pela sua importância constitucional, o CJF aprimora continuamente o processo de formulação e implementação do planejamento estratégico, com a finalidade de entregar resultados mais efetivos para a sociedade. Além da missão constitucional, o órgão almeja liderar um processo de modernização do segmento e, por este motivo, o CGI decidiu pela elaboração de plano estratégico específico.

Desse modo, com base nas diretrizes da estratégia da Justiça Federal, constantes da Resolução n. CJF-RES-2014/00313 e da análise de cenário, elaborou-se o Plano Estratégico do Conselho da Justiça Federal para o período de 2015/2020, que resume os principais desafios do Órgão. Assim, a Estratégia do Conselho da Justiça Federal, para o período de 2015 a 2020, foi estabelecida pela Portaria n. CJF-POR-2015/00359, de 26 de agosto de 2015.

Para a elaboração da estratégia do Órgão, foram analisados os macrodesafios do Poder Judiciário e, a partir destes, foram definidos cinco temas prioritários para o período: efetividade, inovação e alinhamento transorganizacional, eficiência operacional, tecnologia da informação e pessoas. Esses temas representam os principais desafios a serem enfrentados e sintetizam os aspectos que necessitam de aprimoramento nos macroprocessos do Órgão.

A missão do CJF, a partir da necessidade de enfrentar um cenário cada vez mais dinâmico e desafiador e de inserir o conceito de governança, entendida como a capacidade de produzir resultados, foi definida nos seguintes termos: “Contribuir para a excelência dos serviços da Justiça Federal, por meio do aperfeiçoamento da governança e da supervisão administrativa e orçamentária”. Esta missão, além de ressaltar os serviços judiciais prestados pelo Órgão, em especial pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU, ao mencionar a contribuição

para a excelência dos serviços da Justiça Federal, ressalta o papel do CJF na promoção do aperfeiçoamento da governança e de sua missão constitucional.

A visão de futuro também foi estabelecida de modo a contemplar o papel de liderança e de ter como foco a efetividade: “Ser reconhecido como líder na promoção da efetividade da Justiça Federal”.

Nesse contexto, o CJF está investindo nos aspectos fundamentais do processo de melhoria contínua, iniciando pelo corpo funcional e pelo incremento dos serviços tecnológicos. Essa será a base para o aprimoramento dos processos de trabalho críticos, voltados para a inovação, para a interlocução com outras instituições, para a celeridade e para os controles internos, na busca da eficiência. Espera-se, com isso, contribuir de forma significativa e proativa para que a Justiça Federal possa oferecer, cada vez mais, serviços de excelência para a sociedade.

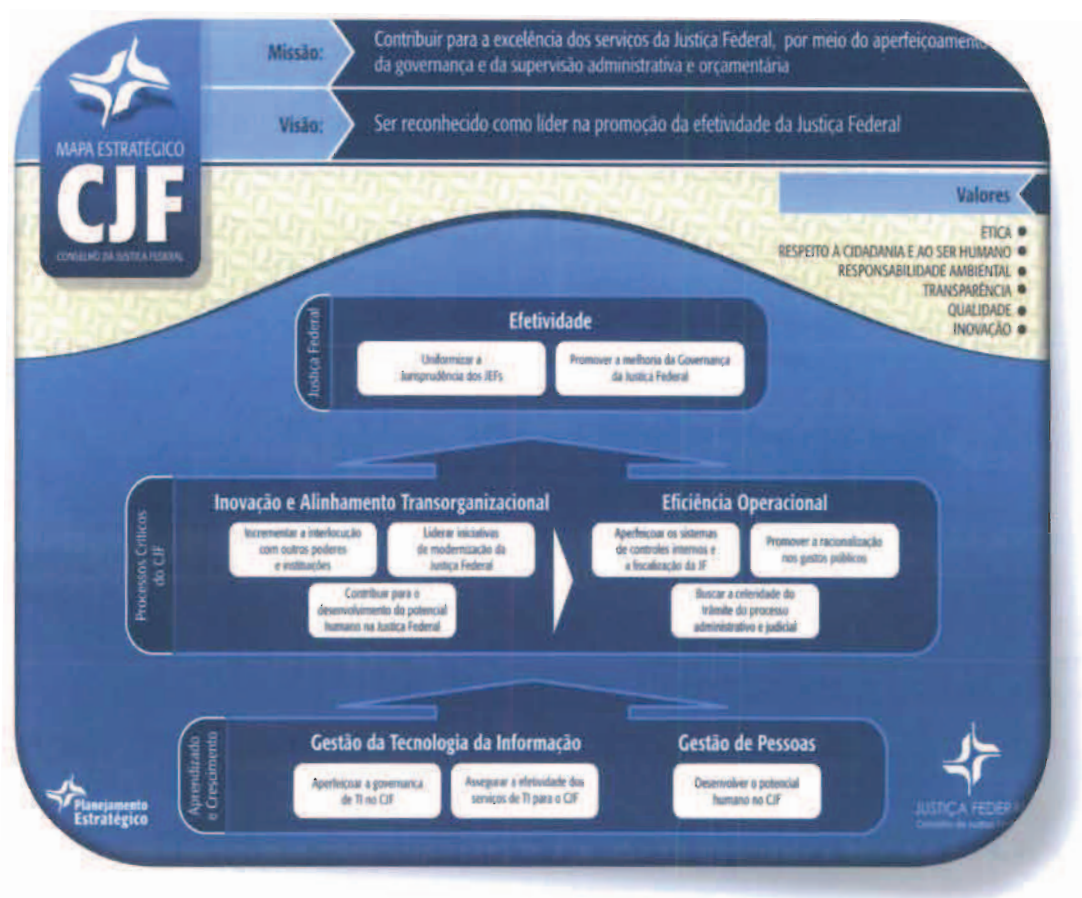
Mapa Estratégico

O Plano Estratégico do CJF, que foi elaborado com ampla participação de servidores, dirigentes e magistrados do órgão, explicita, além da missão e da visão de futuro, os valores institucionais, os temas prioritários, os objetivos, os indicadores, as metas e as iniciativas que devem ser executadas ao longo do sexênio 2015/2020.

O referido plano foi construído em consonância com a estratégia da Justiça Federal (Resolução n. CJF-RES-2014/00313) e concebido em sintonia com os macrodesafios do Poder Judiciário (Resolução CNJ n. 198/2014). Seus elementos foram sintetizados no mapa estratégico, representado na figura abaixo:



Figura 3.1.1 - Mapa Estratégico do Conselho da Justiça Federal



Como é possível verificar, o Mapa Estratégico do CJF contém as seguintes definições do Plano Estratégico:

- **Missão** – estabelece a razão da existência da organização, definindo seu propósito institucional;
- **Visão de Futuro** – projeção de um cenário idealizado, possível e desejável da organização, de maneira clara, atraente e viável. Define o modo como a organização pretende ser percebida;
- **Valores** – são costumes, posturas e ideias que direcionam o comportamento das pessoas na organização, permeando todas as suas atividades e relações;
- **Objetivos Estratégicos** – definem as prioridades em que órgão deve se concentrar para alcançar os resultados esperados e concretizar a missão institucional; e
- **Temas** – agrupamento de objetivos que comunicam uma mesma finalidade.

Perspectivas e temas

A estratégia institucional foi delineada sob três perspectivas: Justiça Federal, Processos Críticos do CJF e Aprendizado e Crescimento.

A perspectiva Justiça Federal apresenta a oferta de serviços como qualidade para atender às demandas e expectativas do segmento. Para essa perspectiva foi definido o seguinte tema:

(Assinaturas manuscritas)

- Efetividade – compreende os objetivos estratégicos “Uniformizar a jurisprudência dos juizados especiais federais” e “Promover a melhoria na governança da Justiça Federal”.

A perspectiva Processos Críticos apresenta os processos de trabalho fortemente ligados ao desempenho organizacional e que tem maior aderência aos temas estratégicos. Para essa perspectiva foram definidos os seguintes temas:

- Inovação e Alinhamento Transorganizacional – compreende os objetivos estratégicos “Incrementar a interlocução com outros poderes ou instituições”, “Liderar iniciativas de modernização da Justiça Federal” e “Contribuir para o desenvolvimento do potencial humano na Justiça Federal”;
- Eficiência Operacional – compreende os objetivos estratégicos “Promover a racionalização nos gastos públicos”, “Aperfeiçoar os sistemas de controles internos e a fiscalização da Justiça Federal” e “Buscar a celeridade do trâmite administrativo”.

A perspectiva Aprendizagem e Crescimento é a base para a concretização dos objetivos das outras perspectivas, para a qual foram definidos os seguintes temas:

- Gestão da Tecnologia da Informação – compreende os objetivos estratégicos “Aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação no Conselho da Justiça Federal” e “Assegurar a efetividade dos serviços de Tecnologia da Informação para o Conselho da Justiça Federal”;
- Gestão de Pessoas – compreende o objetivo estratégico “Desenvolver o potencial humano no CJF”.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

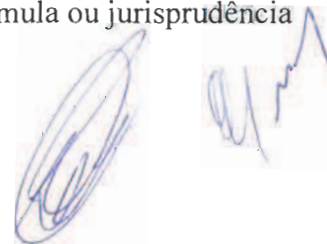
Perspectiva Justiça Federal

Tema: Efetividade

O tema Efetividade corresponde à capacidade de promover os resultados pretendidos, contemplando a atividade gerencial e de coordenação exercida pelo CJF, de aprimorar a governança da Justiça Federal, bem como a atuação jurisdicional do Conselho, traduzida na busca pela uniformização da jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, exercida pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU, como forma de reduzir o congestionamento processual nesse órgão julgador.

Objetivo estratégico: Uniformizar a jurisprudência dos juizados especiais federais

É competência da TNU, órgão presidido pelo Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal, processar e julgar os incidentes de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões ou em face de decisão de uma turma recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.



Meta:

Na busca por diminuir o volume de processos pendentes de decisão da TNU e aumentar a celeridade na solução das lides submetidas ao órgão, a **meta 1** estabelecida para 2016 foi reduzir a taxa de congestionamento da TNU para 45%.

Iniciativas:

Para garantir o alcance desse resultado, a TNU passou a publicar no Portal do Conselho da Justiça Federal tabela atualizada dos temas eleitos como representativos da controvérsia. Essa iniciativa, que teve como foco ampliar a convergência dos julgados nos juizados especiais federais a partir da divulgação do entendimento da interpretação jurisprudencial desse órgão julgador, foi intitulada de aperfeiçoar e disponibilizar tabelas de uniformização jurisprudencial.

A tabela, que será atualizada mensalmente, contém os temas afetados, ainda pendentes de julgamento, aqueles já julgados ou que já foram analisados no âmbito da TNU e aqueles em revisão, para os casos em que o entendimento exarado no representativo anterior não mais corresponda à orientação pacificada pela TNU.

Além dessa ação de divulgação, estabeleceu-se regime de mutirão na TNU para julgamento dos casos e para organização da secretaria processante do órgão. No plano normativo, editou-se a Resolução n. CJF-RES-2016/00392 alterou dispositivos do seu Regimento Interno (Resolução n. CJF-RES-2015/00345), com a finalidade de reduzir o número de processos enviados ao Órgão.

Outra medida muito importante adotada para enfrentar a plethora de processos foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe, com a integração a outros sistemas judiciais pelo Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI. Sem custos adicionais para o Judiciário, tais providências estão garantindo maior agilidade na tramitação dos feitos, transparência no andamento dos processos, além de possibilitar aos operadores do Direito, magistrados e advogados, facilidades na prática dos atos processuais que podem ser realizados a distância com toda segurança.

Resultado:

O conjunto de ações planejadas e executadas pela TNU propiciou que em 2016 houvesse recorde de produtividade, uma vez que foram resolvidos 23.065 processos. Apesar disso, a meta de reduzir a taxa de congestionamento para 45% não foi atingida, já que a taxa de congestionamento da TNU foi de 56,8%.

Um dos fatores que contribuiu para esse resultado foi o aumento expressivo dos casos novos – de 21.568 em 2015, para 31.840 em 2016, bem acima da média histórica de casos novos, que, nos últimos seis anos, não ultrapassou 22 mil processos.

Objetivo estratégico: Promover a melhoria na governança da Justiça Federal

No âmbito gerencial, o CJF tem a missão de estimular e orientar os órgãos da Justiça Federal na direção da profissionalização da administração judiciária, por meio da implementação de práticas modernas e eficientes de gestão que possam produzir elevados padrões de governança. Esse objetivo consiste em melhorar a capacidade da organização de planejar, executar, monitorar e comunicar a estratégia, assim como de ampliar a atuação institucional.

Meta:

Para impulsionar o alcance desse objetivo de melhorar a governança da Justiça Federal, a **meta 2** definida foi de atingir 55% de avaliação positiva no diagnóstico de governança em 2016 e 75% até 2020.

Iniciativas:

Para o alcance desse objetivo, foi executado em 2016 o projeto estratégico Governança no CJF, no qual foram analisados os resultados obtidos em instrumento de avaliação aplicado em 2015 e, a partir dele, elaboradas recomendações que deram origem a planos de ação que, executados, estão melhorando a maturidade em governança do órgão.

Para a consecução desse resultado, com ineditismo, foi elaborado modelo de governança, que definiu 55 práticas de gestão, o que possibilitou a construção de um instrumento de avaliação que permitiu verificar a adoção dessas práticas relacionadas à estruturação e ao funcionamento da rede de governança; à execução das operações com inovação, melhoria e controle; à gestão de pessoas, com foco na formação e desenvolvimento de competências; ao uso racional da tecnologia da informação; ao monitoramento e à avaliação da estratégia; e aos mecanismos implementados para comunicar a estratégia, objetivando o nivelamento das expectativas de desempenho por parte dos operadores do sistema de justiça e dos usuários dos serviços, garantida a transparência e a prestação de contas permanente das atividades de gestão e jurisdicionais.

O instrumento de avaliação de governança foi aplicado nos 33 órgãos da Justiça Federal (cinco TRFs, 27 seções judiciárias e o CJF). A pesquisa ficou disponível para coleta por dez dias, de 30 de novembro a 10 de dezembro de 2015. Houve 100% de adesão ao questionário. Vale ressaltar que em 97% dos casos o questionário foi validado pelo dirigente máximo da organização.

A partir dos resultados obtidos para o CJF, elaborou-se relatório contendo recomendações para as práticas que necessitam maior incremento, relacionadas à gestão do plano orçamentário e das aquisições, gestão de pessoas, de projetos e de processos. As recomendações foram desdobradas em planos de ação, em relação aos quais definiu-se a unidade ou unidades responsáveis pela execução, com prazos estabelecidos para conclusão das ações, cuja implementação vem sendo monitorada.

As medidas de destaque em execução são a proposta de fixação da lotação de cargos efetivos por unidade e norma que estabelece parâmetros mínimos para a lotação inicial de servidores, com o objetivo de adequar o quantitativo de pessoal à demanda; o planejamento de pesquisa nacional quanto à defasagem tecnológica nas áreas técnicas de edificação, com vistas a garantir que os investimentos em tecnologia da informação privilegiem o alcance das metas e objetivos estratégicos; a realização de treinamentos direcionados para suprir os *gaps* de competência relacionados à estratégia (curso sobre sustentabilidade e Revit básico); a reavaliação de contratos de terceirização e de aquisições, com a finalidade de aprimorar a qualidade dos gastos, entre outras ações.

Resultados:

Nesse tema, o resultado pode ser avaliado como muito positivo, uma vez que houve aumento do Índice de Governança do Órgão – IGov-JF, que passou de 65,43 em 2015 para 73,12 em 2016, atingindo o nível “aprimorado”, com um cumprimento de 132,9% da meta estabelecida.

Com esse desempenho, o CJF ficou em quarto lugar entre os 33 órgãos da Justiça Federal.

Tema: Inovação e Alinhamento Transorganizacional

Esse tema contempla a preocupação por introduzir a cultura da inovação no ambiente de trabalho; estabelecer diretrizes para a promoção do desenvolvimento de competências profissionais dos servidores da Justiça Federal, necessário à adequada prestação jurisdicional; e o interesse em manter permanente interlocução com órgãos e entidades que influenciam o funcionamento do sistema de justiça, para a construção de soluções compartilhadas que atendam às necessidades do cidadão usuário dos serviços de Justiça.

Objetivo Estratégico: Incrementar a interlocução com outros poderes ou instituições

Um dos papéis mais relevantes do CJF é atuar como catalizador de boas práticas, promovendo a troca de experiências e a formação de parcerias entre órgãos e entidades que de algum modo interferem ou são afetados pelo sistema de justiça, como, por exemplo, autarquias federais, Ministério Público, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Tesouro Nacional, Defensoria Pública, Advocacia da União e outras entidades, além dos próprios órgãos que compõe o Sistema da Justiça Federal. Essa atividade é essencial para a busca de soluções comuns dos problemas que afetam de forma generalizada o sistema de justiça.

Meta:

Neste contexto, foi estabelecida a meta 3, consistente em promover pelo menos um evento anual de cada sistema organizacional, que envolvem os seguintes temas: Desenvolvimento Institucional; Gestão de Pessoas; Gestão de Obras; Tecnologia da Informação; Gestão Orçamentária; Controle Interno e Comunicação Institucional.

Iniciativas:

Ao todo, foram realizadas 15 reuniões por videoconferência dos diferentes sistemas organizacionais ao longo de um ano de trabalho, que contou com a consultoria de servidores da área de Estratégia do Conselho. Foram priorizados quatro temas a serem trabalhados em forma de programas estratégicos, e definidos os indicadores, metas e iniciativas nacionais. Foi feita a análise e a proposição dos instrumentos e processos para governança e regulamentação do Planejamento Estratégico de Edificações.

A Secretaria de Controle Interno realizou o encontro do Comitê Técnico de Controle Interno da Justiça Federal – CTCI/JF com a participação dos dirigentes de controle interno de todos os tribunais regionais federais.

O evento foi realizado por videoconferência no dia 5 de setembro de 2016, no qual foram debatidos temas de interesse das unidades de controle da Justiça Federal, tais como a discussão de normativo que regulamenta a realização de auditoria, inspeção, bem como a estrutura das unidades de controle interno no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – SIJUS, coordenado pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Conselho e integrado por representantes das áreas de Tecnologia da Informação dos tribunais regionais federais, reuniu-se duas vezes em 2016, para tratar

de assuntos específicos, como o *status* de implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe nos órgãos da Justiça Federal, bem como a criação de um Polo de Desenvolvimento do PJe (Comitê Técnico do PJe). Devido à restrição orçamentária, não houve evento presencial.

Não houve reuniões presenciais do Sistema de Recursos Humanos da Justiça Federal. Porém, supriu-a uma reunião por videoconferência, no dia 26/8/2016, entre as equipes de Gestão de Pessoas do CJF e dos tribunais regionais federais para discutir instrumento a ser aplicado em nova pesquisa de clima a ser levada a efeito na Justiça Federal, junto aos magistrados e servidores.

A Secretaria de Arquitetura e Engenharia do CJF é responsável pela gestão das reuniões do Comitê Técnico de Obras Nacional – CTO-N, garantindo que os principais temas sobre edificações sejam permanentemente debatidos, proporcionando a intermediação na troca de experiências entre as áreas técnicas de todo o Brasil. Em 2016, foram realizadas quatro reuniões do Comitê Técnico de Obras Nacional, todas por videoconferência, as quais trataram de temas como a atuação profissional na elaboração de projetos arquitetônicos, o Plano Estratégico de Edificações, a discussão do indicador a ser adotado como limitador dos custos das obras, e a aprovação do projeto de Sinalização Universal da Justiça Federal.

Também foi realizada videoconferência, no dia 11 de outubro, com representantes dos tribunais regionais federais para a discussão e definição de metas para 2017, em preparação ao Encontro Nacional do Poder Judiciário. Tal medida trouxe um resultado consistente para a integração da Justiça Federal na definição de suas prioridades, além de evitar os custos de um encontro presencial.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - SPO do CJF, por sua vez, realizou uma reunião com representantes dos tribunais regionais federais, membros do Grupo de Precatórios da Justiça Federal, nos dias 19 e 20 de abril de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar as regras estabelecidas na Resolução CJF n. 168, de 5 de dezembro de 2011, que trata do tema, a qual foi revogada e substituída pela Resolução n. CJF-RES-2016/00405, de 9 de junho de 2016. Referida Secretaria também realizou diversas reuniões com instituições do Judiciário e órgãos de outros poderes, com o objetivo de incrementar a interlocução com outras instituições.

Como representante do CJF, a Secretaria participa do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios e Demonstrativos Fiscais, coordenado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, grupo responsável por elaborar análises, diagnósticos e estudos, visando à promoção e à padronização de relatórios e demonstrativos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destacadamente os previstos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar n. 101/2000. O grupo reuniu-se em maio e em novembro de 2016. Junto à STN, a SPO também mantém um representante do CJF no Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis, que realizou em 2016 reuniões nos meses de maio e de novembro.

Ainda com a Secretaria do Tesouro Nacional, a SPO/CJF realizou reunião, que contou com a participação de representantes de instituições bancárias oficiais, no dia 6 de abril de 2016, para discutirem a tramitação do Projeto de Lei n. 4.495/2016, que cria fundos de precatórios para a Justiça Federal e para a Justiça do Trabalho. A SPO realizou também reunião com representantes da Caixa Econômica Federal, no dia 31 de março de 2016, para avaliação de impacto do referido projeto de lei.

No Conselho Nacional de Justiça, a SPO representa o CJF no Comitê Técnico de Orçamento e Finanças, que discute questões orçamentária e financeiras afetas ao Poder Judiciário, tendo se reunido em fevereiro e em outubro de 2016.

No cumprimento de sua função cooperativa, o CJF estabeleceu em 2016 acordos de cooperação com outras instituições, a seguir elencados:

- Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o CJF, o Tribunal de Contas da União, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para formação da Rede Federal de Inovação no Setor Público, com vistas à articulação de ações de fomento e apoio à inovação, bem como à interação com iniciativas similares nos âmbitos estadual e municipal;
- Acordo de Cooperação Técnica n. 1/2016, envolveu a cessão do programa fonte do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal – AJG para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
- Termo de Cooperação Técnica n. 2/2016, referente ao estabelecimento de parceria entre o CJF e o STJ nas ações de trabalho relativas às atividades de gestão administrativa que lhes são correlatas, tais como serviços de manutenção predial, serviços gerais, logística, material e patrimônio, serviços gráficos e taquigrafia;
- Termo de Cooperação Técnica n. 3/2016, celebrado entre o CJF, com a interveniência do Centro de Estudos Judiciários, e o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, com a finalidade de promover a cooperação técnico-científica e cultural, o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre os partícipes;
- Termo de Cooperação Técnica n. 4/2016, celebrado entre o CJF, com a interveniência do Centro de Estudos Judiciários, e o Centro de Estudos de Direito Econômico, com a finalidade de promover a cooperação técnico-científica e cultural, o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre os partícipes;
- Acordo de Cooperação Técnica CJF/CEJ/ENFAM/CEJUR n. 5/2016, firmado entre o CJF, por intermédio do Centro de Estudos Judiciários, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – ENFAM, e a Academia Judicial da Escola Superior de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito da Universidade de Bologna, para cooperação técnico-científica e cultural, o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre os partícipes;
- O Convênio CJF/CEF n. 6/2016, celebrado entre o CJF e a Caixa Econômica Federal, para acesso às informações registradas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

Em 2016 o CJF continuou mantendo a interlocução com órgãos para a implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, em que o Conselho se inscreveu como colaborador na Ação 4 (elaborar diagnóstico e proposição de aprimoramento do sistema brasileiro de proteção e incentivo ao denunciante e *whistleblower*), na Ação 6 (Elaborar diagnóstico dos modelos de atuação na Advocacia Pública, inclusive em parceria

com o Ministério Público, relativos à persecução administrativa e judicial cível) e na Ação 9 (Propor formatação institucional para o desenvolvimento da Avaliação Nacional de Riscos (ANR) relacionados à lavagem de dinheiro e finalizar a adequação da metodologia ARENA, para validação), e integrou o Gabinete de Gestão Integrada – GGI.

Além das medidas acima mencionadas, voltadas a parcerias externas, ocorreram várias ações de alinhamento e integração entre as unidades da Justiça Federal e o Conselho, com a participação de técnicos, servidores, magistrados e presidentes dos tribunais regionais federais.

Resultados:

A meta foi cumprida, com a realização de 27 eventos que propiciaram a concretização de ações integradas entre os regionais da Justiça Federal e entidades atuantes no sistema de justiça. Foram 15 reuniões realizadas pelo Sistema de Gestão de Obras, sete reuniões do Sistema de Planejamento, Orçamento e Finanças, duas reuniões do Sistema de Tecnologia da Informação, uma reunião do Sistema de Recursos Humanos, uma reunião do Sistema de Controle Interno e uma reunião do Sistema de Desenvolvimento Institucional.

Essas ações contribuíram para a uniformização de regras de funcionamento nas cinco Regiões e garantiram maior clareza em relação às dificuldades e potencialidades, criando-se ambiente mais propício à implementação de outras soluções compartilhadas, que possam produzir maior efetividade à prestação jurisdicional.

Objetivo Estratégico: Liderar iniciativas de modernização da Justiça Federal

O CJF é órgão responsável por mobilizar esforços para a promoção de soluções inovadoras em relação à prestação jurisdicional, à governança e à supervisão administrativa e orçamentária. Foram essas as premissas que nortearam esse objetivo, a meta e as iniciativas a ele relacionadas.

Meta:

A **meta 4**, definida e comunicada para todas as unidades do órgão, foi implantar pelo menos um produto ou serviço novo, por ano, para a Justiça Federal.

Perseguindo esse desafio, o órgão mobilizou-se para realizar inovações nas áreas de tecnologia da informação, comunicação institucional, relacionamento com o cidadão, gestão de obras e gestão estratégica.

Iniciativas:

Destaca-se, no tema inovação, a assinatura de acordo de cooperação entre o CJF, o Ministério do Planejamento e o Tribunal de Contas da União, para instituir formalmente a Rede de Inovação do Setor Público (InovaGov), que terá quatro pilares: liderar o processo de inovação, disseminar informações relacionadas à inovação, viabilizar projetos e ideias com alta capacidade transformadora e implementar projetos estratégicos.

Mas as inovações não ficaram apenas no plano normativo, das intenções. Com o objetivo de conhecer a opinião dos cidadãos, advogados, magistrados e servidores sobre quais deveriam ser as estratégias a serem adotadas pela Justiça Federal em 2017, de forma inédita, foi realizada ampla

pesquisa que coletou a opinião de 13.740 respondentes de todas as regiões do País. Essa pesquisa marcou a atuação da Justiça Federal em 2016, posto que pela primeira vez garantiu-se de forma irrestrita a participação efetiva dos cidadãos e de toda a comunidade jurídica na formulação de políticas judiciais, introduzindo-se na prática a gestão participativa.

Ainda balizada na premissa de bem atender o cidadão, sem perder o foco na eficiência, foi implementado ramal exclusivo da Ouvidoria e um sistema tarifador de ligações telefônicas, que contribui para o controle das chamadas recebidas e atendidas. No Portal do CJF também foi implementado um novo canal de comunicação exclusivo da Ouvidoria, onde os cidadãos podem não só pedir informações, mas também formular elogios, críticas, sugestões e denúncias pertinentes às atividades-fim do CJF. Esta nova ferramenta de comunicação possibilitou que fossem separadas as rotinas da Ouvidoria das do Serviço de Informações ao Cidadão, que segue sendo disponibilizado no Portal do CJF, e tem por finalidade o atendimento da Lei n. 12.527/2011 (LAI) pelo órgão.

Buscando aperfeiçoar os mecanismos de transparência das ações e comunicação com a sociedade, foi disponibilizado o acesso para consulta ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA-DOC por usuários externos, além da transmissão ao vivo pela *internet* das sessões de julgamento do CJF e da TNU.

No âmbito interno, outra inovação foi realizada em 2016: a primeira visou melhorar a gestão do projeto Processo Judicial Eletrônico, cuja coordenação é realizada pelo CJF. Para isso, foi desenvolvido painel de monitoramento da implantação do PJe nos órgãos da Justiça Federal, com diversas informações, tais como o percentual de órgãos julgadores com o PJe instalado, o quantitativo de casos e o demonstrativo do estágio de implantação do Projeto.

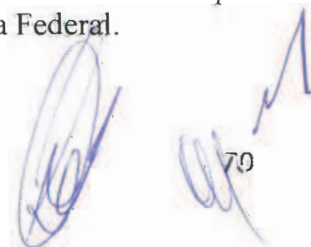
A outra medida inovadora foi o lançamento do novo portal na internet e da nova intranet do órgão, mais modernos e versáteis, com aplicação de modernos recursos comunicacionais, como a aplicação de *banners* interativos, postagem de vídeos, espaço para fotos, além do reordenamento lógico dos *links* e várias outras melhorias.

Resultados:

Conforme demonstrado, apesar de ter havido a implantação de sete novos produtos/serviços em 2016, a meta de inovação não foi totalmente cumprida, isso porque nem todos os sistemas conseguiram implantar novos serviços, indicando que o CJF deve continuar empreendendo esforços no incentivo à cultura de inovação em suas práticas de gestão, comportamento essencial para manter o órgão alinhado aos desafios presentes e futuros.

Objetivo Estratégico: Contribuir para o desenvolvimento do potencial humano na Justiça Federal

Este objetivo está relacionado à institucionalização de programas e ações voltados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas para magistrados e servidores da Justiça Federal; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de recompensas; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho. Para monitorar o desempenho desse objetivo em 2016, foram traçadas três metas que orientam a formação e o aperfeiçoamento dos servidores e magistrados da Justiça Federal.



79

Metas:

A primeira meta estabelecida para o desenvolvimento do potencial humano foi a **meta 5**, que consiste em dobrar, até 2020, o número de magistrados federais capacitados, em relação a 2014 e melhorar o desempenho nessa meta em 2016, em pelo menos 15%.

A segunda meta traçada para esse objetivo refere-se ao apoio técnico oferecido pelo CJF a magistrados, por meio da Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU. A **meta 6** ficou assim estabelecida: dobrar, até 2020, o número de atendimentos a magistrados pela CAJU, em relação a 2014. Assim, foram esperados 1300 atendimentos em 2016.

A última meta manteve foco no desenvolvimento das competências de servidores da Justiça Federal. Com esse propósito, a **meta 17** pretendia aumentar em, pelo menos, 10% o número de servidores da Justiça Federal capacitados a cada ano em relação ao ano anterior.

Iniciativas:

Para o alcance dessas metas, destaca-se a revitalização da Educação a distância, mediante a implementação do projeto Cursos em EaD, com o objetivo de atender, de forma mais rápida e econômica, às necessidades de formação de magistrados e servidores da Justiça Federal. Visando a redução de custos, contou-se com a tutoria voluntária de magistrados e servidores, o que resultou na ampliação da oferta de vagas, favoreceu a participação dos profissionais lotados em localidades distantes das capitais, potencializou a troca de experiências e otimizou o tempo dos profissionais, reduzindo o tempo e os gastos com deslocamento. Também estão entre os pontos positivos da EaD a possibilidade de compartilhamento de cursos entre instituições públicas e a identificação de servidores e magistrados na Justiça Federal, com potencial para atuarem como desenvolvedores de conteúdo, professores *on-line* etc., o que fortalece a contextualização e a aplicabilidade do conhecimento.

Mesmo com a escassez de recursos provocada pelos cortes orçamentários, em 2016 foram realizados pelo CJF, em EaD, os cursos: “Formação de Conciliadores – Parte Teórica”; “Conciliação e Mediação: Novo CPC e Justiça Federal”; “Direito Previdenciário – Concessão de Benefícios”; “Direito Previdenciário – Revisão de Benefícios”; “Direito Previdenciário – Processo Previdenciário”; “Introdução à Gestão Socioambiental”; “Introdução à Gestão Documental no Poder Judiciário”; “Passaporte Gerencial”; “Teoria e Prática da Docência *On-line*”.

Além de cursos, a plataforma de EaD do CJF oportunizou também a realização de fóruns de discussão, o desenvolvimento de projetos e comunidades de discussão, como o “Grupo focal para avaliação das ações de formação continuada”, o “Grupo de trabalho para direcionamento das ações de formação em conciliação mediação (magistrados, conciliadores/mediadores, instrutores)”, o “Fórum para adequação do Projeto Político Pedagógico para a Justiça Federal” e as “Comunidades de discussão e troca de experiências entre tutores de EaD”.

Outra iniciativa foi o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico – PPP, que consolidou as principais diretrizes para orientação do conjunto das ações educativas, presenciais e a distância, desenvolvidas no âmbito da Justiça Federal. Tais pressupostos e princípios serão observados na proposição e na implementação de todas as soluções educacionais voltadas ao desenvolvimento de competências dos servidores, tanto com instrutoria interna como externa.

Resultados:

Quanto à meta de ampliar o número de magistrados federais capacitados em 2016, registra-se que o desempenho ficou aquém do esperado. Havia expectativa de que 400 magistrados participassem das ações de formação em 2016, entretanto, apenas 135 foram capacitados, o que corresponde a 22,6% de cumprimento da meta.

A diferença observada entre a meta definida e o valor apresentado em 2016 resultou da linha de base estabelecida para a meta, que contemplava o número de certificados emitidos pelo Centro de Estudos Judiciários e não de participantes que realizaram cursos. Nesse sentido, verificou-se a necessidade de atualização da base de dados, de forma que o magistrado que realizasse mais de um curso no ano fosse contado apenas uma vez. Ainda assim, o resultado de 2016 ficou abaixo do apresentado nos anos anteriores.

Caso a linha de base estabelecida em 2014 tivesse levado em consideração os mesmos critérios agora observados, o ponto de partida teria sido o aperfeiçoamento de 110 magistrados, com a meta de 147 em 2016. Tal situação levaria a um resultado de 91% de cumprimento da meta.

No que diz respeito à meta de dobrar, até 2020, o número de atendimentos a magistrados pela CAJU, em relação a 2014, consigne-se que, em 2016, eram esperados 1.300 atendimentos, mas foram realizados 2.360 atendimentos, o que representa um cumprimento de 181,5%. Esse excelente resultado deve-se à ampla divulgação da referida central de atendimento, tanto em nível nacional quanto regional, inclusive nas turmas de formação de juízes.

Em relação à formação de servidores, cuja meta era aumentar em 10% o número de capacitados da Justiça Federal a cada ano, o desempenho superou também a expectativa, tendo sido treinados 968 servidores, 365 a mais do que o esperado, ficando o cumprimento da meta em 160,5%.

Tema: Eficiência Operacional

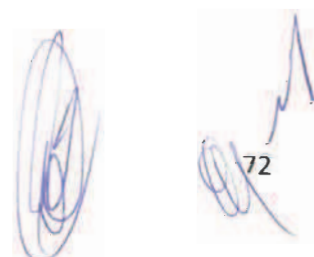
Para alcançar seus resultados finalísticos, o órgão também definiu como diretriz, enunciada em três objetivos, realizar suas atividades com menor custo possível, com foco no controle dos atos administrativos e na agilidade da prática dos procedimentos operacionais.

Objetivo Estratégico: Promover a racionalização nos gastos públicos

A preocupação com racionalização dos gastos públicos, além de estar relacionada aos princípios da administração pública de eficiência e economicidade, é atualmente realidade que se impõe a todos os órgãos, inclusive os da Justiça Federal, especialmente após a edição da Emenda Constitucional n. 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos.

Meta:

Para enfrentar esse cenário de restrição orçamentária e melhorar a eficiência do órgão, foi estabelecida a **meta 7** para reduzir em 10% as despesas com contratos do CJF.



Além disso, estabeleceu-se a meta 8, que visa manter os custos de 100% das obras da Justiça Federal em conformidade com o valor referencial definido pelo CJF, ainda pendente de aprovação pelo Plenário do CJF.

Iniciativas:

Para implementar a redução de custos esperada, em 2016, foram selecionados pela Secretaria de Administração – SAD alguns contratos de fornecimento de material e de prestação de serviços, tomando-se como linha de base os valores gastos com esses materiais e serviços em 2014.

Assim, segmentou os contratos em quatro tipos de objeto:

- 1) Prestação de serviços gerais (postos de trabalho): cinco contratos;
- 2) Fornecimento de água mineral: nove contratos;
- 3) Fornecimento de material de limpeza: onze contratos;
- 4) Fornecimento de açúcar e café: sete contratos.

Quadro 3.1.1.1 – Contratos com redução de gastos

OBJETO CONTRATADO	GASTOS EM 2014 (em R\$)	GASTOS EM 2015 (em R\$)	GASTOS EM 2016 (em R\$)	(%) REDUÇÃO DE GASTO NO EXERCÍCIO DE 2016 EM RELAÇÃO A 2015
Prestação de serviços gerais	4.114.382,80	4.475.093,25	4.378.716,34	2,1%
Fornecimento de água mineral	53.363,07	60.595,45	38.986,56	55,4%
Fornecimento de material de limpeza	103.014,76	188.718,70	21.681,58	70,4%
Fornecimento de açúcar e café	16.116,00	22.815,00	17.514,28	30,2%
TOTAIS ANUAIS	4.286.876,63	4.747.222,40	4.456.808,76	6,51%

Obs.: Da análise dos dados acima, é possível observar que houve uma redução nos custos dos contratos em 2016, em comparação com o ano de 2015. Isso foi possível em razão de reuniões ocorridas no órgão, nas quais se buscaram alternativas para a diminuição no consumo.

Nos contratos envolvendo mão de obra terceirizada, por exemplo, houve redução de postos de trabalho e foi realizado novo procedimento licitatório, nos quais foram ajustadas as remunerações dos postos para os pisos das categorias.

Assim, houve a redução de postos de trabalho para os serviços de recepção, copeiragem e limpeza e a realização de uma única contratação. No novo contrato, firmado em novembro de 2016, houve uma diminuição de 21 postos de trabalho, assim como a redução dos salários para o piso das respectivas categorias, tendo o valor anual passado para R\$ 3.365.575,20 (três milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), gerando uma economia anual de 32,66%, correspondente ao valor de R\$ 1.632.261,48 (um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, duzentos e sessenta e um reais e quarenta e oito centavos), a qual somente terá impacto no exercício de 2017.

Com relação ao fornecimento de água mineral, foi firmado em 2016 o Contrato n. 14/2016 com a empresa TMS Purificadores e Comércio Ltda., para a locação de purificadores de água, no valor total de R\$ 17.388,00 (dezesete mil, trezentos e oitenta e oito reais). Essa contratação atendeu à política do CJF de redução de custos com água mineral, já que com a contratação de garrafas de 20 litros, de garrafas plásticas de 500 ml, com gás, e de copos plásticos descartáveis de 200 ml, sem

gás, gastava-se o montante de R\$ 81.998,00 (oitenta e um mil, novecentos e noventa e oito reais). Com a substituição do fornecimento de água mineral pela locação dos purificadores, houve uma redução de mais de 78% (setenta e oito por cento).

Quanto ao fornecimento de café e açúcar, visando também à redução de custos, o CJF modificou a forma de servir o café aos servidores e demais colaboradores do órgão. Anteriormente, eram disponibilizadas em cada sala pelo menos uma garrafa. Na nova forma de serviço, as garrafas ficam apenas nas copas. Esta medida trouxe uma economia significativa no consumo de café e de açúcar – frise-se que a despesa foi reduzida de R\$ 22.815,00 (vinte e dois mil, oitocentos e quinze reais) em 2015 para R\$ 17.514,28 (dezessete mil, quinhentos e quatorze reais e vinte e oito centavos) em 2016.

Devem ser destacados, ainda, os contratos que, embora não sejam administrados por unidades da Secretaria de Administração, também tiveram, com a interveniência da SAD e da Diretoria-Geral, seus valores reduzidos em 2016, em virtude das restrições orçamentárias enfrentadas no exercício.

Mencione-se, neste sentido, o Contrato n. 23/2012, firmado com a empresa Saga Serviços e Engenharia Eirelli ME, que tem por objeto a prestação de manutenção predial nas instalações do CJF e envolve a alocação de postos de trabalho. A partir de agosto de 2016, negociou-se uma repactuação com a empresa contratada de modo a se reduzirem três postos de trabalho. De um valor anual de R\$ 1.935.635,16 (um milhão, novecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos), passou-se a um valor anual de R\$ 1.779.923,04 (um milhão, setecentos e setenta e nove mil, novecentos e vinte e três reais e quatro centavos), mesmo considerando que nessa repactuação foram reajustadas as remunerações e reajustados alguns benefícios da folha de pagamento. Somente no exercício de 2016, a economia obtida foi de R\$ 64.880,05 (sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais e cinco centavos), ou seja, uma redução de 8,04%.

Também envolvendo postos de trabalho, deve ser salientada a economia auferida, inicialmente, com o Contrato n. 18/2015, celebrado entre o CJF e a empresa G3 Comunicação, com valor inicial no montante de R\$ 2.304.934,27 (dois milhões, trezentos e quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos), que contemplava serviços de jornalismo e de produção para rádio e TV, tanto para o CJF quanto para os cinco tribunais regionais federais.

Após a aprovação da Resolução n. CJF-RES-2015/00369, de 16 de novembro de 2015, que dispõe sobre a regulamentação do funcionamento do Centro de Produção da Justiça Federal – CPJUS, a principal modificação foi a descentralização das contratações dos profissionais. Portanto, cada tribunal regional federal passou a ficar responsável pelo seu contrato.

Com essa descentralização, o CJF ficou com 13 postos de trabalho, mas, com a necessidade de cortes orçamentários em 2016, reduziu-se o número de postos para 10, resultando em uma economia anual de R\$ 265.486,40 (duzentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos). Em março de 2016, foi celebrado novo contrato com mesmo objeto – Contrato n. 1/2016 – com a Fundação Renato Azeredo, o qual passou a ter o valor global de R\$ 1.340.000,00 (um milhão, trezentos e quarenta mil reais).

No que diz respeito aos contratos da área de Tecnologia da Informação, obteve-se, da mesma forma, significativa redução de gastos. De um modo geral, a economia realizada com esses contratos em 2016 foi de R\$ 308.933,94 (trezentos e oito mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e quatro centavos). Essa economia referiu-se a ajustes realizados em nove contratos. São eles:

1) Contrato n. 2/2015 – objeto: prestação de serviços técnicos de sustentação do ambiente de TI. A empresa solicitou 12% de reajuste contratual, porém, mediante negociação, o reajuste foi reduzido para 8%, resultando em uma economia anual de R\$ 125.866,40 (cento e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos);

2) Contrato n. 24/2013 – objeto: contratação subscrições de serviço de suporte prioritário de distribuição SUSE Linux. A empresa solicitou 5% de reajuste, porém a prorrogação foi negociada sem reajuste, o que resultou em uma economia anual de R\$ 20.133,00 (vinte mil, cento e trinta e três reais);

3) Contrato n. 39/2011 – objeto: prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação. Este contrato está vencido, substituído pelo Contrato n. 23/2016 em dezembro de 2016. Antes disso, a empresa havia solicitado 10% de reajuste, mas negociou-se um reajuste de 7,5%, a partir de dezembro de 2015, o que resultou em uma economia de R\$ 25.753,60 (vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos) em 2016;

4) Contrato n. 23/2016 – objeto: prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação. Este contrato substituiu o de n. 39/2011, que tinha o valor de R\$ 92.283,52 (noventa e dois mil, duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos) por mês. O novo valor mensal passou a ser de R\$ 85.749,97 (oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos), ou seja, houve uma economia de R\$ 6.533,55 (seis mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos) ao mês, a partir de dezembro de 2016;

5) Contrato n. 10/2015 – objeto: prestação de serviços técnicos especializados de sustentação nas soluções de segurança, tratamento de incidentes de segurança e análise de vulnerabilidades. A empresa havia solicitado 11% de reajuste, porém foi negociada uma redução para 9%, a partir de março de 2016. Com isso, houve uma economia de R\$ 7.189,50 (sete mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos) até o final do ano;

6) Contrato n. 10/2016 – objeto: prestação de serviços de comunicação de dados entre a sede do Conselho e a Gráfica. Esse contrato substituiu o Contrato n. 19/2013, que custava um valor mensal de R\$ 9.373,03 (nove mil, trezentos e setenta e três reais e três centavos) para um *link* de 2 Mbps. O novo contrato passou a ter o valor mensal de R\$ 2.545,00 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais) para um *link* de 4 Mbps, resultando em uma economia total de R\$ 47.796,21 (quarenta e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e vinte e um centavos), a partir de junho de 2016;

7) Contrato n. 2/2013 – objeto: suporte técnico e fornecimento de uma solução de comunicação de dados entre a rede do Conselho e a internet. Foi negociada uma supressão de 28,06% no valor mensal do contrato, que era de R\$ 12.082,76 (doze mil e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos) por um *link* de 48 Mbps, passando a ser de R\$ 9.417,34 (nove mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta e quatro centavos) para um *link* de 64 Mbps, o que resultou, a partir de setembro de 2016, em uma economia total de R\$ 10.661,68 (dez mil, seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos);

8) Contrato n. 27/2012 – objeto: prestação de serviços de impressão. Foi negociada a redução do número de impressoras, o que resultou em uma economia total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a partir de outubro de 2016;

9) Contrato n. 28/2013 – objeto: prestação de serviços de consulta ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal

(SRF). Foi desenvolvido um *webservice* que reduziu a utilização do serviço pelos tribunais regionais federais, resultando em uma economia anual de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em 2016.

Considere-se, ainda, que muitas ações, em outros contratos, surtirão efeitos apenas no exercício de 2017, como o já mencionado Contrato n. 23/2016, que resultará em uma economia de R\$ 6.533,55 (seis mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos) ao mês, ou seja, serão economizados R\$ 78.402,60 (setenta e oito mil, quatrocentos e dois reais e sessenta centavos) durante todo o ano de 2017.

Celebrou-se, ainda, o Contrato n. 33/2016, que tem por objeto a prestação de serviços de comunicação de dados para conexão da rede do CJF à internet e substituiu o Contrato n. 1/2013, cujo valor mensal era de R\$ 15.115,98 (quinze mil, cento e quinze reais e noventa e oito centavos) para um *link* de 64 Mbps, passando a ter o valor de R\$ 5.650,00 (cinco mil, seiscentos e cinquenta reais) ao mês para um *link* de 200 Mbps, o que resultará em uma economia anual de R\$ 113.591,76 (cento e treze mil, quinhentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos), a partir de janeiro de 2017.

Mencione-se, também, o Contrato n. 7/2013, cujo objeto é a prestação de serviços de alocação física e lógica, operação de sistema computacional e suporte às atividades da Autoridade Certificadora da Justiça – AC-JUS, em relação ao qual foi transferido o portal da AC-JUS para o ambiente do CJF, o que resultou em uma economia anual de R\$ 128.585,16 (cento e vinte e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos) a partir de janeiro de 2017.

Ao todo, o CJF obteve uma economia de mais de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) com a redução de custos com contratos em 2016.

No tocante à meta de adequar os custos das obras aos parâmetros do CJF, espera-se uniformizar a orçamentação e o controle dos custos das obras, bem como atualizar parâmetros comparativos para as diversas obras da Justiça Federal em todo o País, considerando-se os índices de construção constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF. Atualmente existem 54 obras em andamento na Justiça Federal, no valor total de R\$ 1.882.408.047,90 (um bilhão, oitocentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oito mil e quarenta e sete reais e noventa centavos).

Assim, a constituição de um grupo de trabalho para desenvolvimento do projeto Custos de Obras da Justiça Federal permitiu a análise do orçamento de 34 obras licitadas pela Justiça Federal de primeiro e de segundo grau, considerando-se os padrões adotados na Justiça Federal, respeitando a tipicidade de cada edificação e as características regionais, bem como os índices oficiais de preços por metro quadrado.

O estudo foi concluído e submetido ao Comitê Técnico de Obras Nacional que, diante dos resultados, estabeleceu o fator multiplicador de 3,2 vezes o índice regional do SINAPI/CEF, o qual, se aprovado pelo Plenário do CJF, será adotado como limitador máximo do valor do metro quadrado para as obras de construção da Justiça Federal.

Com vistas, ainda, à racionalização dos gastos públicos foi desenvolvido o projeto Acessibilidade dos edifícios da Justiça Federal, para promover a adequação das instalações físicas em conformidade com os padrões normativos e de maneira uniforme em toda a Justiça Federal, e o projeto Sinalização Universal, que tem o objetivo de estabelecer diretrizes para a uniformização das especificações de sinalização universal dos edifícios da Justiça Federal, de modo a propiciar aos usuários internos e externos uma referência rápida e segura, dando ênfase à sustentabilidade das

soluções apresentadas e à escolha de materiais, mediante a revisão do Manual de Identidade Visual da Justiça Federal, com a inclusão de um novo tópico dedicado à Sinalização Universal das edificações.

Para a definição de diretrizes de orientação de ações a serem implementadas nos edifícios da Justiça Federal, aliando a preservação ambiental e o consumo sustentável, foi desenvolvido o projeto Sustentabilidade e Eficiência Energética, cujo principal produto foi a elaboração do Manual Técnico de Sustentabilidade da Justiça Federal.

Frise-se que todas as iniciativas relacionadas à meta 8 estão pendentes de aprovação pelo Plenário do CJF.

Resultados:

Em relação aos gastos do próprio órgão em contratos para fornecimento de água, café, produtos de limpeza e prestação de serviços gerais, ao se comparar as despesas de 2014 com as de 2016, ficou constatado que as medidas de gestão de custos trouxeram economia de 11% e a meta, que era reduzir os gastos em 10%, foi superada. Para apuração desse resultado, os valores dos contratos foram corrigidos pelo índice de inflação do período, cerca de 17%.

A projeção de economia para 2017 é bastante positiva, uma vez que no contrato de serviços de recepção, copeiragem e limpeza, firmado em novembro de 2016, houve redução de 21 postos de serviço, além da redução dos salários do piso das categorias. Tal medida deve gerar economia anual de R\$ 1.632.261,48. Além disso, diversos contratos de tecnologia da informação, nos quais houve também redução de custos, irão gerar impactos mais significativos no exercício de 2017.

Com relação à manutenção dos custos das obras em conformidade com o valor referencial definido pelo CJF, não foi possível coletar os dados, tendo em vista que não foram realizadas licitações para novas obras em 2016.

Objetivo Estratégico: Buscar a celeridade do trâmite do processo administrativo

Espera-se, com este objetivo, garantir a tramitação processual efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental, bem como elevar a produtividade dos operadores.

Meta:

Ficou estabelecida a **meta 12**, de reduzir o tempo do trâmite dos processos administrativos. A proposta dessa meta era garantir, ao menos para os processos de trabalho críticos, a execução de suas atividades em tempo razoável, o que pode representar melhoria da qualidade do serviço e aumento de produtividade.

Iniciativa:

Para contribuir com este objetivo, foi desenvolvido no ano de 2016 o projeto estratégico Melhoria dos processos críticos, cuja principal atividade do ano foi a revalidação dos fluxos dos processos críticos analisados, com foco tanto na análise dos pontos que fizeram com que o tempo do processo ficasse além do esperado, quanto nos demais fatores de qualidade. O projeto teve um percentual de cumprimento de 85% e a sua conclusão está prevista para maio de 2017.

Na área de gestão de pessoas, foram identificados como críticos os processos “Adicional de qualificação”, “Aposentadoria”, “Averbação de tempo de serviço” e para a gestão administrativa os processos de “Aquisição de bens e serviços”.

Para os processos relacionados às atividades de gestão de pessoas, estabeleceu-se como meta: 80 dias para concessão de aposentadoria, 120 para averbações de tempo de serviço e 30 dias para concessão do adicional de qualificação.

Com relação aos processos de aquisições, ficou definido: 30 dias de tramitação para processos simples, 80 dias para processos de complexidade média e 150 dias para processos complexos.

Com base nesses parâmetros, foram analisados todos os processos que trataram desses temas e apurados os tempos de tramitação, tendo como marco inicial, no caso dos processos de gestão de pessoas, a data do requerimento e nos de aquisição a apresentação do termo de referência. Para os processos de pessoal, o marco final estipulado foi a data de concessão, e para os de aquisição, a data da assinatura do contrato.

Além da atividade de análise dos processos de trabalho, está sendo desenvolvido um Manual de orientação para instrução dos processos, pois foi detectado que muitas vezes o desconhecimento sobre as melhores práticas do processo administrativo faz com que o trâmite se prolongue sem necessidade. Em 2016 foi realizado, ainda, um estudo para identificação de boas práticas da instrução processual, incluindo pesquisa da doutrina, elementos que vão subsidiar publicação do referido manual a ser destinado ao uso de todos os servidores.

Na busca por aperfeiçoar a atividade correcional, está em fase final de desenvolvimento o novo sistema informatizado de inspeção, que irá substituir o sistema atualmente utilizado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Na linha da modernização da atividade judicante, outras duas ferramentas estão sendo concluídas: O Alvará de Soltura Eletrônico, mecanismo capaz de emitir alvarás de soltura e controlar o cumprimento pela vara federal que o expediu e o Sistema de Agendamento de Videoconferência, que permite controlar, à distância, a marcação de oitivas, utilizando as salas de videoconferência nas diversas unidades da Justiça Federal, o que deve diminuir a expedição de cartas precatórias.

Resultados:

Foram analisados, no total, 105 processos administrativos, sendo 56 de adicional de qualificação, cinco de aposentadoria, 14 de averbação de tempo de serviço, 16 de aquisições simples, sete de aquisições médias e sete processos de aquisições complexas.

Dos processos analisados, 48 foram finalizados no prazo estipulado, ficando o cumprimento da meta em 45,71%.

Com relação à gestão de pessoas, a média dos processos finalizados dentro do prazo previsto foi de 56%. A situação mais crítica refere-se aos processos concessão de aposentadoria, que levaram, em média, 104 dias para finalização. No tema averbação de tempo de serviço, apenas um processo não ficou dentro do prazo estabelecido de 120 dias.

Na análise dos dados da meta, percebeu-se que, devido à dinâmica da atividade e da dependência de fatores externos, tal como a necessidade de juntada de documentos procedentes de outros órgãos, no caso de aposentadorias e averbações, há situações que escapam à gestão da unidade

e comprometem o tempo de tramitação. Assim, visando a melhor apuração da meta em 2017, serão feitos alguns ajustes com a exclusão dos processos que, por algum motivo alheio à administração, estejam com tramitação fora dos padrões da normalidade.

Já os processos de aquisição ficaram fora dos prazos da meta, em sua maioria. No caso das aquisições simples, apenas 12,5% foram finalizadas com 60 dias e das aquisições de complexidade média, apenas um levou 90 dias para conclusão, enquanto o tempo médio foi de 196 dias.

Tal resultado se deve, em parte, aos marcos gerenciais estabelecidos para análise do tempo de tramitação. A partir de 2017, os processos não serão mais selecionados pela complexidade, mas sim, pela modalidade de aquisição: dispensa, inexigibilidade, pregão e prorrogação, o que deve favorecer a gestão do tempo desses processos. Outro fator analisado foi a necessidade de se dar mais publicidade à meta, envolvendo os participantes na execução dos procedimentos.

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar os sistemas de controles internos e a fiscalização da Justiça Federal

É condição para garantir a consecução de resultados consistentes e permanentes a adoção de medidas administrativas que evitem a ocorrência de não conformidades, falhas, omissões, erros ou retrabalho. Essas ocorrências devem ser evitadas, pois podem gerar desperdício de tempo e de recursos, além de comprometer a qualidade do trabalho. Em decorrência, foi estabelecida a diretriz de aperfeiçoar os sistemas de controles internos e a fiscalização da Justiça Federal.

Meta:

A **meta 10** estabeleceu o acompanhamento de 100% dos processos de trabalho do CJF elencados pelo controle interno como críticos.

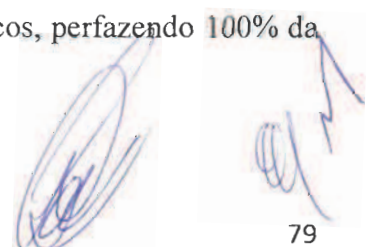
Para o ano de 2016, foram definidos como críticos a concessão e a reforma de aposentadoria e a pensão, além dos processos de aquisição de bens ou serviços de Tecnologia da Informação.

Ressalta-se que todos os processos de aposentadoria, reforma e pensão são necessariamente submetidos à análise e conformidade da legalidade e posteriormente encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

No intuito de atender a demanda relativa aos processos de TI, estabeleceu-se como data de corte para seleção dos processos o dia 12/12/2016 e acompanhou-se 14 processos, dentre os quais: sustentação do ambiente tecnológico; sala-cofre, certificado digital e *tokens*; comunicação de dados; solução antivírus e de segurança para serviço de *e-mail*; visualização de dados; e governança de dados, já finalizados. Os demais processos analisados ainda estão em andamento.

Resultado:

No ano de 2016, foram acompanhados todos os processos críticos, perfazendo 100% da meta.



Meta:

Ainda com foco no objetivo estratégico de melhorar os controles internos no âmbito da Justiça Federal, foi definida a **meta 11**, que estipulou a realização de, no mínimo, quatro auditorias até dezembro de 2016, constantes no plano anual de auditorias.

Resultado:

Durante o ano de referência, foram planejadas oito atividades de inspeção, auditorias e monitoramentos, incluindo ações remanescentes do ano anterior.

Foram finalizadas as auditorias a seguir relacionadas, as quais tiveram os respectivos relatórios finais emitidos:

- 1) Inspeção no Tribunal Regional Federal da 4ª Região;
- 2) Avaliação da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis;
- 3) Auditoria da Gestão;
- 4) Auditoria no Plano de Assistência à Saúde dos servidores do CJF (Pró-Ser);
- 5) Monitoramento da auditoria de avaliação de controles internos administrativos no âmbito do CJF.

Como o desafio era a realização de quatro ações, como se vê, a expectativa foi superada, com realização de cinco eventos.

Meta:

Ainda na busca pela eficiência administrativa, foi estabelecida a meta 9, de realizar quatro fiscalizações técnicas de obras por ano.

Resultado:

A Secretaria de Arquitetura e Engenharia - SAE atuou em fiscalizações preventivas e corretivas de obras e projetos da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, em conjunto com a Secretaria de Controle Interno, mediante autorização da Presidência do CJF.

No ano de 2016, foram efetuadas fiscalizações técnicas nas seguintes obras, todas elas tendo resultado na elaboração de um relatório final de inspeção:

Quadro 3.1.1.2 – Fiscalizações em obras

OBRA	VALOR APROXIMADO DOS CONTRATOS
Anexo da Sede do TRF4	R\$ 82.208.750,58
Reforma da Sede do TRF2	R\$ 40.000.000,00
Reforma da Sede da SJMG em Belo Horizonte	R\$ 10.000.000,00
Construção da Subseção da JF em Uberlândia/MG	R\$ 16.000.000,00

Importante notar que essas fiscalizações proporcionam correções contratuais que, na maioria das vezes, culminam em retorno financeiro de milhões de reais ao Erário.



Perspectiva: Aprendizagem e Crescimento

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico: Desenvolver o potencial humano no CJF

Entre os pilares para a consecução de bons resultados organizacionais, está o desenvolvimento de competências profissionais como medida essencial à garantia do exercício pleno das atividades laborais. Com esse fundamento, foram estabelecidas ações e traçadas duas metas visando a qualificação do corpo de servidores do Conselho da Justiça Federal.

Meta:

A **meta 15** estabelecida consistiu em aumentar em 10% o número de servidores capacitados a cada ano.

Iniciativas:

Duas iniciativas nacionais que contribuíram para o alcance deste objetivo: o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da Justiça Federal – PPP e a implantação de Cursos em EaD. Essas ações previram a formulação das diretrizes para a formação dos servidores e a ampliação da oferta de vagas em cursos na modalidade de ensino a distância.

O Projeto Político Pedagógico da Justiça Federal – PPP está sendo concebido para revisar o atual PPP, instituído pela Resolução CJF n. 536, de 18 de dezembro de 2006, de modo a adequar os futuros programas nacionais de capacitação da Justiça Federal ao PPP, o que propiciará novo alinhamento dos profissionais de treinamento e desenvolvimento da Justiça Federal.

A implantação do projeto Cursos em EaD também está relacionada ao objetivo estratégico: contribuir para o desenvolvimento do potencial humano na Justiça Federal, relacionando-se também às metas n. 5 e 17, já mencionado anteriormente.

Além disso, foi estabelecida a iniciativa de implementar o Programa de Qualidade de Vida no CJF, com ações de valorização de magistrados, servidores e colaboradores, para elevação do nível de satisfação no trabalho. Para consecução dessa iniciativa, em 2016 foi criado o Programa de Qualidade de Vida do CJF - PQVT, com aprovação de logomarca própria e definidos planos de ação de preparação para aposentadoria e de educação financeira. O projeto PQVT está com 55% de execução e sua conclusão está prevista para acontecer em setembro de 2017.

Resultados:

Em 2016, foram capacitados 224 servidores do CJF, o que corresponde a um cumprimento de 111,44% da meta. Contribuiu para isso a oferta ampliada de cursos *on-line*, que contou com o engajamento dos servidores. Esse resultado é considerado excelente, posto que reflete a cultura de aperfeiçoamento, na busca pela qualificação profissional, condição essencial para a entrega de serviços eficientes e com qualidade.

Meta:

A **meta 16**, também voltada ao desenvolvimento das competências do corpo de servidores da Casa, indicava que deveriam ser capacitados, anualmente, 100% dos gestores do CJF indicados pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Resultados:

A meta não foi atingida em 2016, e dois fatores podem ter contribuído para esse resultado: o perfil dos gestores que, na maioria das vezes, já tem grande experiência na função gerencial e não se sentem estimulados a participar de cursos dessa natureza; e a pressão do trabalho, originada pelo descompasso entre as demandas diárias e a pequena força de trabalho disponível, fazendo com que o gestor precise executar rotinas operacionais, o que lhe retira tempo para se dedicar às atividades de capacitação.

Dos 30 gestores indicados para participar do Programa de Desenvolvimento Gerencial, apesar de terem sido criadas vagas para todos, o Centro de Estudos Judiciários registrou 22.

Assim, o cumprimento da meta ficou em 73,3%.

Tema: Gestão da Tecnologia e da Informação

Nesse tema, serão descritas as principais ações realizadas pelo CJF e apresentados os respectivos resultados relativos ao aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação - TI e o nível de efetividade dos serviços prestados pela área de informática. A inclusão desse tema no Planejamento Estratégico teve como fundamento o fato de não ser possível manter níveis satisfatórios de produtividade no trabalho sem um suporte adequado da área de TI, motivo pelo qual foram definidos dois objetivos que resumem as prioridades nessa área.

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação no Conselho da Justiça Federal


O objetivo refere-se ao aperfeiçoamento e a consolidação de estruturas organizacionais e de processos que envolvem a alta direção, as gerências de TI e as gerências de negócio nas tomadas de decisão sobre o uso de TI, para garantir o alinhamento entre as estratégias da Justiça Federal e as operações das áreas de TI e de negócio.

Meta:

Com vistas a permitir o monitoramento do grau de maturidade em que se encontra o CJF em termos de governança de TI, foi estabelecida a meta 13, consistente em atingir, em 2016, o índice mínimo de 0,65 no questionário IGov TI no CJF.

Iniciativas:

Para viabilizar o alcance dessa meta, foi elaborado plano de ação para resolver os pontos fracos identificados no levantamento realizado em 2014 (IgovTI - TCU 2014), em que parte das medidas foram realizadas em 2015 e outras foram executadas a partir de 2016. Essas iniciativas estão inseridas no projeto estratégico Melhoria do Índice de Governança de TI.



Também foi desenvolvido o projeto Processos de gerenciamento de serviços de TI, que em 2016 institucionalizou os processos de gerenciamento de incidente, requisição e de mudanças. Tais processos são *frameworks* de gestão de TI, que proporcionam benefícios ao órgão, contribuindo para o aperfeiçoamento da governança de TI, assegurando a efetividade dos serviços de TI para o CJF e otimizando os processos de trabalho vêm sendo otimizados. Em 2016 o projeto teve 20% de execução, pois está previsto para realização até 2020, com a institucionalização de dois processos a cada ano.

Ainda com foco na governança de TI, foram desenvolvidos os projetos Implementar o processo de engenharia de *software* e o Plano de continuidade dos serviços de TI. O primeiro é baseado no processo unificado, seguindo as principais tendências de mercado aplicadas ao setor público e apoiado pelo uso de ferramentas para gerenciamento de fábrica de *software*. Para a finalização do projeto é necessária a constituição e a formalização de atos institucionalizando o seu uso, o que será realizado no início de 2017. O segundo trata da elaboração de diretrizes do plano de continuidade e de avaliação de riscos e está com 34% de desenvolvimento.

Dentre as demais ações que contribuíram para o aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação, destacam-se o acompanhamento (validação do plano de ação) dos investimentos realizados nos tribunais com utilização de recursos da ação orçamentária Modernização Tecnológica e Gestão da Informação (MTGI), o acompanhamento da execução da Resolução n. CJF-RES-2015/00355, de 12 de agosto de 2015, que trata da política de nivelamento, atualização e a renovação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, a revisão do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI e a Instituição do Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação – CGTI (Portaria n. CJF-POR-2016/00223, de 23 de junho de 2016).

Resultados:

Em 2016, a meta era atingir, no mínimo, 0,65 no IgovTI, de acordo com o questionário elaborado pelo TCU. Como a disponibilização deste índice ainda não foi feita, foi utilizado como parâmetro o questionário de governança IGovTIJud, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no qual o CJF obteve 0,67.

Esse índice indica um nível de maturidade “satisfatório” e colocou o CJF em 1º lugar no segmento e em 10º lugar na classificação geral dentre os 92 órgãos participantes.

O cumprimento dessa meta ficou em 103,08%.

Objetivo Estratégico: Assegurar a efetividade dos serviços de Tecnologia da Informação para o Conselho da Justiça Federal

Com a consecução desse objetivo, pretende-se garantir a confiabilidade, a integralidade e a disponibilidade das informações, dos serviços e dos sistemas essenciais da Justiça Federal, de modo a suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação visando à melhoria da satisfação dos clientes internos e externos da Justiça Federal em relação a esses serviços.

Meta

A meta estabelecida para verificar se as necessidades de infraestrutura e de sistemas estão sendo atendidas foi a meta 14 - Atingir, até 2019, 70% de satisfação dos usuários.

Resultado:

A meta tem coleta bianual e a primeira medição será realizada em 2017 e a segunda em 2019.

Estão sendo coletados dados sobre a satisfação dos usuários com atendimento em TI. A coleta é feita a partir de pesquisa disponibilizada pela empresa que presta atendimento de primeiro nível (configuração, orientação e instalação de programas), e a participação é opcional.

Foram feitos 3.405 chamados em 2016, dos quais apenas para 508 foi respondida a pesquisa de satisfação. Assim, com uma amostra reduzida, 97,5% dos respondentes consideraram o atendimento como ótimo ou bom.

Iniciativas:

Foram várias as iniciativas implementadas com a intenção de suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação visando à melhoria da satisfação dos clientes, tais como: a implantação de uma nova solução de videoconferência, proporcionando melhoria da qualidade do serviço aos usuários, além da substituição de equipamentos que se encontravam obsoletos e fora da garantia; a instalação de novos equipamentos escâneres, visando à modernização e ao nivelamento da infraestrutura tecnológica; a contratação de novo serviço de comunicação de dados ponto a ponto para atender a sede da Gráfica do CJF; e a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço técnico de operação de central de atendimento a usuários (Service Desk) no ambiente de TI do CJF, englobando os serviços de atendimento e suporte de 1º nível (remoto) e 2º nível (presencial) níveis e o serviço especializado em ITIL, com fornecimento de solução de gestão de serviços de TI.

3.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

As informações deste subitem encontram-se detalhadas no subitem anterior.

3.1.3 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

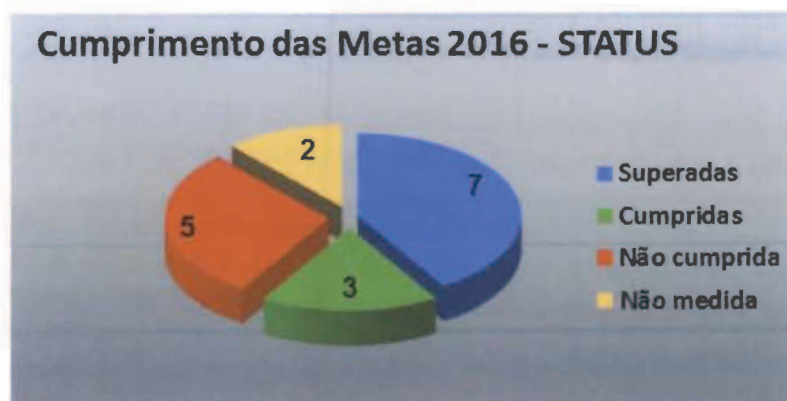
O monitoramento da estratégia no CJF é realizado por meio do acompanhamento das metas e projetos estratégicos. Periodicamente são realizadas reuniões de acompanhamento da estratégia, pelo Comitê Gestor da Estratégia – CGI, onde são apresentados os resultados e definidas ações de correção e melhoria.

Em 2016 foram definidas 17 metas e indicadores, bem como 24 iniciativas referentes aos objetivos definidos no Mapa Estratégico.

O gráfico abaixo apresenta o resultado das metas:



Gráfico 3.1.3.1 – Cumprimento das metas

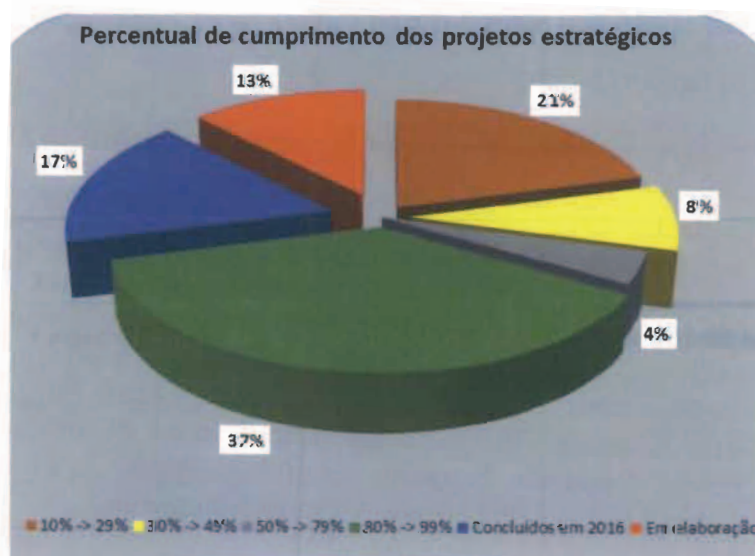


Para acompanhamento das metas estratégicas foi desenvolvido um sistema de coleta no Observatório da Estratégia da Justiça Federal, onde os responsáveis alimentam os dados, de acordo com a periodicidade definida.

Já as iniciativas são acompanhadas pelo módulo de projetos do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O módulo permite o cadastramento da iniciativa e o acompanhamento das entregas, dando visibilidade ao andamento dos projetos estratégicos.

O gráfico a seguir representa o percentual de cumprimento das iniciativas estratégicas:

Gráfico 3.1.3.2 – Percentual de cumprimento dos projetos estratégicos



3.2 Desempenho Orçamentário

O CJF, órgão integrante do Poder Judiciário, não possui Programa Temático sob sua responsabilidade.

No Plano Plurianual – PPA 2016-2019, instituído pela Lei n. 13.249/2016, consta o Programa de Gestão e Manutenção e Serviços ao Estado 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, executado pelas 33 unidades gestoras pertencentes à Justiça Federal (tribunais regionais federais, seções judiciárias e o CJF).

As dotações orçamentárias alocadas na UO 12.101 – Justiça Federal de primeiro grau são descentralizadas e executadas por 28 unidades gestoras, incluídas as 27 seções judiciárias e o CJF.

A dotação autorizada na Unidade Orçamentária 12.101 é disponibilizada na Unidade Gestora 090001 – Conselho da Justiça Federal, setorial orçamentária e financeira do Órgão 12000 – Justiça Federal, a qual descentraliza como provisão para a Unidade Gestora 090026 – Secretaria do Conselho da Justiça Federal e para os cinco tribunais regionais federais. Estes, posteriormente, descentralizam as dotações às seções judiciárias jurisdicionadas, por meio de provisão.

Os tribunais regionais federais são contemplados com dotação autorizada em unidades orçamentárias próprias e recebem cotas financeiras por meio da Unidade Gestora 090001 – Conselho da Justiça Federal, setorial financeira.

Com a aprovação da Lei n. 13.255, de 20 de janeiro de 2016, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2016, coube à Justiça Federal de primeiro grau a dotação autorizada de R\$ 8.261.498.591,00 (oito bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e um reais).

Dessa dotação autorizada, coube ao Conselho da Justiça Federal o montante de R\$ 92.240.278,00 (noventa e dois milhões, duzentos e quarenta mil, duzentos e setenta e oito reais), sendo R\$ 56.702.578,00 (cinquenta e seis milhões, setecentos e dois mil e quinhentos e setenta e oito reais) pertinentes a pessoal e R\$ 35.537.700,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e trinta e sete mil e setecentos reais) referentes a outras despesas.

Os créditos disponibilizados à Secretaria do Conselho da Justiça Federal (UG 090026) foram distribuídos em dois programas:

1º - Programa: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, composto por:

- **Atividades: 20TP** – Pagamento de Pessoal Ativo da União; **2004** - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados Militares e seus Dependentes; **2010** - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados; **2011** – Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis e Empregados e Militares; **2012** – Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares; **2549** – Comunicação e Divulgação Institucional (PO 0001 Publicações Impressas e Eletrônicas e PO 0002 – Rádio e TV Justiça); e **4257**- Julgamento de Causas na Justiça Federal (PO 0001 – Julgamento de Causas na Justiça Federal, PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos, PO 0006 - Estudos e Pesquisas, PO 0008 - Modernização Tecnológica e Gestão da Informação na Justiça Federal e PO 0010 – Ações de Informática).

- **Operações Especiais: 00M1** – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade e **09HB** - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

2º - Programa: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, composto por:

- **Operação Especial: 0181** - Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

As dotações orçamentárias disponibilizadas no exercício de 2015 asseguraram as condições necessárias ao desempenho das atividades finalísticas do órgão, bem como a manutenção e o funcionamento dos serviços referentes às despesas de duração continuada, despesas ordinárias, investimentos e continuidade dos projetos em andamento.

3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

As metas físicas e financeiras são fixadas considerando-se o quantitativo de servidores ativos e inativos, dependentes, pensionistas e novas nomeações, no caso de pagamento de pessoal, aposentadorias e pensões e concessão de benefícios. Na Comunicação e Divulgação Institucional, as metas físicas e financeiras são fixadas de acordo com a previsão de matérias a serem veiculadas para divulgação dos atos institucionais do CJF e da Justiça Federal. Na Capacitação de Recursos Humanos, a meta física e financeira é fixada de acordo com a previsão de magistrados, servidores do CJF, da JF e de outros órgãos a serem capacitados. Na Modernização Tecnológica e Gestão da Informação, a meta física e financeira é estabelecida de acordo com a previsão de sistemas a serem implantados para atender ao CJF e à Justiça Federal.

Nos quadros seguintes – Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS serão apresentadas as principais realizações, os resultados obtidos e a análise crítica das ações integrantes dos Programas 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal e 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.



Quadro 3.2.1.1: Ações de responsabilidade da UPC – OFSS - AMOS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (X) Parcial				
Código		02.301.0569.2004			Tipo: Atividade	
Título		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - PO: 0001 (Ptrs 085268)				
Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.581.540,00	2.581.540,00	2.581.540,00	2.581.540,00	2.581.540,00		-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, excluído pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.		Pessoa beneficiada	613	626	626	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
91,00	91,00	0,00	-	-	-	

Fontes: Tesouro Gerencial e SIOP

Obs.1: Na despesa empenhada, liquidada e paga, consta o destaque concedido ao STJ no valor de R\$ 2.552.415,16 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quinze reais e dezesseis centavos).

Análise crítica:

Com o objetivo de assegurar a saúde física e mental, foram prestados serviços de assistência à saúde aos servidores ativos e inativos e seus dependentes, compreendendo a assistência social, hospitalar, laboratorial, perícias, serviços odontológicos, psicológicos, aquisição de medicamentos, equipamentos, materiais de consumo e manutenção de equipamentos. Contribuiu-se, dessa forma, para o melhor desempenho funcional e o aumento da qualidade e capacidade laborativa dos servidores.

A assistência indireta vem sendo prestada pelo Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça – STJ – PRÓ-SER, em decorrência de termo de cooperação firmado com este CJF (Convênio CJF/STJ n. 2, de 19 de novembro de 1998, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial de 23 de novembro de 1998). De acordo com o estabelecido no referido convênio, cabe ao Conselho da Justiça Federal reembolsar as despesas pagas pelo PRÓ-SER, além de repassar os valores das contribuições voluntárias e custeios descontados em folha de pagamento dos titulares inscritos pelo CJF no programa de assistência.

A adesão manteve-se dentro do esperado, o acréscimo deu-se em virtude do custo médio por beneficiário, aliado à entrada de novos servidores no órgão, bem como a inclusão de novos dependentes, tendo sido necessária a suplementação de crédito.



Quadro 3.2.1.2: Ações de responsabilidade da UPC - OFSS - APE

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		02.331.0569.2010			Tipo: Atividade	
Título		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - PO: 0001 – PO 0001 (Ptrs 085265)				
Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
197.184,00	243.541,00	243.223,30	235.154,26	235.154,26	0,00	8.069,04
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.		Pessoa beneficiada	26	30	30	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fontes: Tesouro Gerencial e SIOP.

Análise crítica

A prestação de assistência pré-escolar a dependentes dos servidores em idade pré-escolar, a portadores de necessidades especiais, cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa à faixa etária estabelecida, conforme previsão no Decreto n. 977/1993, possibilitou ao servidor a escolha personalizada de creche e pré-escola, contribuindo para a diminuição do absenteísmo no órgão.

A adesão manteve-se dentro do esperado, o aumento deve-se à inclusão de novos dependentes aptos ao recebimento do benefício, tendo sido necessária a suplementação de crédito.

Quadro 3.2.1.3: Ações de responsabilidade da UPC - OFSS - AT

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		02.331.0569.2011			Tipo: Atividade	
Título		Auxílio Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - PO: 0001 (Ptrs 085266)				
Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.460,00	64.276,00	62.909,64	62.909,64	62.909,64	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com o transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive do pessoal contratado por tempo determinado (Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.		Pessoa beneficiada	22	37	37	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fontes: Tesouro Gerencial e SIOP

Análise crítica

Trata-se de atendimento à Medida Provisória n. 2.165-36, de 23/8/2001 (originariamente MP n. 1.783/1998), regulamentada no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus pela Resolução CJF n. 4, de 14/3/2008, com alterações posteriores, concedendo a vantagem do auxílio-transporte em pecúnia e em caráter indenizatório, ao servidor, como auxílio no custeio das

despesas com o deslocamento da residência ao local de trabalho e vice-versa. O pagamento do auxílio-transporte foi concedido aos servidores no efetivo desempenho das atribuições do cargo.

O aumento na adesão ao benefício superou a estimativa inicial. As tarifas de transporte público tornaram o benefício mais vantajoso e com isso ocorreram novas adesões, onde foi necessária a suplementação de crédito.

Quadro 3.2.1.4: Ações de responsabilidade da UPC - OFSS - AA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		02.331.0569.2012			Tipo: Atividade	
Título		Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - PO: 0001 (Ptes 085267)				
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código 0569	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária		12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.023.068,00	2.092.352,00	2.044.494,97	2.044.494,97	2.044.494,97	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.		Pessoa beneficiada	211	207	207	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0.00	0.00	0.00	-	-	-	

Fontes: Tesouro Gerencial e SIOP

Análise crítica

Em atendimento ao art. 22 da Lei n. 8.460/1992, com a redação dada pela Lei n. 9.527/1997, foi realizado o pagamento do auxílio-alimentação aos servidores em efetivo exercício

para subsídio das despesas realizadas a esse título, contribuindo para a promoção da qualidade de vida deles.

A adesão manteve-se dentro do esperado, houve redução da meta física em virtude de óbitos e aposentadorias de servidores do órgão.

Quadro 3.2.1.5: Ações de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	02.331.0569.00M1				Tipo:	Atividade
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis - PO: 0001 (Ptres 085264)					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federa		Código 0569	Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.150,00	29.150,00	15.503,52	15.503,52	15.503,52	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Despesas orçamentárias com o pagamento de auxílio-funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, inclusive as despesas de transporte do corpo, quando o falecimento do servidor ou do militar em serviço ocorrer fora do local de trabalho, bem como com o pagamento de auxílio-natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.		Pessoa beneficiada	-	-	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fontes: Tesouro Gerencial e SIPES

Análise crítica

Benefício pago, no exercício de 2016, à família de servidor falecido na atividade, com comprovação da despesa com funeral, inclusive despesas de transporte de corpo, conforme previsto na Resolução CJF n. 04/2008, com alterações posteriores.

Quadro 3.2.1.6: Ações de responsabilidade da UPC - OFSS - CDI - PO - 0000

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	02.131.0569.2549			Tipo: Atividade		
Título	Comunicação e Divulgação Institucional / Comunicação e Divulgação Institucional - PO: 0000 (Ptres 107754)					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código 0569	Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
356.805,00	336.805,00	305.667,30	262.267,03	262.267,03	0,00	43.400,27
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, visando informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.		Matéria veiculada	2.873	2.227	2.227	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fontes: Tesouro Gerencial e SLOP

Quadro 3.2.1.7: ações de responsabilidade da UPC - OFSS - CDI - PO: 0002

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	02.131.0569.2549				Tipo: Atividade	
Título	Comunicação e Divulgação Institucional / Rádio e TV Justiça - PO: 0002 (Pres 085313)					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código 0569		Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.461.999,00	1.111.999,00	1.035.280,80	920.638,56	920.638,56	0,00	114.642,24
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça em todo território nacional, por meio de rádio e televisão.		Matéria veiculada	1.208	5.933	5.933	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
456.571,00	234.204,91	908,80	-	-	-	

Fontes: Tesouro Gerencial e SIOP

Obs.: A ação teve destaque concedido ao STF no valor de R\$ 8.438,59 (oito mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos), com base nos Acordos de Cooperação n. 03/2011 e 04/2016.

Análise crítica

As metas físicas estabelecidas para Comunicação e Divulgação Institucional – Publicações Impressas e Eletrônicas – PO 00001, de 2.873 matérias veiculadas, não foram atingidas no ano de 2016, devido à ausência de contrato de serviços continuados de jornalismo nos meses de janeiro, fevereiro e parte de março. A meta física alcançada foi de 2.227 matérias veiculadas. O contrato de terceirização foi retomado no dia 15 de março, quando as atividades de produção dos colaboradores, objeto desta contagem, foram reiniciadas. A produção dos servidores da Assessoria de Comunicação Social não foi contabilizada nesse quadro.

Em contrapartida, a meta estabelecida para o item Comunicação e Divulgação Institucional – Rádio e TV – PO 0002, de 1.208 matérias veiculadas, foi superada, chegando-se a um resultado de 5.931 matérias veiculadas. Isso porque, apesar do desmembramento dos contratos do Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS), o Conselho da Justiça Federal permaneceu com a responsabilidade de finalizar as cinco matérias do Programa de TV *Via Legal*, produzidas semanalmente, enviadas pelos cinco tribunais regionais federais. Essas matérias são condensadas em um programa e enviadas semanalmente às 27 emissoras que transmitem o programa *Via Legal*.

Portanto, o cálculo da meta compreende a produção de cinco matérias semanais multiplicado pelo número de 27 emissoras que o veiculam, conforme entendimento firmado com a Secretaria Geral (SG) e a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPO) do CJF. Vale ressaltar que, além do programa *Via Legal*, a equipe de profissionais terceirizados alocada no CJF produz o interprograma *Momento Ambiental*, que tem periodicidade mensal e é enviado a 19 emissoras, e os boletins de rádio *Rádio Cidadania Judiciária*, cuja produção é de 20 programas mensais, com transmissão em duas redes de rádio: Rádio Justiça e EBC. Ressalte-se que esses programas são produzidos por profissionais contratados.

Durante o ano de 2016 foram produzidos os seguintes trabalhos:

1) Matérias jornalísticas:

- 03 edições do *Folha do CJF* (a primeira com 22 matérias, a segunda com 28 e a terceira com 26);
- 03 edições do *Caderno da TNU* (a primeira com 14 matérias, a segunda com 12 e a terceira com 20);
- 552 matérias publicadas no Portal do CJF;
- 590 notícias publicadas na intranet do CJF;
- 237 postagens no perfil do programa *Via Legal* no Facebook;
- 9 postagens no perfil do programa *Momento Ambiental* no Facebook;
- 164 tweets no perfil do programa *Via Legal* no Twitter;
- 7 tweets no perfil do programa *Momento Ambiental* no Twitter;
- 217 publicações no canal do programa *Via Legal* no YouTube;
- 10 publicações no canal do programa *Momento Ambiental* no YouTube.

2) Publicações:

- 32 edições do *Jornal Mural* (sendo 31 delas com oito matéria e uma com seis matérias).

3) Televisão:

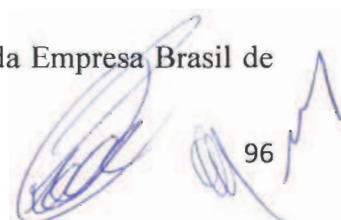
- 40 edições do programa *Via Legal* (cada edição com cinco matérias, veiculadas em 27 emissoras);
- 9 edições do interprograma *Momento Ambiental* (veiculadas em 19 emissoras).

Destaca-se que o programa *Via Legal*, principal produto do CPJUS, no ar desde agosto de 2002, é transmitido em cadeia nacional, por meio da TV Justiça (canal coordenado pelo Supremo Tribunal Federal), TV Cultura e TV Brasil, além de emissoras regionais e suas repetidoras. Já o interprograma *Momento Ambiental* é exibido na TV Justiça, TV Brasil, em emissoras regionais e em suas repetidoras.

4) Rádio:

- 180 edições do programa *Rádio Cidadania Judiciária*.

Os programas são veiculados pela Rádio Justiça e por emissoras da Empresa Brasil de Comunicação e suas repetidoras.



Quadro 3.2.1.8: ações de responsabilidade da UPC - OFSS - POs:0000

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	02.061.0569.4257				Tipo: Atividade	
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal - PO: 0000 (Ptres 096903)					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código 0569		Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.487.968,00	18.027.619,00	17.343.016,17	15.990.174,68	15.977.146,23	13.028,45	1.352.841,49
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de despesas relativas à administração, transporte, reparos e reformas de imóveis, capacitação de recursos humanos, modernização de instalações e despesas com informática, de forma a assegurar as condições necessárias para as atividades finalísticas do órgão, bem como para manutenção e o funcionamento dos serviços, além de garantir o funcionamento do Centro Cultural da Justiça Federal, assegurando o desenvolvimento de atividades socioculturais e demais despesas necessárias à manutenção do imóvel que o abriga.		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fontes: Tesouro Gerencial e SIOP

Análise crítica

No exercício de 2016, foram realizadas despesas para a contratação de serviços essenciais, bem como a aquisição de materiais de consumo e permanentes, com observância aos

princípios da eficiência, eficácia e economicidade, contribuindo para o aperfeiçoamento da atividade jurisdicional.

Os recursos consignados foram aplicados na manutenção e na conservação do edifício sede e do edifício onde funciona a gráfica do CJF, em tecnologia da informação, viagens e despesas com locomoção, diárias e afins, serviços técnicos e administrativos, abastecimento e manutenção da frota de veículos e outras atividades meio, propiciando a atuação do Conselho na supervisão administrativa e orçamentária e na padronização dos procedimentos, buscando a integração e o aprimoramento da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Os valores inscritos em restos a pagar processados e não processados referem-se ao pagamento de fornecedores e prestadores de serviço contratados a serem liquidados no exercício de 2017. Estavam em fase de liquidação no final do exercício.

Quadro 3.2.1.9: ações de responsabilidade da UPC - OFSS - CRH - PO 0002

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	02.061.0569.4257			Tipo:	Atividade	
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal / Capacitação de Recursos Humanos - PO: 0002 (Ptres 085311)					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código 0569	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
816.152,00	316.854,00	197.581,07	197.581,07	197.581,07	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Proporcionar ao quadro de integrantes do órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando, assim, pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.		Servidor capacitado	442	1.327	1.327	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
90.097,15	49.785,50	7.397,90	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial e SIOP

Obs. 1: Créditos concedidos ao STJ o valor de R\$ 8.578,00 (oito mil, quinhentos e setenta e oito reais).

Análise crítica

A ação tem o propósito de contribuir para a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados federais e servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, realizando o planejamento, a coordenação, a execução e a avaliação de programas e projetos de ensino-aprendizagem, com o objetivo de atender às demandas da sociedade com maior eficiência e eficácia.

As ações educacionais desenvolvidas têm por finalidade ampliar os conhecimentos dos servidores e magistrados, por meio do compartilhamento de informações e experiências, bem como desenvolver as habilidades e atitudes necessárias à manutenção do alto desempenho das equipes.

Os eventos realizados em 2016 contemplaram 14 cursos internos presenciais, 25 eventos de educação a distância (turmas), oito eventos especiais e cinco participações em eventos externos; tendo sido certificados, ao todo, 3.268 participantes, sendo 586 certificados expedidos para servidores do CJF, 1.416 para servidores da Justiça Federal, 176 para magistrados federais e 1.068 para participantes de outros órgãos. O Projeto Político-Pedagógico para Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Conselho e da Justiça Federal foi aprovado pela Resolução n. CJF-RES-2016/00432.

Importante ressaltar que o CEJ propicia ao público em geral a participação em seus eventos especiais, tais como magistrados estaduais, servidores dos demais órgãos do Poder Judiciário, dos Poderes Executivo e Legislativo, da administração indireta, além de demais membros da comunidade jurídica e interessados, como advogados, profissionais liberais, estudantes e estagiários.

Os valores inscritos em restos a pagar não processados se referem a pagamento de fornecedores e prestadores de serviço contratados a serem liquidados no exercício de 2017.

A meta estabelecida foi superada, apesar da redução da dotação, haja vista que os eventos realizados foram de baixo custo, em razão da ampliação da política de parcerias/patrocínio com outras instituições públicas e privadas. A medida assegurou a contenção de valores na execução financeira colaborando para manter crescente visibilidade perante a comunidade jurídica.



Quadro 3.2.1.10: ações de responsabilidade da UPC - OFSS - PO: 0006

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	02.061.0569.4257				Tipo: Atividade	
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal / Estudos e Pesquisas - PO: 0006 (Ptes 085319)					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
429.223,00	104.886,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Desenvolver estudos e pesquisas que busquem soluções para os problemas que afetam o desempenho da Justiça Federal visando, assim, ao aperfeiçoamento do Sistema Judiciário.		Pesquisa desenvolvida	2	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial

Obs. 1: Foi cancelado da dotação inicial o importe de R\$ 279.223,00 (duzentos e setenta e nove mil e duzentos e vinte e três reais).

Obs. 2: Parte do saldo remanescente foi remanejado para suplementar o JC 096903.

Análise crítica

A meta estabelecida para essa ação não foi atingida. A previsão feita de realizar duas pesquisas em 2016 não foi executada em face da contenção de despesas, sendo que a dotação final ficou como crédito disponível.

Quadro 3.2.1.11: ações de responsabilidade da UPC - OFSS - MTGI - PO: 0008

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	02.061.0569.4257				Tipo: Atividade	
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal / Modernização Tecnológica e Gestão da Informação na Justiça Federal - PO: 0008 (Ptres 085321)					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código 0569	Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.062.000,00	1.386.695,00	1.377.483,04	1.296.069,72	1.296.069,72	0,00	81.413,32
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Atendimento de despesas com contratos de duração continuada de TI decorrentes de projetos nacionais; contratação de soluções tecnológicas voltadas aos projetos nacionais e estratégicos, incluindo o desenvolvimento, a manutenção e a sustentação de sistemas de informação; aquisição e atualização de infraestrutura tecnológica, serviço de comunicação de dados, atendimento e relacionamento com usuários internos, externos e de outros órgãos da Administração Pública; adoção e sustentação de práticas de governança e gestão de TI, incluindo política de segurança da informação, metodologia de desenvolvimento de sistemas de informação, gerenciamento de projetos, gestão de continuidade de TI, de incidentes e requisições de serviços, gestão de problemas, de níveis de serviço, de configuração e mudanças, gestão de capacidade, classificação da informação, análise de riscos de TI e outras pertinentes. O plano objetiva prover e manter na Justiça Federal soluções tecnológicas e práticas de gestão da informação e de governança de TIC alinhadas ao Planejamento Estratégico da Instituição.		Sistema mantido	18	13	13	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
265.000,00	208.485,92	0,00	-	-	-	

Fontes: Tesouro Gerencial e SIOP.

Análise crítica

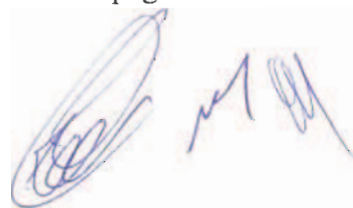
A ação tem por finalidade desenvolver e sustentar sistemas de integração entre os órgãos da Justiça Federal, bem como modernizar e agilizar os procedimentos de informação processual nas unidades da Justiça Federal.

Os sistemas a serem desenvolvidos são identificados a partir da análise dos planos de ação encaminhados pelos tribunais regionais federais e pelo Conselho da Justiça Federal. Esses sistemas são apresentados ao Comitê do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal (SIJUS), que sugere algumas prioridades, que são deliberadas e estabelecidas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal (COGEST).

No ano de 2016 o COGEST estabeleceu como prioridade o Sistema de Gestão de Recursos Humanos, sendo necessária a designação formal do Comitê Gestor do sistema (Processo CJF-ADM-2014/00112).

A execução do recurso orçamentário ocorreu abaixo do que havia sido planejado no exercício anterior em virtude da necessidade de remanejamento para o PO – 0010, Ações de Informática, para atender a despesas já contratadas, bem como para redistribuição entre as unidades da Justiça Federal.

Os valores inscritos em restos a pagar não processados se referem a pagamentos a serem liquidados no exercício de 2017.



Quadro 3.2.1.12: ações de responsabilidade da UPC - OFSS - JC / AÇÕES DE INFORMÁTICA - PO: 0010

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	02.061.0569.4257.0001				Tipo: Atividade	
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal / Ações de Informática - PO: 0010 (Ptes 085322)					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.496.278,00	9.241.983,00	9.191.754,63	8.390.251,05	8.390.251,05	0,00	801.503,58
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Os investimentos desta atividade destinam-se ao custeio de despesas de caráter continuado, indispensáveis à operação e manutenção do Sistema, tais como serviço de comunicação de dados, manutenção e atualização de softwares adquiridos, manutenção dos sistemas desenvolvidos, renovação do parque de microcomputadores, impressoras e equipamentos de infraestrutura, contratação de serviços de TI, desde que essas despesas não sejam decorrentes de projetos nacionais.		Sistema mantido	50	42	42	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.928.056,55	2.697.771,65	217.063,65	-	-	-	

Fontes: Tesouro Gerencial e SIOP.

O valor inscrito em restos a pagar não processado refere-se a pagamentos a serem liquidados no exercício de 2017.

Análise crítica

Esta ação destina-se à modernização da infraestrutura e sistemas do CJF. Também é utilizada para o custeio dos contratos firmados pelo CJF com empresas prestadoras de serviço de tecnologia da informação.

A execução dos recursos orçamentários se deu conforme o planejado no Plano de Contratações 2016, alinhado ao Plano Diretor de TI e ao Planejamento Estratégico de TI, haja vista o remanejamento de recursos dos contratos BB/CEF para o custeio de despesas de TI (fonte 181), bem como remanejamento de alteração de plano orçamentário interno.

Quadro 3.2.1.13: ações de responsabilidade da UPC - OFSS - CUPS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	02.122.0569.09HB.0001				Tipo:	Operação Especial
Título	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - PO: 0000					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código 0569	Tipo:	Gestão	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.600.000,00	6.668.227,00	6.668.227,00	6.663.853,10	6.663.853,10	0,00	4.373,90
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento da contribuição da União e de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de Previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004.		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fontes: Tesouro Gerencial e SIPES

Análise crítica

Os recursos alocados na ação atenderam, de forma satisfatória, à demanda do CJF.

O valor inscrito em restos a pagar não processados refere-se a pagamentos a serem liquidados no exercício de 2017.

Quadro 3.2.1.14: ações de responsabilidade da UPC - OFSS - PP

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	02.122.0569.20TP.0001				Tipo: Atividade	
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União - PO 0000 (Ptres 085261)					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
41.000.000,00	43.648.766,00	43.648.501,26	43.346.534,99	43.346.534,99	0,00	301.966,27
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.		Servidor beneficiado	196	190	190	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
11.537,96	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial e SIPES

Análise crítica

Os recursos dessa ação foram destinados ao pagamento da remuneração de servidores ativos, refletindo, positivamente, nos trabalhos desempenhados pelas secretarias especializadas.

Os valores inscritos em restos a pagar não processados se referem a pagamentos a serem liquidados, no exercício de 2017.

Quadro 3.2.1.15: ações de responsabilidade da UPC - OFSS - PAP

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	09.272.0089.0181.0001				Tipo: Operação Especial	
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - PO: 0000 (Ptes 085263)					
Iniciativa						
Objetivo	Código					
Programa	Previdência de Inativos e pensionistas da União		Código 0089	Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.300.000,00	6.385.585,00	6.385.583,98	6.385.583,98	6.385.583,98	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de proventos oriundos de regime de Previdência própria dos servidores públicos civis, ou de seus pensionistas.		Pessoa beneficiada	22	31	31	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fontes: Tesouro Gerencial e SIPES

Análise crítica

Essa operação especial tem por finalidade garantir a remuneração aos servidores civis inativos do Poder Judiciário e/ou a seus pensionistas beneficiários, conforme as regras do regime previdenciário próprio.

Quadro 3.2.1.16: ações de responsabilidade da UPC - OFSS -

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	02.122.0569.216H.6501				Tipo: Operação Especial	
Título	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos - PO: MP01 (Pres: 118965)					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 05699		Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos. Não inclui outras indenizações, tais como ajuda de custo decorrente de remoção e diárias.		Pessoa beneficiada				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a pagar não processados - OFSS

Os quadros a seguir representam as ações que sofreram alteração em sua identificação, título ou código, não sendo mais prevista no mesmo formato na LOA de 2016. Apesar de não terem sido executadas no exercício, foram tratadas neste quadro específico conforme orientações contidas no subitem “execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da UPC”.

Quadro 3.2.1.17: Ações não previstas na LOA do exercício - Restos a Pagar – não processados - OFSS

Identificação da Ação					
Código	02.122.0569.11S2.0101			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede do Conselho da Justiça Federal - Em Brasília-DF - (Ptres: 000838)				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
217.168,80	217.168,80	0,00			

Obs: relativos ao ano de 2010.

Quadro 3.2.1.18: Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formato na LOA do exercício de 2016.

Exercício de 2016:

Identificação da Ação					
Código	02.722.0569.2058.0001			Tipo Atividade :	
Título	Divulgação dos Atos do Poder Judiciário - Nacional – (Pres: 000858)				
Iniciativa					
Objetivo	Código :				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código	0569	Tipo :
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.092,08	0,00	0,00			

Obs: relativos ao ano de 2011. Alteração do código da ação de 2058 para 2549, nos POs 0000 e 0002.

Quadro 3.2.1.19: Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formato na LOA do exercício de 2016.

Identificação da Ação					
Código	02.131.0569.2549.0001			Tipo Atividade : e	
Título	Comunicação e Divulgação Institucional / Comunicação e Divulgação Institucional – PO 0001 (Ptrs 085310)				
Iniciativa					
Objetivo				Código :	
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código	0569	Tipo :	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
49.208,19	22.807,41	0,00			

Obs: relativos ao ano de 2015.

Quadro 3.2.1.20 Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formato na LOA do exercício de 2016

Identificação da Ação					
Código	02.131.0569.2549.0001		Tipo:		Atividade:
Título	Comunicação e Divulgação Institucional / Rádio e TV Justiça – PO 0002 (Ptes 060018)				
Iniciativa					
Objetivo	Código				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código 0569	Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
41.030,00	0,00	41.030,00			

Obs: relativos ao ano de 2014.

Quadro 3.2.1.21 Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formado na LOA do exercício de 2016.

Identificação da Ação					
Código	02.061.0569.4257.0001			Tipo:	Atividade:
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal – (Ptres: 000816)				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código 0569	Tipo:
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
742.850,25	0,00	0,00			

Obs: relativo a pessoal dos anos de 2007, 2008 e 2009.

Quadro 3.2.1.22 Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formado na LOA do exercício de 2016

Identificação da Ação					
Código	02.061.0569.4257.0001			Tipo:	Atividade
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal - PO: 0000 / (Ptres: 069748)				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código 0569	Tipo:	Gestão
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
9.148,48	0,00	9.148,48			

Obs: relativo a custeio do ano de 2014.

Quadro 3.2.1.23- Ações não previstas na LOA do exercício - Restos a Pagar – não processados - OFSS

Identificação da Ação					
Código	02.061.0569.4257.0001			Tipo Atividade :	
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal - PO: 0001 (Ptres: 060014)				
Iniciativa					
Objetivo	Código				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código 0569	Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
372.260,68	5.252,86	272.813,64			

Obs: relativos a custeio dos anos de 2013 e 2014.

Quadro 3.2.1.24- Ações não previstas na LOA do exercício - Restos a Pagar – não processados - OFSS

Identificação da Ação					
Código	02.061.0569.4257.0001			Tipo Atividade :	
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal - PO: 0001 (Ptres: 085308)				
Iniciativa					
Objetivo	Código				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código 0569	Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
3.453.713,00	3.132.559,55	160.616,06			

Obs: relativos a custeio do ano de 2015.

Quadro 3.2.1.25- Ações não previstas na LOA do exercício - Restos a Pagar – não processados - OFSS

Identificação da Ação					
Código	02.061.0569.4257.0001		Tipo:	Atividade:	
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal /Capacitação de Recursos Humanos – PO 0002 (Ptres 060017)				
Iniciativa					
Objetivo	Código				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código 0569	Tipo:	Gestão
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
11.924,00	0,00	11.924,00			

Obs: relativos ao ano de 2014.

Quadro 3.2.1.26- Ações não previstas na LOA do exercício - Restos a Pagar – não processados - OFSS

Identificação da Ação					
Código	02.061.0569.4257.0001			Tipo Atividade :	
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal / Modernização Tecnológica e Gestão da Informação na Justiça Federal – PO: 0008 (Ptres: 075221)				
Iniciativa					
Objetivo	Código				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código 0569	Tipo:	Gestão
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
272.421,12	646,13	271.774,99			

Obs: relativos ao ano de 2014.

Quadro 3.2.1.27- Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formado na LOA do exercício de 2016

Identificação da Ação					
Código	09.272.0089.0396			Tipo: Operação Especial	
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – PO 0000 (Ptes 059983)				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Previdência de Inativos e pensionistas da União	Código:	0089	Tipo:	Gestão
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
376.132,24	0,00	376.132,24			

Obs: relativos ao ano de 2014.

Quadro 3.2.1.28- Ações que tiveram sua identificação alterada, não prevista no mesmo formado na LOA do exercício de 2016

Exercício de 2016

Identificação da Ação					
Código	09.272.0089.0396			Tipo: Operação Especial	
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Ptes: 000819				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Previdência de Inativos e pensionistas da União		Código 0089	Tipo: Gestão	
Unidade Orçamentária	12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1/1/2016	Valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
240.918,80	0,00	0,00			

Obs: relativos aos anos de 2008, 2009 e 2010.

3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os recursos alocados para o exercício de 2016 permitiram ao Conselho dar continuidade às ações planejadas para o ano e atenderam à manutenção e ao funcionamento do Órgão.

3.2.3 Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento

No exercício de 2016, não foram registrados passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

3.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 3.2.4.1 Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1/1/2016 (a)	Pagos (b)		Cancelamento (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)
2012	11.932,38	0,00		0,00	11.932,38
2009	362,60	0,00		0,00	362,60
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelamento (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2015	7.254.274,85	6.345.705,94	6.345.705,94	385.986,41	522.582,50
2014	1.060.416,52	5.898,99	5.898,99	982.823,35	71.694,18
2013	22.500,00				22.500,00
2011	1.092,08				1.092,08
2010	249.840,80	217.168,80	217.168,80		32.672,00
2009	140.784,18				140.784,18
2008	495.992,39				495.992,39
2007	314.320,48				314.320,48

Fonte: Tesouro/SIAFI Gerencial

Análise crítica

O pagamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores não impactou a gestão financeira de 2016. Os saldos de Restos a Pagar não processados referem-se a contratos que apresentaram pendências quanto à regularidade fiscal, à irregularidade na documentação, divergências de valores apresentados nas notas fiscais e faturas, problemas decorrentes de divergência entre o material solicitado e o ofertado pela empresa contratada e licitações concluídas nos meses de novembro e dezembro.

No âmbito do CJF, há monitoramento com o envio de informações aos gestores sobre os saldos existentes nos empenhos inscritos em Restos a Pagar, tanto aqueles correspondentes ao exercício encerrado, como os Restos a Pagar prorrogados por decretos. Dessa forma, os cancelamentos são feitos após análise da Secretaria de Administração com a consequente redução do saldo no final do exercício.

3.2.5 Informações sobre a execução das despesas

Os recursos disponibilizados, no exercício de 2016, contemplaram dotação orçamentária para assegurar as condições necessárias ao desempenho das atividades finalísticas do órgão, bem como para a manutenção e o funcionamento dos serviços referentes às despesas de duração continuada, despesas ordinárias, investimentos e continuidade dos projetos em andamento. Dessa forma, foi possível dar impulso a projetos para modernizar a Justiça Federal, tornando-a mais célere e acessível à sociedade, bem como contribuir para a transparência dos atos, além de estabelecer formas inovadoras de relacionamento e interlocução com segmentos envolvidos na prestação jurisdicional.

No decorrer do exercício, o CJF realizou ajustes na dotação orçamentária, que alteraram a Lei Orçamentária Anual de 2016, por meio de créditos adicionais suplementares, mediante recursos compensatórios, obedecendo aos limites previstos, destinados ao atendimento das despesas com custeio, pessoal e encargos sociais.

As dotações destinadas às despesas correntes tiveram por objetivo assegurar condições necessárias para o desenvolvimento das atividades finalísticas do CJF, bem como para a manutenção e o funcionamento dos serviços administrativos do órgão, tais como pagamento dos prestadores de serviços administrativos, a manutenção e a conservação de imóveis, a manutenção e o abastecimento da frota de veículos, a aquisição de materiais e de bens permanentes e a prestação de serviços terceirizados na área de eventos e de comunicação social. Já as despesas de capital compreenderam investimentos destinados à aquisição e à atualização dos equipamentos de informática, de equipamentos gráficos, de aparelhos de comunicação, de materiais bibliográficos, de mobiliários e de equipamentos de segurança.

Com a dotação orçamentária destinada à área de pessoal ativo e inativo, foi possível pagar as folhas mensais, o adicional de qualificação previsto no plano de cargos e salários, substituições, encargos sociais, benefícios e adicionais decorrentes da legislação específica.

Em relação à capacitação de recursos humanos, foram realizadas ações para dar continuidade ao Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais e ao Programa Nacional de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal, inclusive os treinamentos previstos no plano de cargos e salários.

A Coordenadoria de Serviços Gráficos do CJF desenvolveu suas atividades atendendo aos pedidos de impressões formulados pelo STF, CNJ, STJ e TST, em formatos diversos, incluindo materiais e insumos gráficos, confecção de fotolitos com seleção de cores, gravação de chapas pelo sistema CTP e aplicação de verniz localizado, exceto infraestrutura, logística e recursos humanos, que fazem parte dos custos fixos do CJF. Por força dos termos de cooperação firmados com os órgãos acima citados, as despesas com a produção dos impressos foram ressarcidas mediante destaque, com o respectivo repasse ao CJF.

3.2.5.1 Despesas totais por modalidade de contratação

O quadro a seguir demonstra a execução dos créditos originários, com a inclusão dos destaques concedidos pelo CJF.

Quadro 3.2.5.1.1: Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Executada (Empenhada)				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	23.858.730,58	26,19	25.424.089,84	27,68	21.945.369,85	24,83	19.434.842,66	22,98
a) Convite		-		-		-		0
b) Tomada de Preços		-		-		-		0
c) Concorrência		-		-		-		0
d) Pregão	23.858.730,58	26,19	25.424.089,84	27,68	21.945.369,85	24,83	19.434.842,66	22,98
e) Concurso		-		-		-		0
f) Consulta		-		-		-		0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		-		-		-		0
2. Contratações Diretas (h+i)	4.024.802,05	4,42	6.392.692,74	6,96	3.545.923,92	4,01	5.108.698,64	6,04
h) Dispensa	1.749.104,74	1,92	4.227.676,77	4,60	1.553.650,02	1,76	3.484.370,38	4,12
i) Inexigibilidade	2.275.697,31	2,50	2.165.015,97	2,36	1.992.273,90	2,25	1.624.328,26	1,92
3. Regime de Execução Especial	827,14	0	1.260,30	0	827,14	0	1.260,30	0
j) Suprimento de Fundos	827,14	0	1.260,30	0	827,14	0	1.260,30	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	58.061.006,13	63,73	53.791.264,46	58,57	57.747.487,74	65,34	53.779.726,50	63,60
k) Pagamento em Folha	56.702.312,24	62,24	52.947.700,75	57,65	56.395.972,07	63,81	52.936.162,79	62,60
l) Diárias	1.358.693,89	1,49	843.563,71	0,92	1.351.515,67	1,53	843.563,71	1,00
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	85.945.365,90	94,34	85.609.307,34	93,21	83.239.608,65	94,18	78.324.528,10	92,63
m) Outros	5.155.400,78	5,66	6.237.842,94	6,79	5.139.919,47	5,82	6.232.755,94	7,37
6. Total das Despesas da UPC	91.100.766,68	100,00	91.847.150,28	100,00	88.379.528,12	100,00	84.557.284,04	100,00

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAFI Operacional

Obs.: Na coluna de 2015 foi computado o valor pago em folha (pessoal + benefícios) - RG 2015

Obs: Na coluna de 2016 foi computado o valor pago em folha (pessoal) - RG 2016

Obs: em Outros foram consideradas as ações CRH, Benefícios, taxas, AMOS, etc. Foi repassado ao STJ o valor de R\$ 2.555.128,36, sendo R\$2.552.415,16 relativo à ação AMOS, destinado ao plano de saúde dos servidores, e R\$8.578,00, em CRH, para capacitação de servidores.

3.2.5.2 Despesas por grupo e por elemento de despesa

Quadro 3.2.5.2.1: Despesas por grupo e elemento de despesa - Créditos Originários - TOTAL

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidade		RP não processados		Valores Pagos		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
1. Pessoal									
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	42.189.560,93	40.964.106,84	42.189.560,93	40.953.055,66	-	11.051,18	42.189.560,93	40.953.055,66	
319113 - Obrigações Patronais	6.928.411,95	6.749.679,07	6.920.474,71	6.749.679,07	7.937,24	-	6.920.474,71	6.749.679,07	
319001 - Aposentadoria, RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar	5.906.628,70	4.318.055,40	5.906.628,70	4.318.055,40	-	-	5.906.628,70	4.318.055,40	
Demais elementos do grupo	1.677.710,66	915.859,44	1.379.307,73	915.372,66	298.402,93	486,78	1.379.307,73	915.372,66	
3. Outras Despesas Correntes									
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	13.634.948,72	16.209.203,84	12.628.742,42	13.398.813,41	1.006.206,30	2.810.390,43	12.628.742,42	13.398.813,41	
339037 - Locação de Mão de Obra	12.816.744,95	14.610.911,26	11.746.042,03	13.102.571,00	1.070.702,92	1.508.340,26	11.746.042,03	13.098.859,49	
339046 - Auxílio-Alimentação	2.044.494,97	2.020.512,71	2.044.494,97	2.020.512,71	-	-	2.044.494,97	2.020.512,71	
Demais elementos do grupo	4.442.730,83	3.838.789,00	4.376.087,91	2.964.318,18	66.642,92	874.470,82	4.363.059,46	2.936.213,30	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidade		RP não Processados		Valores Pagos		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
4. Investimentos									
449039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	811.372,18	723.460,40	638.434,38	-	172.937,80	723.460,40	638.434,38	-	
449052 - Equipamentos e Material Permanente	580.760,00	1.496.572,32	495.380,00	170.497,34	85.380,00	1.326.074,98	495.380,00	166.722,34	
449092 - Despesas de Exercícios Anteriores	67.402,79	-	67.402,79	-	-	-	67.402,79	-	

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica da realização da despesa

A Administração tem pautado suas atividades, quando das aquisições de bens e serviços, pelo amoldamento à legislação vigente e à disponibilidade orçamentária do Órgão, adotando, como praxe, a utilização da modalidade Pregão, associada ao Sistema de Registro de Preços, no que cabível para as diversas contratações, sem descuidar da qualidade dos produtos e serviços contratados.

A área de licitações, em observância aos critérios de conveniência e oportunidade, realiza pregões eletrônicos por meio do sistema COMPRASNET (www.comprasnet.gov.br). A utilização deste sistema permite a participação de mais empresas competidoras, promovendo a disputa de preços.

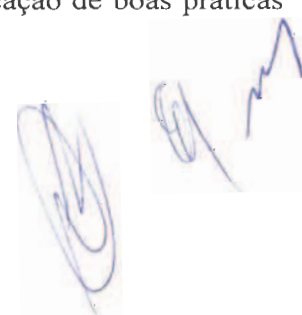
Durante o exercício de 2016, foram homologados 29 (vinte e nove pregões). Da previsão do valor inicialmente estimado pela área de compras, houve uma redução de 22,91% (vinte e dois, vírgula noventa e um por cento) em relação ao valor final homologado nos referidos pregões, na ordem de R\$ 3.503.430,82 (três milhões quinhentos e três mil e quatrocentos e trinta reais e oitenta e dois centavos).

Em relação às despesas de pessoal, as variações são decorrentes da Lei n. 13.317/2016, que alterou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário.

Entre as despesas correntes, relativas aos serviços de terceiros e locação de mão de obra, houve redução em relação ao exercício de 2015, haja vista o redimensionamento dos contratos.

Entre as despesas de capital estão previstas as ações de Tecnologia da Informação onde as variações são decorrentes das especificações constantes dos quadros orçamentários do MTGI - PO: 008, AI – PO 0010 e JC.

Nesse contexto, dos créditos disponibilizados ao CJF, do total de R\$ 92.240.278,00 (noventa e dois milhões, duzentos e quarenta mil, duzentos e setenta e oito reais), foram empenhados R\$ 91.100.766,68 (noventa e um milhões, cem mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos), levando-se em consideração as provisões e os destaques concedidos, menos os destaques recebidos/despesas executadas, o que representa 98,76% de execução, evidenciando o atendimento satisfatório das metas previstas. Isso produziu resultados positivos, com aplicação de boas práticas administrativas e controle na execução da despesa pela Administração.



3.2.5.3 Da movimentação orçamentária interna e externa por grupo de despesas

Quadro 3.2.5.3.1 - Movimentação orçamentária interna e externa por grupo

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Plano Orçamentário	Despesas Correntes				
	Concedente	Recedora			3. Outras Despesas Correntes	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Não Processado
Concedidos	090026 - CJF	090028 - TRF 2R	02.061.05 69.4257.0 001	0000	52.250,00	52.250,00	52.202,19	52.202,19	47,18
	090026 - CJF	050001 - STJ	02.301.05 69.2004.0 001	0001	2.552.415,16	2.552.415,16	2.552.415,16	2.552.415,16	-
	090026 - CJF	050001 - STJ	02.061.05 69.4257.0 001	0002	8.578,00	8.578,00	8.578,00	8.578,00	-
	090026 - CJF	040001 - STF	02.131.05 69.2549.0 001	0002	8.438,59	8.438,59	8.438,59	8.438,59	-
Recebidos	084455 - CNJ	090026 - CJF	02.131.13 89.2549.0 001	0000	23.525,77	-	-	-	-
	084435 - STF	090026 - CJF	02.061.05 65.6359.5 664	0001	134.924,65	122.286,10	76.206,10	76.206,10	46.080,00
	107672 - TST	090026 - CJF	02.122.05 71.4256.0 001	0000	2.222,60	-	-	-	-
	084480 - STJ	090026 - CJF	02.061.05 68.4236.5 664	0001	199.190,29	177.510,08			177.510,08

3.3 Desempenho Operacional

Os resultados alcançados no decorrer do exercício definidos pelo planejamento estratégico encontram-se discriminados nos itens anteriores desta seção, itens “Descrição sintética dos objetivos do exercício” e “Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos”.

3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

A seguir é apresentado o detalhamento dos indicadores de desempenho. Outras informações referentes ao desempenho encontram-se no item 3.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício e vinculação com os planos da unidade.

Quadro 3.4.1

Indicadores do CJF					
Nº	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Alcançado	Periodicidade
1	Taxa de congestionamento na TNU	56%	45%	56,80%	Trimestral
					<p> $TCTNU = (PTNU / (PTNU + BTNU)) * 100$ Onde: TCTNU = Taxa de congestionamento na TNU; PTNU = Casos pendentes na TNU; BTNU = Processos judiciais baixados na TNU. </p>
2	Taxa de avaliação na governança da Justiça Federal	50%	55%	73,12%	Anual
					<p> $TAGJF = (NRP / NR) * 100$ Onde: TAGJF = Taxa de avaliação da governança da JF; NRP = N° de respostas positivas; NR = Número de respostas. </p>
3	Taxa de promoção de eventos		6	6	Anual
					<p> $TPEv = (NSOP / NSOE) * 100$ Onde: TPEv = Taxa de promoção de eventos; NSOP = Número de sistemas organizacionais que promoveram eventos; NSOE = Número de sistemas organizacionais envolvidos; </p>
4	Número de produtos ou serviços novos implantados na Justiça Federal		7	3	Anual
					<p> $TTC = (NTC / NTS) * 100$ Onde: TTC = Taxa de temas contemplados por produtos/serviços novos; NTC = Número de temas contemplados; NTS = Número de temas selecionados; </p>
5	Taxa de vagas em ações educacionais oferecidas a magistrados federais	298	400	135	Trimestral
					<p> $TVAEM = ((NVM / 110) - 1) * 100$ Onde: TVAEM = Taxa de vagas de ações educacionais ofertadas para magistrados federais; NVM = N° de vagas de ações educacionais ofertadas para magistrados federais no período de referência. </p>

Quadro 3.4.1

Indicadores do CJF					
Nº	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Alcançado	Periodicidade
6	Taxa de atendimento a magistrados pela CAJU	1034	1300	2360	Semestral
					<p>TACAJU = (NARE / NAPP) * 100</p> <p>Onde:</p> <p>TACAJU = Taxa de atendimento a magistrados pela CAJU;</p> <p>NAR = Número de atendimentos realizados no período de referência;</p> <p>NAP = Número de atendimentos previstos para o período de referência.</p>
7	Taxa de despesas com contratos	R\$4.716.130,83	Reduzir 10%	R\$4.456.808,76	Semestral
					<p>TDC = 1 - (VAC / VCLB 2014) * 100</p> <p>Onde:</p> <p>TDC = Taxa de despesas com contratos;</p> <p>VAC = Valor atual dos contratos relacionados;</p> <p>VCLB 2014 = Valor em 2014 dos contratos relacionados.</p>
8	Taxa de manutenção do valor referencial do custo de obras				Trimestral
					<p>TMVR = (NLVR / NLJF) * 100</p> <p>Onde:</p> <p>TMVR = Manutenção do valor referencial do custo de obra;</p> <p>NLVR = Número de licitações com valor referencial atingido;</p> <p>NLJF = Número de licitações da Justiça Federal.</p>

Quadro 3.4.1

Indicadores do CJF						
Nº	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Alcançado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
9	Número de fiscalizações técnicas realizadas		4	4	Trimestral	$TFTR = (NFTR / NFTP) * 100$ <p>Onde: TFTR = Taxa de fiscalizações técnicas realizadas; NFTR = Número de fiscalizações técnicas realizadas; NFTP = Número de fiscalizações técnicas previstas.</p>
10	Taxa de acompanhamento de processos de trabalhos críticos (elencados pelo controle interno)		14	14	Semestral	$TPA = (NPA / NPS) * 100$ <p>Onde: TPA = Taxa de processos acompanhados; NPA = Número de processos acompanhados no ano de referência; NPS = Número de processos selecionados.</p>
	Aquisição de bens e serviços de TI		9	9		
11	Número de auditorias realizadas		4	5	Semestral	$TFA = (NAF / NAP) * 100$ <p>Onde: TFA = Taxa de ações realizadas; NAF = Número de ações (auditorias finalizadas, Inspeções, fiscalizações e monitoramentos) realizadas no ano de referência; NAP = Número de ações previstas no Plano de Auditorias para ocorrer no ano de referência.</p>

Quadro 3.4.1

Indicadores do CJF					
Nº	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Alcançado	Periodicidade
12	Taxa de processos finalizados no tempo definido		105	48	Trimestral
					$TPFT = (NPFTD / TPF) * 100$ <p>Onde: TPFT = Taxa de processos finalizados no tempo definido; NPT = N° de processos finalizados no prazo de tramitação definido; TPF = Total de processos finalizados.</p>
13	Índice de governança de TI - iGovTI nas dimensões liderança, estratégia e planos, informações, pessoas, processos e resultados (idem ao PETI)		0,65	0,67	Bianual
14	Taxa de satisfação dos usuários				Bianual
					$TSUTI = (NIP / NIA) * 100$ <p>Onde: TSUTI = Taxa de satisfação do usuário de TI; NIP = N° de itens com respostas positivas; NIA = N° de itens avaliados.</p>
15	Taxa de servidores do CJF capacitados	190	201	224	Trimestral
					$TSCCJF = (NSC / NSQE) * 100$ <p>Onde: TSCCJF = Taxa de servidores do CJF capacitados; NSC = N° de servidores do CJF capacitados no período de referência; NSQE = N° de servidores do quadro efetivo do CJF no período de referência.</p>

Quadro 3.4.1

Indicadores do CJF					
Nº	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Alcançado	Periodicidade
16	Taxa de gestores indicados capacitados		30	22	Trimestral
					$TGIC = (NGIC / NGI) * 100$ Onde: TGIC = Taxa de gestores indicados capacitados; NGIC = N° de gestores indicados capacitados no período de referência; NGI = N° de gestores indicados para capacitação no período de referência.
17	Taxa de vagas de capacitação oferecidas para os servidores da JF		603	968	Trimestral
					$TVSJF = (NVO / NVA) - 1) * 100$ Onde: TVSJF = Taxa de vagas de capacitação oferecidas para os servidores da Justiça Federal; NVO = N° de vagas oferecidas para capacitação de servidores da JF no período de referência; NVA = N° de vagas ofertadas em 2016.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O CJF vem desenvolvendo um modelo de governança que pretende direcionar os órgãos da Justiça Federal à consecução de suas prioridades, expressas em um plano estratégico que sintetizam os macrodesafios desse segmento do Judiciário, tais como: o julgamento de quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, o aumento do percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior, a identificação e o julgamento, até 31/12 do ano corrente, de 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12 do penúltimo ano, entre outras, tudo sob o manto regulamentador da Resolução n. CJF-RES-2014/00313, de 22 de outubro de 2014, alterada pelas Resoluções n. CJF-RES-2015/00354, de 12 de agosto de 2015, e n. CJF-RES-2015/00377, de 17 de dezembro de 2015.

Para a consecução desse resultado, com ineditismo, foi elaborado modelo de governança, que definiu 55 práticas de gestão, o que possibilitou a construção de um instrumento de avaliação que permitiu verificar a adoção dessas práticas relacionadas à estruturação e ao funcionamento da rede de governança; à execução das operações com inovação, melhoria e controle; à gestão de pessoas, com foco na formação e no desenvolvimento de competências; ao uso racional da tecnologia da informação; ao monitoramento e à avaliação da estratégia; e aos mecanismos implementados para comunicar a estratégia, objetivando o nivelamento das expectativas de desempenho por parte dos operadores do sistema de Justiça e dos usuários dos serviços, garantida a transparência e a prestação de contas permanente das atividades de gestão e jurisdicionais.

O instrumento de avaliação de governança foi aplicado nos 33 órgãos da Justiça Federal (5 TRFs, 27 seções judiciárias e o CJF) e, após a etapa de coleta, os dados foram organizados e analisados estatisticamente para se obter um indicador que representasse o nível de maturidade em governança das unidades judiciárias da Justiça Federal – iGovJF.

O instrumento de avaliação abarcou cinco dimensões:

I – Estrutura e funcionamento da Rede de Governança;

II – Gestão de Pessoas e da Informação;

III – Execução da Estratégia – Melhoria, Inovação e Controle;

IV – Monitoramento e Avaliação dos Resultados; e

V – Comunicação, Relacionamento Institucional e Transparência.

Como resultado, elaborou-se o Diagnóstico de Governança da Justiça Federal – iGovJF 2015. Com base no instrumento construído em cada dimensão, foi realizado um levantamento com as unidades judiciárias da Justiça Federal com o intuito de se diagnosticar o estágio de maturidade em cada dimensão e a obtenção de um índice geral de governança da Justiça Federal, o iGovJF, que ficou em 43,5, considerado um nível ainda básico de maturidade em governança.

Percebeu-se que a “Estrutura e Funcionamento da Rede de Governança” foi a dimensão que apresentou o melhor desempenho, mas foi também a que apresentou a maior variabilidade. A “Comunicação, Relacionamento Institucional e Transparência” foi a dimensão que apresentou a menor variabilidade e o pior desempenho, seguido de perto pela “Execução da Estratégia – Melhoria, Inovação e Controle”. O aprimoramento dessas duas dimensões é o maior desafio a ser enfrentado pelos órgãos da Justiça Federal para o alcance de melhores níveis de maturidade em governança.

Os quadros abaixo demonstram os resultados pertinentes às dimensões avaliadas:

I – Estrutura e Funcionamento da Rede de Governança

Quadro 4.1

Região	Índice obtido
1ª Região	49,9
2ª Região	37,5
3ª Região	62,1
4ª Região	62,8
5ª Região	50,0
CJF	75,0
Justiça Federal (total)	52,2

II – Gestão de Pessoas e da Informação

Quadro 4.2

Região	Índice obtido
1ª Região	37,9
2ª Região	47,2
3ª Região	47,4
4ª Região	66,3
5ª Região	53,2
CJF	62,9
Justiça Federal (total)	47,1

III – Execução da Estratégia – Melhoria, Inovação e Controle

Quadro 4.3

Região	Índice obtido
1ª Região	28,8
2ª Região	41,4
3ª Região	29,3
4ª Região	50,4
5ª Região	28,2
CJF	52,1
Justiça Federal (total)	33,2

IV – Monitoramento e Avaliação dos Resultados

Quadro 4.4

Região	Índice obtido
1ª Região	44,2
2ª Região	60,6
3ª Região	48,2
4ª Região	65,2
5ª Região	44,8
CJF	74,5
Justiça Federal (total)	49,6

V – Comunicação, Relacionamento Institucional e Transparência

Quadro 4.5

Região	Índice obtido
1ª Região	31,2
2ª Região	47,5
3ª Região	33,3
4ª Região	37,8
5ª Região	40,0
CJF	70,0
Justiça Federal (total)	36,7

É possível observar que nenhuma Região atingiu ainda o nível aprimorado de governança. O CJF atingiu o nível intermediário de maturidade e, com exceção da 4ª Região, que também se encontra no nível intermediário, todas as demais estão no estágio básico de maturidade, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

Quadro 4.6 - iGovJF

Região	iGovJF	Nível de maturidade
1ª Região	38	Básico
2ª Região	45,9	Básico
3ª Região	43,8	Básico
4ª Região	57,2	Intermediário
5ª Região	43,1	Básico
CJF	65,4	Intermediário
Justiça Federal (total)	43,5	Básico

4.1 Descrição das estruturas de governança

A missão do CJF é desempenhada pela estrutura de governança do Conselho da Justiça Federal, conforme discriminada a seguir:

Quadro 4.1.1 – Descrição das estruturas de governança

Instâncias internas de Governança	Atribuições	Base normativa
Colegiado do Conselho da Justiça Federal	<p>Instância administrativa máxima da Justiça Federal, o Colegiado do CJF exerce a supervisão e o controle orçamentário e administrativo da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, como órgão central da gestão administrativa e orçamentária.</p> <p>O Colegiado exerce, ainda, controle dos atos administrativos praticados por membros da Justiça Federal e aprova relatórios de correição e inspeção realizados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, além de outros atos.</p> <p>É composto pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por três Ministros do STJ, estes eleitos entre seus membros, bem como pelos presidentes dos tribunais regionais federais. Os presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação dos Juizes Federais do Brasil têm assento no Colegiado, sem direito a voto.</p>	<p>Constituição Federal, art. 105, parágrafo único, inc. II.</p> <p>Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, arts. 47 a 49.</p> <p>Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, em especial arts. 8º e 123.</p>

Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Órgão dirigido pelo ministro mais antigo do Superior Tribunal de Justiça que integra o Colegiado do Conselho da Justiça Federal, à exceção do Presidente e do Vice-Presidente. Goza de autonomia institucional e vale-se do apoio das unidades administrativas do CJF. Exerce a fiscalização, o controle e a orientação normativa da Justiça Federal, cabendo-lhe: acompanhar e avaliar os serviços prestados pela Justiça Federal de 1º e 2º graus e a execução das medidas necessárias para o seu aperfeiçoamento. Bem assim, dar cumprimento às deliberações do Plenário do CJF e auxiliar, por delegação, o Presidente, na supervisão dos serviços da Secretaria do Conselho.	Lei n. 11.798/2008, art. 6º. Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, arts. 13 a 17.
Secretaria-Geral do CJF	Órgão subordinado diretamente à Presidência, com a competência de planejar, coordenar, orientar, controlar e avaliar as atividades das unidades que lhe são subordinadas, observadas as deliberações do Conselho, as diretrizes do Presidente, as orientações do Corregedor-Geral e os termos previstos no Regimento Interno e em regulamento específico, bem como assegurar a assessoria e o apoio técnico-administrativos necessários à preparação e à execução das atividades do Plenário.	Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, art. 26 Portaria do Ministro Presidente n. CJF-POR-2015/00539, de 16 de dezembro de 2015 – atribuições das unidades do CJF. Portaria do Ministro Presidente n. CJF-POR-2015/00296, de 23 de julho de 2015 – dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário-Geral.
Diretoria-Geral do CJF	Órgão subordinado diretamente à Presidência, com a competência de planejar, coordenar, orientar e avaliar as atividades das unidades que lhe são subordinadas, observadas as deliberações do Conselho, as diretrizes do Presidente e as orientações do Corregedor-Geral.	Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, art. 26-A Portaria do Ministro Presidente n. CJF-POR-2015/00539, de 16 de dezembro de 2015 – atribuições das unidades do CJF Portaria do Ministro Presidente n. CJF-POR-2015/00297, de 23 de julho de 2015 – dispõe sobre a delegação de competência ao Diretor-Geral.
Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral	Unidade vinculada à Diretoria-Geral, tem como atribuição analisar e exarar pareceres sobre minutas de documentos administrativos, considerando a adequação técnica das propostas e a conformidade com as normas vigentes.	Portaria do Ministro Presidente n. CJF-POR-2015/00539 – atribuições das unidades do CJF.

Secretaria de Controle Interno	Unidade subordinada diretamente à Presidência, que tem a atribuição de comprovar a legalidade dos atos e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, além de orientar e supervisionar os procedimentos do sistema de controle interno da Justiça Federal, bem como apoiar o órgão de controle externo, e, quando determinado, atuar em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça Federal.	Portaria do Ministro Presidente n. CJF-POR-2015/00539 – atribuições das unidades do CJF.
Fórum Permanente de Corregedores da Justiça Federal	Vinculado à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, objetiva promover o intercâmbio de informações e experiências judicantes, manter a unidade do órgão jurisdicional no âmbito federal e propor ao Conselho da Justiça Federal as medidas pertinentes ao seu aprimoramento.	Resolução CJF n. 009, de 4 de abril de 2008.
Comissão Permanente dos Coordenadores dos Juizados Especiais Federais	Vinculada à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, tem a incumbência de aprovar plano de trabalho de interesse de mais de uma Região, receber e analisar relatórios das varas e das regiões e sugerir as providências necessárias, organizar banco centralizado de dados dos juizados, propor as medidas que devam ser submetidas ao Conselho da Justiça Federal quanto à implantação e uniformização dos serviços dos juizados especiais federais.	Resolução CJF n. 315, de 23 de maio de 2003.
Conselho das Escolas de Magistratura Federal – Cemaf	Integra a estrutura do Centro de Estudos Judiciários como órgão de natureza normativa, ao qual cabe aprovar o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e de Pesquisa para Juizes Federais – PNA, o relatório de desempenho do PNA e a criação, a transformação e a extinção de programas de especialização antes do envio à universidade conveniada ou ao Ministério da Educação.	Portaria do Ministro Presidente n. CJF-POR-2015/00539 – atribuições das unidades do CJF. Provimento da Corregedoria-Geral n. 3 de 26/7/2012 – Regimento Interno do CEMAF
Comitê Gestor do Planejamento Estratégico – COGEST	Tem a atribuição de submeter ao Plenário do CJF propostas de alterações nos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PEJF e do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação PETI, bem como aprovar e submeter ao Plenário, para referendo, o Plano de Comunicação da Estratégia, a indicação da ordem de prioridade de destinação de insumos e recursos orçamentários e humanos demandados pelo PETI e do PDTI, entre outros assuntos relativos à estratégia da Justiça Federal.	Resolução n. CJF-RES-2014/00313, de 22 de outubro de 2014.
Comitê Gestor Institucional – CGI	Tem a atribuição de encaminhar ao COGEST proposta de políticas, diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento da Justiça Federal e atualização do PEJF e do PETI, aprovar metas e iniciativas estratégicas do CJF, validar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e submetê-lo para aprovação, garantir os insumos e recursos necessários para a execução da estratégia da Justiça Federal e metas do CJF, promover reuniões de análise da estratégia e priorizar demandas.	Resolução n. CJF-RES-2014/00313.

4.2 Informações sobre dirigentes e Colegiado

O Colegiado do Conselho da Justiça Federal é integrado pelo Presidente, Vice-Presidente e três Ministros do Superior Tribunal de Justiça – STJ e pelos presidentes dos cinco tribunais regionais federais. Compõem, ainda, a estrutura orgânica do CJF a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Centro de Estudos Judiciários e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

As competências do Conselho, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, do Centro de Estudos Judiciários e da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais estão previstas pela Lei n. 11.798/2008 e já foram detalhadas na Seção Visão Geral da Unidade.

O quadro a seguir discrimina as autoridades que compõem o Colegiado do CJF, posição em 31/12/2016:

Quadro 4.2.1 – Composição do Colegiado

CONSELHEIRO	CARGO	ALTERAÇÕES	
		ENTRADA	SAÍDA
Ministra Laurita Vaz	Presidente	set/2016	ago/2018
Ministro Humberto Martins	Vice-Presidente	set/2016	ago/2018
Ministro Mauro Campbell Marques	Corregedor-Geral da Justiça Federal	ago/2016	set/2017
Ministro Benedito Gonçalves	Membro Efetivo	nov/2015	nov/2017
Ministro Raul Araújo	Membro Efetivo	set/2016	set/2018
Desembargador Federal Hilton Queiroz	Membro Efetivo	abr/2016	abr/2018
Desembargador Federal Poul Erick Dyrland	Membro Efetivo	abr/2015	abr/2017
Desembargadora Federal Cecília Marcondes	Membro Efetivo	fev/2016	fev/2018
Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteadó	Membro Efetivo	jun/2015	jun/2017
Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira	Membro Efetivo	set/2015	abr/2017

Posição em 31/12/2016

Alterações na composição do Colegiado durante o exercício

Em 1º de fevereiro, o Dr. Claudio Pacheco Prates Lamachia tomou posse no cargo de Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que, conforme disposto no RICJF, participa das sessões do Colegiado sem direito a voto.

Em 12 de fevereiro, a Desembargadora Federal Cecília Marcondes tornou-se Membro Efetivo do Colegiado, por ter sido empossada como Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Em 15 de abril, o Desembargador Federal Hilton Queiroz tornou-se Membro Efetivo do Colegiado, por ter sido empossado como Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Em 15 de junho, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso tomou posse no cargo de Presidente da Associação de Juizes Federais do Brasil – Ajufe, que, conforme disposto no RICJF, participa das sessões do Colegiado sem direito a voto.

Em 30 de agosto, o Ministro Og Fernandes renunciou ao cargo de Corregedor-Geral da Justiça Federal para assumir o cargo de Membro do Tribunal Superior Eleitoral. Na mesma data, o Ministro Mauro Campbell Marques foi empossado como Corregedor-Geral da Justiça Federal.

Em 1º de setembro, a Ministra Laurita Vaz tornou-se Presidente do CJF e o Ministro Humberto Martins, Vice-Presidente.

Em 26 de setembro, o Ministro Raul Araújo foi empossado como Membro Efetivo do Colegiado. De igual modo, foi empossado o Ministro Antonio Carlos Ferreira como Membro Suplente.

4.3 Atuação da unidade de auditoria interna

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna.

A atuação da Subsecretaria de Auditoria do CJF é desenvolvida com base nas diretrizes dos seguintes normativos:

- Resolução CNJ n. 171, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização das unidades jurisdicionadas vinculadas ao CNJ (http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_171_2013.pdf);

- Resolução CJF n. 85, de 11 de dezembro 2009, que dispõe sobre a organização e as diretrizes de funcionamento do Sistema de Controle Interno da Justiça Federal (<https://www2.cjf.jus.br/jspui/bitstream/handle/1234/16725/Res%20085%20de%202009.pdf?sequence=1>);

- Resolução CJF n. 362, de 30 de março de 2004, que regulamenta os procedimentos de auditoria do Conselho da Justiça Federal. Entretanto, esse normativo está em fase de atualização por estar em desacordo com as normas de auditoria do CNJ e do TCU (<https://www2.cjf.jus.br/jspui/bitstream/handle/1234/3386/Res%20362-2004.pdf?sequence=1>);

- Portaria n. CJF-POR-2015/00539, de 16 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a aprovação do Manual de Organização do CJF, estabelecendo atribuições à Subsecretaria de Auditoria (<https://www2.cjf.jus.br/jspui/bitstream/handle/1234/48967/PPR%20539-2015%20anexo.pdf?sequence=2>).

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

A auditoria interna atende aos princípios gerais da INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interna no setor público), quanto às diretrizes de procedimentos e à atuação dos auditores internos, no que se refere aos critérios de independência e objetividade na realização de auditoria. No entanto, a Subsecretaria de Auditoria do CJF, unidade responsável pelo planejamento, coordenação e execução das auditorias, não é considerada independente no tocante à sua estrutura, devido à subordinação à Secretaria de Controle Interno, que ainda possui atividades de cogestão.

As normas que regulam a atuação da auditoria da UPC estão descritas no item *a*.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

A Secretaria de Controle Interno, unidade vinculada diretamente à Presidência do Conselho da Justiça Federal, conforme estabelecido nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, na

Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, e na Resolução CJF n. 85, de 11 de dezembro de 2009, atua como órgão central do Sistema de Controle Interno da Justiça Federal, exercendo, dentre outras, a orientação e coordenação na gestão dos recursos públicos, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, em seus aspectos contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais.

Os trabalhos da Subsecretaria de Auditoria são desenvolvidos no Conselho e na Justiça Federal de 1º e 2º graus, destacando-se como principal atividade a realização de auditorias e inspeções, ou seja, a maior parte das análises processuais efetuadas pela unidade tem por objetivo obter informações e evidências necessárias e suficientes à fundamentação dos achados identificados durante a execução dos trabalhos. Em geral, as análises são feitas por amostragem, de acordo com a metodologia definida para a auditoria ou inspeção.

A unidade também realiza análises processuais específicas referentes à elaboração do Processo de Contas Anual do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, a ser enviado ao Tribunal de Contas da União, às verificações de conformidade dos Relatórios de Gestão Fiscal e de Gestão e aos monitoramentos de auditorias realizadas em exercícios anteriores, dentre outras.

O Plano Anual de Auditoria (PAA 2016) da Subsecretaria de Auditoria do CJF, aprovado pelo Ministro Presidente do CJF, por meio do Despacho n. CJF-DES-2015/12364, constante no Processo n. CJF-ADM-2015/00461, compreendeu 12 atividades divididas em ações de auditoria, inspeção/correição e monitoramento. As auditorias e os monitoramentos foram realizados no CJF e as inspeções, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de que forma é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC)

A Subsecretaria de Auditoria do Conselho da Justiça Federal está subordinada à Secretaria de Controle Interno, que está ligada à Presidência do Conselho da Justiça Federal, com a seguinte estrutura:

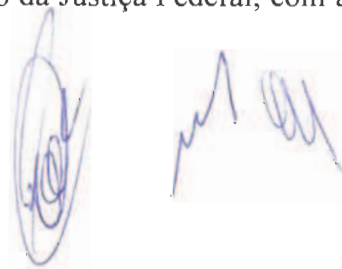
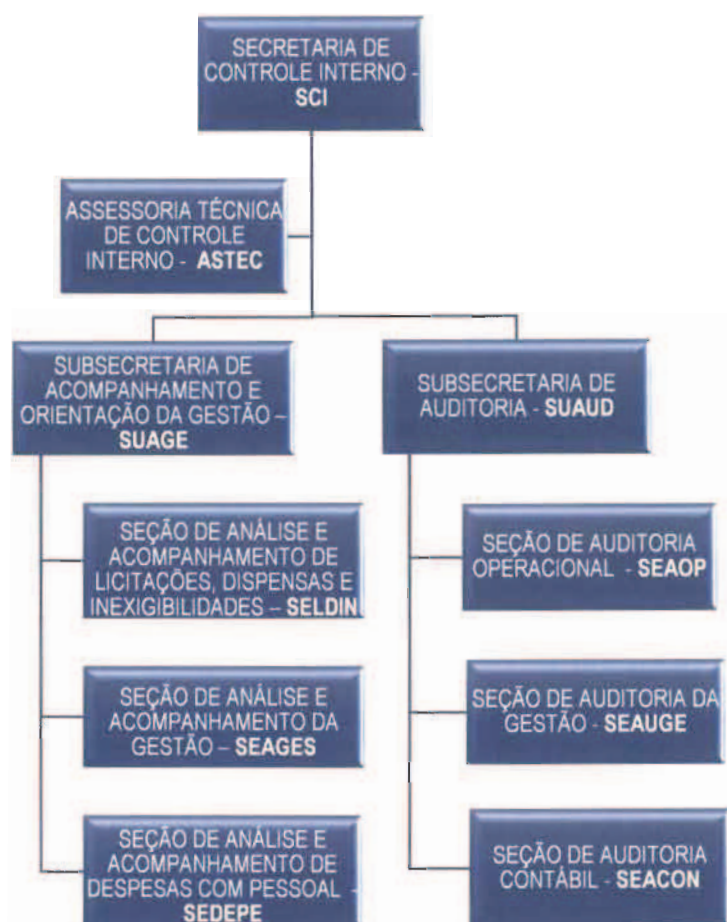


Figura 4.3.1 – Estrutura da Secretaria de Controle Interno



A escolha do titular da unidade de auditoria é feita por meio da indicação do Presidente do CJF e do Secretário de Controle Interno, dentre profissionais com formação adequada ao exercício da função.

e) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência sobre as recomendações feitas pela auditoria interna

O relatório de auditoria preliminar com os achados e as recomendações de auditoria é enviado à alta gerência para conhecimento e, posteriormente, às respectivas áreas auditadas para manifestação.

Após as informações prestadas pelas áreas auditadas sobre os achados do relatório preliminar, a unidade de auditoria analisa e avalia as justificativas, cujos resultados são consubstanciados no relatório final de auditoria, o qual é novamente enviado à alta administração para conhecimento e providências.

O monitoramento é realizado no semestre ou exercício seguinte ao da realização da auditoria e o as providências adotadas com relação às recomendações são classificadas como: atendidas, parcialmente atendidas, não atendidas e em implementação.

Até o presente momento, a alta gerência da UPC tem aceitado o resultado das auditorias e determinado a abertura de planos de ação para o cumprimento das recomendações pendentes nos relatórios finais de auditoria.

Os riscos de alto impacto, que apresentarem alta probabilidade de ocorrência, merecerão imediatas medidas saneadoras. Os riscos considerados de baixo impacto poderão ser aceitos e monitorados, com ou sem redirecionamento de condutas/procedimentos, conforme determina art. 25 da Resolução CNJ n. 171/2013.

f) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria

No exercício de 2016, não foram realizadas adequações na estrutura da unidade de auditoria interna da UPC.

4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Durante o ano de 2016, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal realizou inspeções no âmbito dos tribunais regionais federais relacionados a seguir, que resultaram na abertura de três processos de inspeção e 187 processos de acompanhamento, um para cada unidade inspecionada.

As inspeções abrangeram, em cada tribunal regional, as seguintes unidades: gabinetes da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria Regional e dos desembargadores federais; unidades de processamento e unidades especiais, cujo detalhamento se encontra no anexo da Seção “Relatórios, Pareceres e Declaração”, item “Relatório de instância ou área de correição”, conforme a seguir:

- a) **Tribunal Regional Federal da 2ª Região:** instaurada pela Portaria n. CJF-POR-2016/00099, de 10/3/2016, e realizada no período de 11 a 20 de abril de 2016.
- b) **Tribunal Regional Federal da 3ª Região:** instaurada pela Portaria n. CJF-POR-2016/00158, de 2/5/2016, realizada no período de 30 de maio a 10 de junho de 2016.
- c) **Tribunal Regional Federal da 4ª Região:** instaurada pela Portaria n. CJF-POR-2015/00531, de 14/12/2015, realizada no período de 22 a 26 de fevereiro de 2016.
- d) **Tribunal Regional Federal da 5ª Região** instaurada pela Portaria n. CJF-PCG-2016/00001, de 27/6/2016, realizada no período de 15 a 19 de agosto de 2016.

Além dessas inspeções, no exercício de 2016, com o objetivo de ter o conhecimento próprio das gestões administrativas em cada tribunal regional federal, foram realizadas autoinspeções nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 4ª Regiões, consoante previsão contida no art. 1º, *caput*, do Provimento n. CJF-PRV-2016/00001, de 16 de setembro de 2016, nos termos a seguir:

Quadro 4.4.1 - Autoinspeções

Tribunal Regional Federal	Meses de realização	Total de processos selecionados
1ª Região	nov/dez	1.490
4ª Região	nov/dez	831

A autoinspeção consiste nas providências a serem tomadas, anualmente, pelos desembargadores federais das cinco regiões no sentido de avaliar seus gabinetes quanto à situação do acervo e da gestão administrativa. Cabe à Corregedoria-Geral da Justiça Federal a análise e o acompanhamento das informações prestadas pelos mencionados desembargadores federais, para posterior utilização no planejamento das inspeções futuras nos cinco tribunais regionais federais.

Ressalta-se, ainda, que foram realizadas duas correções, uma no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e outra no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, cujo detalhamento encontra-se no anexo da Seção “Relatórios, Pareceres e Declaração”, item “Relatório de Instância ou Área de Correção”

4.5 Gestão de riscos e controles internos

Com o objetivo de criar a cultura de gerenciamento de riscos e aprimorar os controles internos administrativos do Conselho da Justiça Federal, instituiu-se o Comitê Permanente de Gestão de Riscos, por meio da Portaria n. CJF-POR-2016/00021, de 19 de janeiro de 2016, sendo composto pelos titulares da Secretaria-Geral, Diretoria-Geral, Secretaria de Estratégia e Governança e Secretaria de Tecnologia da Informação, podendo participar das reuniões e dar sugestões, como especialista, o titular da Secretaria de Controle Interno.

O comitê tem competência para:

I - propor a política de gestão de riscos do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;

II - fomentar práticas de gestão de riscos;

III - comunicar as diretrizes da gestão de riscos que contemplem a identificação, a análise, a avaliação e o tratamento de riscos;

IV - aprovar e monitorar os planos de respostas a riscos relacionados à estratégia;

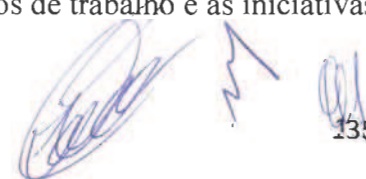
V - verificar se os planos de respostas a riscos estão de acordo com a política de gestão de riscos do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

No cumprimento de previsão normativa, a Secretaria de Estratégia e Governança elaborou, em conjunto com representantes de outras áreas técnicas, proposta de Política de Gestão de Riscos para o Conselho e Justiça Federal de primeiro e segundo graus, aprovada pelo referido Comitê em junho de 2016.

Autuou-se, assim, o Processo n. CJF-PPN-2017/0007, no qual está sendo proposta a edição de resolução do CJF dispondo sobre a instituição da Política de Gestão de Riscos do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

A minuta aprovada foi submetida à apreciação dos diretores-gerais dos tribunais regionais federais, que apresentaram significativas contribuições ao texto. Almeja-se submeter a versão final da minuta ao Plenário do Conselho da Justiça Federal ainda no primeiro semestre de 2017, com previsão de implantação da estrutura para a gestão de riscos em toda Justiça Federal até dezembro deste mesmo ano.

Após a aprovação da minuta de resolução, o CJF coordenará a elaboração do Referencial Metodológico de Gestão de Riscos da Justiça Federal, instrumento que orientará a execução do processo de gerenciamento de riscos no Conselho, tribunais regionais federais e seções judiciárias de modo uniforme e abrangente, em todos os níveis, aplicável aos processos de trabalho e às iniciativas estratégicas, táticas e operacionais.



No âmbito do CJF, a Secretaria de Estratégia e Governança deu início à identificação dos riscos existentes nas áreas administrativa e de gestão de pessoas, a partir da análise de relatórios e recomendações oriundas da Secretaria de Controle Interno, visando o monitoramento e o tratamento dos riscos, bem como o estabelecimento de controles internos nessas e nas demais unidades do órgão.

4.5.1 Avaliação dos controles internos

A avaliação do sistema de controles internos do Conselho da Justiça Federal foi realizada no período de 2 a 9/3/2017, por meio de formulário eletrônico, enviado a todos os ocupantes de cargos em comissão do CJF que exercem função de chefia, com a obtenção de 36 instrumentos respondidos. Vale destacar que a adesão à pesquisa deste ano foi menor do que aquela verificada em março de 2016.

Abaixo é apresentada a escala aplicada na pesquisa:

Quadro 4.5.1.1 - Escala de valores da avaliação:

- (1) **Totalmente inválido:** significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválido:** significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutro:** significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válido:** significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido:** significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

Para uma melhor visualização e compreensão, as escalas das pesquisa foram recategorizadas da seguinte maneira:

- ✓ **Avaliação negativa:** respostas iguais a “parcialmente inválido” ou “totalmente inválido”;
- ✓ **Não há como avaliar:** respostas iguais a “neutro”;
- ✓ **Avaliação positiva:** respostas iguais a “parcialmente válido” ou “totalmente válido”.

Cumprе registrar que essa pesquisa foi idealizada pelo Tribunal de Contas de União – TCU e vem sendo ajustada às características do CJF, com vistas a torná-la aderente à linguagem e à cultura praticadas no órgão, o que facilita o preenchimento do questionário e permite alcançar maior grau de eficácia na ação pretendida.

Visão Geral

Como se vê no gráfico abaixo, em comparação à avaliação realizada em 2015, não houve evolução nos resultados, pois o valor alcançado em 2016 foi de 3,51, ou seja, menor que o obtido no ano anterior, que foi 3,57. Esse resultado demonstra que ações precisam ser realizadas para retomar o padrão de crescimento iniciado em 2012.



Gráfico 4.5.1.2 – Evolução nos resultados da avaliação dos controles internos



Os dados coletados desde 2011 demonstram que há no CJF uma tendência de aperfeiçoamento do sistema de controles internos, mas o desempenho do Órgão, em todas as dimensões pesquisadas, ainda está aquém do desejado.

Os melhores resultados, alcançados em todos os anos e no atual, referem-se ao ambiente de controle e à gestão da informação e comunicação, o que indica que o órgão é sensível à importância da realização de atividades de controle e que o fluxo de comunicação e informação é satisfatório.

Por outro lado, está entre as maiores fragilidades do órgão a adoção de atividades de controle que sejam praticadas a um custo e um tempo adequados aos benefícios decorrentes. Ademais, a gestão de riscos no órgão ainda é precariamente realizada.

A seguir são apresentadas algumas considerações analíticas acerca dos temas avaliados.

Dimensões da pesquisa

Foram avaliadas cinco dimensões, a saber:

Ambiente de Controle: nessa perspectiva, o objetivo foi diagnosticar se a organização já introduziu mecanismos de controle em todos os níveis organizacionais (estratégico, tático e operacional) e qual a importância que as gerências atribuem à adoção desses mecanismos.

Avaliação de Riscos: nessa dimensão, é verificado se o órgão já formalizou e se aplica política ou diretrizes para o tratamento dos riscos organizacionais, por exemplo, a delegação de autoridade, acompanhada de definições claras sobre as responsabilidades; a segregação de função; a padronização e a formalização de procedimentos operacionais etc.

Procedimento de Controle: nessa perspectiva, busca-se verificar se as atividades de controle são planejadas e realizadas a um custo e a um tempo adequados aos objetivos propostos para essa ação de controle.

Informação e Comunicação: o propósito, nessa dimensão, é avaliar a qualidade da informação e da comunicação do órgão, especialmente relativa ao seu armazenamento, identificação, disponibilidade e completude. Isso para favorecer a tomada de decisões gerenciais apropriadas.

Monitoramento: a dimensão busca verificar se o sistema de controle interno é permanentemente monitorado e se sua realização contribui para a melhoria do desempenho organizacional.

Ambiente de Controle

A dimensão do ambiente de controle foi onde o CJF obteve o melhor resultado. Os dados demonstram que o CJF já formalizou seu código de ética e a maioria dos gestores percebem que o sistema de controle interno contribui para a consecução dos resultados planejados. O dado positivo mostra que a organização está introduzindo mecanismos de controle em sua estrutura. No entanto, esses mecanismos ainda não incentivam a participação dos funcionários e servidores nem contribuem para a melhoria da comunicação interna.

Foram apresentados, nessa dimensão, nove enunciados para que o respondente avaliasse como positiva, negativa ou a opção “não há como avaliar”. Os resultados são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 4.5.1.3

Item	Enunciado	Resultado
1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	Avaliação positiva: 80,6%; Avaliação negativa: 13,9%; Não há como avaliar: 5,6%.
2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pelo CJF são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	Avaliação positiva: 77,8%; Avaliação negativa: 13,9%; Não há como avaliar: 8,3%.
3	A comunicação dentro do CJF é adequada e eficiente.	Avaliação positiva: 58,3%; Avaliação negativa: 33,3%; Não há como avaliar: 8,3%.
4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.	Avaliação positiva: 94,4%; Avaliação negativa: 5,6%.
5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	Avaliação positiva: 66,7%; Avaliação negativa: 27,8%; Não há como avaliar: 5,6%.
6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura do CJF na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	Avaliação positiva: 36,1%; Avaliação negativa: 36,1%; Não há como avaliar: 27,8%.
7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	Avaliação positiva: 72,2%; Avaliação negativa: 19,4%; Não há como avaliar: 8,3%.
8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência do CJF.	Avaliação positiva: 66,7%; Avaliação negativa: 22,2%; Não há como avaliar: 11,1%.
9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo CJF.	Avaliação positiva: 75,0%; Avaliação negativa: 19,4%; Não há como avaliar: 5,6%.

Avaliação de Risco

Na opinião da maioria dos dirigentes, os objetivos e metas do CJF estão formalizados e há identificação sobre quais são os processos críticos para a consecução desses objetivos.

Por outro lado, o diagnóstico aponta como muito negativo o fato de o CJF ainda não mensurar, classificar e tratar os riscos de forma sistemática e sua avaliação não ser feita de forma contínua.

Quadro 4.5.1.4

Item	Enunciado	Resultado
1	Os objetivos e as metas do CJF estão formalizados.	Avaliação positiva: 97,2%;
2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e das metas da unidade.	Avaliação positiva: 75,0%; Avaliação negativa: 19,4%; Não há como avaliar: 5,6%.
3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	Avaliação positiva: 58,3%; Avaliação negativa: 33,3%; Não há como avaliar: 8,3%.
4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de inf. e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	Avaliação positiva: 41,7%; Avaliação negativa: 44,4%; Não há como avaliar: 13,9%.
5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco do CJF, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	Avaliação positiva: 22,2%; Avaliação negativa: 61,1%; Não há como avaliar: 16,7%.
6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	Avaliação positiva: 27,8%; Avaliação negativa: 55,6%; Não há como avaliar: 16,7%.
7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	Avaliação positiva: 52,8%; Avaliação negativa: 11,1%; Não há como avaliar: 36,1%.
8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	Avaliação positiva: 69,4%; Não há como avaliar: 27,8%.
9	Há norma ou regimento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	Avaliação positiva: 36,1%; Avaliação negativa: 36,1%; Não há como avaliar: 27,8%.

Procedimentos de Controle

Nessa área verifica-se o desempenho mais baixo do CJF, entre todas as dimensões pesquisadas. Apesar de existirem políticas e ações claramente estabelecidas com o intuito de diminuir

os riscos e alcançar os objetivos do Órgão, as atividades de controle adotadas não funcionam com base em um planejamento de longo prazo.

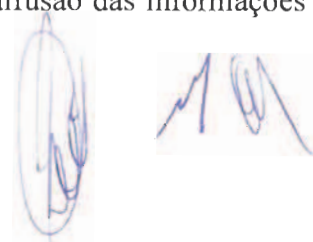
Os itens 3 e 4 dessa dimensão de estudo foram responsáveis pelo maior percentual de respostas neutras da pesquisa, onde grande parte dos gestores responderam não ser possível avaliar o quesito. Isso indica a necessidade de, nas próximas pesquisas, haver uma explicação mais detalhada desses itens, de forma a possibilitar um embasamento maior para os participantes.

Quadro 4.5.1.5

Item	Enunciado	Resultado
1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos do CJF, claramente estabelecidas.	Avaliação positiva: 61,1%; Avaliação negativa: 25,0%; Não há como avaliar: 13,9%.
2	As atividades de controle adotadas pelo CJF são apropriadas e funcionam consistentemente, de acordo com um plano de longo prazo.	Avaliação positiva: 50,0%; Avaliação negativa: 36,1%; Não há como avaliar: 13,9%.
3	As atividades de controle adotadas pelo CJF possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	Avaliação positiva: 36,1%; Avaliação negativa: 25,0%; Não há como avaliar: 38,9%.
4	As atividades de controle adotadas pelo CJF são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	Avaliação positiva: 41,7%; Avaliação negativa: 19,4%; Não há como avaliar: 38,9%.

Informação e Comunicação

Para a maioria dos gestores do Conselho, as informações prestadas pelas unidades do órgão são devidamente identificadas e armazenadas, possuem qualidade suficiente, estão disponíveis para as unidades de forma tempestiva e precisa, e atendem às expectativas dos diversos grupos do CJF. Entretanto, como destaque negativo, ainda não há uma adequada difusão das informações em diferentes níveis hierárquicos.



Quadro 4.5.1.6

Item	Enunciado	Resultado
1	A informação relevante para o CJF é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	Avaliação positiva: 72,2%; Avaliação negativa: 22,2%; Não há como avaliar: 5,6%.
2	As informações consideradas relevantes pelo CJF são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	Avaliação positiva: 69,4%; Avaliação negativa: 19,4%; Não há como avaliar: 11,1%.
3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas do CJF é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível	Avaliação positiva: 69,4%; Avaliação negativa: 27,8%.
4	A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos do CJF, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz	Avaliação positiva: 69,4%; Avaliação negativa: 22,2%; Não há como avaliar: 8,3%.
5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos do CJF, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	Avaliação positiva: 52,8%; Avaliação negativa: 33,3%; Não há como avaliar: 13,9%.

Monitoramento

Os dados demonstram que, na opinião da maior parte dos gestores do órgão, o sistema de controle interno do Conselho tem contribuído para a melhoria do desempenho. Os itens 1 e 2 apresentaram um alto índice de respostas neutras. Isso indica que grande parte dos gestores não conhece o resultado da avaliação e do monitoramento dos controles internos.

Quadro 4.5.1.7

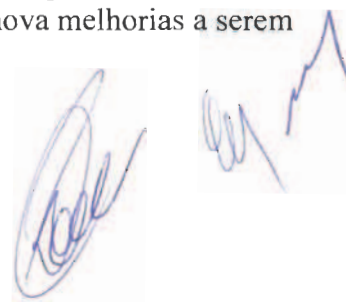
Item	Enunciado	Resultado
1	O sistema de controle interno do CJF é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	Avaliação positiva: 47,2%; Avaliação negativa: 22,2%; Não há como avaliar: 30,6%.
2	O sistema de controle interno do CJF tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	Avaliação positiva: 38,9%; Avaliação negativa: 22,2%; Não há como avaliar: 38,9%.
3	O sistema de controle interno do CJF tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	Avaliação positiva: 58,3%; Avaliação negativa: 22,2%; Não há como avaliar: 19,4%.

Conclusão

Para mitigar as deficiências apontadas no diagnóstico, como já mencionado anteriormente, encontra-se em fase final de elaboração a Política de Gestão de Riscos do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do sistema de controles internos da gestão e incorporar a visão de riscos à tomada de decisão, a política foi definida em sete fases de

gerenciamento, são elas: estabelecimento do contexto, identificação dos riscos, análise dos riscos, avaliação dos riscos, tratamento dos riscos, monitoramento e comunicação. A política também estabelece uma estrutura de governança de gestão de riscos com sua respectiva matriz de responsabilidades. Com isso, espera-se que a implementação da política promova melhorias a serem percebidas nos próximos ciclos de avaliação.

Two handwritten signatures in blue ink. The signature on the left is a cursive, stylized name. The signature on the right is also cursive but more angular and less fluid.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

A Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP está vinculada à Diretoria-Geral do CJF. Atua como órgão central do Sistema de Recursos Humanos da Justiça Federal e, simultaneamente, como unidade local de gestão de pessoas. Para tanto, está estruturada com uma Assessoria Técnica e três Subsecretarias: Subsecretaria de Cadastro e Pagamento de Pessoal – SUPES (com atuação estritamente interna), Subsecretaria de Políticas de Gestão de Pessoas, Cargos e Remuneração – SUPEC e Subsecretaria de Normatização, Orientações e Direitos e Deveres – SUNOR, estas últimas com atuação interna e externa (sistêmica).

5.1.1 Composição da força de trabalho

Quadro 5.1.1.1: Força de trabalho do CJF – situação em 31/12/2016

Secretário-Geral do CJF (Obs. 1)	1
Magistrado atuando em auxílio à Corregedoria-Geral da Justiça Federal (Obs. 2)	1
Servidores ocupantes de cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão	188
Servidores com vínculo efetivo, mas não pertencentes ao quadro de pessoal do órgão (cedidos ou removidos para o CJF) ocupantes de cargos em comissão	18
Servidores sem vínculo efetivo (inclui aposentados) ocupantes de cargos em comissão	10
Servidores não pertencentes ao quadro de pessoal do órgão - cedidos e removidos para o CJF - ocupantes de funções comissionadas (Obs. 3)	34
Servidores removidos para o CJF que não ocupam cargo em comissão ou função comissionada (Obs. 4)	1
Sub-total força de trabalho em atuação no CJF	253
Servidores ocupantes de cargos efetivos do quadro de pessoal do CJF cedidos para outros órgãos	4
Servidores ocupantes de cargos efetivos do quadro de pessoal do CJF removidos para outros órgãos (Obs. 4)	11
Total força de trabalho em atuação no CJF	238

Fonte: relatórios de cadastro funcional e dados do SIARH, do SGRH e da folha de pagamento do órgão

Observações:

1. Nos termos do § 1º do art. 21-B do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado convocado para atuar como juiz auxiliar em apoio à Presidência daquela Corte pode ser designado para exercer a função de Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal.
2. Nos termos do § 2º do art. 7º da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, e do § 2º do art. 15 do Regimento Interno do CJF é permitida a requisição de juízes federais para atuarem em auxílio à Corregedoria-Geral da Justiça Federal.
3. Dos 126 servidores integrantes da carreira do Poder Judiciário da União que ocupam funções comissionadas, 96 deles integram, também, o quadro de pessoal deste órgão.
4. O art. 20 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, permite a remoção de servidores integrantes dos quadros da Justiça Federal em seu âmbito. A Resolução CJF n. 3, de 10 de março de 2008, no art. 27, *caput*, inciso II e §§ 1º a 3º, e nos arts. 31 a 38, regulamenta a remoção a pedido, com permuta, que é operacionalizada mediante processo seletivo. Foram considerados removidos do CJF ou para o CJF todos os servidores que, selecionados, já estavam em trânsito em 31/12/2016.
5. O CJF não tem servidores com contratos temporários ou em exercício provisório integrando sua força de trabalho.

5.1.2 Distribuição da força de trabalho

Quadro 5.1.2.1 – Distribuição da força de trabalho por lotação – situação em 31/12/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação	
	Área Meio	Área Fim
Magistrados	-	2
Servidores ocupantes de cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão e em exercício neste	56	117
Servidores com vínculo efetivo, mas não pertencentes ao quadro de pessoal do órgão (cedidos para o CJF) ocupantes de cargos em comissão	2	16
Servidores sem vínculo efetivo (inclui aposentados) ocupantes de cargos em comissão	1	9
Servidores não pertencentes ao quadro de pessoal do órgão - cedidos e removidos para o CJF - ocupantes de funções comissionadas	2	32
Servidores removidos para o CJF que não ocupam cargo em comissão ou função comissionada	-	1
Total	61	177

Foram consideradas como integrantes da área-fim as áreas técnicas responsáveis pelos cinco macroprocessos finalísticos do órgão, quais sejam: formular e deliberar políticas, coordenar os sistemas da Justiça Federal, controlar e fiscalizar, gerir informações e conhecimento e uniformizar jurisprudência dos juizados especiais federais.

À exceção da Secretaria de Administração – SAD, todas as demais secretarias do CJF atuam como unidades centrais dos sistemas da Justiça Federal (atividades de administração judiciária, relativas a recursos humanos, gestão documental e de informação, administração orçamentária e financeira, controle interno e informática, a teor do *caput* do art. 3º da Lei n. 11.798/2008).

A Diretoria-Geral possui atribuições internas e externas, estas de maior monta. Dessa forma, considerou-se a sua força de trabalho foi considerada como vinculada à atividade-fim.

De igual forma, considerou-se a força de trabalho da SGP na área-fim do órgão, à exceção dos servidores alocados na Subsecretaria de Cadastro e Pagamento de Pessoal – SUPES, cuja atuação é exclusivamente interna.

Assim, somente a força de trabalho alocada na SAD e na SUPES/SGP foi considerada na área-meio e indicada no quadro supra.

Características do quadro de pessoal

Foram considerados os magistrados em exercício no órgão (previsão legal) e os servidores que ocupam cargo efetivo no quadro de pessoal do CJF, posto ser esse um universo mais estável à

análise pretendida. Tendo em vista que a cessão e a remoção são situações funcionais não definitivas, não foram considerados os servidores cedidos e removidos.

Assim, de um total de 190 pessoas, 96 são do sexo feminino e 94 do sexo masculino, ou seja, quase em total equilíbrio.

Desse total, identifica-se a maior concentração nas faixas etárias de 44 a 51 e de 52 a 59 anos. Juntas, perfazem 132 pessoas, ou 69% do total.

Quadro 5.1.2.2 – Faixas etárias da força de trabalho

Faixa etária	Força de trabalho
26-34	16
35-43	29
44-51	71
52-59	61
60 ou mais	13
Total	190

Quanto à escolaridade, 10,5% têm apenas formação de nível médio. Dos 89,5% restantes (170 pessoas), 71% possui especialização, *lato ou stricto sensu*, o que equivale, no total, a 121 pessoas das 190 que compõem o universo considerado.

Quadro 5.1.2.3 – Nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Quantidade
Especialização (<i>lato e stricto sensu</i>)	121
Nível superior	49
Nível médio	20
Total	190

Análise Crítica

A par do incremento, ao longo dos anos, das atribuições legais e constitucionais do CJF, em especial com a função jurisdicional – exercida pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, criada na estrutura do CJF pela Lei n. 10.259, de 12 de junho de 2001 – e com a função correccional – instituída pela Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004, e pela Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008 –, bem como da crescente especialização de atividades, característica da modernização da gestão pública, o quadro de pessoal do órgão (196 cargos efetivos) – já bastante enxuto – sofre um risco real e próximo de drástica redução, não só com perda quantitativa, mas também de experiência técnica.

Isso porque, entre 2015 e 2016, ocorreram 12 aposentadorias, o que equivale a 6% do total de cargos existentes. A projeção para aposentadorias entre 2017 e 2021 (próximos cinco anos) é de 62 servidores, 20 homens e 42 mulheres. Isso corresponde a 31% do quadro de pessoal do órgão.

A reposição desse contingente somente será possível se alterado o cenário nacional de restrições orçamentárias. A demora na reposição de pessoal impede a formação de sucessores e gera a perda de oportunidade de disseminar conhecimentos e transmitir experiências.

Situação especialmente crítica e com grande impacto nas atividades de todas as unidades organizacionais é o reduzido número de servidores na área de Tecnologia da Informação – são apenas 16 cargos 8,16% do quadro total), sendo quatro Analistas Judiciários (nível superior) e 12 técnicos judiciários (nível médio). Esse número é insuficiente para dar adequada manutenção corretiva e/ou evolutiva sequer aos principais sistemas informatizados do órgão – Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH e Processo Judicial Eletrônico – PJe.

No que concerne à distribuição da força de trabalho entre área-meio e área-fim, os números sinalizam que cerca de 26% (61 pessoas) estão engajados nos macroprocessos de apoio do CJF. Assim, quase 74% (177 pessoas) estão alocados em unidades responsáveis pelos macroprocessos finalísticos do órgão. Esses dados, que se mantêm estáveis nos últimos anos, indicam não haver desvio a ser corrigido.

A ocupação de cargos em comissão e de funções comissionadas por servidores do órgão ou da carreira mantém-se dentro dos limites legais, pelo que também não há desvio a ser corrigido.

Quanto à cessão ou remoção e seu impacto na força de trabalho, entre cedidos e removidos de outros órgãos em exercício no CJF, há 53 servidores. Esse número é bastante compensador para este Conselho, no que tange ao incremento de sua força de trabalho, posto que há apenas 15 de seus servidores cedidos ou removidos para outros órgãos.

5.1.3 Política de capacitação e treinamento do pessoal

A formulação e a execução da política de capacitação e treinamento de pessoal, no âmbito do CJF e também da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, cabe ao Centro de Estudos Judiciários, que coordena a execução do Projeto Político-Pedagógico para Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Conselho e da Justiça Federal, e do Programa Nacional de Capacitação dos Servidores – PNC. Também assessora o Conselho das Escolas da Magistratura Federal – CEMAF, por intermédio da coordenação do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e Pesquisa – CTAP, na elaboração e no acompanhamento da execução do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juizes Federais – PNA. Todos esses instrumentos passam pela aprovação do Colegiado do CJF.

O Projeto Político-Pedagógico para Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Conselho e da Justiça Federal – PPP/JF expressa os pressupostos e os princípios epistemológicos e pedagógicos que orientarão o conjunto das ações educativas, presenciais e a distância, desenvolvidas no âmbito da Justiça Federal. Esses pressupostos e princípios serão observados na proposição e na implementação de todas as soluções educacionais voltadas para o desenvolvimento de competências dos servidores.

A Resolução n. CJF-RES-2016/00432, de 13 de dezembro de 2016, dispõe sobre a aprovação do Projeto Político-Pedagógico para Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O Programa Nacional de Capacitação dos Servidores – PNC é o instrumento norteador das ações de capacitação e desenvolvimento do Conselho e da Justiça Federal. O Comitê Técnico

Operativo, formado por representantes das áreas de capacitação do Conselho e da Justiça Federal, é responsável pela elaboração e execução do PNC. A Resolução n. CJF-RES-2015/00381, de 17 de dezembro de 2015, dispõe sobre a aprovação do Programa Nacional de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal para o biênio 2015 – 2016.

O PNC 2015/2016 está sintonizado com os macrodesafios do Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça para o ciclo 2015/2020 e com a Estratégia da Justiça Federal, instituída pelo Comitê Gestor da Estratégia da Justiça Federal – COGEST para o ciclo 2015/2020 e também com a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário, instituída pela Resolução n. 192, de 8/5/2014, do CNJ.

O Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juizes Federais – PNA é constituído por um conjunto de diretrizes, objetivos, programas, estrutura de gestão e de indicadores e metas que o concretiza e permite o seu acompanhamento, a sua avaliação e a sua retroalimentação para o ciclo seguinte, visando ao aperfeiçoamento da magistratura federal e do sistema de justiça.

A Resolução n. CJF-RES-2013/00233, de 4 de março de 2013, alterada pela Resolução n. CJF-RES-2016/00386, de 29 de janeiro de 2016, dispõe sobre o PNA, define sua estrutura e atribui ao Conselho das Escolas de Magistratura Federal – CEMAF a responsabilidade pela sua elaboração e atualização. O CEMAF deverá atuar com o auxílio do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e Pesquisa – CTAP.

No âmbito da referida política de capacitação e treinamento, foram realizados pelo Centro de Estudos Judiciários, em 2016, 14 cursos internos presenciais, 25 eventos de educação a distância (turmas), oito eventos especiais e cinco participações em eventos externos; tendo sido certificados, ao todo, 3.268 participantes, sendo 586 certificados expedidos para servidores do CJF, 1.416 para servidores da Justiça Federal, 176 para magistrados federais e 1.068 para participantes de outros órgãos.

Cursos realizados pelo CEJ em 2016:

1. Seminário: O papel do STJ na arbitragem doméstica e internacional;
2. Institutos Novo Código de Processo Civil – Ourinhos Turmas 1 e 2 (EaD);
3. Capacitação em Projeto Político-Pedagógico e Itinerários Formativos para Educação Corporativa da JF;
4. Encontro Ítalo-Brasileiro: Combate à corrupção e a operação mãos limpas;
5. Curso Formação Avançada de Instrutor para formação de conciliador/mediador;
6. Conciliação e o Novo Código de Processo Civil;
7. Identificação de métodos empregados na prática de crimes financeiros;
8. Passaporte gerencial – Turmas 1, 2 e 3 (EaD);
9. Introdução à Gestão Socioambiental – Turmas 1 e 2 (EaD);
10. Gestão Documental no Poder Judiciário – Básico – Turmas 1 e 2 (EaD);
11. Seminário: Resgate da Memória da Justiça Federal – 50 anos da Lei 5.010/1966;
12. VII *Workshop* do Sistema Penitenciário Federal;
13. Curso teoria e prática na docência *on line* (EaD);
14. Seminário O Novo Código de Processo Civil;
15. I Jornada Prevenção e Solução extrajudicial de litígios;
16. Curso *Autodesk REVIT ARCHITECTURE* – nível básico;
17. Curso A Gestão da Liderança Inovadora;
18. Fundamentos para a Docência no Contexto da Magistratura da Justiça Federal, Nível I - Formação de Formadores/FOFO JF;

19. Curso de Direito Previdenciário I: concessão de benefícios previdenciários - Turmas 1 e 2 (EaD);
20. Curso de Direito Previdenciário II: revisão de benefícios previdenciários (EaD);
21. Conciliação e Mediação – novo CPC e JF (EaD);
22. Palestra Corte orçamentário e sustentabilidade – crise ou oportunidade?;
23. Oficina Gestão Sustentável: Plano de Logística Sustentável – PLS;
24. Seminário: Os 50 Anos do Código Tributário Nacional;
25. Curso Segurança da Informação: aprenda a proteger sua estação de trabalho e seus dados no ambiente digital;
26. Palestra: Organização Financeira e Investimentos;
27. Curso de Introdução aos Portais Corporativos CMS Plone;
28. Curso de Introdução ao Microsoft *Power BI*;
29. Palestra Interativa sobre Segurança da Informação;
30. Curso de Formação de Brigada Voluntária do CJF;
31. Curso de Direito Previdenciário III: Processo Previdenciário (EaD);
32. Curso de Formação de Conciliadores – Turma 1 a 10 (EaD).

5.1.4 Irregularidades na área de pessoal

Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

O CJF exige a apresentação de “declaração de não acumulação ilegal de cargos, funções e empregos públicos” para a posse em cargos efetivos e em comissão, nos casos de cedidos para este órgão ou de pessoas sem vínculo efetivo com o serviço público, e, bem assim, para a designação de servidores cedidos para o exercício de funções comissionadas neste órgão.

Não foi constatado nenhum caso de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

Terceirização irregular de cargos

Não há servidores terceirizados que desempenhem atribuições próprias dos cargos integrantes do plano de carreira do CJF.

5.2 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 5.2.1: Cargos efetivos existentes – providos e vagos – situação em 31/12/2016

Cargos	Existentes	Providos	Vagos	Total	Egressos no exercício	Ingressos no exercício
Analista Judiciário	38	37	1	38	2	3
Técnico Judiciário	158	151	7	158	8	4
Auxiliar Judiciário	0	0	0	0	0	0
Total	196	188	8	196	10	07

Quadro 5.2.2: Cargos em comissão e funções comissionadas existentes, providos e vagos - situação em 31/12/2016

Cargos em comissão e funções comissionadas	Existentes/ Autorizados (Obs. 2 e 3)	Providos	Vagos	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
1. Cargos em Comissão - CJ	65	64	1	9	10
1.1. Ocupados por servidores efetivos do quadro de pessoal do órgão	-	36	-	1	1
1.2. Ocupados por servidores efetivos de outros órgãos	-	18	-	6	5
1.3. Ocupados por sem vínculo (inclui aposentados)	-	10	-	2	4
Sub-total	65	64	1	9	10
Total de CJ passíveis de ocupação por servidores que não têm cargo efetivo no órgão (1.2 + 1.3) (Obs. 2)	32	28	não cabe	8	9
2. Funções Comissionadas – FC	134	130	4	15	15
2.1. Ocupadas por servidores integrantes da carreira do Poder Judiciário da União		126	-	15	14
2.2. Ocupadas por servidores com cargo efetivo ou emprego público, mas não integrantes da carreira do Poder Judiciário da União		4	-	0	1
Sub-total	134	130	4	15	15
Total de FC ocupáveis por servidores não integrantes da carreira do Poder Judiciário da União (2.2) (Obs. 3)	27	4	não cabe	0	1
Total CJ + FC	199	194	5	24	25

Fonte: relatórios de cadastro funcional e dados do SIARH e do SGRH

Observações:

1. O CJF não possui em sua estrutura cargos de natureza especial.
2. Lei n. 11.416/2006 – art. 5º, § 7º: “Pelo menos 50% dos cargos em comissão, a que se refere o *caput* deste artigo, no âmbito de cada órgão do Poder Judiciário, serão destinados a servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal, na forma prevista em regulamento.”
3. Lei n. 11.416/2006 – art. 5º, § 1º: “Cada órgão destinará, no mínimo, 80% do total das funções comissionadas para serem exercidas por servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União, podendo designar-se para os demais servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo que não integrem essas carreiras ou que sejam titulares de empregos públicos, observados os requisitos de qualificação e de experiência previstos em regulamento.”
4. Não foram considerados, no cálculo de ingressos e egressos, os servidores que, permanecendo na situação de ocupante de CJ ou de FC, foram nomeados ou designados para outros cargos em comissão ou funções de confiança. Por exemplo: servidor ocupante de CJ-1 foi exonerado desse cargo e nomeado para CJ-2 = não foi computado como egresso ou ingresso; servidor ocupante de FC foi dispensado desta e nomeado para CJ = foi computado como egresso de FC e ingresso de CJ.
5. Não foram computados no cálculo de ingressos e egressos os servidores que foram nomeados e exonerados de CJ ou designados e dispensados de FC no mesmo exercício de 2016.

5.3 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 5.3.1

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos									
Exercícios	2015	32.811,20	1.903,82	507,89	7.279,23	0,00	0,00	0,00	45.502,14
	2016	29.895,09	1.414,98	507,85	894.296,36	0,00	3.415,22	0,00	929.529,50
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada									
Exercícios	2015	14.489.034,23	10.801.432,29	1.993.803,81	2.405.631,79	332.877,23	16.513,22	207.595,39	35.602.697,32
	2016	24.838.290,17	2.477.528,21	1.479.830,44	1.928.862,84	2.567.063,61	413.105,53	296.961,71	39.857.980,90
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada									
Exercícios	2015	0,00	206.857,92	61.456,80	101.305,35	101.305,35	0,00	0,00	2.731.104,81
	2016	0,00	202.764,78	74.186,82	464.643,01	24.861,19	42.474,13	187.061,80	3.346.926,98
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)									
Exercícios	2015	0,00	90.452,24	19.734,95	102.887,62	2.004,00	0,00	0,00	1.334.245,69
	2016	0,00	108.866,12	23.494,21	149.153,07	76.733,56	48.467,42	330,38	1.627.026,11
Servidores cedidos com ônus									
Exercícios	2015	2.048.527,43	1.495.657,58	259.108,40	252.750,87	16.180,75	0,00	738,84	4.075.428,53
	2016	2.350.842,25	558.385,17	133.864,83	360.958,61	92.316,58	69.280,99	8.161,39	3.574.353,04
Servidores com contratos temporários									
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação: As diferenças significativas de valores verificadas entre os exercícios de 2015 e 2016 são decorrentes do erro de preenchimento ocorrido nos dados de 2015, principalmente pela não inclusão de despesas com assistência médica e diárias. Na coluna de vencimentos e vantagens fixas em 2015 não foram consideradas as despesas com o pagamento da GAJ, GAS e anuênios. Na coluna gratificações em 2015 não foram consideradas despesas com a Gratificação de encargo de curso ou concurso. Na coluna adicionais em 2015 não foram consideradas despesas de serviço extraordinário. Na coluna indenizações em 2015 não foram consideradas despesas com ajuda de custo e diárias. Na coluna de benefícios assistenciais e previdenciários em 2015 não foram consideradas as despesas com assistência médica.

5.4 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Reporta-se à análise crítica do subitem 5.1.1 referente à estrutura de pessoal do CJF, destacando-se os seguintes fatores de risco:

- quadro de pessoal reduzido;
- atribuições crescentes do órgão, qualitativa e quantitativamente;
- previsão, para curto tempo, de muitas aposentadorias;
- renovação extremamente pulverizada do quadro de pessoal, o que dificulta a formação de sucessores e a disseminação de conhecimentos e de experiência profissional.

5.4.1 Identificadores gerenciais sobre gestão de pessoas

O Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF para o período 2015-2020 elenca na perspectiva “Recursos” o macrodesafio “Melhoria da Gestão de Pessoas” e o objetivo estratégico “desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal”, para o qual foram definidos os seguintes indicadores e metas:

Quadro 5.4.1.1 – Indicadores gerenciais sobre Gestão de Pessoas

Indicador	Meta
Taxa de satisfação de magistrados e servidores com o clima organizacional	Alcançar 70% de satisfação dos magistrados e servidores com o clima organizacional até 2019.
Taxa de absenteísmo de magistrados e servidores.	Manter, em todos os anos, o absenteísmo abaixo ou igual a 3%.
Taxa de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico.	Atingir 100% de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico de saúde até 2020.

Não foi realizada pesquisa de clima no exercício de 2016. No mesmo exercício, a taxa de absenteísmo foi de 2,2% e a taxa de adesão a exames periódicos, de 64%.

No que concerne às iniciativas/projetos definidas no Plano Estratégico da Justiça Federal 2015-2020, três estão sob a responsabilidade do Sistema de Recursos Humanos da Justiça Federal e sob a coordenação da Secretaria de Gestão de Pessoas do CJF:

- Novas demandas da Justiça Federal: adequação da estrutura de cargos da área judiciária (Macrodesafio: Melhoria da Gestão de Pessoas; Objetivo estratégico: Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal);

- Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira de servidor (Macrodesafio: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Objetivo estratégico: Agilizar os trâmites judiciais); e

- Promoção da Saúde no Trabalho (Macrodesafio: Melhoria da Gestão de Pessoas; Objetivo estratégico: Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal).

O primeiro projeto está em fase de planejamento; o segundo está na fase de execução, com entregas já efetivadas; o terceiro projeto está sobrestado, por sua interface/interdependência com pesquisa e indicadores a serem coletados pelo Conselho Nacional de Justiça, em relação à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores.

No que se refere ao Planejamento Estratégico do Conselho da Justiça Federal para o período 2015-2020, destaca-se o desenvolvimento, em 2016, do rol mínimo de atividades insitas ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT (Processo n. CJF-PRO-2015/00059). Esta

iniciativa estratégica, sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas, está vinculada ao objetivo estratégico “Desenvolver o potencial humano no CJF”.

5.5 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro5.5.1: Estagiários – situação em 31/12/2016

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
1. Nível superior	36	31	17	26	R\$ 315.464,14
1.1. Área-Fim	28	24	13	22	R\$ 246.612,51
1.2. Área-Meio	8	7	4	4	R\$ 68.851,63
2. Nível-médio	4	4	3	3	R\$ 30.941,26
2.1. Área-Fim	2	2	1	1	R\$ 4.081,07
2.2. Área-Meio	2	2	2	2	R\$ 16.860,20
3. Total (1+2)	40	35	20	29	R\$ 346.405,40

Fonte: Folhas de pagamentos mensais dos estagiários/2016 constantes nos Processos n. CJF-EOF-2016/00079 e CJF-EOF-2016/00282

Análise Crítica

O programa de estágio do Conselho da Justiça Federal é regido pela Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, e pela Resolução n. CF-RES-2012/00208, de 4 de outubro de 2012. O gerenciamento do Programa cabe à Secretaria de Gestão de Pessoas, em conjunto com o agente de integração (Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE).

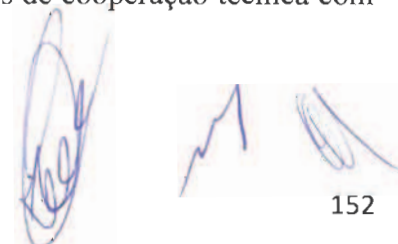
O recrutamento e a seleção de estagiários dar-se-ão mediante processo seletivo para formação de cadastro de reserva. A convocação é feita na medida em que acontecem desligamentos e por ordem de classificação no citado processo seletivo.

A alocação dos estagiários nas áreas-fim e meio, da mesma forma que para servidores do órgão, considerou estarem aqueles lotados em unidades afetas ou não aos macroprocessos finalísticos do CJF. Assim, os estagiários lotados na Subsecretaria de Cadastro e Pagamento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas e na Secretaria de Administração foram considerados como atuando na área-meio.

Como se percebe, é muito mais significativo o estágio de nível superior e nas unidades que desempenham as atividades finalísticas do órgão. Ao longo do ano, oscilou entre 70 e 79% a alocação de estagiários de ambos os níveis nas unidades ligadas à área-fim do CJF.

5.6 Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

O CJF não realizou contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.



5.7 Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.7.1 Gestão da frota de veículos

Atualmente é notória a importância da logística nas mais diversas atividades, no âmbito da administração pública. Tal função, apesar de enquadrar-se como atividade-meio, posiciona-se estrategicamente, viabilizando ações típicas do órgão. Sem os serviços prestados pelo setor logístico, em particular, pela área de transporte de pessoas e mercadorias, ações da área-fim não poderiam ser prestadas eficientemente, comprometendo, assim, a efetividade dos serviços do Conselho da Justiça Federal.

A aquisição, a utilização e o controle de veículos, no âmbito do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus são regulamentados pela Resolução CNJ n. 83, de 10 de junho de 2009, e pela Resolução CJF n. 72, de 26 de agosto de 2009, e a Instrução Normativa CJF n. 04-01, de 18 de março de 2010. A frota de veículos do CJF estava, em 31/12/2016, assim constituída:

Quadro 5.7.1.1 – Frota de veículos do CJF - situação em 31/12/2016

CLASSIFICAÇÃO (grupo)		IDADE MÉDIA (anos)	QUIL. MENSAL MÉDIA (km) GRUPO	QUIL. MENSAL MÉDIA (km) VEÍCULO	TOTAL POR GRUPO
B	Veículos de transporte institucional	6,8	6.529,17	593,56	11
C	Veículos de serviço comum	9,3	4.790,5	798,42	6
D	Veículos de transporte coletivo e apoio às atividades judiciais	7,0	766,08	191,52	4
E	Veículos utilitários mistos ou de transporte de carga leve	11	399,08	399,08	1
F	Veículos de transporte de carga pesada	15	445,75	445,75	1
G	Veículos de serviço de apoio especial	17	16,33	16,33	1
Total de veículos da frota					24

Fonte: SUSED

O controle dos veículos oficiais é realizado pela área de transporte, por meio de formulários específicos, conforme estabelecido pela IN CJF n. 04-01. Os veículos oficiais atendem às demandas do CJF, assim como dos presidentes, vice-presidentes e corregedores dos tribunais regionais federais, magistrados federais e servidores do CJF no desempenho de atividades de interesse da Administração.

A substituição por renovação da frota ocorre quando a manutenção ou conservação for onerosa, ou seja, exceder a 20% do valor do veículo no mercado, e fica condicionada à existência de Plano Anual de Aquisição, conforme o art. 11, Capítulo II, da Resolução CJF n. 72/2009.

Poderá ser iniciada em 2017 a substituição de quatro veículos, abaixo relacionados, que estão gerando alto dispêndio com manutenção preventiva e corretiva, condicionada à disponibilidade orçamentária.

Quadro 5.7.1.2 – Substituição de veículos

Veículo	Marca/Modelo	Placa	Ano de fabricação
Vectra	GM/CD 2.2	JFP 0946	2004
Corsa	GM/Hatch	JJE 2807	2007
Corsa	GM/Hatch	JJE 2827	2007
Corsa	GM/Hatch	JJE 2797	2007

Fonte: SUSED

Quadro 5.7.1.3– Custos associados à manutenção da frota do CJF

TIPO DO CUSTO	FABRICANTE	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Gastos com aquisição de peças	FIAT	832,72	36.918,38
	GENERAL MOTORS	26.181,26	
	MERCEDES BENZ	7.325,35	
	NISSAN	—	
	PEUGEOT	756,08	
	TOYOTA	1.822,97	
Gastos com prestação de serviços	FIAT	298,20	8.312,52
	GENERAL MOTORS	4.674,00	
	NISSAN	—	
	MERCEDES BENZ	2.928,36	
	PEUGEOT	154,16	
	TOYOTA	257,80	
Gastos com lubrificantes			5.862,78
Gastos com combustível			62.345,20
Seguros/licenciamento			18.641,05
Mão de obra terceirizada (motoristas)			1.193.459,22
TOTAL			1.325.539,15

Fonte: SUSED

5.7.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Em 2016, por meio da Portaria n. CJF-POR-2016/00261, de 26 de julho de 2016, da Diretoria-Geral do CJF, foi instituída a Comissão Especial de Avaliação, Incorporação e Baixa, com base nos dispositivos da Lei n. 8.666/1993, no Decreto n. 99.658/1990, e de acordo com a Instrução Normativa n. 06-01/95 - CJF, de 22 de maio de 1995.

A comissão avaliou e classificou os bens que poderão ser doados ou cedidos e, após, apresentou o relatório de avaliação com as justificativas para o desfazimento de bens considerados inservíveis, classificados como ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irre recuperáveis, a ser aprovado pela Diretoria-Geral.

Nos autos do Processo n. CJF-ADM-2016/00250, que trata especificamente da renovação da frota de veículos do CJF, consta que o relatório da Comissão apontou a existência de um veículo da frota do CJF considerado antieconômico, tendo em vista apresentar manutenção onerosa: um veículo do Grupo B, da marca General Motors, modelo Vectra Sedam 2.0, ano de fabricação 2004.

Seu valor foi apurado em R\$ 10.063,97 (dez mil, sessenta e três reais e noventa e sete centavos), enquanto o custo de sua manutenção foi estimado em R\$ 20.615,00 (vinte mil, seiscentos e quinze reais).

Ainda está pendente de elaboração o Edital de Desfazimento de Bens, que será publicado no site do CJF, no item transparência, e no SIAFI.

A cessão de bens móveis pelo CJF depende: (I) da avaliação prévia dos materiais a serem doados/cedidos por comissão técnica; (II) que a doação/cessão atenda aos fins e uso de interesse social; (III) que tal medida só se dê após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica com relação a outras formas de alienação; e (IV) que o destinatário do material ocioso ou recuperável seja, preferencialmente, órgão da Justiça Federal e, do material antieconômico ou irrecuperável, outros órgãos da Administração Pública, se houver interesse do órgão cessionário, ou, obrigatoriamente, alienado, no menor prazo possível.

Essa análise é feita para a doação/cessão de qualquer bem móvel, inclusive para veículos.

5.7.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

O controle e a gestão do patrimônio imobiliário do CJF são realizados pela Subsecretaria de Material, Patrimônio e Contratos – SUMAP da Secretaria de Administração por meio dos sistemas SPIUnet e SIAFI.

O quadro a seguir demonstra o quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade do CJF no final dos exercícios indicados, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil, no Distrito Federal, ressaltando-se que o CJF não possui bem locado no exterior.

Quadro 5.7.3.1- Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	Distrito Federal		
	Brasília	9	9
Subtotal Brasil		9	9
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		9	9

Fonte: SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

O Conselho da Justiça Federal ocupa, atualmente, nove imóveis de propriedade da União, conforme registro no SPIUnet – RIPs 9701.18893.500-4, 9701.18896.500-0, 9701.18899.500-7, 9701.21551.500-7, 9701.21763.500-0, 9701.21772.500-9, 9701.21793.500-3, 9701.22084.500-1, e 9701.32966.500-8, que são utilizados da seguinte forma:

- O RIP 9701.32966.500-8 refere-se à sede do Conselho da Justiça Federal localizada no Trecho 3, Lote 9, Polo 8 – Setor de Clubes Esportivos Sul – Brasília DF. O terreno foi cedido pela

Companhia Imobiliária de Brasília e a construção do prédio foi executada pela Construtora Paulo Octavio, seguindo o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer;

- Os RIPs 9701.18893.500-4, 9701.18896.500-0, 9701.18899.500-7, 9701.21763.500-0, 9701.21772.500-9, 9701.21793.500-3 e 9701.22084.500-1 referem-se ao edifício da Gráfica do Conselho da Justiça Federal, localizados no SAAN, Quadra 1, Lotes de 10 a 70 – Brasília – DF; e

- O RIP 9701.21551.500-7 refere-se ao Edifício Cidade de Cabo Frio – antiga sede do Conselho da Justiça Federal – localizado na SEP, Quadra 510, Lote 8, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF. O referido imóvel foi desapropriado por meio do Decreto n. 99.470, de 23 de agosto de 1990, para uso do Conselho da Justiça Federal. Atualmente, está sendo utilizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, conforme Resolução CJF n. 459, de 5 de agosto de 2005.

O quadro seguinte contempla os atributos e as características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, bem como as despesas com manutenção incorridas em 2016.

Quadro 5.7.3.2 - Imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UPC, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico (*)	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com reformas	Com manutenção
090026	9701.18893.500-4	4	3		27/06/2016	393.992,76		
090026	9701.18899.500-7	4	3		28/06/2016	393.992,76		
090026	9701.21551.500-7	4	3		28/06/2016	17.762.419,46		
090026	9701.21763.500-0	4	3		28/06/2016	393.992,76		
090026	9701.21772.500-9	4	3		28/06/2016	393.992,76		
090026	9701.21793.500-3	4	3		28/06/2016	393.992,76		
090026	9701.22084.500-1	4	3		28/06/2016	504.429,04		
090026	9701.18896.500-0	4	3		27/06/2016	393.992,76		
090026	9701.32966.500-8	4	3		28/06/2016	61.586.913,65		
Total							0,00	

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União e SIAFI Operacional

(*) Não constam, no SPIUnet, dados referentes ao valor histórico dos imóveis sob a responsabilidade do CJF.

5.7.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Os próximos quadros demonstram a cessão de espaço físico da unidade para o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal (ASSTJ), ressaltando-se que todas as taxas associadas aos Termos de Cessão são recebidas por meio de GRU para crédito ao Tesouro Nacional.



Quadro 5.7.4.1 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC – BB

Caracterização do imóvel objeto de cessão	RIP	9701.32966.500-8
	Endereço	Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 03, Lote 09, Polo 08 - Brasília DF.
Identificação do cessionário	CNPJ	00.000.000/4029-07
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou ramo de atuação	Serviços bancários
Caracterização da cessão	Forma de seleção do cessionário	Termo de cessão de uso de imóvel
	Finalidade do uso do espaço cedido	Instalação de um posto de serviço do cessionário para atendimento bancário
	Prazo da cessão	Prazo indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Uma sala, sem número, medindo 52.52 m²
	Valores e benefícios recebidos pela UJ cedente	Pagamento anual: água, energia e ocupação – R\$ 43.212,32
	Tratamento contábil dos valores ou benefícios	Recursos recolhidos ao Tesouro Nacional
	Forma de utilização dos recursos recebidos	Recursos recolhidos ao Tesouro Nacional
	Forma de rateio dos gastos relacionados ao imóvel	Água – proporcional ao número de usuários. Energia – proporcional à quantidade de equipamentos. Taxa de ocupação – valor proporcional à área ocupada.

Quadro 5.7.4.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – CEF

Caracterização do imóvel objeto de cessão	RIP	9701.32966.500-8
	Endereço	Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 03, Lote 09, Polo 08 - Brasília DF.
Identificação do cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou ramo de atuação	Serviços bancários
Caracterização da cessão	Forma de seleção do cessionário	Termo de cessão de uso de imóvel
	Finalidade do uso do espaço cedido	Instalação de um posto de serviço da cessionária para atendimento bancário
	Prazo da cessão	Prazo indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Uma sala, sem número, medindo 50,69 m².
	Valores e benefícios recebidos pela UJ cedente	Pagamento anual: Água/Energia e Ocupação – R\$ 42.125,01
	Tratamento contábil dos valores ou benefícios	Recursos recolhidos ao Tesouro Nacional
	Forma de utilização dos recursos recebidos	Recursos recolhidos ao Tesouro Nacional
	Forma de rateio dos gastos relacionados ao imóvel	Água – proporcional ao número de usuários. Energia – proporcional à quantidade de equipamentos. Taxa de ocupação – valor proporcional à área ocupada.

Quadro 5.7.4.3 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – ASSTJ

Caracterização do imóvel objeto de cessão	RIP	9701.32966.500-8
	Endereço	Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 03, Lote 09, Polo 08 - Brasília DF.
Identificação do cessionário	CNPJ	26.989.335/0001-78
	Nome ou Razão Social	Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal – ASSTJ
	Atividade ou ramo de atuação	Serviços aos associados
Caracterização da cessão	Forma de seleção do cessionário	Termo de cessão de uso de imóvel
	Finalidade do uso do espaço cedido	Instalação de um posto de serviços da cessionária para atendimento aos associados.
	Prazo da cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Uma sala, sem número, medido 24,40 m ²
	Valores e benefícios recebidos pela UJ cedente	Pagamento anual: água, energia e ocupação – R\$ 2.304,36
	Tratamento contábil dos valores ou benefícios	Recursos recolhidos ao Tesouro Nacional
	Forma de utilização dos recursos recebidos	Recursos recolhidos ao Tesouro Nacional
	Forma de rateio dos gastos relacionados ao imóvel	Água – proporcional ao número de usuários. Energia – proporcional à quantidade de equipamentos. Taxa de ocupação – valor proporcional à área ocupada.

5.7. 5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O CJF não possui imóveis locados de terceiros.

5.8 Gestão da tecnologia da informação**5.8.1 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF, para o período 2015/2020, foi elaborado no ano em 2014 tendo como base o macrodesafio do Poder Judiciário “Melhoria da infraestrutura e governança de TIC” e alinhado às estratégias do Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF.

Foram definidos três objetivos estratégicos, seis metas e seis indicadores relacionados ao PETI, conforme o quadro abaixo:



Quadro 5.8.1.1 – Indicadores relacionados ao PETI

Objetivo	Indicador	Meta
Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões equipamentos, atendimento, disponibilidade, serviços e sistemas.	Atingir, até 2019, 70% de satisfação dos clientes internos.
	Taxa de satisfação dos clientes externos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões atendimento e sistemas.	Atingir, até 2020, 70% de satisfação dos clientes externos.
Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal	Índice de governança de TI-IGovTI nas dimensões liderança, estratégia e planos, informações, pessoas e processos.	Atingir, em 2016, o índice mínimo de 0,5, em 2018, o índice mínimo de 0,55 e, em 2020, o índice mínimo de 0,6.
Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal	Quantidade de sistemas de informação instituídos formalmente pelo CJF e implantados pelos órgãos da Justiça Federal.	Atingir seis sistemas, em 2016, sete, em 2018, e oito, em 2020.
	Quantidade de aquisições conjuntas de soluções de TI com a participação dos órgãos da Justiça Federal.	Realizar uma aquisição conjunta em 2015, duas, em 2016, três, em 2017, quatro, em 2018, cinco em 2019 e seis, em 2020.
	Índice de alcance do nivelamento nos portes de tecnologia, capacitação e automação.	Assegurar que, até 2020, todos os órgãos estejam até o nível A dos portes de tecnologia, capacitação e automação.

O Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF resumem as prioridades da Justiça Federal para o período 2015 – 2020 e foram elaborados em consonância com a Resolução n. 198, de 1º de julho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

A Portaria n. CJF-POR-2014/00561, de 18 de dezembro de 2014, dispõe sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI do CJF para os exercícios 2015 a 2017. O PDTI 2015 – 2017 está em consonância com as orientações do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de ser um instrumento alinhado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PEJF e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF, com vistas a estabelecer um vínculo entre as metas estratégicas e as ações táticas de TI necessárias ao alcance dos objetivos e das metas propostas.

O PDTI tem o objetivo de sistematizar o planejamento da gestão de TI para o triênio 2015 – 2017, ao contemplar as necessidades do CJF e o planejamento das iniciativas e subsidiar o processo anual de elaboração da proposta orçamentária. Pode ser utilizado como instrumento de gestão e acompanhamento de execução das ações.

O Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, de que trata o art. 7º da Resolução CNJ n. 182, de 17 de outubro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para

as contratações de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo, é elaborado em harmonia com o PDTI-CJF.

A elaboração do PDTI contou com ampla participação das unidades de negócio do CJF e foi coordenado pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria CJF n. CJF-POR-2014/00377, de 16 de setembro de 2014.

O processo de elaboração do PDTI 2015-2017 proporcionou oportunidades para questionamentos e reflexões, tanto sobre a situação atual como sobre as possibilidades para a construção de um cenário congruente com a visão de futuro do CJF.

Referidos instrumentos de planejamento estratégico encontram-se disponíveis para consulta pública no *site* do CJF em dois locais, o primeiro que trata da estratégia institucional em <http://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/estrategia-e-governanca>. Os planos de TI (PETI e PDTI) estão dispostos, também em ambiente público, no *site* do CJF em http://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/tecnologia-da-informacao/governanca_ti/governanca_ti-capas.

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI foi aprovado pelo Colegiado do CJF e disponibilizado por meio da Resolução n. CJF-RES-2014/00313, de 22 de outubro de 2014, a qual, nos termos do art. 4º, inciso I, alínea “a”, dispõe que compete ao Comitê Gestor da Estratégia da Justiça Federal – COGEST, submeter ao Plenário do CJF as propostas de alterações nos objetivos, indicadores, metas e iniciativas do PETI.

Já o Comitê Gestor Institucional (CGI) do CJF, nos termos do art. 7º da Resolução n. CJF-RES-2014/00313, é integrado pelo Secretário-Geral, o Diretor-Geral, um magistrado representante da Corregedoria-Geral da Justiça Federal e os titulares das unidades do CJF (secretários e assessores-chefe). Em conformidade com o § 1º, alínea “a”, do mencionado artigo, tem a atribuição de encaminhar ao COGEST proposta de atualização do PETI e, de acordo com a alínea “f” desse mesmo parágrafo, priorizar demandas e supervisionar a execução do PDTI do CJF.

Em 2016 foram realizadas dez reuniões do CGI, nas quais, dentre outros assuntos, deliberou-se acerca dos seguintes temas afetos ao PETI e ao PDTI:

- Aprovação do plano de contratações de TI e priorização do desenvolvimento de sistemas do CJF;
- Aprovação de alterações no PDTI;
- Aprovação de alterações no plano de contratações de TI.

Cabe ressaltar que, em cumprimento ao disposto na Resolução CNJ n. 211, de 15 de dezembro de 2015, o CJF publicou a Portaria n. CJF-POR-2016/00223, de 23 de junho de 2016, que dispõe sobre a instituição do Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação – CGTI no âmbito do CJF. Esse Comitê está subordinado ao CGI, para formular e conduzir diretrizes de gestão, bem como analisar periodicamente a efetividade dessas diretrizes para a melhoria contínua da estratégia de Tecnologia da Informação. As reuniões do CGTI são ordinárias e realizadas semanalmente.

Quanto às iniciativas descritas no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI, destacaram-se, no período, as iniciativas relacionadas ao objetivo “Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal”, quais sejam:

- os planejamentos das implantações de sistema judicial PJe;

- o acompanhamento do nivelamento de infraestrutura de TI, conforme estabelecido pela Resolução n. CJF-RES-2015/00355, de 12 de agosto de 2015;

- as contratações relacionadas à instituição de solução unificada de comunicação de dados – Infovia do Conselho Nacional de Justiça para o CJF e para os tribunais regionais federais;

- a participação na comunidade TI Controle para discussão das boas práticas de governança e gestão de TI na Administração Pública.

As iniciativas previstas no PDTI do CJF, são as seguintes:

I1 - Prover melhorias no portal da intranet e da internet;

I2 - Prover solução para transmissão de áudio e vídeo que permita a gravação e a transmissão ao vivo de sessões e eventos sob demanda;

I3 - Prover melhorias na solução de revista eletrônica de forma interativa para o público externo/interno no portal e em dispositivos móveis;

I4 - Prover serviço de manutenção de *softwares*;

I5 - Prover solução de *software* para atendimento de demandas específicas das unidades gestoras;

I6 - Atualizar licenças de *software* de estações de trabalho;

I7 - Prover solução de gerenciamento de infraestrutura de TI e a alta disponibilidade dos serviços;

I8 - Modernizar e renovar o parque de microinformática;

I9 - Implantar o Modelo Nacional de Interoperabilidade;

I10 - Prover solução de videoconferência;

I11 - Adquirir licenças de *software* para estações de trabalho e servidores de rede;

I12 - Prover os órgãos da Justiça Federal de serviços de infraestrutura de comunicação de dados;

I13 - Contratar serviços especializados de TI para sustentação do ambiente tecnológico;

I14 - Modernizar e nivelar a infraestrutura de TI;

I15 - Aumentar a capacidade de manutenção e desenvolvimento de *software* para o CJF e para a Justiça Federal. Atingir até o final de 2017 a capacidade de produção de 1.800 pontos de função/ano de *software* para o CJF e para a JF.

Quadro 5.8.1.2 - PLANO DE CONTRATAÇÕES – 2016

ITEM	DESCRIÇÃO	ID - INICIATIVA PDTI	VALOR ANUAL / 20 MESES	STATUS
1	Solução para gerenciamento de contas privilegiadas (cofre de senhas)	I7 - Prover solução de gerenciamento de infraestrutura de TI		suspensão devido à restrição orçamentária
2	Serviço de Comunicação de Dados da Justiça Federal (INFOVIA)	I12 - Contratar e implantar serviço de infraestrutura de comunicação de dados		CANCELADO
3	Subscrições Microsoft para estações de trabalho e servidores de rede	I11 - Adquirir licenças de <i>software</i>	R\$ 539.000,00	CONTRATADO - ANUAL

ITEM	DESCRIÇÃO	ID - INICIATIVA PDTI	VALOR ANUAL / 20 MESES	STATUS
4	Serviço de Sustentação de Segurança	113 - Contratar serviços especializados de TI para sustentação do ambiente tecnológico	R\$ 201.723,60	CONTRATADO - 20 MESES
5	Suporte Serviço especializado de TI - infraestrutura	113 - Contratar serviços especializados de TI para sustentação do ambiente tecnológico	R\$ 6.178.896,00	CONTRATADO - 20 MESES
6	Ferramenta de Modelagem de dados	15 - Prover solução de <i>software</i>		CANCELADO
7	Suporte Serviço especializado de TI - atendimento usuário	113 - Contratar serviços especializados de TI para sustentação do ambiente tecnológico	R\$ 1.714.999,40	CONTRATADO - 20 MESES
8	Aquisição de solução para extração e tratamento de dados (SGBD) e geração de relatórios gerenciais e estatísticos	15 - Prover solução de <i>software</i>		PREVISÃO PARA 2017
9	Solução antivírus	111 - Adquirir licenças de <i>software</i>	R\$ 1.479.734,00	CONTRATADO
10	Serviço de gerenciamento de performance de aplicações e identificação de causa raiz	17 - Prover solução de gerenciamento de infraestrutura de TI		PREVISÃO PARA 2017
11	Gerenciamento da Estratégia da JF e tratamento das metas do PEJF	15 - Prover solução de <i>software</i>		CANCELADO
12	Expansão e Suporte da Central Telefônica	113 - Contratar serviços especializados de TI para sustentação do ambiente tecnológico	R\$ 652.000,00	CONTRATADO
13	Solução de transmissão ao vivo de eventos	12 - Prover solução de transmissão de áudio e vídeo		PREVISÃO PARA 2017
14	Atualizar as licenças dos <i>softwares Volare, Autodesk, Promob, Cypcad, Prohidraulica</i>	16 - Atualizar licenças de <i>software</i> de estações de trabalho		CANCELADO
15	Solução de impressão de recibos	18 - Modernizar e renovar o parque de microinformática		CANCELADO
16	Solução de auditoria automatizada	15 - Prover solução de <i>software</i>	R\$ 150.000,00	PREVISÃO PARA 2017
17	Solução de impressão	18 - Modernizar e renovar o parque de microinformática		PREVISÃO PARA 2017

ITEM	DESCRIÇÃO	ID - INICIATIVA PDTI	VALOR ANUAL / 20 MESES	STATUS
18	Serviço de manutenção da sala-cofre	113 - Contratar serviços especializados de TI para sustentação do ambiente tecnológico	R\$ 673.957,00	CONTRATADO - 20 MESES
19	Aquisição de certificados digitais e <i>tokens</i>	114 - Modernizar e nivelar a infraestrutura de TI	R\$ 41.500,00	CONTRATADO
20	Solução de proteção de dados (<i>backup</i>)	114 - Modernizar e nivelar a infraestrutura de TI	-	PREVISÃO PARA 2017
21	Serviço de comunicação de dados acesso à internet	112 - Contratar e implantar serviço de infraestrutura de comunicação de dados	R\$ 137.100,00	CONTRATADO
22	Serviço de comunicação de dados <i>Lan-to-Lan</i>	112 - Contratar e implantar serviço de infraestrutura de comunicação de dados	R\$ 51.000,00	CONTRATADO
23	Contratação de serviço de suporte e subscrição em servidores de aplicação	113 - Contratar serviços especializados de TI para sustentação do ambiente tecnológico	R\$ 151.000,00	CONTRATADO
24	Aquisição de ferramenta de gerência única para licenciamento <i>Linux</i>	17 - Prover solução de gerenciamento de infraestrutura de TI	R\$ 251.000,00	CONTRATADO
25	Aquisição/contratação de solução de videoconferência do CJF	110 - Prover solução de videoconferência	R\$ 600.000,00	CONTRATADO
26	Suporte e atualização de solução de rede <i>LAN</i> e <i>Wireless</i>	113 - Contratar serviços especializados de TI para sustentação do ambiente tecnológico	R\$ 220.452,96	CONTRATADO-ANUAL
27	Aquisição de ferramenta de auditoria e governança de dados (gerência de AD, servidor de arquivo, servidor de <i>e-mail</i>)	17 - Prover solução de gerenciamento de infraestrutura de TI	R\$ 550.000,00	CONTRATADO
28	Aprimorar o sistema ASI (gerenciar contratos, compras)	15 - Prover solução de <i>software</i>	R\$ 435.000,00	CONTRATADO
29	Centro de Operações de Rede (NOC da rede Infovia)	17 - Prover solução de gerenciamento de infraestrutura de TI		CANCELADO
TOTAL			R\$ 14.027.362,96	

5.8.2 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação existentes no âmbito do CJF, cujo desenvolvimento e manutenção são da responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação estão a seguir relacionados:

1. Sistema: AJG – Assistência Judiciária Gratuita

Objetivos: controlar o pagamento de honorários de advogados dativos, peritos, tradutores e intérpretes, em casos de assistência judiciária gratuita e disciplinar os procedimentos relativos ao cadastramento de advogados voluntários no âmbito da Justiça Federal de primeiro grau e dos juizados especiais federais.

Principais funcionalidades: cadastrar advogados voluntários, peritos, tradutores e intérpretes e controlar o pagamento de honorários.

Gestor da área de negócio: Hercílio Luiz Tavares (Secretaria de Planejamento e Orçamento - SPO).

Gestor da área técnica: Seção Judiciária de Santa Catarina.

Criticidade: alta.

2. Sistema: Biblioteca

Objetivo: consultar o *thesaurus* da biblioteca do Conselho da Justiça Federal.

Principais funcionalidades: cadastrar vocabulário controlado de termos jurídicos e disponibilizar consultas a esses termos.

Gestor da área de negócio: Maria Aparecida de Assis Marks (Centro de Estudos Judiciários – CEJ).

Gestor da área técnica: Subsecretaria de Engenharia de *Software* – SUSOF.

Criticidade: média.

3. Sistema: CADI-JUS – Cadastro de Imóveis da Justiça Federal

Objetivos: cadastrar, controlar e realizar a manutenção de imóveis da Justiça Federal.

Principais funcionalidades: cadastrar imóveis, controlar a manutenção dos imóveis e acompanhar as obras.

Gestor da área de negócio: Mônica Regina Ferreira Antunes (Secretaria de Arquitetura e Engenharia – SAE).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

4. Sistema: CAJU – Central de Atendimento ao Juiz Federal

Objetivo: disponibilizar serviços e informações de apoio aos juízes federais.

Principais funcionalidades: solicitar pesquisas, disponibilizar artigos jurídicos e realizar pesquisas de material de interesse jurídico.

Gestor da área de negócio: Paula Monteiro Russo (CEJ).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: alta.

5. Sistema: DSPACE – Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal

Objetivos: permitir o acesso, a preservação e o gerenciamento de documentos digitais e controlar níveis de acesso às coleções.

Principais funcionalidades: cadastro e consulta de periódicos, legislação e publicações.

Gestor da área de negócio: Maria Aparecida de Assis Marks (CEJ).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

6. Sistema: e-CJF – Sessão Eletrônica do CJF

Objetivo: dar apoio à sessão eletrônica do CJF.

Principais funcionalidades: manter o cadastro das sessões, bem como dos processos que serão nelas apreciados e fazer o controle dos votos dos membros do Conselho da Justiça Federal.

Gestor da área de negócio: Edna Lúcia da Silva Moura (Secretaria-Geral – SG).

Gestor da área técnica: SUSOF.
Criticidade: média.

7. Sistema: *Hot-site* da Corregedoria

Objetivo: manter portal com questionário da Corregedoria-Geral da Justiça Federal para apoio às inspeções.

Principais funcionalidades: arquivamento de dados da inspeção, manutenção de ficha de inspeção, manutenção de questionário, controle das respostas ao questionário e da ficha de inspeção e emissão de relatório final da inspeção.

Gestor da área de negócio: Secretaria da Corregedoria-Geral – SCG.

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: alta.

8. Sistema: JURIS – Jurisprudência Unificada

Objetivos: disponibilizar consulta unificada à jurisprudência dos tribunais regionais federais, do Superior Tribunal de Justiça e dos juizados especiais federais.

Principal funcionalidade: consulta de acórdãos, ementas, súmulas, arguições e decisões.

Gestor da área de negócio: Marcus Aurelius Soares de Araujo (Turma Nacional de Uniformização – TNU).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: alta

9. Sistema: Pje – Processo Judicial Eletrônico

Objetivo: controlar os processos que tramitam na Turma Nacional de Uniformização.

Principais funcionalidades: controle e acompanhamento da tramitação processual.

Gestor da área de negócio: Vivian Brandão Silva (TNU).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: alta.

10. Sistema: PORTAL – Portal do CJF

Objetivo: manter o Portal do CJF

Principal funcionalidade: publicação de conteúdos de interesse geral e público.

Gestor da área de negócio: Cintia da Silveira Lima (Secretaria-Geral - SG/Assessoria de Comunicação – ASCOM).

Gestor da área técnica: Subsecretaria de Infraestrutura e Suporte Técnico – SUTEC.

Criticidade: média.

11. Sistema: SCE – Sistema de Controle de Eventos

Objetivo: dar suporte à produção de cursos e eventos promovidos pelo CEJ.

Principais funcionalidades: manter listagem de pessoas e seus diversos papéis, manter relação de eventos/cursos, efetuar matrículas, manter aula/programação de eventos, efetuar sorteio de magistrados inscritos nos eventos e manter histórico de eventos/cursos realizados.

Gestor da área de negócio: Deyst Deyster Ferreira de Carvalho Caldas (CEJ).

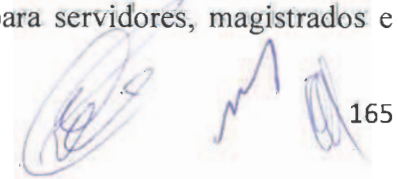
Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

12. Sistema: SCV – Sistema de Controle de Viagens

Objetivo: gerir a concessão de diárias e passagens

Principais funcionalidades: controle do pagamento de diárias para servidores e magistrados, emissão e controle do pagamento de bilhetes aéreos para servidores, magistrados e colaboradores.



Gestor da área de negócio: Secretaria de Administração – SAD.

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

13. Sistema: SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

Objetivo: possibilitar a edição e a publicação de periódico científico em formato eletrônico.

Principais funcionalidades: editoração e publicação de revistas e periódicos.

Gestor da área de negócio: Milra de Lucena Machado Amorim (CEJ).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

14. Sistema: SIGA-DOC – Sistema Integrado de Gestão Administrativa

Objetivo: permitir a gestão de documentos eletrônicos no âmbito do CJF.

Principais funcionalidades: elaboração de documentos eletrônicos assinados digitalmente, tramitação e consulta de documentos.

Gestor da área de negócio: Magaly Teixeira de Farias (SAD).

Gestor da área técnica: SUTEC.

Criticidade: alta.

15. Sistema: SINAR – Sistema Nacional de Remoção

Objetivos: cadastrar, avaliar e propiciar a remoção de servidores da Justiça Federal.

Principais funcionalidades: manter concurso de remoção, cadastrar servidores da Justiça Federal interessados em participar do concurso, realizar o sorteio para remoção e realizar remoção sem permuta.

Gestor da área de negócio: Érico Alessandro Fagundes (Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

16. Sistema: SISUR – Sistema Unificado de Rubricas de Pagamento de Pessoal

Objetivo: permitir a padronização das rubricas de pagamento de pessoal.

Principais funcionalidades: consulta e divulgação da tabela de rubricas, bem como controle de propostas de evolução da tabela.

Gestor da área de negócio: Tércio Dias Soares (SGP).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

17. Sistema: VIRTUS – Sistema de Controle de Processos da Turma Nacional de Uniformização

Objetivo: controlar processos da Turma Nacional de Uniformização.

Principais funcionalidades: controle da distribuição e acompanhamento da tramitação processual e controle da sessão de julgamento de processos.

Gestor da área de negócio: Viviane da Costa Leite (TNU).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: alta.

18. Sistema: SAECEP – Sistema de Alvará Eletrônico de Soltura e Controle da Execução Penal

Objetivos: controlar e emitir alvarás de soltura no âmbito da Justiça Federal.

Principais funcionalidades: elaboração e expedição de alvarás de soltura eletrônicos; registro de informações para cumprimento dos alvarás; controle do cumprimento de alvarás de soltura e controle da execução penal.

Gestor da área de negócio: Secretaria da Corregedoria-Geral – SCG.

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

19. Sistema: SAV – Sistema de Agendamento de Videoconferência

Objetivos: controlar o agendamento das salas de videoconferências para a realização de audiências e os recursos de videoconferência.

Principais funcionalidades: cadastro das salas de audiência, agendamento de videoconferências e assistente para agendamento de videoconferências.

Gestor da área de negócio: Secretaria da Corregedoria-Geral – SCG.

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

20. Sistema: *WEBSERVICE* CPF/CNPJ – Sistema de Consulta à base CPF/CNPJ da Receita Federal

Objetivo: acessar de forma *on-line* a base de dados da Receita Federal.

Principal funcionalidade: consulta à base de dados de CPF e CNPJ.

Gestor da área de negócio: André Ricardo Lapetina Chiaratto (Secretaria de Tecnologia da Informação – STI).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: alta.

21. Sistema: ENUNCIADOS – Sistema de Pesquisa de Enunciados do CEJ

Objetivos: controlar e consultar enunciados gerados nas Jornadas de Direito Civil promovidas pelo CEJ.

Principais funcionalidades: manter e publicar os enunciados das Jornadas de Direito Civil patrocinadas e realizados pelo CEJ/CJF e fazer consulta aos enunciados.

Gestor da área de negócio: Paula Monteiro Russo (CEJ).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

22. Sistema: ROL DE CULPADOS

Objetivo: permitir consulta centralizada ao cadastro de rol de culpados para toda a Justiça Federal.

Principais funcionalidades: manter cadastro de usuários do sistema, manter o cadastro qualificativo dos apenados de processos criminais da Justiça Federal, prover consulta aos servidores da Justiça Federal aos apenados criminais.

Gestor da área de negócio: Secretaria da Corregedoria-Geral – SCG.

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

23. Sistema: PERGAMUM – Sistema Integrado de Bibliotecas

Objetivos: consultar e controlar o empréstimo de livros pertencentes ao acervo das bibliotecas do CJF e da Justiça Federal.

Principais funcionalidades: catalogar documentos, manter/compartilhar os metadados no padrão *mark*, cadastrar servidores, efetuar empréstimos de documentos, proporcionar a consulta ao acervo de documentos e efetuar empréstimos entre as bibliotecas que integram a rede de bibliotecas da Justiça Federal.

Gestor da área de negócio: Maria Aparecida de Assis Marks (CEJ).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: média.

24. Sistema: SGRH – Sistema de Gestão de Recursos Humanos

Objetivos: gerenciar e armazenar informações pessoais, funcionais e financeiras de servidores do CJF e elaborar folhas de pagamento.

Principais funcionalidades: módulos Anuênios, Aposentadoria, Auxílios, Averbção, Benefícios, Capacitação, Cessão, Comissionamento, Controle Externo, Dependentes, Quintos, Espaço do Servidor, Exercício Provisório, Folha de Pagamento, Frequência Nacional, Férias, *Geonline*; Gestão, Licenças Médicas, Lotação, Ministros, Previdência, Relatórios, Progressão, Remoção, Quadro de Vagas e Requisição.

Gestor da área de negócio: Sheila Campello Farias Gibaile (SGP).

Gestor da área técnica: SUSOF.

Criticidade: alta.

A manutenção dos sistemas (corretiva, evolutiva ou adaptativa) é realizada por empresa terceirizada. O valor gasto em 2016 com a manutenção dos referidos sistemas foi de aproximadamente R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

Cabe ressaltar que o risco relacionado à sustentação dos sistemas (manutenções e infraestrutura) é alto, considerando a pequena equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação do CJF. Apesar dos contratos existentes de prestação de serviço (manutenção de sistemas e infraestrutura), que visam mitigar esses riscos, as atividades de gestão de demandas, levantamento de requisitos e o acompanhamento das entregas e resultados, que são realizados por servidores do quadro, ficam prejudicados devido ao reduzido quadro de servidores da área de TI.

5.8.3 Plano de capacitação do pessoal de TI

O plano de capacitação de pessoal de TI, elaborado e aprovado pela Secretaria de Tecnologia da Informação – STI e pelo Centro de Estudos Judiciários, não foi executado em virtude de restrição orçamentária.

5.8.4 Descrição do quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

A STI possui atualmente uma força de trabalho de 20 servidores, sendo um técnico judiciário da área administrativa, 11 técnicos judiciários da área de Tecnologia da Informação (TI), três analistas judiciários da área de TI e três servidores da área de TI requisitados de outros órgãos da Administração Pública, sendo dois do Superior Tribunal de Justiça e um do Ministério Público do Trabalho.

Os contratos de terceirização não especificam quantitativo de mão de obra, pois são todos baseados em níveis de serviço ou ponto de função.

Adicionalmente, a STI conta com uma força de trabalho de aproximadamente 27 prestadores de serviço, quantitativo este flexível, que oscila conforme critérios das contratadas para atender aos níveis de serviço estabelecidos pelo CJF.

5.8.5 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado

Em 2012 foram implantados na Secretaria de Tecnologia da Informação alguns processos de gerenciamento de serviços de TI, conforme previsto no contrato CJF n. 39/2011, firmado com a empresa CPD – Consultoria e Planejamento. Desde então, esses processos vêm sendo adotados na execução dos serviços de TI, tanto pelos prestadores de serviço quanto pelos servidores da unidade. Tais processos são *frameworks* de gestão de TI, que contribuem para o aperfeiçoamento da governança de TI, asseguram a efetividade dos serviços. Os processos de trabalho vêm sendo otimizados ano a ano, com vistas a melhorias.

Outra iniciativa estabelecida pela STI foi a institucionalização de dois processos de gerenciamento de serviços de TI por ano, para atender ao indicador “Índice de Governança em Tecnologia da Informação” – iGov-TI e, conseqüentemente, atender à meta do objetivo estratégico “Aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação do CJF”, estabelecida na Estratégia do CJF para o período de 2015 a 2020.

Em 2015 foram priorizados os processos de gerenciamento de incidentes/requisição e o de mudança. Esses processos foram revisados, atualizados e institucionalizados no exercício de 2016, por intermédio das Portarias da Secretaria-Geral n. CJF-POR-2016/00242 e n. CJF-POR-2016/00243, ambas de 7 de julho de 2016. Nesse mesmo ano, a meta era institucionalizar os processos de liberação e configuração, no entanto, essa providência foi adiada para o exercício de 2017.

5.8.6 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e com o Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão

As iniciativas/projetos de TI desenvolvidos no período, alinhados à Estratégia do CJF para o período 2015/2020 estão mencionadas no item 3.1.1 deste relatório.

5.8.7 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução n. CJF-RES-2013/00279, de 27 de dezembro de 2013, dispôs sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - MCTI-JF no âmbito do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus a qual, dentre outros fatores, considerou a fiscalização e a consolidada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que tem as despesas com tecnologia da informação como uma das áreas prioritárias de atuação do controle externo. O MCTI-JF é o conjunto técnico-normativo formado pela Instrução Normativa SLTI/MP n. 4, de 12 de novembro de 2010, e suas alterações posteriores, e pelo Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI da Justiça Federal.

Referido guia objetiva constituir-se em instrumento de trabalho voltado ao planejamento das contratações de soluções de Tecnologia da Informação, implementando novo modelo de contratação, elaborado de forma técnica, com artefatos, fases e atores bem definidos, e que visam ao alcance dos resultados esperados pelos gestores e pela sociedade.

Dentre os processos a serem desenvolvidos nas contratações de soluções de TI, destaca-se o Plano de Sustentação, no qual, dentre outras, é necessário definir atividades de transição e

encerramento do contrato, elaborar a estratégia de continuidade e a estratégia de independência do CJF em relação à empresa contratada.

Outra temática que tem pautado os gestores de TI do CJF com o objetivo de mitigar eventual dependência tecnológica é a necessidade de aprovação de novo quadro de pessoal de Tecnologia da Informação, com o aumento do número de servidores da área.

Com o objetivo de discutir essas proposições, foram autuados no Conselho os Processos Administrativos n. CF-PPN-2012/00119 e n. CJF-PPN-2017/00004. O primeiro, refere-se à criação de cargos efetivos de analista e técnico judiciário, ambos na área de apoio especializado/informática. A proposta do anteprojeto de lei foi aprovada pelo Plenário do CJF, em 19/11/2012, e remetida pelo Superior Tribunal de Justiça ao Conselho Nacional de Justiça em 4/4/2013, onde recebeu o n. PAM 0001776-11-2013.2.00.0000 e aguarda julgamento.

O anteprojeto de lei visa a criação dos seguintes cargos:

Quadro 5.8.7.1 – Criação de cargos na área de apoio especializado/informática

Cargo	Quantitativo
Analista Judiciário – área: apoio especializado/informática	918
Técnico Judiciário – área: apoio especializado/informática	228
TOTAL	1.146

Quadro 5.8.7.2- Distribuição dos cargos por Região

DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS POR REGIÃO	
1ª REGIÃO	493
2ª REGIÃO	117
3ª REGIÃO	161
4ª REGIÃO	79
5ª REGIÃO	189

O segundo processo tem a finalidade de averiguar a possibilidade de transformar cargos efetivos vagos do quadro de pessoal do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus em cargos de tecnologia da informação, para atuarem na implantação ou expansão do sistema PJe. Os estudos assinalam a necessidade de incremento de, no mínimo, 54 cargos de analista.

Por deliberação do Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal – COGEST, no dia 20 de março do corrente ano, os autos encontram-se sobrestados, tendo em vista as restrições trazidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017.

5.8.8 Processo Judicial Eletrônico (PJe)

No âmbito da Justiça Federal, a implantação do Projeto Processo Judicial Eletrônico – PJe, em conformidade com os termos do art. 2º da Resolução n. CF-RES-2012/00202, de 29 de agosto de 2012, está a cargo do Corregedor-Geral da Justiça Federal, que o faz por meio do Comitê Gestor do PJe-JF. O Comitê, em observância ao art. 3º da referida Resolução, é constituído, mediante a Portaria da Corregedoria-Geral n. CJF-PCG-2016/00018, de 11 de outubro de 2016, por magistrados indicados pelos presidentes dos tribunais regionais federais, e pela Secretaria Executiva, integrada pelo titular da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Estratégia e Governança, ambos do Conselho da Justiça Federal.

Em 2016, o Comitê realizou dez reuniões por videoconferência e uma presencialmente. Nas pautas dessas reuniões constaram, principalmente, temas relativos às questões orçamentárias, à

infraestrutura de TI, à capacitação das equipes de desenvolvimento e às estratégias de implantação e expansão do PJe, entre outros.

Destacaram-se, no exercício de 2016, as seguintes deliberações e atividades do Comitê:

1. Proposta de adequação do pagamento de instrutoria no âmbito do PJe;
2. Contribuições à consulta pública para adequações do PJe ao novo CPC;
3. Gestão da dotação orçamentária de 2016 e proposta para 2017;
4. Implantação do painel de acompanhamento da implantação do PJe no Observatório da Justiça Federal (<http://www.cjf.jus.br/observatorio/pje.php>);
5. Atualização da coordenação e composição do Comitê Gestor e formalização da figura do gerente do projeto (CJF-PCG-2016/00018);
6. Deliberação e tratativas para a realização dos treinamentos para a equipe de desenvolvimento do PJe na Justiça Federal, a serem realizadas pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 5ª Regiões, previstos para janeiro e fevereiro de 2017;
7. Análise da minuta de acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça;
8. Contribuições à minuta de resolução do Conselho Nacional de Justiça referente ao PJe, em substituição à Resolução n. 185/2013 e outros normativos relacionados.

A Secretaria Executiva e a gerência do projeto atuaram no apoio e na implementação das deliberações do Comitê Gestor, bem como da Comissão Técnica de Negócio e da Comissão Técnica de TI, constituídas, respectivamente, pelos secretários judiciários e secretários de TI dos tribunais regionais federais.

A Comissão Técnica de Negócio realizou 17 reuniões, sendo uma presencial na sede do CJF. Entre as atividades desenvolvidas, destacaram-se, em 2016:

1. A avaliação das funcionalidades existentes no PJe mantido pela 5ª Região, apresentadas como demandas de integração com a versão nacional 2.0, mantida pelo Conselho Nacional de Justiça;
2. A elaboração da proposta de tabela de tipos de documentos consolidada, da Justiça Federal, na qual foram analisados 665 tipos que resultaram, após a análise, em 337 tipos de documentos e petições. A tabela padronizada foi encaminhada ao Comitê Gestor das Tabelas Processuais da Justiça Federal.

A Comissão Técnica de TI realizou uma reunião por videoconferência para tratar da criação do polo de desenvolvimento do PJe e do treinamento previsto para 2017. Registre-se que outras discussões relativas ao PJe foram tratadas no âmbito do SIJUS – Comitê Gestor do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.

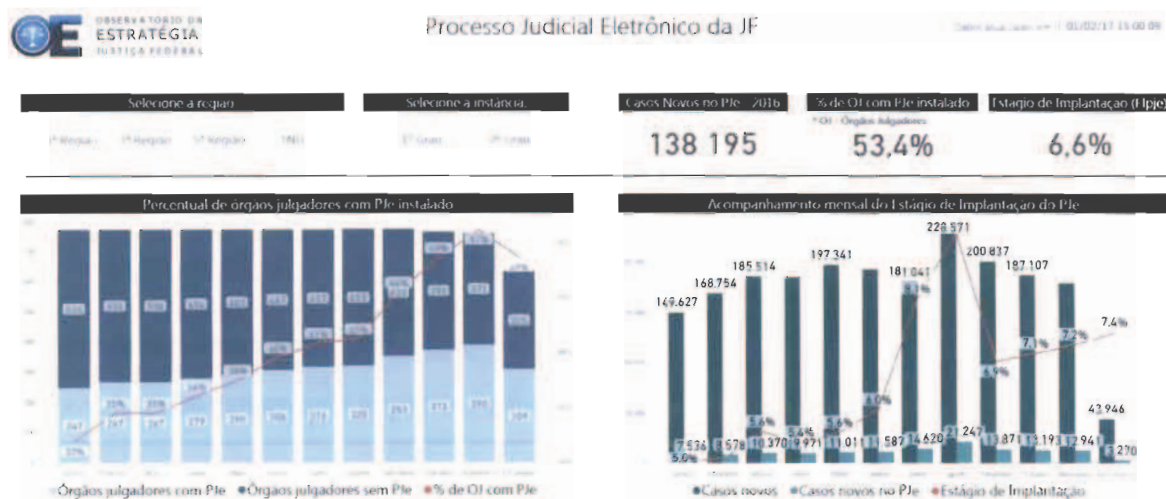
5.8.8.1 Implantação do PJe na Justiça Federal

No período de janeiro a novembro de 2016, o percentual de órgãos julgadores da Justiça Federal com o PJe implantado saltou de 32% (trinta e dois por cento) para, aproximadamente, 53% (cinquenta e três por cento), sendo que o percentual de casos novos distribuídos no PJe em relação ao total destes nas 1ª, 3ª e 5ª Regiões, no mesmo período, saltou de 5% para mais de 7%, resultando num aumento de processos dessa natureza, em 2016, de 138.000 processos.

Importante destacar que a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, unidade que funciona junto ao CJF vinculada ao Corregedor-Geral da Justiça Federal, que a preside, alcançou 100% de implantação do PJe em seus órgãos julgadores e obteve a integração

com as turmas recursais e as regionais da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões para o envio, via PJe-TNU e MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade), dos pedidos de uniformização e interpretação de lei federal. Prevê-se para 2017 a integração à 1ª Região.

Gráfico 5.8.8.1.1 – Processo Judicial Eletrônico da Justiça Federal

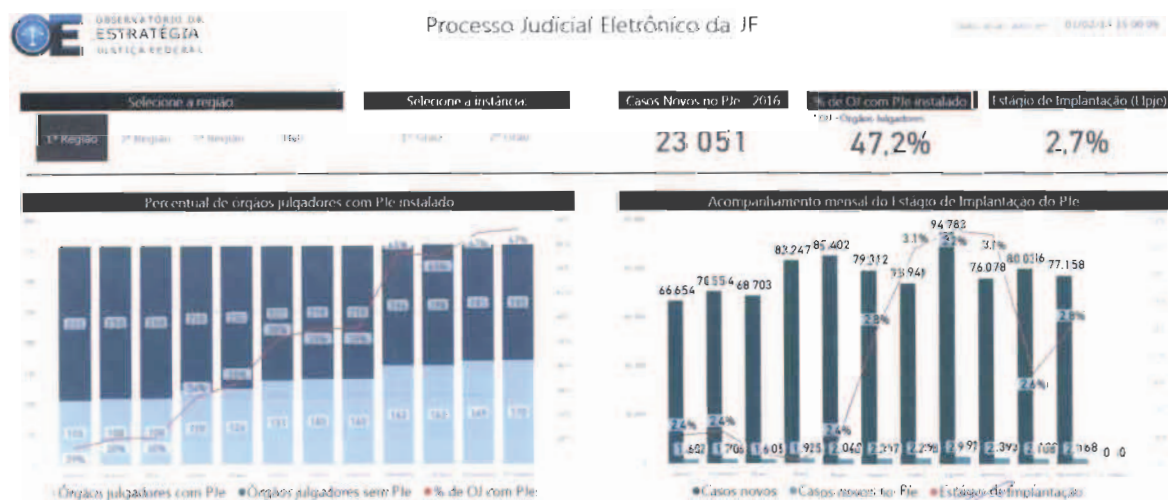


Implantação do PJe nas Regiões da Justiça Federal

1ª Região

A 1ª Região (Distrito Federal e os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins) implantou o PJe em todas as seções judiciárias a ela pertencentes no que se refere a mandados de segurança e ações monitórias. Na Seção Judiciária de Roraima, houve a implantação em todas as classes cíveis, com exceção de execuções e juizado especial federal. Com isso, foi alcançado 47% dos órgãos julgadores da 1ª Região.

Gráfico 5.8.8.1.2 – PJe na 1ª Região



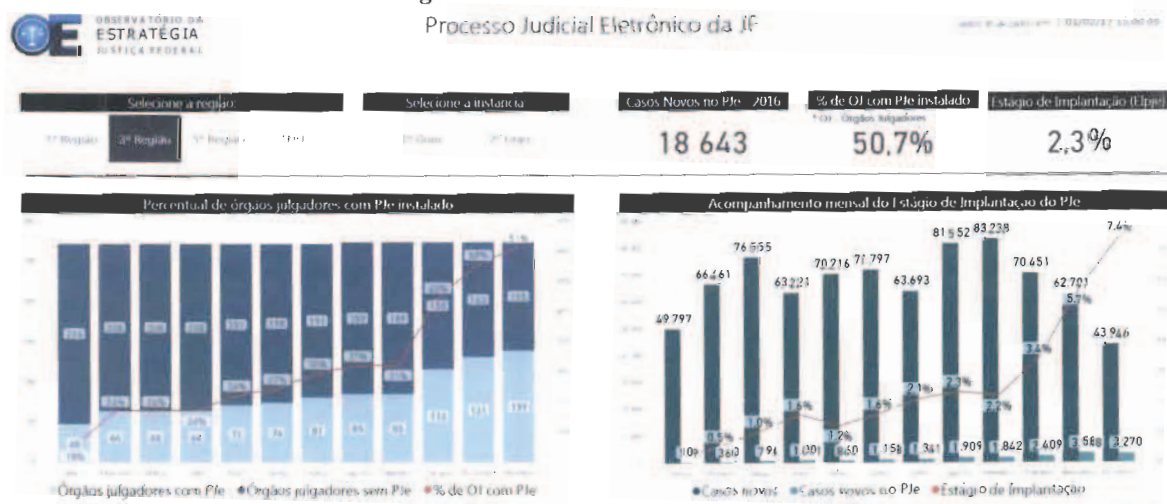
2ª Região

A 2ª Região (estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo) não implantou o PJe, tendo em vista que, em 2014, o TRF – 2ª Região solicitou ao então Corregedor-Geral da Justiça Federal o adiamento da adoção desse sistema.

3ª Região

A 3ª Região (estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul), até a edição da Resolução n. 51/2016, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, tinha a implantação realizada em caráter opcional. A partir desse normativo, a obrigatoriedade começou a ser adotada, iniciando pela Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo para todas as ações, exceto de execuções fiscais e criminais. Em 2016, a 3ª Região alcançou mais de 50% de seus órgãos julgadores utilizando o PJe.

Gráfico 5.8.8.1.3 – PJe na 3ª Região



4ª Região

A 4ª Região (estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul) solicitou ao Conselho Nacional de Justiça a aplicação do art. 45 da Resolução CNJ n. 185/2013, que prevê a relativização da obrigatoriedade da implantação imediata do PJe, conforme constam nos artigos 34 e 44 do referido normativo. No exercício de 2016, a situação registrada permaneceu inalterada, ou seja, a 4ª Região está utilizando o sistema denominado eProc e investindo no desenvolvimento da integração com outros sistemas processuais por meio do Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI.

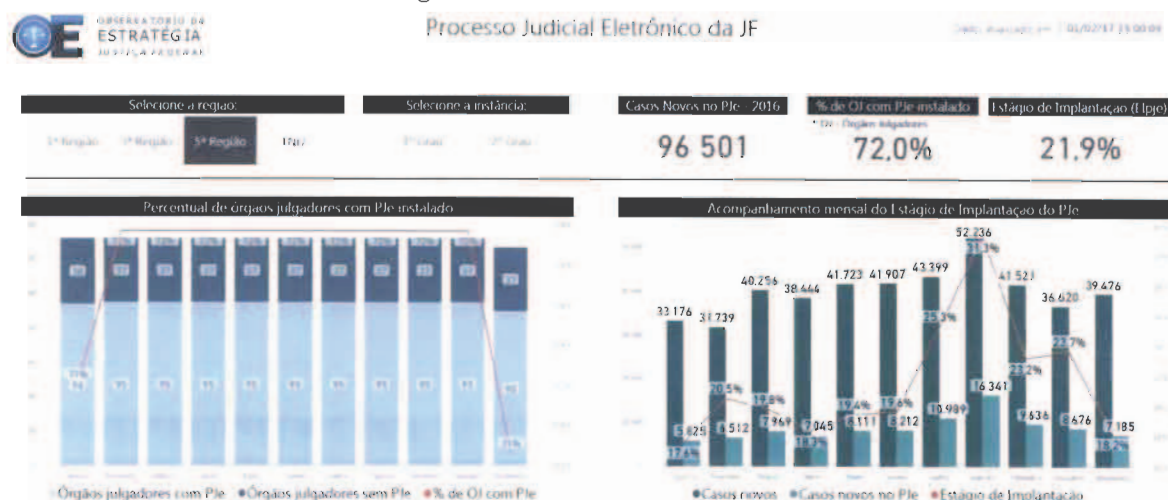
5ª Região

A 5ª Região (estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe) tem implantada versão própria do Processo Judicial Eletrônico em razão de haver iniciado a implantação desse sistema antes do Conselho Nacional de Justiça tê-lo adotado como sistema processual para o Judiciário.

No exercício de 2016, o TRF – 5ª Região investiu no desenvolvimento de funcionalidades para a nova versão nacional 2.0 do PJe, mantida pelo CNJ. O objetivo daquele Regional é, em médio prazo, migrar para a versão unificada, incorporando os recursos que seu atual sistema já possui.

Em virtude de ter sido pioneira na implantação do PJe, a 5ª Região, se comparada às demais Regiões, é a que apresenta o maior percentual de órgãos julgadores utilizando o sistema, na ordem de 72%.

Gráfico 5.8.8.1.4 – PJe na 5ª Região



Quadro 5.8.8.1.5 - Orçamento do PJe – 2016

TRIBUNAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	CRÉDITO EXECUTADO	SALDO	EXECUTADO
TRF1	380.675,00	1.087.038,00	1.074.067,54	12.970,46	98,8%
TRF2	104.427,00	104.427,00	10.931,63	93.495,37	10,5%
TRF3	104.427,00	298.198,00	298.097,93	100,07	100,0%
TRF5	100.434,00	286.795,00	139.761,22	147.033,78	48,7%
TOTAL	689.963,00	1.776.458,00	1.522.858,32	253.599,68	85,7%

Fonte: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças.

Equipe do Projeto

Criado pela Resolução n. CJF-RES-2012/00202, de 29 de agosto de 2012, o Comitê Gestor do PJe-JF é constituído por magistrados indicados pelos respectivos presidentes dos tribunais regionais federais.

Por meio da Portaria da Corregedoria-Geral n. CJF-PCG-2016/00018, de 11 de outubro de 2016, a composição do Comitê Gestor foi atualizada, passando a coordenação do Comitê e a gestão do projeto a serem exercidas pelo Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz. Em relação à Secretaria Executiva do PJe-JF, anteriormente praticada somente pelo titular da Secretaria de Estratégia e Governança, acrescentou-se em sua composição, também, o titular da Secretaria da Tecnologia da Informação. Houve, ainda, a designação de um gerente do projeto.

5.9 Gestão ambiental e sustentabilidade

No que se refere à responsabilidade socioambiental, o Conselho da Justiça Federal vem empreendendo esforços, desde 2003, para a adoção de ações que visem contribuir para o desenvolvimento ambiental sustentável. Desde então, vem construindo paulatinamente uma política de sustentabilidade. Nesse sentido, cumpre traçar um breve histórico das ações realizadas visando à implementação dessa política.

Em 2004 foi firmado acordo de cooperação entre o CJF e a Associação Amigos do Futuro com vistas a propiciar apoio técnico para implementação da gestão ambiental e de um programa de coleta seletiva do lixo, mediante conscientização ambiental dos servidores e prestadores de serviço. O acordo foi rescindido naquele mesmo ano, mas novo termo de parceria com essa associação foi assinado em 2011, quando aquela entidade apresentou diagnóstico sugerindo aquisições de coletores de lixo e *containers*, bem como a separação dos sacos de lixo por cores para facilitar a coleta seletiva.

Em 2010 foi realizada, pela Secretaria de Controle Interno do CJF, auditoria operacional referente ao atendimento à Meta n. 6 do Conselho Nacional de Justiça, a qual consistia em “reduzir a pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível”. O relatório final da auditoria constatou que em algumas unidades do CJF, como a Gráfica e a Seção de Almoxarifado, deveriam ser implementados controles mais efetivos para redução do consumo de papel e aperfeiçoamento dos mecanismos de atesto das ligações para telefonia móvel. A auditoria recomendou à Secretaria-Geral que implantasse programa de responsabilidade socioambiental. Esse processo resultou na edição da Portaria n. 95, de 10 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a instituição do Comitê de Sustentabilidade do Conselho da Justiça Federal.

Referido comitê implementou o Programa de Responsabilidade Socioambiental, o qual instituiu comissão de coleta seletiva de resíduos sólidos. Na sequência, editou-se no âmbito do CJF a Portaria n. 92, de 21 de dezembro de 2011, instituindo a coleta seletiva solidária, em decorrência da qual o Conselho lançou o edital de habilitação n. 1/2012 para associações e cooperativas de catadores de material reciclável. Desde então, o CJF vem celebrando a cada exercício termos de parceria com cooperativas de catadores para a coleta seletiva.

No plano de ação 2011/2012, o Programa de Sustentabilidade do CJF estabeleceu metas de redução para os indicadores de consumo de papel A4, água e energia na ordem de 2% em relação a 2010, para alcance em 2011 e 2012, registrando-se, como resultado, a redução no consumo desses insumos, na maior parte dos meses em que houve a medição.

Em 2013 foram realizadas campanhas de conscientização para a redução do consumo de descartáveis, reutilização de folhas de papel impressas somente de um lado da folha, separação de resíduos perigosos como baterias, pilhas e lâmpadas fluorescentes e a implantação, nos *e-mails* institucionais, de mensagem de economia de impressão. Para contribuir com a qualidade de vida dos servidores, terceirizados e colaboradores do CJF e sensibilizá-los para o benefício do consumo sustentável, foi instituída uma feira semanal de produtos orgânicos nas dependências do edifício sede.

Outra iniciativa relevante foi o Projeto de Eficiência Energética, visando à determinação dos potenciais de conservação de energia elétrica no CJF.

Implantou-se, também, Projeto de Conservação de Água, mediante a instalação da Estação de Tratamento de Água de Reuso (ETA), que permitia a captação de águas para aproveitamento em outras finalidades, tais como lavagem de pisos, veículos, descargas sanitárias e irrigação de jardins. Posteriormente, estudo realizado pela Secretaria de Arquitetura e Engenharia

constatou que a referida estação demandava um custo para seu funcionamento superior ao benefício gerado pela água reaproveitada, razão pela qual a estação foi desativada, devendo o tema ser deliberado oportunamente pela Administração.

Em 2015, por intermédio da Portaria n. CJF-POR-2015/00484, de 10 de novembro de 2015, o Presidente do CJF instituiu grupo de trabalho, formado por servidores do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, com o objetivo de estabelecer diretrizes referentes à sustentabilidade e à eficiência energética nas edificações da Justiça Federal.

Com o advento da Resolução CNJ n. 201, de 3 de março de 2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e a implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável – PLS-PJ, determinou-se a criação de uma unidade ou núcleo socioambiental nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário (art. 4º da citada resolução). Tal determinação foi atendida por este Conselho com a criação da Assessoria Técnica e Socioambiental, unidade vinculada à Secretaria de Administração, conforme Resolução n. CJF-RES-2015/00349, de 3 de junho de 2015.

Em 2016, com vistas ao atendimento da referida Resolução CNJ n. 201/2015, foi iniciada a elaboração do Plano de Logística Sustentável e elaboradas as matrizes dos indicadores socioambientais que serão utilizados no monitoramento das metas estabelecidas no plano. A minuta de portaria que institui o referido plano ainda está pendente de aprovação pela Alta Administração do CJF.

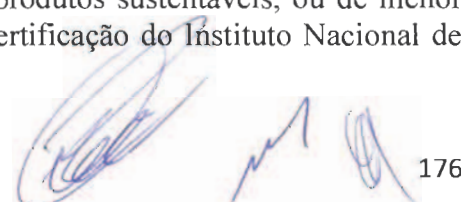
No que tange à questão do combate ao desperdício, foram adotadas pela Administração do CJF ações referentes à redução do consumo de açúcar e de pó de café, mediante a disponibilização de garrafas de café apenas nas copas e não mais nas dependências de todas as unidades. Também foi reduzida a aquisição de água mineral com gás engarrafada, copo de água mineral e garrafão de 20 litros de água mineral, uma vez que o contrato de compra desses itens foi finalizado e realizado um contrato de locação de purificadores de água.

Também está sendo estudada a viabilidade de adesão formal à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, bem como a implementação de campanhas contínuas de sensibilização de servidores e prestadores de serviço sobre a necessidade de preservar os recursos naturais e os bens públicos e sobre o combate a todas as formas de desperdício.

5.9.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A Secretaria de Administração do CJF já vem observando os requisitos de sustentabilidade em licitações recentemente realizadas, tais como a constante no Processo n. CJF-ADM-2015/00216, de aquisição de materiais de limpeza, cujo termo de referência contempla a exigência de que na aquisição de sacos de lixo coloridos deve ser obedecida a classificação das cores da coleta seletiva, e que os plásticos oxibiodegradáveis podem ser fabricados a partir de plásticos comuns reciclados, sendo, por isso, recicláveis por todos os métodos convencionais.

No Processo n. CJF-ADM-2014/00437, de aquisição de materiais de expediente, constam no termo de referência as exigências de que os materiais, quando forem constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, atendam às normas da ABNT, NBR 15448-1 e 15448-2; e contenham requisitos ambientais, como sendo produtos sustentáveis, ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, e possuam certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

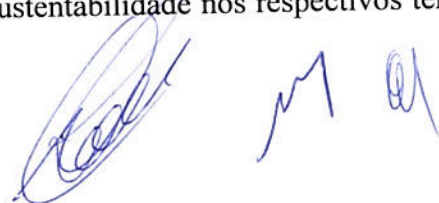


Cite-se, ainda, o Processo n. CJP-ADM-2015/00334, de contratação de serviços de manutenção de veículos, cujo termo de referência contém a exigência de que, nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, sejam obedecidas as normas técnicas, de saúde, de segurança no trabalho e de proteção ao meio ambiente, conforme exigido pelo art. 12, inc. VI e VII da Lei n. 8.666/1993 e do art. 1º da Lei n. 4.150, de 21 de novembro de 1962.

Acrescente-se que, em observância à Resolução n. 114, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, o CJP adota parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais e critérios para habilitação técnica nos projetos básicos, nos editais de licitação e nos contratos que envolvem reforma ou construção de imóveis. Como órgão central de sistemas administrativos na Justiça Federal, o CJP é o coordenador do Comitê Técnico Nacional de Obras, que desenvolveu o Guia de Obras da Justiça Federal, o qual reproduziu essas diretrizes socioambientais.

Em 2016, nos novos instrumentos convocatórios, com base nos termos de referência elaborados pelas unidades demandantes do CJP, está sendo inserido item específico para tratar do "desenvolvimento nacional sustentável", com base na observância aos requisitos do art. 3º da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Resolução CNJ n. 201/2015.

A Assessoria Técnica e Social Ambiental – ASTEC/SOA da Secretaria de Administração do CJP está analisando a conveniência da adoção de um guia de contratações sustentáveis próprio do CJP, ou, alternativamente, a adoção do guia do CNJ ou o do STJ, com o objetivo de auxiliar os gestores e unidades técnicas na introdução de requisitos de sustentabilidade nos respectivos termos de referência.

Three handwritten signatures in blue ink are visible in the lower right area of the page. The first signature is a large, stylized cursive mark. The second and third are smaller, more linear marks.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

No âmbito do Conselho da Justiça Federal, o principal canal de acesso do cidadão ao órgão é a Ouvidoria e o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC. O Regimento Interno do CJF, aprovado pela Resolução CJF n. 42, de 19 de dezembro de 2008, instituiu a Ouvidoria, que funciona junto à Secretaria-Geral e passou a integrar a estrutura orgânica do órgão por meio da Resolução n. CJF-RES-2015/00349, de 3 de junho de 2015. O SIC está regulamentado na Portaria n. CJF-POR-2015/00045, de 3 de fevereiro de 2015, e tem por finalidade orientar o público sobre o acesso a informações, receber, registrar e monitorar os pedidos, bem como responder aos interessados, em atendimento à Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, (LAI).

A finalidade e a competência da Ouvidoria ainda pendem de regulamentação nos autos do Processo de Procedimento Normativo n. CF-PPN-2012/00101. Entretanto, desde 13 de agosto de 2015, a Ouvidoria responde pelas demandas do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

As orientações e o acesso eletrônico aos serviços da Ouvidoria estão disponibilizados em *link* próprio no Portal do CJF: <http://www.cjf.jus.br/cjf/menu-de-relevancia/ouvidoria>, entretanto, os serviços também são oferecidos de modo presencial, na sede do Conselho, via telefone (61- 3022-7043 e 3022-7000) e por carta.

Com vistas a facilitar o acesso às informações públicas, o CJF também oferece à sociedade um *link* próprio para o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, cujas demandas são operacionalizadas pela Ouvidoria: <https://www2.cjf.jus.br/phpdoc/sic/solicitacao/solicitacao.html>

No ano de 2016, foi processado pelo SIC o total de 1.139 atendimentos de usuários externos, efetivados via Portal do CJF (*e-mail*) e por carta.

Para o exercício de 2017, a prioridade da Ouvidoria será a instalação de um sistema eletrônico capaz de gerenciar suas rotinas, otimizar os atendimentos e democratizar a participação da sociedade na gestão do CJF, na medida em que será possível detalhar a essência das principais demandas recebidas pelo órgão.

A Corregedoria-Geral da Justiça Federal dispõe do instrumento da representação por excesso de prazo, previsto nos arts. 112 a 117 do Regimento Interno do CJF, que permite ao cidadão peticionar junto ao órgão, quando entender não justificado o prazo para o andamento de sua demanda judicial, a qual pode ser interposta contra magistrados federais de segundo grau.

Outro canal de comunicação da Corregedoria-Geral da Justiça Federal é o realizado por correio eletrônico (correg@cjf.jus.br), com o propósito de sanar dúvidas do cidadão, principalmente relacionadas à competência da Corregedoria, a atribuições dos tribunais de justiça em relação aos tribunais regionais federais, à morosidade processual, à utilização do formulário modelo para representação por excesso de prazo e seus requisitos processuais, entre outras.

No ano de 2016 foram autuados 158 processos de representação por excesso de prazo e respondidos, aproximadamente, 260 correios eletrônicos.



6.1.1 Divulgação das atividades do órgão

O Conselho realiza, por meio da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, atividades de assessoria de imprensa, publicidade e jornalismo, visando assegurar a boa imagem da instituição e da Justiça Federal perante a sociedade e aos órgãos da administração pública com a divulgação de informações institucionais relevantes.

Em 2016, foram realizadas as seguintes atividades:

Jornalismo

Em 2016, a equipe de reportagem da assessoria fez a cobertura jornalística das 11 sessões de julgamento do CJF – sendo uma fora de Brasília (com acompanhamento virtual) – e das dez sessões de julgamento da Turma Nacional de Uniformização, além de eventos e cursos realizados pelo Centro de Estudos Judiciários, resultando na publicação de 608 notícias no Portal do CJF e 744 notícias na intranet.

Com relação às publicações periódicas, foram produzidas quatro edições do informativo *Folha do CJF*, quatro do informativo *Caderno TNU*, nove do Boletim da TNU e 45 edições do *Mural do CJF*.

No período, a Assessoria de Comunicação atendeu a 124 demandas de órgãos da imprensa, entre eles a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, a revista *Veja*, a revista *Época*, a TV Globo, a *GloboNews*, a *Revista Consultor Jurídico*, o jornal *Valor Econômico*, o *Jornal da Bahia*, a *Gazeta do Povo*, o *Diário de São Paulo*, o *Jornal do Comércio* e o *Correio Braziliense*.

Planejamento Visual

A equipe de Planejamento Visual da ASCOM produziu ilustrações e concebeu a produção visual para os informativos *Jornal Mural*, *Folha do CJF*, *Caderno da TNU*, *Boletim TNU*, bem como para 49 *e-mails marketing*, 55 cartazes, 44 logomarcas diversas, 785 *posts* para as redes sociais do CJF e da Justiça Federal, entre outros itens, como claquetes para a transmissão das sessões, fundos de tela e cartões.

O Setor de Planejamento Visual também produziu as artes da agenda e do calendário de 2016 do Conselho da Justiça Federal, com tiragens de 500 e 300 exemplares, respectivamente. Além disso, participou como integrante do grupo de trabalho que estuda a aplicação da sinalização universal da logomarca da Justiça Federal.

Centro de Produção da Justiça Federal – CPJUS

O Centro de Produção da Justiça Federal – CPJUS, regulamentado pela Resolução n. CJF-RES-2015/00369, de 16 de novembro de 2015, é constituído pelas unidades de Comunicação Social do CJF, dos tribunais regionais federais e de suas respectivas seccionais, e visa promover ações de divulgação integrada dos atos da Justiça Federal por intermédio da produção conjunta de programas e matérias jornalísticas para as mídias eletrônicas, digitais e impressas. Nos termos da referida resolução, cabe ao CJF a coordenação do planejamento e da execução das referidas ações de divulgação. As contratações concernentes aos aludidos serviços correrão por conta do CJF e dos tribunais regionais federais.

De janeiro a dezembro, o CPJUS produziu os seguintes conteúdos:

- Programa de TV *Via Legal*: 40 edições. Principal produto do CPJUS, no ar desde agosto de 2002, é transmitido em cadeia nacional, por meio da TV Justiça, TV Cultura, TV Brasil, além de ser veiculado em emissoras regionais e disponibilizado no canal *YouTube*.
- Interprograma de TV *Momento Ambiental*: nove edições. O interprograma tem o objetivo de promover a responsabilidade ambiental da Justiça Federal. Com cinco minutos de duração, em média, é exibido na TV Justiça e na TV Brasil, além de ser veiculado em emissoras regionais e disponibilizado no canal *YouTube*.
- Boletim *Rádio Cidadania Judiciária*: 180 matérias. Veiculadas pela Rádio Justiça e por emissoras da Empresa Brasil de Comunicação, as reportagens abordam de forma simples e objetiva temas tratados em ações julgadas na Justiça Federal.

Redes Sociais

No tocante às redes sociais, o perfil do Conselho no *Facebook* encerrou o ano de 2016 com 18.889 seguidores. Ao todo, foram 318 postagens entre notas, *links* e fotos. No *Twitter*, foram realizados 307 *tweets*, acompanhados por 2.947 seguidores. Já o perfil da Justiça Federal no *Twitter*, também administrado pela ASCOM, contabilizou 2.325 *tweets*, com 7.443 seguidores cadastrados. A Assessoria foi responsável, ainda, pela produção e publicação de 809 *tweets* no perfil do *Twitter* do Ministro Og Fernandes, então Corregedor-Geral da Justiça Federal.

O canal do CJF no *YouTube* alcançou 4.524 visualizações no último ano, com 1.776 pessoas inscritas. No período, houve a publicação de 141 vídeos de eventos realizados ou apoiados pelo Conselho e programas produzidos pelo CPJUS.

As principais ações de comunicação do CJF em 2016 estão sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 6.1.1.1

Ações de comunicação	Quantitativo
Notícias no Portal do CJF	608
Cobertura jornalística das sessões	11
Informativo <i>Folha do CJF</i>	4 edições
Informativo <i>Caderno TNU</i>	4 edições
Informativo <i>Boletim TNU</i>	9 edições
Atendimento a órgãos da imprensa	124
Programa de TV <i>Via Legal</i>	40 edições
Interprograma de TV <i>Momento Ambiental</i>	9 edições
Boletim <i>Rádio Cidadania Judiciária</i>	180 matérias
<i>Facebook</i> do CJF	18.889 seguidores e 318 postagens
<i>Twitter</i> do CJF	2.947 seguidores e 307 <i>tweets</i>
<i>Twitter</i> da Justiça Federal	7.443 seguidores e 2.325 <i>tweets</i>
<i>Twitter</i> Ministro Og Fernandes	809 <i>tweets</i>
<i>YouTube</i> do CJF	4.524 visualizações, 1.776 inscritos, 141 vídeos postados

Áudio e Vídeo

Durante o ano, a equipe da Assessoria de Multimídia da ASCOM, por meio de seus setores de Rádio e TV e Edição e Produção, prestou serviços de apoio, edição, fotografia e gravação em áudio e vídeo nas dez sessões do CJF realizadas em Brasília; nas dez sessões da TNU; nas 20 reuniões prévias da TNU; e em 106 eventos, entre cursos de capacitação, reuniões de trabalho das demais secretarias do CJF, encontros, congressos e seminários do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e de outras instituições parceiras.

Também foi realizado o acompanhamento da transmissão dos programas do CPJUS pelas emissoras parceiras e da manutenção dos equipamentos de áudio e vídeo do CJF e dos TRFs e o gerenciamento de gravações e edições das produções jornalísticas de áudio e vídeo para televisão e rádio.

6.2 Carta de serviços ao cidadão

A carta de serviços é um documento que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados pelo portal institucional, como acessá-los e obtê-los e quais são os compromissos com os padrões de atendimento estabelecidos.

Em 2015 iniciou-se o projeto que contemplará a Carta de Serviços do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, conforme consta no Processo n. CJF-ADM-2013/00155. Em novembro de 2015, conclui-se o plano de ação do projeto, estando em andamento estudos quanto à definição de quais serviços comuns estarão disponíveis às instituições da Justiça Federal, bem como a elaboração de manual explicativo sobre a carta. A execução do projeto será iniciada em 2017.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários

Embora não tenha sido realizada em 2016 pesquisa de satisfação junto aos cidadãos, o CJF, em parceria com os tribunais regionais federais, realizou pesquisa com o objetivo de conhecer como a estratégia implementada pela Justiça Federal está sendo percebida pelos operadores e usuários desse sistema de Justiça e quais são as prioridades para 2017, na opinião dos entrevistados.

A pesquisa foi realizada no período de 15 de agosto a 2 de setembro, tendo como fundamento o atendimento aos termos da Resolução CNJ n. 221, de 10 de maio de 2016, que institui princípios da gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e, ainda, às premissas da Resolução n. CJF-RES-2016/00400, de 4 de maio de 2016, que criou o Índice de Governança da Justiça Federal – iGovJF, o qual recomenda como boa prática da gestão judiciária a melhoria da comunicação, do relacionamento institucional e da transparência organizacional.

Em todo o País, houve a participação de 13.740 respondentes, com a seguinte distribuição do público-alvo:

Quadro 6.3.1 – Público-alvo

Público-alvo	Quantidade
Cidadão	1.454
Advogado	3.913
Magistrado	588
Servidor	7.785
Total	13.740

A primeira questão era sobre qual deveria ser a prioridade da Justiça Federal: julgar processos mais antigos ou aumentar o número de julgados, independentemente da data de início da ação judicial. Para a maioria dos respondentes (56%), a Justiça Federal não deve optar entre uma ou outra prioridade mas, ao contrário, deve buscar equilibrar sua atividade entre o julgamento dos casos mais antigos e a redução do estoque.

Outra pergunta visava saber se o Judiciário deveria continuar mantendo sua política de metas. O resultado mostrou que 95% dos participantes acreditam que o Judiciário acertou ao estabelecer metas norteadoras do seu desempenho institucional.

Foram solicitados, ainda, a todos os participantes que escolhessem, em um rol de onze alternativas, os cinco temas de maior importância, aptos a serem convertidos em metas da Justiça Federal. Ficou evidenciado que a maior parte dos temas considerados prioritários já está contemplada na estratégia atual da Justiça Federal. São eles: crimes contra a administração; crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo; conciliação; e ações coletivas. Por outro lado, surgiram na pesquisa alguns temas novos, como “benefícios previdenciários”, citado por 75% dos respondentes, bem como “questões ambientais”, citado por 38% dos respondentes.

Além dessas questões, respondidas por todos os segmentos do público-alvo, elaborou-se instrumento específico para captar a impressão dos maiores destinatários dos serviços judiciais, o cidadão.

Quando solicitado aos cidadãos que informassem se utilizaram os serviços da Justiça Federal nos últimos cinco anos, 61% dos respondentes informaram ter recorrido a esse segmento da Justiça para solucionar algum tipo de litígio.

Repetiu-se, especificamente para o cidadão, a pergunta sobre qual deveria ser a prioridade da Justiça Federal: julgar processos mais antigos ou aumentar o número de julgados, independentemente da data de início da ação judicial, optando, igualmente, a maioria dos respondentes (58,67%) pelo equilíbrio entre ambas as opções.

Os cidadãos também foram instados a escolher no mesmo rol de 11 alternativas aplicado a todos, quais seriam os cinco temas prioritários, ficando os crimes contra a administração em primeiro lugar, com 86% dos respondentes, seguido pelo tema benefícios previdenciários, com 70%, crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, com 69%, questões ambientais com 45% e ações coletivas com 44%.

As informações obtidas na pesquisa serão avaliadas pelo Comitê Gestor da Estratégia da Justiça Federal – COGEST e servirão de subsídio para a revisão do Planejamento Estratégico da instituição e para a eventual formulação de políticas judiciárias aplicáveis à Justiça Federal nos próximos anos.

6.3.1 Mecanismos para medir a satisfação com os produtos e serviços

O Centro de Estudos Judiciários do CJF utiliza, em seus eventos educacionais, o instrumento de avaliação de reação que mensura o grau de satisfação do participante da ação educacional e é aplicado logo após o término do evento ou, se houver, do módulo ou etapa.

O instrumento aplicado nos eventos presenciais, externos e especiais tem como indicadores de satisfação os seguintes: desempenho do participante, planejamento, apoio, aplicabilidade no trabalho, material didático e avaliação do expositor/professor.

Já nos eventos a distância são avaliados os seguintes fatores: desempenho do participante, planejamento, desempenho do tutor, espaços de interação, suporte da coordenação de EaD e aplicabilidade no trabalho. Os resultados são apresentados em formato de relatório e servem para aprimoramento dos serviços.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Na conclusão do Relatório de Gestão do exercício de 2014 ficou consignada a necessidade do desenvolvimento de ações com vistas a implantar boas práticas de gestão nessa área. A Assessoria de Comunicação Social promoveu estudos para o aperfeiçoamento dos portais de internet administrados pelo CJF. Assim, novo portal do CJF foi lançado em maio de 2016 e a nova intranet do CJF em novembro do mesmo ano.

O portal possui formato mais atrativo e dinâmico que o anterior, com o objetivo de facilitar a navegação do cidadão usuário e de garantir maior visibilidade às ações e decisões do Conselho da Justiça Federal, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal e da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, permitindo, ainda, acesso mais rápido às informações da Transparência Pública.

A página de transparência do portal, acessada por meio do link: <http://www.cjf.jus.br/cjf/transparencia-publica-1>, disponibiliza informações sobre a gestão administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira do CJF, seguindo os ditames da Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça n. 215, de 16 de dezembro de 2015, n. 102, de 15 de dezembro de 2009, e n. 83, de 10 de junho de 2009, além das leis orçamentárias e leis de diretrizes orçamentárias nos respectivos exercícios.

No item, são disponibilizadas as seguintes classes de informações:

- Licitações;
- Compras e contratos;
- Desfazimento de bens;
- Boletins internos;
- Gestão orçamentária e financeira;
- Informações sobre pessoal;
- Informações gerenciais e de planejamento;
- Leis e normas aplicáveis;
- Relação de carros oficiais;
- Gestão socioambiental;
- Acordos, termos e convênios;
- Processos administrativos;
- Prestação de contas.

Há também um item denominado “Acesso à Informação”, onde são publicadas as informações e os canais de acesso pertinentes à Ouvidoria e ao Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.

Por meio da Portaria n. CJF-POR-2016/00228, de 28 de junho de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de transparência e de comunicação com a sociedade, a Presidência do

CJF determinou a disponibilização para acesso público de todos os processos administrativos e demais documentos eletrônicos que tramitam no Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA-DOC. Assim, o *link* para acesso a esses documentos foi disponibilizado no portal do CJF, no item “Processos administrativos”. Qualquer cidadão, mediante cadastro prévio, pode ter acesso aos processos e documentos em tramitação no CJF, desde que não sejam sigilosos.

A nova intranet segue o formato do portal e ganhou novas funcionalidades. Uma novidade é que ela agora pode ser acessada de fora do CJF, por meio do portal do Conselho, mediante *login* e senha de rede do usuário. A página também disponibiliza um espaço de classificados, para que os servidores anunciem objetos que queiram negociar, trocar ou doar, além de uma galeria de vídeos, que pode apresentar as sessões do CJF e da TNU, gravações de eventos do Conselho ou outras de interesse do órgão.

Em julho, a equipe da Assessoria de Comunicação Social passou a transmitir ao vivo as sessões da Turma Nacional de Uniformização (TNU) no canal do Conselho no *YouTube* e no portal do CJF. Logo depois foi a vez da sessão do CJF, que teve sua primeira transmissão ao vivo realizada no dia 8 de agosto, também com *links* disponíveis nos dois canais da internet.

Além desses mecanismos de transparência, frise-se que as sessões do Conselho da Justiça Federal são públicas e têm suas datas de realização previamente disponibilizadas no portal do Conselho, juntamente com a pauta de cada reunião. A realização das sessões é comunicada previamente, por meio de *release*, à imprensa em geral e a diversos veículos de comunicação.

Em 2016, o CJF também contou com a ferramenta de transparência e prestação de contas, baseada nas informações prestadas pelo Observatório da Estratégia da Justiça Federal (www.cjf.jus.br/observatorio), sobre a atuação estratégica de toda a Justiça Federal e do próprio Conselho, especialmente aquelas relacionadas às atividades finalísticas dos tribunais. A iniciativa, desenvolvida internamente ao CJF, apresenta visualizações de indicadores, instruções sobre metodologias de trabalho e, ainda, a organização de documentos de referência na gestão do planejamento, dos projetos e das metas estratégicas da Justiça Federal, conforme art. 6 da Resolução CNJ n. 215, 16 de dezembro de 2015, que dispõe no âmbito do Poder Judiciário sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei n. 12.527/2011.

Alguns números relativos ao Observatório da Estratégia da Justiça Federal no ano de 2016 seguem abaixo:

Quadro 6.4.1 – Indicadores do Observatório da Estratégia

Indicador	Quantitativo
Usuários únicos	42.920
Visualização de página	224.919
Sessões	150.430
Países visitantes	54



6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O edifício sede do Conselho da Justiça Federal, a despeito de ser uma obra de construção recente, não atende às normas de acessibilidade da ABNT em sua plenitude.

Na conclusão do Relatório de Gestão do exercício de 2014, consignou-se a necessidade do desenvolvimento de ações com vistas a implantar boas práticas de gestão referentes a medidas de promoção da acessibilidade: *O edifício do Conselho da Justiça Federal é uma construção recente que está adequada às normas técnicas ABNT aplicáveis. A atual administração irá iniciar procedimento para nova avaliação por parte da área técnica quanto à adequação das instalações físicas às normas pertinentes.*

Em decorrência desse registro, foi autuado o Processo n. CJF-PRO-2014/00039.04 para promover os estudos necessários à adequação dos requisitos de acessibilidade na sede do CJF, o qual se encontra na área pertinente para as devidas análises.

A nova Lei Brasileira de Inclusão – Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que entrou em vigor em janeiro de 2016 – trouxe inúmeros avanços nas regras de inclusão que culminaram na revisão das normas de acessibilidade (NBR 9050). Diante disso, o Comitê Técnico de Obras Nacional, coordenado pela Secretaria de Arquitetura e Engenharia do CJF, considerando a Recomendação n. 27 do Conselho Nacional de Justiça, de 16 de dezembro de 2009, deliberou pela proposição de um grupo de trabalho específico para proceder a estudos e traçar diretrizes para o alcance da acessibilidade nas edificações da Justiça Federal em todo o País.

Assim, foi editada a Portaria n. CJF-POR-2015/00480, de 10 de novembro de 2015, que instituiu o Grupo de Trabalho Acessibilidade, visando apresentar propostas de diretrizes quanto à acessibilidade dos edifícios da Justiça Federal, que contou com a participação de servidores deste Conselho e de outros órgãos da Justiça Federal. Durante o ano de 2016, esse grupo realizou estudos e propôs um manual de acessibilidade para nortear as ações de adaptação edilícias na Justiça Federal.

Aproveitando a oportunidade do trabalho desenvolvido pelo grupo temático, a Secretaria de Arquitetura e Engenharia do CJF, por meio de sua Subsecretaria de Projetos e Manutenção Predial, decidiu desenvolver laudo técnico para sede do CJF, visando a adequação edilícia conforme preceitos da nova Lei de Inclusão e as últimas alterações da NBR 9050. O laudo, em fase de revisão, foi elaborado de forma concomitante com os estudos feitos pelo Grupo de Trabalho, pois pretende também ser um instrumento piloto de aplicação do Manual Técnico de Acessibilidade. A partir desse laudo, será elaborado o projeto de adequação do edifício do Conselho da Justiça Federal e posteriormente serão feitas as respectivas obras. Após a execução das obras, pretende-se fazer um laudo de certificação para atestar o cumprimento pleno das normas de acessibilidade vigentes.

Além da acessibilidade nas dependências do prédio, o CJF adotou em 2016 medidas para garantir a acessibilidade digital, uma vez que o novo portal do órgão na internet é dotado de ferramentas que garantem a acessibilidade dos usuários, como VLibras, alto contraste e alteração do tamanho da fonte. Na parte superior do portal existe uma barra de acessibilidade onde se encontram atalhos de navegação padronizados e a opção para alterar o contraste. Essas ferramentas estão disponíveis em todas as páginas do portal.



7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Esta unidade prestadora de contas vem desenvolvendo ações para cumprimento das diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Nesse sentido, está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão e NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, exceto quanto à amortização dos bens intangíveis.

As disponibilidades, os direitos e as obrigações são avaliados ou mensurados pelo valor original. Os estoques, assim como o ativo imobilizado são mensurados com base no valor de aquisição. A metodologia adotada para estimar as taxas de depreciação, bem como a vida útil econômica do ativo segue os índices abaixo:

Quadro 7.1.1- Metodologia para estimar as taxas de depreciação

Conta	Título	Vida útil (anos)	Valor residual
123110101	APARELHOS DE MEDICAÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
123110103	EQUIPAM/UTENS. MED. ODONT. LAB. E HOSP.	15	20%
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEG. E SOCORRO	10	10%
123110106	MÁQ. E EQUIP. INDUSTRIAIS	20	10%
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
123110109	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENS. DE OFICINA	10	10%
123110112	EQUIP, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELETRIC.	10	10%
123110199	OUTRAS MÁQ. EQUIP. E FERRAMENTAS	10	10%
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROC. DE DADOS	5	10%
123110301	APARELHOS E UTENS. DOMÉSTICOS	10	10%
123110302	MÁQUINAS E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
123110402	COLEÇÕES E MAT. BIBLIOGRÁFICOS	10	0
123110405	EQUIP PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEUS	-	-
123110501	VEÍCULOS EM GERAL	15	10%
123110503	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%

A metodologia de realização da depreciação dos bens móveis é a linear e a estimativa de vida útil, feita com base na tabela da Macrofunção 020330, da Secretaria do Tesouro Nacional.

A reavaliação/redução a valor recuperável dos bens móveis foi concluída e realizada em consonância com o cronograma estabelecido na macrofunção SIAFI/STN citada.



Conforme estabelecido no Manual SIAFI, macrofunção 02.11.07 – Imóveis de Propriedade da União, a depreciação dos bens imóveis é realizada diretamente pelo sistema SPIUnet na conta de Imóveis de Uso Especial.

Ressalte-se que, no decorrer do exercício de 2016, foi regularizada a reavaliação bienal dos imóveis cadastrados naquele sistema, cujo prazo havia expirado no mês de outubro de 2015.

A atualização promovida junto ao SPIUnet e a respectiva contabilização automática no SIAFI resultou na conciliação de valores entre os referidos sistemas. A amortização dos bens intangíveis ainda não foi efetivada no âmbito desta unidade prestadora de contas.

Segundo informações da unidade responsável pela administração patrimonial da UPC, os procedimentos de implementação encontram-se em fase de lançamento de dados, visando adequação do sistema informatizado.

Vale destacar que se encontra instaurado o Procedimento Administrativo n. CJP-ADM-2015/00068 necessário ao processo de registro da redução do valor aplicado aos ativos intangíveis (amortização).

A depreciação acumulada no exercício de 2016 atingiu o montante de R\$ 9.219.301,12 (nove milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e um reais e doze centavos), para bens móveis, e R\$ 229.278,91 (duzentos e vinte e nove mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e um centavos), para bens imóveis, representando 0,09% do ativo não circulante da unidade prestadora de contas.

7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O sistema de apuração de custos não foi implementado na unidade prestadora de contas, em face da falta de estrutura da unidade responsável pelo gerenciamento de custos, que conta com a força de trabalho de duas servidoras, acumulando atribuições de setorial contábil da UPC, do Órgão 12000 – Justiça Federal e do Órgão **Superior** – 12000 – Justiça Federal.

No exercício de 2016, as ações empreendidas concentraram-se na participação de servidora integrante da setorial contábil nos eventos: III Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público, de 5 a 7/10/2016, realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Escola de Administração Fazendária – ESAF e IV Encontro de Gestão de Custos no Setor Público, em 24/11/2016, realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e notas explicativas

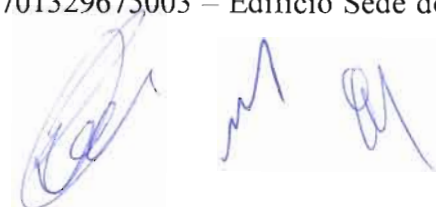
Conforme orientação constante no **e-Contas**, as demonstrações contábeis serão inseridas como anexo do relatório da UPC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

As demonstrações foram elaboradas em consonância com a Lei n. 4.320/1964 e com as normas editadas pelo órgão central de contabilidade do Governo Federal.

Em relação ao Balanço Patrimonial – Imobilizado - Intangíveis – falta registro de amortização do ativo intangível o que impossibilita o conhecimento do patrimônio da UPC, refletindo no resultado do período.

O valor contabilizado nas Demonstrações das Variações Patrimoniais – Variações Patrimoniais Diminutivas – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste p/ Perdas – R\$ 3.207.560,07 (três milhões, duzentos e sete mil, quinhentos e sessenta reais e sete centavos) – decorre de atualização procedida junto ao SPIUnet, em 4 de julho de 2016, com registro automático no SIAFI de desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet, RIP 9701329675003 – Edifício Sede do CJF.



8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não se aplica.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno – OCI

A Secretaria de Controle Interno do Conselho da Justiça Federal (SCI/CJF) é o órgão central do Sistema de Controle Interno da Justiça Federal, conforme estabelecido nos artigos 70, 74 e 105, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, na Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, e na Resolução CJF n. 85, de 11 de dezembro de 2009, o qual tem o objetivo de zelar pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades da Justiça Federal, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade, além de apoiar o controle externo e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no exercício de sua missão institucional.

Durante o exercício de 2016, a SCI atuou de forma preventiva e proativa no sentido de orientar, normatizar, fiscalizar e monitorar a regular aplicação dos recursos alocados ao Conselho e às unidades da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, seguindo os normativos internos, bem como aqueles emanados do Conselho Nacional de Justiça, a legislação federal e a jurisprudência do TCU.

Os trabalhos da SCI foram desenvolvidos por meio de auditorias fundamentadas em diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ n. 171, de 1º de março de 2013, e no Plano Anual de Auditoria – exercício 2016 (PAA 2016), aprovado pelo dirigente máximo do órgão, mediante o Despacho n. CJF-DES-2015/12364, constante no Processo CJF-ADM-2015/00461, bem como por intermédio do acompanhamento da gestão, feito sistematicamente nos processos em andamento, por intermédio do Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Administrativos – SIGA-DOC e, quando necessário, por meio de informações de caráter orientador, com a apresentação de sugestões de medidas saneadoras das omissões ou falhas verificadas por ocasião das análises.

Nesse mister, no exercício, foram expedidas 72 recomendações da Secretaria de Controle Interno às unidades administrativas do CJF, as quais visaram certificar que os objetivos institucionais fossem alcançados de forma confiável, mitigando riscos ao longo da gestão, com uma atuação efetiva e alinhada aos Planejamentos Estratégicos do CJF e da Justiça Federal. Tais recomendações pautaram-se na verificação da adequação e da conformidade do controle de veículos e combustíveis, dos serviços de vigilância e brigadista, da manutenção das instalações prediais, da gestão ambiental e licitações sustentáveis, no mapeamento de processos e atividades da UPC e na análise de processos de licitação e contratos e de gestão de pessoas.

Das 72 recomendações emitidas, 40 foram atendidas pela unidade prestadora de contas, representando 56% do total; 29 foram consideradas em implementação pelo CJF, as quais representam 40% das recomendações expedidas; e três foram consideradas recomendações não atendidas (4%), conforme demonstrado a seguir:



Gráfico 8.2.1 – Recomendações do OCI 2016



Dentre as recomendações expedidas pelo OCI que impactaram na gestão, destacam-se aquelas referentes à necessidade de mapeamento dos processos de trabalho e de elaboração do manual de atividades da UPC, os quais são imprescindíveis para mitigar riscos de erros procedimentais e melhoria no desempenho das atribuições das unidades do CJF.

É importante ressaltar que não há na SCI sistema informatizado e área específica que acompanhe o tratamento das recomendações exaradas durante o exercício. As recomendações feitas por meio de Relatório de Auditoria são respondidas pelas unidades auditadas, podendo desdobrar-se em atendidas, parcialmente atendidas, não atendidas e em implementação. Aquelas classificadas como não atendidas, parcialmente atendidas ou em implementação são acompanhadas e reavaliadas no momento do monitoramento.

Registre-se que as recomendações em fase de implementação, bem como aquelas que não foram atendidas em sua integralidade são acompanhadas e reavaliadas no momento do monitoramento, por meio dos processos administrativos constantes do sistema SIGA-DOC.

Ao formular recomendações e monitorá-las, a unidade prioriza a correção dos problemas e deficiências identificadas em relação ao cumprimento formal de deliberações específicas, quando essas não sejam fundamentais à correção das falhas que demandem pronta ação ou correção da administração, conforme Res. CNJ n. 171, de 1º de março de 2013.

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Não foram detectados casos de dano ao erário.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O Tribunal de Contas da União solicitou ao CJF, por meio do Ofício n. 594/2015 TCU/SELOG, esclarecimentos quanto às medidas administrativas adotadas sobre a regulamentação

e monitoramento do cumprimento do art. 5º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atentando para a necessidade de apresentar justificativa para a não observância da ordem cronológica de pagamento.

Em resposta, por meio do Ofício n. CJF-OFI-2015/02174, foi informado que o Conselho e os demais órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus adotam procedimentos previstos nos instrumentos convocatórios dos certames licitatórios e nos respectivos contratos para estabelecimento dos prazos devidos referentes às fases da despesa pública (empenho, liquidação e pagamento), conforme prevê a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964.

No que se refere ao cumprimento da ordem cronológica de pagamentos no âmbito do CJF, cabe registrar que a programação financeira contempla os pagamentos devidos na ordem de processamento, observando-se as fases da despesa e os prazos contratuais.

Quanto a eventuais medidas administrativas que têm sido adotadas em relação à regulamentação e ao monitoramento do cumprimento do art. 5º, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, o tema exigia a discussão entre as unidades técnicas do CJF, com vistas à regulamentação específica da matéria no âmbito dos órgãos CJF e na Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Para propiciar a discussão da matéria, foi autuado o Processo n. CJF-PPN-2015/00021 e, inicialmente, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças informou que, de modo indireto, os procedimentos adotados de programação financeira permitem, ou pelo menos não são óbices, para o regular atendimento ao art. 5º, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, a cargo das unidades gestoras executoras.

Em seguida, foi solicitada a visão da Secretaria de Controle Interno, que sugeriu adotar, no que for pertinente, o Manual do Ordenador de Despesas do Conselho Nacional do Ministério Público e asseverou ser oportuna a regulamentação da matéria pelo CJF.

Na sequência foram consultados os tribunais regionais federais com intuito de se verificar, preliminarmente, a existência de regulamentação sobre o tema, bem como o levantamento de problemas enfrentados quanto à cronologia de exigibilidade de pagamento.

Na oportunidade, a SCI informou acerca da inexistência de achados de auditoria envolvendo a temática, bem como da ausência de normatização interna junto aos tribunais, e colheu algumas sugestões de medidas que poderiam ser adotadas no âmbito da Justiça Federal para monitorar a observância da ordem cronológica dos pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, à realização de obras e prestação de serviços, prevista no art. 5º da Lei n. 8.666/1993.

De modo geral, este CJF, bem como os TRFs, possuem regramentos para pagamento das obrigações previstas em seus editais, contratos e anexos e, na prática, atuam de forma a obedecer a ordem cronológica e as datas de suas exigibilidades, em atendimento ao disposto no art. 5º, *caput*, da Lei n. 8.666/1993.

Em 2015, nos autos do Processo n. CJF-ADM-2015/00344, a Secretaria de Controle Interno, por meio da Informação n. CJF-INF-2015/01064, apresentou recomendações quanto ao cumprimento da ordem cronológica de pagamento das obrigações.

A Secretaria de Administração, ao avaliar as citadas recomendações, constatou que os casos relatados reportavam-se à demora na liberação de recursos alocados junto à conta depósito vinculada de que trata a Resolução CNJ n. 169, de 31 de janeiro de 2013, alterada pela Resolução n. 183, de 24 de outubro de 2013, e não de descumprimento do art. 5º, *caput*, da Lei n. 8.666/1993.

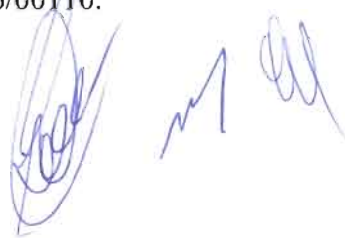
À época, atribuiu-se o problema à ausência de recursos humanos (força de trabalho), cabendo-lhe informar que foi providenciada a lotação de dois novos servidores com qualificação e perfil adequados para atuarem na área orçamentária e financeira. Somando-se a isso, foram modelados processos de trabalho que visam identificar anomalias na execução, com a implementação de novas ferramentas com a finalidade de imprimir maior celeridade à tramitação dos processos e evitar o retrabalho. Assim, acredita-se que a Subsecretaria de Execução Orçamentária e Financeira, unidade vinculada à SAD, estará devidamente aparelhada para evitar a incidência de atrasos na execução de suas atribuições.

Em relação às medidas administrativas adotadas sobre a regulamentação, no âmbito da Justiça Federal, do art. 5º da Lei 8.666/1993, pelas razões já expostas, não foram identificadas irregularidades ou situações que justificassem a expedição de um regulamento próprio. Entretanto, os estudos que estão sendo promovidos no Processo n. CJF-PPN-2015/00021 poderão concluir pela necessidade de edição de norma, após ser identificado o escopo da referida regulamentação.

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

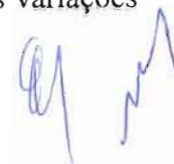
Em 2015, o CJF possuía dois contratos que vislumbravam a possibilidade de revisão para desoneração da folha de pagamento: os Contratos n. 39/2011 e n. 40/2011, celebrados com a empresa CPD – Consultoria, Planejamento e Desenvolvimento de Sistemas Ltda., CNPJ: 00.395.228/0001-28, cujo objeto consiste na prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, mediante prestação de serviços presencial e/ou não presencial. A Administração, contudo, verificou que não há providências de cunho pecuniário a serem aplicadas sobre os referidos contratos.

Em 2016, com a mudança da legislação sobre o tema, tornando o enquadramento da desoneração “facultativa” às empresas que se enquadrassem nos requisitos legais, o CJF avaliou algumas demandas e firmou termos aditivos para readequar as contribuições para algumas empresas, a exemplo do caso tratado nos autos do Processo n. CJF-EOF-2016/00110.

Three handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom right of the page. The first signature is a large, stylized cursive mark. The second is a shorter, more compact cursive mark. The third is a third, distinct cursive mark.

9. ANEXOS E APÊNDICES

Conforme informado no item 7.3, seguem as demonstrações contábeis deste CJF, quais sejam, balanços financeiro, orçamentário e patrimonial, bem como as demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/03/2017	PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

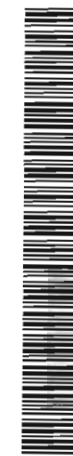
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90026 - SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	88.778.881,11	88.778.881,11
TOTAL	-	-	88.778.881,11	88.778.881,11
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	87.319.346,14	84.645.911,56	84.632.883,11	-87.319.346,14
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	56.702.312,24	56.395.972,07	56.395.972,07	-56.702.312,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	30.617.033,90	28.249.939,49	28.236.911,04	-30.617.033,90
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	1.459.534,97	1.201.217,17	1.201.217,17	-1.459.534,97
Investimentos	-	-	1.459.534,97	1.201.217,17	1.201.217,17	-1.459.534,97
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	88.778.881,11	85.847.128,73	85.834.100,28	-88.778.881,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



Autenticado digitalmente por CAMILA RESENDE SALVIANO.
Documento Nº: 1539325.14289179-5199 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJFME201700382



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
01/03/2017

PAGINA
1

SUBTÍTULO 90026 - SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



Autenticado digitalmente por CAMILA RESENDE SALVIANO.
Documento Nº: 1539325.14289179-5199 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJF MEM201700382



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSION
01/03/2017

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 90026 - SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	88.778.881,11	88.477.531,37
Ordinárias	-	-	Ordinárias	73.542.212,14	74.535.012,14
Vinculadas	-	-	Vinculadas	15.236.668,97	13.942.519,23
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	6.330.431,84	3.682.039,31
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.906.237,13	10.280.479,92
Transferências Financeiras Recebidas	88.738.263,01	91.846.978,78	Transferências Financeiras Concedidas	5.705.485,76	3.942.279,30
Resultantes da Execução Orçamentária	85.888.994,54	87.525.753,20	Resultantes da Execução Orçamentária	5.410.567,60	3.807.393,89
Repasse Recebido	224.938,66	108.508,57	Repasse Concedido	2.553.727,77	3.801.850,16
Sub-repasse Recebido	85.664.055,88	87.419.244,63	Sub-repasse Concedido	2.856.839,83	-
Independentes da Execução Orçamentária	2.849.268,47	4.321.225,58	Valores Diferidos - Baixa	-	5.543,73
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.849.268,47	4.304.906,62	Independentes da Execução Orçamentária	294.918,16	134.885,41
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	16.318,96	Movimento de Saldos Patrimoniais	294.918,16	134.885,41
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	8.693.195,99	7.433.017,67	Despesas Extraorçamentárias	6.614.417,25	5.381.872,53
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	13.028,45	41.750,13	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	38.018,82	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.931.752,38	7.252.212,03	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.566.710,91	5.377.702,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.687,52	4.170,10	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.324,92	4.170,10
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.738.727,64	134.885,41	Outros Pagamentos Extraorçamentários	362,60	-
Arrecadação de Outra Unidade	5.738.727,64	134.885,41	Demais Pagamentos	362,60	-
Saldo do Exercício Anterior	8.570.500,86	7.092.187,61	Saldo para o Exercício Seguinte	4.903.175,74	8.570.500,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.570.500,86	7.092.187,61	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.903.175,74	8.570.500,86
TOTAL	106.001.959,86	106.372.184,06	TOTAL	106.001.959,86	106.372.184,06



Autenticado digitalmente por CAMILA RESENDE SALVIANO.
Documento Nº: 1539325.14289178-5198 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJFM201700382



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90026 - SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	88.778.881,11	85.847.128,73	85.834.100,28	-88.778.881,11
TOTAL	-	-	88.778.881,11	85.847.128,73	85.834.100,28	-88.778.881,11

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.864.135,69	5.202.676,65	4.356.821,98	4.356.821,98	1.197.767,72	1.512.222,64
Pessoal e Encargos Sociais	1.359.901,29	11.537,96	-	-	376.132,24	995.307,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	504.234,40	5.191.138,69	4.356.821,98	4.356.821,98	821.635,48	516.915,63
DESPESAS DE CAPITAL	420.810,76	2.049.535,38	2.209.888,93	2.209.888,93	171.042,04	89.415,17
Investimentos	420.810,76	2.049.535,38	2.209.888,93	2.209.888,93	171.042,04	89.415,17
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.284.946,45	7.252.212,03	6.566.710,91	6.566.710,91	1.368.809,76	1.601.637,81

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.294,98	37.975,13	34.243,82	-	16.026,29
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.294,98	37.975,13	34.243,82	-	16.026,29
DESPESAS DE CAPITAL	-	3.775,00	3.775,00	-	-
Investimentos	-	3.775,00	3.775,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	12.294,98	41.750,13	38.018,82	-	16.026,29



Autenticado digitalmente por CAMILA RESENDE SALVIANO.
Documento Nº: 1539325.14289179-5199 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJFME201700382



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90026 - SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

EXERCÍCIO	PERÍODO
2016	Anual
MISSÃO	PÁGINA
01/03/2017	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	5.705.226,81	9.327.747,14	PASSIVO CIRCULANTE	29.054,74	524.424,19
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.903.175,74	8.570.500,86	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	24.980,63	49.971,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	802.051,07	757.246,28	Obrigações de Reparação a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	4.074,11	474.453,19
ATIVO NÃO CIRCULANTE	99.611.985,14	96.906.254,20	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	9,17	9,17	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	29.054,74	524.424,19
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	9,17	9,17			
Demais Investimentos Permanentes	9,17	9,17			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm	-	-			
Imobilizado	94.823.913,82	93.490.966,37			
Bens Móveis	11.857.634,24	11.765.896,70			
Bens Móveis	21.076.935,36	19.255.578,98			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-9.219.301,12	-7.489.682,28			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	82.966.279,58	81.725.069,67			
Bens Imóveis	83.195.558,49	81.624.784,63			
(-) Deprec./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-229.278,91	-99.714,96			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	4.788.062,15	3.415.278,66			
Softwares	4.752.144,68	3.379.361,19			
Softwares	4.752.144,68	3.379.361,19			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	35.917,47	35.917,47			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	35.917,47	35.917,47			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat	-	-			



Autenticado digitalmente por CAMILA RESENDE SALVIANO.
Documento Nº: 1539325.14289181-5222 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJF MEM 201700382



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 09/03/2017

PAGINA 2

SUBTÍTULO 90026 - SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	105.317.211,95	106.234.001,34	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	105.317.211,95	106.234.001,34

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	4.903.175,74	8.570.500,86	PASSIVO FINANCEIRO	4.562.444,93	10.061.582,67
ATIVO PERMANENTE	100.414.036,21	97.663.500,48	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	100.754.767,02	96.172.418,67

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	18.933.642,11	17.738.401,57	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	58.822.704,70	58.169.725,92
Execução dos Atos Potenciais Ativos	18.933.642,11	17.738.401,57	Execução dos Atos Potenciais Passivos	58.822.704,70	58.169.725,92
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.477.893,52	635.783,33	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	403.086,94	-13.115,50	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	17.052.661,65	17.115.733,74	Obrigações Contratuais a Executar	58.822.704,70	58.169.725,92
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	18.933.642,11	17.738.401,57	TOTAL	58.822.704,70	58.169.725,92

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			159.048,31
Recursos Vinculados			181.682,50
Seguridade Social (Exceto RGPS)			-186.932,69
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			368.615,16
TOTAL			340.730,81



Autenticado digitalmente por CAMILA RESENDE SALVIANO.
Documento Nº: 1539325.14289181-5222 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJFME201700382



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90026 - SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	99.308.737,43	93.050.285,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	61.519,13	22.865,80
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	61.519,13	22.865,80
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	94.143.873,79	91.847.060,78
Transferências Intragovernamentais	88.738.263,01	91.846.978,78
Transferências Intergovernamentais	5.405.408,21	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	202,57	82,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	4.831.544,21	1.068.339,43
Reavaliação de Ativos	4.261.155,13	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	470.379,08	1.068.339,43
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	271.800,30	112.019,61
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autarquia Monetária	-	-



CJF MEM201700382



Autenticado digitalmente por CAMILA RESENDE SALVIANO.
Documento Nº: 1539325.14289195-5257 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90026 - SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL

EXERCÍCIO	2016	PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	01/03/2017	PAGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	271.600,30	112.019,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	99.845.643,69	91.689.330,75
Pessoal e Encargos	52.902.621,53	50.881.025,51
Remuneração a Pessoal	43.468.234,80	41.737.603,68
Encargos Patronais	6.932.610,57	6.738.231,42
Benefícios a Pessoal	2.371.683,71	2.299.285,10
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	139.092,45	106.905,91
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.880.438,37	4.409.169,12
Aposentadorias e Reformas	5.425.168,59	4.016.186,12
Pensões	435.746,28	388.617,72
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.503,52	2.365,28
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	31.998.366,43	30.556.419,56
Uso de Material de Consumo	1.046.145,70	1.236.647,61
Serviços	28.977.551,62	27.306.062,69
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.974.669,11	2.011.719,26
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	113,87	39.301,04
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	113,87	39.301,04
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	5.705.485,76	4.988.212,88
Transferências Intragovernamentais	5.705.485,76	3.942.279,30
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	1.045.933,58
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.207.560,07	475.922,81
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.207.560,07	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	475.922,81
Desincorporação de Ativos	-	-



Autenticado digitalmente por CAMILA RESENDE SALVIANO.
Documento Nº: 1539325.14289195-5257 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJFME201700382



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90026 - SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL

EMISSÃO
01/03/2017

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	21.489,22	9.665,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.154,85	-
Contribuições	20.334,37	9.665,00
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	129.568,44	329.614,83
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	129.568,44	329.614,83
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-536.906,26	1.360.954,87

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



CJF MEM201700382



Autenticado digitalmente por CAMILA RESENDE SALVIANO.
Documento Nº: 1539325.14289195-5257 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>